conjuntura econômica

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS VOL. 27 - JUNHO 1973 - CR$ 6,00

EDUCAÇÃO E CRESCIMENTO ECONÔMICO

PROJEÇÃO DA DEMANDA DE PRODUTOS AGRÍCOLAS

A CRISE ENERGÉTICA MUNDIAL

SÍNTESE ESTATÍSTICA

a Unesco leva até sua casa

lembranças de muitas viagens



pinturas das grutas de Ajanta
na Índia, miniaturas persas,
ícones russos primitivos,
mosaicos e afrescos bizantinos.
eis alguns dos temas reunidos
nas séries de slides que
fotógrafos da Unesco colheram
em todo o mundo.

tesouros antes reservados
aos grandes viajantes chegam
agora até sua casa.
com a vantagem de um livreto
explicativo sobre cada slide
e um estudo sobre a série.

à venda nas livrarias da
Fundação Getulio Vargas,
representante da Unesco no Brasil.



COMBATA-OS LENDO



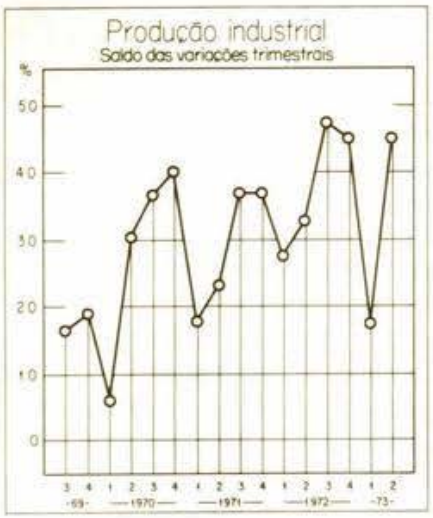
comunicação em prosa moderna

de Othon Moacyr Garcia

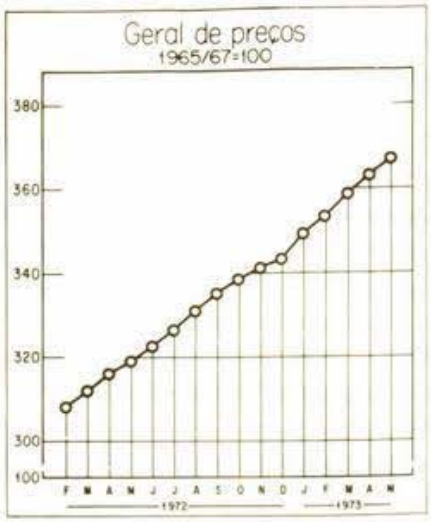
Que ensina a escrever com clareza, precisão e coerência.

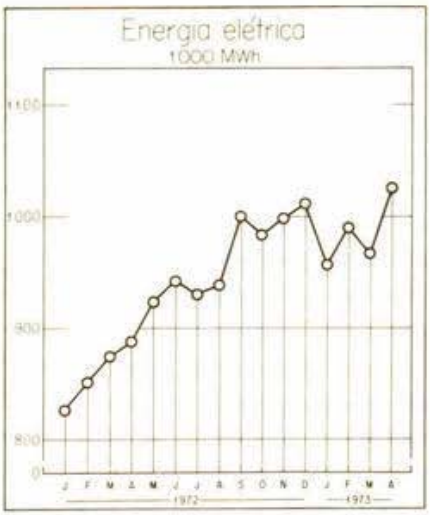
Procure nas livrarias ou peça diretamente pelo reembolso postal à Fundação Getulio Vargas, Serviço de Publicações, Caixa Postal 21.120 ZC-05, Rio, GB

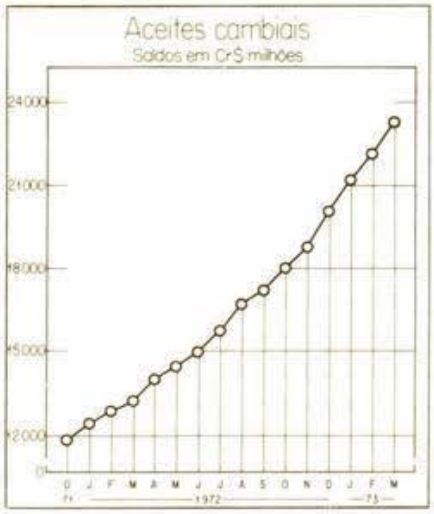
INDICADORES DE CONJUNTURA

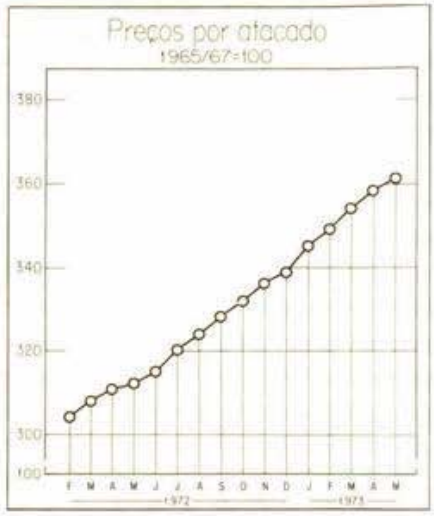


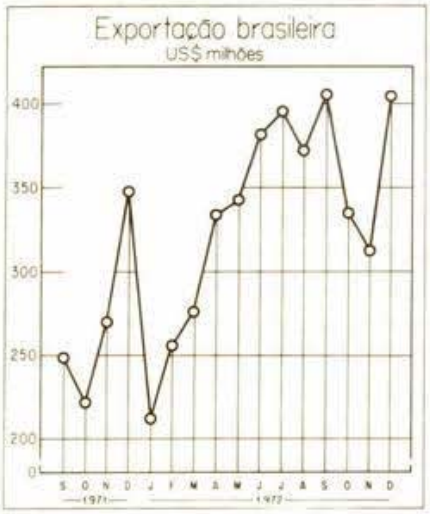


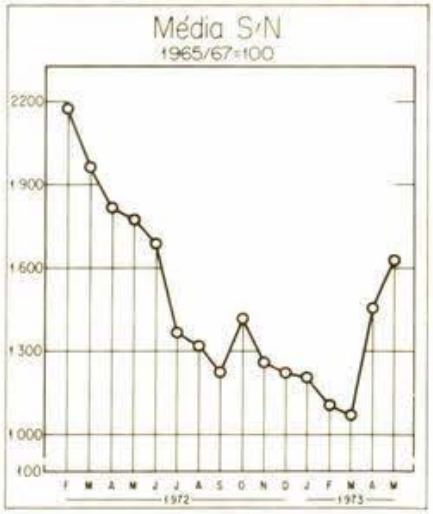


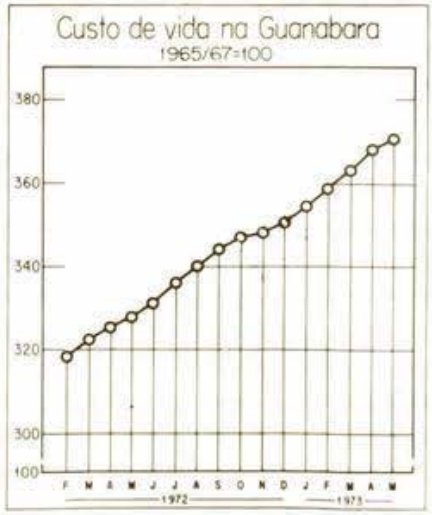












Produção Industrial — Saldo das respostas às Sondagens Conjunturais efetuadas pelo Centro de Estatística e Econometria. **Exportação** — fonte: CACEX e IBC. **Energia Elétrica** — Consumo Industrial da Região Rio-São Paulo-Light. **Empréstimos ao Setor Privado** — Bancos Comerciais mais Banco do Brasil. Deflator: índice geral de preços por atacado — Disponibilidade Interna — coluna 12 dos Índices Econômicos Nacionais. **Aceites Cambiais** — Com base em empréstimos por aceites cambiais de 55 financeiras que, em 30-6-69, representavam 59,7% do país — fonte: Banco Central, departamento econômico. **Média S-N** — fonte: Organização S-N Ltda. **Índices geral de preços** — Disponibilidade Interna — coluna 2 dos Índices Econômicos Nacionais. **Índice Geral de Preços por Atacado** — Disponibilidade Interna — coluna 12 dos Índices Econômicos Nacionais. **Custo de Vida na Guanabara** — Total, coluna 1.

Já foram emitidos, para todo o País, 8.700.000 notificações do imposto de renda.

Bom para você.

Bom para o SERPRO.

Bom para o Brasil.

Para reunir, examinar, processar e analisar 8.700.000 declarações, o SERPRO utiliza 2.350 cérebros.

São 187 analistas de sistema e organização de métodos, 144 programadores, 140 operadores de computador, 37 técnicos de controle, 39 técnicos de processamento, 1.058 perfuradores e 745 auxiliares de preparação de dados.

Esse pessoal, junto com os funcionários da Receita Federal, está interessado, tanto quanto você, em evitar corre-corre por causa de imposto de renda.

Essa equipe do Ministério da Fazenda movimenta o mais avançado parque de processamento eletrônico de dados do País.

São os cérebros dos cérebros.

Os cérebros dos cérebros.



SERPRO

Vinculado ao Ministério da Fazenda

mpm

Nota do editor

CONJUNTURA ECONÔMICA volta com esta edição à sua programação habitual, analisando diferentes setores da atividade.

Educação e crescimento econômico, tema com que Carlos Geraldo Langoni abre os estudos setoriais, demonstra que na década de 70 um dos elementos dinâmicos da nossa economia será a acumulação de capital tecnológico, em contraste com as décadas anteriores quando toda atenção esteve voltada para o capital físico (máquinas, equipamentos e construções). Acentua a necessidade de realocação de recursos para treinamento da mão-de-obra agrícola, sendo necessário não só oferecer educação gratuita como também recompensa ao agricultor pela perda temporária de força de trabalho (filhos e parentes). O colaborador volta ainda sua atenção para o treinamento de mão-de-obra industrial, influência do capital humano, do desenvolvimento econômico, mobilidade social e outros aspectos similares.

Tema correlato ao primeiro e de grande importância para o futuro do País é abordado por Edy Luiz Kogut: *Aspecto demográficos do desenvolvimento brasileiro*. O colaborador ressalta que a taxa anual de crescimento da população brasileira, em torno de 2,9%, se bem que igual à da América Latina, é maior que as médias da África (2,4%), Ásia (2,0%), Europa (0,8%), Oceania (2,0%) e América do Norte (1,3%). Contudo, o elevado ritmo de urbanização e aumento no nível educacional têm influenciado depressivamente a taxa de crescimento demográfico. Assim, itens tais como natalidade e mortalidade, composição populacional, migrações internas e força de trabalho são objeto de análise.

Ainda tendo o bem-estar social como objetivo predominante, apresenta-se uma condensação de importante pesquisa que vem sendo elaborada pelo Instituto Brasileiro de Economia, com ajuda da organização das Nações Unidas, através da FAO. O tema é: *Projeções da demanda de produtos agrícolas*. O estudo se vale de valores da *nutrimetria* para testar as projeções de demanda e busca dar a tessitura do consumo do povo brasileiro.

Em breve, visando clientela mais técnica, os resultados finais da pesquisa serão divulgados na sua totalidade, incluindo-se os pormenores metodológicos. A publicação do relatório final virá coroar os esforços de vários anos, esforços esses que mobilizaram grande número de técnicos de diferentes áreas da ciência social.

Os dois estudos seguintes dizem respeito à atuação do Governo nas atividades econômicas. Margareth Hanson Costa dá uma visão geral da atuação recente dos governos estaduais através de suas empresas. Apresenta também a evolução histórica da intervenção federal no domínio econômico de 1 663, com a criação do Serviço Postal, até nossos dias. Destaca ainda em *A atividade empresarial dos Governos Federal e Estaduais* a participação das instituições governamentais no conjunto das 500 maiores empresas (não financeiras) do País e na formação bruta de capital fixo.

José Luiz Carvalho em *BNDE — sua influência no crescimento do País* mostra — aproveitando o ensejo do 21º aniversário da entidade — as linhas mestras de sua atuação. Nos primeiros anos de sua existência a quase totalidade dos recursos foram carreados para financiamentos ao setor público, dadas as necessidades de obras de infra-estrutura: estradas, energia e siderurgia. Em 1972, ao contrário, cerca de 80% dos seus financiamentos destinaram-se ao setor privado (0% em 1952), revelando política do Banco no sentido de manter na órbita privada os destinos da atividade econômica nacional, ajudando-a e completando-a quando necessário.

A experiência tributária do Estado de Minas Gerais em períodos recentes tem modificado de maneira sensível o nível de atividade e aumento da competitividade das indústrias locais, tanto interna como externamente. A par da inserção da política tributária estadual dentro do contexto da política econômica nacional, desenvolveram-se diversos instrumentos e operações inovadoras que permitiram crescimento acelerado da arrecadação do ICM — principal fonte de recursos do Estado — sem que houvesse maior pressão fiscal sobre as empresas. Ao contrário, a política tem consistido em afrouxar tanto quanto possível a carga fiscal, derivando-se os aumentos de receita do crescimento da atividade interna. Ronaldo Costa Couto em *Política tributária: a experiência mineira recente* mostra os fatores acima e os aspectos básicos da política do Estado.

Encerra-se a edição com assunto da maior atualidade: *A crise energética mundial*. José Augusto Fonseca Barbosa, através de ampla pesquisa, mostra as origens do atual impasse, o desenvolvimento recente da crise e antecipa seus possíveis rumos. Reservas petrolíferas, processamento, demanda norte-americana e mundial, tensões no Oriente Médio e outros tópicos do maior interesse são tratados pelo colaborador.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-educativo, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas da organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativo e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro

CONSELHO DIRETOR

Presidente: Luiz Simões Lopes; **vice-presidente:** Eugênio Gudin; **membros:** Alberto Sá Souza de Britto Pereira, Carlos Medeiros Silva, João Carlos Vital, Jorge Oscar de Mello Flôres, José Joaquim de Sá Freire Alvim e Rubens d'Almada Horta Pôrto.

CONSELHO CURADOR

Presidente: Mauricio Nabuco; **vice-presidente:** Alberto Pires Amarante; **membros:** Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antônio Garcia de Miranda Netto, Antônio Ribeiro França Filho, Apolônio Jorge de Faria Salles, Ary Frederico Tôrres, Asterio Dardeau Vieira, Carlos Alberto de Carvalho Pinto, Celso Timponi, Cezar Reis de Cantanhede e Almeida, Francisco Montojos, Heitor Campello Duarte, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Joaquim Bertino de Moraes Carvalho, José de Nazaré Teixeira Dias, Mário Paulo de Brito, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rafael da Silva Xavier e Theodoro Arthou

Presidente
LUIZ SIMÕES LOPES

Diretor-Executivo
ALIM PEDRO

SEDE: Praia de Botafogo, 190 — Caixa Postal 21.120 — ZC-05 — Tel.: 266-1512 — Rio de Janeiro — GB

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA
COMISSÃO DIRETORA

Presidente
Octávio Gouvêa de Bulhões

Membros
Angelo Jorge de Souza, Eugênio Gudin, Janes Angelo de Souza, Julian Magalhães Chacel e Mario Henrique Simonsen

Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia
Mario Henrique Simonsen

Diretor de Estudos e Pesquisas
Julian M. Chacel

Diretor da Divisão de Contabilidade Social
Angelo Jorge de Souza

CHEFES DE CENTRO

Centro de Estudos Fiscais
Margaret Hanson Costa

Centro de Contas Nacionais
Ralph Miguel Zerkowski

Centro de Estudos Industriais
Alfredo Luiz Baumgarten Jr.

Diretor da Divisão de Estatística e Econometria
Janes Angelo de Souza

CHEFES DE CENTRO

Centro de Estudos Agrícolas
Sylvio Wanick Ribeiro

Centro de Estatística Econômica
Gilberto Ferreira de Carvalho

Centro de Processamento de Dados
Moacyr Antonio Fioravante

Assessor da Direção
Jorge Kingston

INSTITUTO DE DOCUMENTAÇÃO
Diretor: Benedicto Silva

SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

Coordenação editorial: Anamaria de Almeida Monteiro
Vendas e Publicidade: Albertino Ferro da Silva

Praia de Botafogo, 188 — Tel.: 266-1512 r. 110 e 246-5107
Caixa Postal 21.120 ZC-05.
Rio de Janeiro, GB. 20.000

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta Revista, desde que seja citada a fonte.

Tiragem desta edição 30.000 exemplares

Assinatura:
Um ano Cr$ 60,00
Dois anos Cr$ 100,00
Número avulso ou atrasado Cr$ 6,00

Composto e impresso por SEDEGRA Sociedade Editora e Gráfica Ltda., Rua Matipó, 115 — Rio de Janeiro — GB
Distribuidor exclusivo para todo o Brasil: Fernando Chinaglia Distribuidora S. A., Rua Teodoro da Silva, 907 Rio de Janeiro — GB

Conjuntura econômica ano 1— n. 1— nov. 1947— Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas, 1947— v. ilustr. 28 cm. **mensal**

Diretores: Nov. 1947-março 1952. Richard Lewinsohn.
— Maio 1952-dez. 1968, José Garrido Tôrres.-Jan. 1969 — Sebastião Marcos Vital.—

1. Brasil — Economia — Periódicos. 2. Economia política — Brasil — Periódicos.

I. Fundação Getulio Vargas, **Rio de Janeiro**, Instituto Brasileiro de Economia.

II. Lewinsohn, Richard, **dir.** III. Tôrres, José Garrido, **dir.** IV. Vital, Sebastião Marcos, **dir.**

CDD 330.5
CDU 33(05)

Revista mensal editada pela Fundação Getulio Vargas, Instituto Brasileiro de Economia, Centro de Análise da Conjuntura Econômica

Fundador: Richard Lewinsohn

EXPEDIENTE:

Conselho Editorial

Eugênio Gudin
Octávio Gouvêa de Bulhões
Mario Henrique Simonsen
Julian Magalhães Chacel
Isaac Kerstenetzky
Sebastião Marcos Vital
José Maria Gouveia Vieira

Redator-Chefe

Sebastião Marcos Vital

Coordenador Editorial

José Paulo dos Santos

Redação

Newton Luiz do Rêgo (Secretário)
Edison Cezar de Carvalho (Redator-chefe adjunto)

Colaboram neste número:

Alberto Sozin Furunguem
Alexandre Freitas de Barros
Boris Gheventer
Bruno Stainier
Carlos Geraldo Langoni
Dercio Garcia Munhoz
Eduardo Florentino da Silva Pamplona
Edy Luiz Kogut
Ernst Muhr
Frederico Augusto Bastos
Geoffrey Langlands
Helio Raymundo Santos Silva
H. O. Portocarrero de Castro
Janes Angelo de Souza
Joaquim Villanova
Jorge Sadyl Savaget
José Augusto Fonseca Barbosa
José Luiz Carvalho
José Maria Lopes
José Paulo dos Santos
José Roberto Novaes Almeida
Julian Magalhães Chacel
Lia Marcia Alt Pereira
Luiz Guilherme Corrêa Hettenhausen
Margareth Hanson Costa
Maria Alice Fernandes
Mario Christóvão Bruno Pessoa
Ney Gonçalves Frauches
Osvaldo Ribeiro Franco
Raphael Leite Vieira Escobar
Ronaldo de Andrade Pimentel
Ronaldo Costa Couto
Sebastião Marcos Vital
Sylvio Wanick Ribeiro
Tito Ryff

Redação: Av. 13 de Maio, 23 — Sala 1224, telefone: 252-4601 — Rio de Janeiro

conjuntura econômica

VOL. 27 N.º 6 JUNHO DE 1973

SUMÁRIO

2 INDICADORES DE CONJUNTURA
4 NOTA DO EDITOR

EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS

6 Panorama do mês
8 Café — divergências institucionais no mercado
12 Moeda e crédito — elevada liquidez em maio
18 Tesouro Nacional — superavit de Cr$ 1 759,9 milhões até abril
21 Mercado cambial — taxa do dólar inalterada em maio
24 Mercado de ações — mais forte em março e abril
28 Mercado de empregos — novamente firme
30 Mercado de capitais — permitida participações sucessivas de instituições financeiras
37 Emissões de capital — cifras excepcionais

EDUCAÇÃO

41 Educação e crescimento econômico

DEMOGRAFIA

49 Aspectos demográficos do desenvolvimento brasileiro

AGRICULTURA

54 Projeções da demanda de produtos agrícolas

FINANÇAS

62 Política tributária: experiência mineira recente
66 Atividade empresarial dos governos federal e estaduais

INDÚSTRIA

98 BNDE — sua influência no crescimento do País

ENERGIA

106 A crise energética mundial

A CONJUNTURA NO ESTRANGEIRO

119 Japão 1977 — 4 000 dólares **per capita**
123 Euromoeda — dólares retornarão aos Estados Unidos
125 Agenda internacional — maio de 1973

LIVROS

130 De como o automóvel entrou em nossa história econômica — **A implantação da indústria automobilística no Brasil**

A publicidade em seus devidos termos — **Publicidade e propaganda**

132 **O QUE HÁ PARA LER**

134 **SÍNTESE ESTATÍSTICA**

ESTUDO ESPECIAL

145 27.º Sondagem Conjuntural — resultados da indústria de transformação

ÍNDICES ECONÔMICOS

166 Coeficientes de correção monetária
173 Índices econômicos nacionais e regionais

Panorama do mês

Na área monetária, após ligeira perda de liquidez ao início do exercício, observou-se razoável recuperação. Ao final de maio, os "empréstimos de liquidez" que haviam se mostrado elevados em abril, já alcançavam acentuados decréscimos. A recuperação do nível dos ativos líquidos parece em grande parte associada ao comportamento favorável das exportações e à entrada de capitais de empréstimos do exterior. Segundo estimativas preliminares, o nível de atividade bancária teria igualado, ou mesmo superado, o de igual período de 1972.

O uso do **open-market** continua representando o mecanismo básico que vem possibilitando associar, em curtos espaços de tempo, a oferta monetária à evolução do processo produtivo. A atual dimensão atingida pelo mercado de LTN tem permitido aumentos progressivos no controle sobre as compras e vendas dos títulos federais, injetando ou retirando recursos no sistema.

Na área normativa do setor monetário destaca-se a Resolução n.º 256, do Banco Central, que fixou novos limites máximos para a captação de depósitos pelos bancos comerciais em função do capital mínimo e das reservas livres. Os novos tetos entrarão em vigor em 30 de setembro do corrente exercício. A Resolução deverá estimular o aumento de capital dos bancos com elevada participação de depósitos em relação ao capital e reservas.

No mercado de capitais a Circular n.º 206, de 17-5-73, institucionalizou novas regras para as interligações sucessivas entre instituições financeiras de um mesmo grupo econômico. Pela referida Circular, foi permitida a transferência acionária de sociedades corretoras, distribuidoras ou de investimento e de banco comercial para banco de investimento. Do mesmo modo, um banco de investimento pode agora transferir para um banco comercial o controle acionário de uma financeira. Entre os principais efeitos decorrentes da Circular n.º 206, observa-se que haverá tendência no sentido de cada grupo econômico possuir uma entidade líder. O controle das financeiras deverá progressivamente passar para os bancos comerciais transformando-as em meras carteiras de crédito ao consumidor. Os bancos de investimento possivelmente irão se orientar para o mercado de ações com o abandono progressivo das operações de capital de giro a curto prazo e de crédito ao consumidor.

Em relação ao comportamento recente, o crescimento dos depósitos com correção monetária dos bancos de investimento expandiram-se de 25,0% no 1.º quadrimestre de 1973, contra 19,4% em igual período de 1972. Os aceites cambiais, por sua vez, decresceram, até abril, de 19,8% (decorrência de sua progressiva extinção determinada pelas autoridades monetárias).

Os depósitos com correção monetária dos bancos comerciais expandiram-se de apenas 6,5% no primeiro trimestre do corrente exercício (14,0% em igual período de 1972). Verifica-se, ultimamente, tendência no sentido de expansão dos prazos passivos dos bancos comerciais, caracterizada através da participação crescente dos depósitos com correção monetária. Em março-72, apenas 39,8% de tais depósitos eram de prazo igual ou superior a doze meses; já em março-73, participavam com 47,0%.

No mercado de títulos federais foram realizados, em maio, seis emissões de LTN totalizando Cr$ 3 800 milhões. Na última semana do mês o mercado fechou com taxas de desconto refletindo decréscimo acentuado.

Os meses de abril e maio caracterizaram-se, no que se refere ao mercado de ações, pela manutenção da tendência de alta verificada ao final de março. A média SN evoluiu de 32 413 pontos em 19 de março para 65 572 pontos 49 dias após, mostrando assim valorização de 102,3%. O volume de negócios também apresentou recuperação; a média diária, consideradas as bolsas do Rio e de S. Paulo, foi de Cr$ 110,7 milhões em abril e de Cr$ 119,7 milhões em maio. A causa imediata da recuperação teria sido o anunciado empréstimo da Caixa Econômica Federal às sociedades corretoras.

A evolução recente do mercado vem se caracterizando por altas e baixas muito freqüentes o que denota certo clima de inquietação. Isto parece indicar especulação excessiva considerando-se que a fase é de reversão nas tendências de baixa. Outro fator que vem prejudicando o mercado refere-se ao comportamento dos fundos livres; os regates vêm sistematicamente superando as vendas. Em abril, por exemplo, a diferença alcançou Cr$ 25,5 milhões e em maio Cr$ 12,8 milhões. Tal comportamento tem tornado praticamente nula a contribuição dos fundos livres na recuperação dos preços das ações.

Entretanto, em termos globais, poder-se-ia considerar que já existem indícios de que o mercado iniciou recuperação à longa baixa que começou em junho-71.

As emissões de capital alcançaram em abril cifra elevada: Cr$ 4 912,5 milhões. Em confronto com igual mês do ano anterior a expansão atingiu 159,6%; em relação a março do corrente exercício o incremento foi de 121,0%.

Foram 452 as empresas que aumentaram seus capitais e 49 as que iniciaram suas atividades. As primeiras participaram com 58,4% do total emitido no mês e as demais com os 41,6% complementares. Acrescido o resultado de abril, observa-se que no primeiro quadrimestre as emissões totalizaram Cr$ 14 773,9 milhões revelando expansão de 53,4% quando confrontadas com igual período de 1972. As médias mensais nos dois exercícios em apreço foram respectivamente de Cr$ 3 693,5 milhões e Cr$ 2 407,2 mihões. Subscrições em dinheiro foi o item principal das emissões de capital. Seguem-lhe em ordem de importância as incorporações de reservas próprias e de acionistas mantidas em conta corrente e as reavaliações do ativo.

Em maio permaneceu inalterada a taxa cambial. O dólar manteve-se cotado a Cr$ 6,06 para compra e Cr$ 6,10 para venda, valores estabelecidos a partir de 24 de abril.

Por outro lado, a evolução das exportações continua indicando acentuado dinamismo. Decorridos quatro meses iniciais do ano, o total exportado alcançou, segundo cifras provisórias, US$ 1 429 milhões o que revela acréscimo de 34,2% sobre as vendas de igual período de 1972. O comportamento das exportações no primeiro quadrimestre mostra ser plenamente admissível que, até o final do ano, a meta dos US$ 4,6 bilhões exportados venha a ser ultrapassada. As importações também vêm revelando expansão acentuada. Os valores (provisórios) para janeiro e fevereiro (US$ 393 milhões e US$ 367 milhões respectivamente) indicam expansão de 51,7% e 25,7% respectivamente. No bimestre o acréscimo de 1973 sobre 1972 foi de 37,9%.

Embora ainda seja cedo para qualquer previsão anual, poder-se-ia especular comparando o comportamento do deficit comercial deste bimestre com os obtidos nos dos exercícios imediatamente anteriores. Considerando somente este aspecto, seria razoável admitir que o deficit da balança comercial venha a superar, até o final do ano, os registrados em 1971 e 1972.

Recentes medidas tomadas pelos Estados Unidos objetivam restringir a expansão do crédito interno de modo a conter os preços em alta. A evolução atual da economia americana indica elevadas taxas de crescimento e também de inflação. O PIB cresceu de cerca de 14% no primeiro trimestre do corrente exercício sendo estimado em 6% o crescimento dos preços. As medidas tomadas pelo **Federal Reserve** visando reduzir o ritmo de inflação através de maior rigidez no crédito, implicarão, certamente, acréscimo nas taxas de juros. Os recolhimentos compulsórios sobre recursos captados com certificados de depósitos foram elevados de 5% para 8%. Em termos de mercado de euromoeda foi importante a redução do recolhimento compulsório de 20% para 8% do total dos recursos obtidos por bancos americanos no mercado do eurodólar.

Estima-se que até 1977 o Japão obtenha renda **per capita** de 4 000 dólares. Segundo o programa qüinqüenal 1973-77, dado o acréscimo de 3% a.a. no volume de mão-de-obra ocupada, a participação dos salários no total da renda sofrerá sensível aumento, decorrendo daí melhoria na distribuição de renda. O Produto Nacional Bruto japonês deverá, em 1977, alcançar cerca de US$ 594 bilhões, valor equivalente a 50% do atual PNB dos Estados Unidos. O crescimento anual previsto para o qüinqüênio é de 9,4%. Os investimentos deverão ser bastante elevados; somente na área de serviços públicos equivaierão a cerca de US$ 292 bilhões. A indústria privada deverá gastar valor em torno de US$ 19 bilhões em projetos de controle da poluição.

No que se refere ao setor externo as exportações deverão evoluir a uma média de 14% a.a.; em 1977 deverão alcançar cerca de US$ 56 bilhões correspondendo a 9,3% do total das importações mundiais (excluindo o bloco comunista e o próprio Japão). A balança de transações correntes deverá mostrar superavit de cerca de US$ 5,9 bilhões (valor que equivale a aproximadamente 1% do PNB estimado).

A densidade demográfica deverá elevar-se nitidamente; prevê-se que até 1977 a população venha a alcançar 110 milhões de pessoas.

Café– divergências institucionais no mercado

O Plano Trienal de Renovação e de Revigoramento da Cafeicultura, posto em prática pelo Governo Federal, vem tendo boa aceitação pelos cafeicultores. Em verdade, até agora, no curso do primeiro ano do Plano, já foram concedidos financiamentos para o plantio de 337 609 000 cafeeiros, quando a quantidade prevista era de apenas 200 milhões. Por isto, tem-se como certo que o Conselho Monetário Nacional antecipará a execução do Plano para dois anos.

Bom será que as novas lavouras, formadas de plantas suscetíveis à praga conhecida por **ferrugem do cafeeiro,** pois não existiam ainda à época do plantio, na escala necessária, as sementes de cafeeiros resistentes à praga, possam prosperar, já que a potencialidade da produção brasileira, atualmente, está bem aquém das necessidades do consumo interno e das exportações — necessidades essas estimadas em 26 milhões de sacas por ano. Além das pragas que afetam a lavoura, das quais a **ferrugem do cafeeiro** é a mais perigosa, é preciso contar também com as adversidades climáticas (secas, geadas, chuvas excessivas extemporâneas etc.). Ainda recentemente, no segundo semestre de 1972, essas adversidades causaram grandes danos no Estado do Paraná — o maior produtor de café do Brasil — reduzindo a safra que agora está sendo colhida a um terço (5 milhões de sacas) — do volume esperado. Em conseqüência, a safra de todo o País não atingirá 16 milhões de sacas, ou seja, menos 10 milhões do que o necessário para o atendimento do consumo interno e das exportações.

As estatísticas de exportação do Brasil, divulgadas pelo Núcleo de Estatística da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A., referem-se, até a data de confecção deste artigo, apenas ao período de janeiro a julho de 1972. Nesse período, exportaram-se para o exterior 902 492 toneladas de café cru, contra 859 977 toneladas em idêntico período de 1971. O valor FOB destas exportações efetuadas nos dez primeiros meses de 1972 foi de US$ 828,186 milhões e o de igual período de 1971 de US$ 614,965 milhões. Os valores médios por tonelada exportada, foram de US$ 715,09, em 1971, e de 917,67, em 1972.

É preciso considerar, todavia, que desses totais devem ser subtraídos os dos "avisos de garantia" emitidos pelo Instituto Brasileiro do Café a favor dos torradores no exterior, de acordo com os contratos feitos entre ambos.

Nas exportações totais do Brasil, o café cru teve participação de 25,2% do valor e 2,38% do peso, ao passo que o minério de ferro (outro importante item da pauta de produtos exportados, freqüentemente mencionado como eventual substituto do café como carreador de divisas) teve participação de 5,88% do valor e de 67,21% do peso, ou seja, 4,3 vezes menos em valor e 28 vezes mais em peso do que o café.

Durante o mês de abril, os preços dos cafés nos mercados mundiais apresentaram tendências variadas, registrando altas dos cafés despolpados e pequenas baixas daqueles da variedade arábica não despolpados, e dos cafés da variedade robusta. É o que se pode verificar na tabela a seguir, em que aparecem os indicadores de preço da Organização Internacional do Café.

Organização Internacional do Café — indicadores de preços —em cents de dólar por libra-peso

Grupos	Datas		Diferenças
	2-4-73	30-4-73	
Despolpados colombianos	70,00	72,00	+ 2,00
Outros despolpados	58,00	62,50	+ 4,50
Não-despolpados (inclui o Brasil)	67,75	66,25	– 1,50
Robustas	49,01	48,63	– 0,38
Preço diário composto	60,25	60,71	+ 0,46

Atualmente, os preços no mercado do disponível de Nova Iorque sofrem influência das especulações feitas na Bolsa de Café e Açúcar desta cidade, onde os cafés suscetíveis de serem entregues em liquidação dos contratos são os do grupo "despolpados colombianos" e, principalmente, os do grupo "outros despolpados".

A divulgação pela administração norte-americana do Relatório Anual, enviado ao Congresso, sobre o funcionamento do Acordo Internacional do Café, em 1972, permitiu conhecer com segurança os motivos da recusa dos Estados Unidos em conceder aumento de quatro centavos de dólar, pleiteado pelos países produtores, por libra-peso nas faixas de preço da Organização Internacional de Café, seguindo-se à primeira desvalorização do dólar norte-americano. No Relatório em causa consta textualmente:

"Em uma reunião na Cidade do México, em meado de janeiro, os representantes de onze países exportadores de café membros da Organização Internacional do Café pleitearam um aumento de dois centavos de dólar por libra-peso no preço do café, pretendendo que este aumento era necessário para compensá-los das perdas sofridas no mercado europeu em conseqüência das alterações nas taxas cambiais. Este movimento para rever

os arranjos cota-preço ganhou apoio adicional e, no final de fevereiro, os membros exportadores mais importantes propuseram à Junta Executiva da Organização Internacional do Café que todos os preços das faixas estabelecidas para o efeito de ajuste de cotas de exportação fossem elevados em quatro centavos de dólar por libra-peso. A proposta dos países exportadores produziu o primeiro dos vários conflitos ocorridos durante o ano entre membros importadores e os exportadores do Acordo Internacional do Café. Os Estados Unidos opuseram-se, com êxito, à adoção pela Junta Executiva da proposta dos produtores. Ao assumir esta posição indicamos que não podíamos aceitar uma alteração das faixas de preço estabelecidas para o efeito de ajuste de cotas, invocando-se razões que não se relacionavam basicamente com o suprimento e a procura de café".

A recusa dos países consumidores (importadores), pelas razões agora divulgadas, em concordar com o aumento pleiteado pelos produtores, levou os quatro principais países produtores — Brasil, Colômbia, Costa do Marfim e Portugal (Angola) — a reunirem-se com mais dez outros em Genebra, onde concordaram: a) em limitar ao nível de 48,4 milhões de sacas o suprimento de café no ano cafeeiro 1971-72 e b) em renunciar, com efeito a partir de 15 de fevereiro, aos aumentos subseqüentes de cotas de exportação, segundo o processo de ajuste de cotas da Organização Internacional do Café.

Os países importadores, de modo algum, concordaram com esta ação unilateral dos países produtores (exportadores), e esta foi uma das razões principais que conduziram finalmente à extinção do Acordo Internacional do Café com suas cláusulas de natureza econômica, a partir de 1.º de outubro deste ano.

O Acordo Internacional do Café, desprovido de suas cláusulas de natureza econômica, foi no entanto prorrogado por mais dois anos, a partir de 1.º de outubro deste ano; seus únicos objetivos:

a) prover um foro para a discussão dos problemas do café e para as reuniões dos países produtores e consumidores do produto, e

b) prover um ponto focal para a coleta e a disseminação das estatísticas de café.

Em sua última reunião o Conselho da Organização internacional do Café aprovou resolução instruindo a Junta Executiva a estabelecer programa de trabalho para a renegociação. Este programa de trabalho deverá estar concluído até 30 de setembro de 1974, de modo que o texto de um novo Acordo esteja pronto para ser considerado, o mais tardar até 30 de dezembro de 1974.

Quanto ao acordo, por dois anos, a contar de 1.º de outubro deste ano, só entrará em vigor se, até 30 de setembro próximo, vinte membros exportadores (produtores), representando pelo menos 51% dos votos dos membros exportadores, e pelo menos dez membros importadores, tendo maioria dos votos dos importadores, tiverem notificado sua aceitação à Organização das Nações Unidas.

Na sessão do Conselho da Organização Internacional, convocada para tratar da aceleração do processo de liquidação do Fundo de Diversificação, não se chegou a acordo algum.

Os países produtores advogaram a imediata liquidação do Fundo, formado exclusivamente com suas contribuições, alegando carecerem dos recursos oriundos da liquidação para a implementação da diversificação e de programas de desenvolvimento.

Os países consumidores (importadores) notadamente os Estados Unidos e o Canadá, declararam que somente aceitariam a imediata liquidação do Fundo de Diversificação se os países importadores fossem desobrigados ao mesmo tempo de exercer os controles ainda existentes das importações. Estes controles permitem, aos países produtos, até 30 de setembro, verificar se algum ou alguns países dentre eles não estão respeitando as cotas de exportação que lhes foram atribuídas fora do âmbito da Organização Internacional do Café.

Não se tendo chegado a acordo algum, a Assembléia do Fundo de Diversificação iniciará, não obstante o atraso desnecessário, o processo de liquidação do Fundo de acordo com as disposições em vigor.

A recusa dos países importadores em concordar com a liquidação antecipada do Fundo de Diversificação explica-se pelo fato de acreditarem eles que os países produtores usariam imediatamente o dinheiro para formar sua própria organização de comercialização. Esta organização retiraria do mercado, por compra, o café em excesso, para sustentar os preços atuais, considerados elevados pelos países importadores (consumidores).



BANCO DO BRASIL S. A.

— (801 Agências no País e 12 no Exterior) —

Inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes sob n.º 00.000.000

Balancete de 30 de Abril de 1973 — Da Direção Geral e Agências no País

ATIVO

				Cr$
DISPONÍVEL				282 869 661,14
REALIZÁVEL				
Empréstimos				
Da Carteira de Crédito Geral				
À produção	9 338 561 999,50			
Ao comércio	2 819 938 907,73			
A atividades não especificadas	2 429 960 411,52			
Ao Tesouro Nacional — operações anteriores à Lei 4.595/64	3 403 311 605,45			
A governos estaduais e municipais	33 565 740 29			
A autarquias	79 423 687,09			
A instituições financeiras	42 473 103,22	18 147 235 475,80		
Da Carteira de Crédito Rural				
À produção	12 680 424 157,44			
Ao comércio	1 034 011 128,75			
A entidades públicas	1 388 948,56	13 715 824 234,75		
Da Carteira de Comércio Exterior				
À produção	332 497 671,49			
Ao comércio	150 862 702,01			
Vinculados ao fundo de financiamento à exportação — FINEX	550 825 509,53	1 034 185 883,03		
Da Carteira de Câmbio				
À produção	374 798 189,65			
Ao comércio	489 038 641,79			
A atividades não especificadas	129 512 046,09	993 348 877,53	33 890 594 453,11	
Outros créditos				
Banco Central, recolhimento compulsório	870 374 374,98			
Banco Central, outras contas	1 394 372 470,72			
Tesouro Nacional — reajustamento da dívida pecuária e outras responsabilidades da União	4 104 194 082,84			
Carteira de Comércio Exterior:				
De ordem e conta do Governo Federal:				
Compra e venda de produtos agrícolas	707 321 398,06			
Compensação — nossa remessa	2 363 127 413,01			
Compensação — a remeter	103 258 567,97			
Compensação — a devolver	15 254 358,48			
Cheques a receber, em trânsito	330 359 459,48			
Adiamentos sobre cambiais e contratos de câmbio	1 670 286 298,44			
Créditos em liquidação	276 588 194,23			
Acionistas, capital a realizar	544 720,00			
Correspondentes no país	21 820 149,70			
Departamentos e correspondentes no exterior — em moedas estrangeiras	6 985 032 650,91			
Departamentos e correspondentes no exterior — em moeda nacional	28 332 344,16			
Outras contas vinculadas a câmbio	7 160 730 353,80			
Departamentos no país	2 513 979 577,92			
Outras contas	2 549 909 776,00	31 095 486 190,70		
Aplicações do programa de formação do PASEP		1 843 896 405,76	32 939 382 596,46	
Valores e bens				
Títulos à ordem do Banco Central	870 374 235,77			
Letras do Tesouro Nacional e títulos federais	85 353 526,26			
Títulos estaduais e municipais	0,42			
Capital e Reservas das Agências no exterior	414 886 076,49			
Agências no exterior, resultados à disposição da Direção Geral	80 284 232,16			
Outros valores em moedas estrangeiras	4 589 491,96			
Demais valores	172 859 078,69	1 628 346 641,75		
Aplicações financeiras do PASEP		21 795 068,96		
Bens		55 317 286,43	1 705 458 997,14	68 535 436 046,71
IMOBILIZADO				
Imóveis de uso			692 457 621,73	
Móveis e utensílios			218 882 606,46	
Almoxarifado			73 420 594,93	
Sistemas de comunicação, mecanização avançada e segurança			87 362 144,46	1 072 122 967,58
RESULTADO PENDENTE				1 139 821 411,69
CONTAS DE COMPENSAÇÃO				19 131 306 044,10
				90 161 556 131,22

Brasília, 24 de Maio de 1973 — Nestor Jost — Presidente. Oswaldo Roberto Colin — Diretor Administrativo Admon Ganem — Diretor do Pessoal. CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL — CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL — Oziel Rodrigues Carneiro — Diretor da 1.ª Região. Camillo Calazans de Magalhães — Diretor da 2.ª Região. Sérgio Andrade de Carvalho — Diretor da 3.ª Região. Mário Pacini — Diretor da 4.ª Região. Ângelo Amaury Stabile — Diretor da 5.ª Região.

BANCO DO BRASIL S. A.

— (801 Agências no País e 12 no Exterior) —

Inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes sob n.º 00.000.000

Balancete de 30 de Abril de 1973 — Da Direção Geral e Agências no País

P A S S I V O

Cr$

NÃO EXIGÍVEL

Capital:					
Realizado			1.620.000.000,00		
Aumento			180.000.000,00	1.800.000.000,00	
Reservas e fundos:					
Fundo de reserva legal			216.413.786,57		
Fundo de previsão			1.404.306.431,28		
Fundo de amortização de imóveis, móveis e utensílios			732.396.703,88		
Fundo de reservas especiais			942.844.999,99		
Fundo de reserva de risco em operações de câmbio			48.801.113,99		
Fundo de indenizações trabalhistas			48.972.965,99	3.393.736.007,70	5.193.736.007,70

EXIGÍVEL

Depósitos

À vista e a curto prazo:					
Do público		8.020.393.248,77			
De domiciliados no exterior		2.186.208,24			
De instituições financeiras:					
Bancos	2.064.675.161,65				
Outras instituições financeiras	857.313.316,47	2.921.988.478,12			
Do Tesouro Nacional:					
Operações anteriores a Lei 4.595/64	1.604.397.155,65				
Governo Federal, obrigações em moedas estrangeiras por empréstimos contraídos	1.135.784.641,54				
Outras contas	9.162.871.338,31	11.903.053.135,50			
De governos estaduais e municipais		626.650.564,19			
De autarquias:					
Banco Central, suprimentos especiais	1.405.456.838,23				
Outras autarquias	3.799.783.484,73	5.205.240.322,96			
De sociedades de economia mista		592.347.532,78			
De empresas públicas		579.700.905,58	29.851.560.396,14		
A médio prazo:					
Do público:					
Com correção monetária		846.174.346,63			
Outros depósitos		2.235.643,50	848.409.990,13	30.699.970.386,27	

Outras exigibilidades

Compensação — sua remessa			1.564.485.374,83		
Cheques e documentos a liquidar			384.005.096,26		
Cobrança efetuada, em trânsito			981.768.667,96		
Ordens de pagamento			274.055.153,22		
Correspondentes no país			41.462.577,13		
Departamentos e correspondentes no exterior — em moedas estrangeiras			91.073.190,92		
Departamentos e correspondentes no exterior — em moeda nacional			1.866.926,12		
Outras contas vinculadas a câmbio			5.818.907.431,75		
Banco Central, conta de movimento			11.909.427.324,31		
Outras contas			1.072.347.767,57	22.139.409.509,07	

Obrigações (especiais)

Recebimentos por conta do Tesouro Nacional			1.046.487.515,43		
Programa de Formação do PASEP			1.860.191.849,71		
Caixa Econômica Federal, recursos vinculados a operações PASEP			50.000.000,00		
Depósitos obrigatórios — FGTS			176.040.675,17		
Caixa Econômica Federal — PIS			18.695.172,16		
Obrigações em moedas estrangeiras			962.111.912,23		
Obrigações por refinanciamentos e repasses oficiais			2.157.645.917,14		
Imposto sobre operações financeiras			349.156,69		
Outras contas			1.711.399.821,98	7.982.922.020,51	60.822.301.915,85
RESULTADO PENDENTE					5.014.212.163,57
CONTAS DE COMPENSAÇÃO					19.131.306.044,10
					90.161.556.131,22

Walter Peracchi Barcellos — Diretor da 6.ª Região. Dinar Goyheneix Gigante — Diretor da 7.ª Região. CARTEIRA DE CÂMBIO — César Dantas Bacellar Sobrinho — Diretor. CARTEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR — Benedicto Fonseca Moreira — Diretor. Hélio Moura Lima — Contador Geral — T. C. — C. R. C. — GB — Número 23.737 — C. R. C. — DF — I. S. — CONSELHO FISCAL — Carloman da Silva Oliveira. Clemente Mariani Bittencourt. João Jabour. José Mendes de Oliveira Castro. Pedro Magalhães Corrêa. Odette de Castro Gouveia.

Moeda e crédito– elevada liqüidez em maio

Até meados de abril o sistema bancário manteve níveis elevados nas operações de "empréstimos de liquidez" junto ao Banco Central o que pode ser constatado pelo gráfico. Ao final desse mês, contudo, o volume daquelas operações já se apresentava bastante reduzido, traduzindo melhoria da liquidez dos bancos comerciais. Em maio os ativos líquidos à disposição dos bancos e da economia de um modo geral permaneceram em ascensão, o que se refletiu nas taxas de juros vigorantes no **open market.** Apenas na primeira semana verificou-se "aperto" no mercado monetário. Assim, no dia 3 de maio, o mercado de trocas de reservas bancárias através de "cheques Banco do Brasil" acusou taxas de até 16,20% ao ano, refletindo a grande procura de reservas.

A partir do dia 7 de maio a liquidez mostrou-se em rápida melhoria, surpreendendo os próprios operadores do mercado; em 9 de maio era tão elevada que a taxa de rentabilidade do mercado de reservas bancárias chegou a 3,60% ao ano. No mercado aberto, nesse mesmo dia, a taxa chegou a 13,75% a.a., tendo havido escassez de letras do Tesouro Nacional. A situação continuou apresentando melhoras até o dia 13 de maio, quando a taxa de juros no mercado aberto atingiu o nível mais baixo já registrado desde a instituição desse mercado no Brasil.

No leilão de LTN de um ano, realizado a 9 de maio, as taxas variaram entre um máximo de 13,40% e 13,26% a.a. com uma taxa média de 13,36% a.a. e no de 4 de abril as taxas máximas, mínima e média foram de 13,70%, 13,48% e 13,58% a.a. A comparação das taxas nas duas situações confirmava a elevação da liquidez ocorrida no período.

Na segunda quinzena de maio a liquidez do mercado de moeda mostrou maior equilíbrio, embora a tônica fosse, em geral, de se manter em nível bastante elevado. No dia 24 de maio, por exemplo, as taxas do mercado interbancário mostraram novamente valores bastante reduzidos, na faixa de 4,80% a 6,00% ao ano, refletindo ainda a "folga" dos bancos comerciais. O corportamento favorável das exportações e a entrada de capitais de empréstimos do exterior, ao que se presume, representaram os principais fatores de recuperação em maio.

Embora não se disponham de boas estimativas sobre o crescimento dos empréstimos e dos depósitos bancários no período, é de se presumir que as taxas de expansão no corrente ano têm-se situado em níveis equivalentes ou mesmo superiores ao de igual período de 1972. Ao mesmo tempo em que a liquidez geral do sistema econômico se mostra em nível elevado, a dívida pública,

Indicador de liquidez dos bancos comerciais — redescontos de liquidez/total dos depósitos

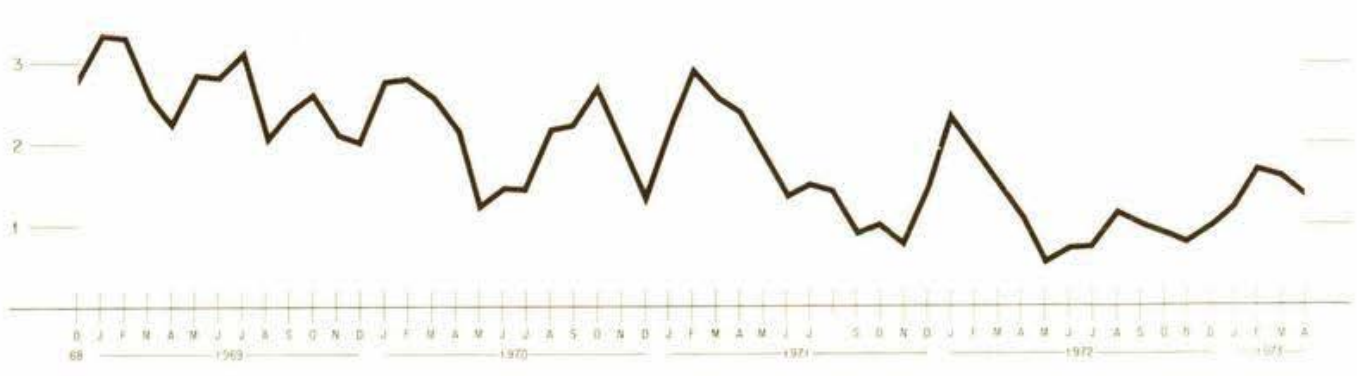


Tabela I — Indicadores monetários — Cr$ milhões correntes de final de período

Período	Papel-moeda			Depósitos			Redescontos ao sistema bancário [2]	Meios de pagamento
	Emitido	Em circulação	Em poder do público (I)	Bancos comerciais à vista (II)	Bancos comerciais a prazo [1]	Banco do Brasil à vista (III)		(I+II+III)
1960	206	198	169	438	48	85	35	692
1961	314	296	256	611	55	175	44	1 042
1962	509	478	397	1 038	56	268	62	1 703
1963	889	821	684	1 704	89	404	88	2 792
1964	1 485	1 380	1 156	3 070	148	965	204	5 191
1965	2 175	2 074	1 730	5 800	241	1 575	237	9 105
1966	2 840	2 714	2 343	6 192	712	1 935	355	10 470
1967	3 598	3 458	2 944	9 622	1 194	2 365	439	14 931
1968	5 090	4 970	4 080	13 484	919	3 788	955	21 352
1969	6 391	6 213	5 390	17 613	839	5 347	1 455	28 350
1970 — Jan.	5 987	5 890	5 228	17 052	899	5 088	1 639	27 368
Fev.	5 988	5 795	5 118	17 144	928	5 359	1 613	27 621
Mar.	5 988	5 807	5 215	17 578	969	5 597	1 719	28 390
Abr.	6 080	5 954	5 252	18 132	1 006	5 695	1 688	29 079
Mai.	6 282	6 051	5 436	18 763	1 047	5 915	1 506	30 114
Jun.	6 300	6 132	5 258	19 909	1 066	6 323	1 544	31 520
Jul.	6 400	6 197	5 413	19 632	1 136	6 284	1 764	31 329
Ago.	6 500	6 390	5 706	19 696	1 203	6 372	1 922	31 774
Set.	6 600	6 412	5 595	19 780	1 270	6 507	1 848	31 882
Out.	6 700	6 482	5 686	19 929	1 286	6 748	1 955	32 363
Nov.	7 200	7 002	6 289	20 568	1 371	6 934	1 758	33 791
Dez.	7 900	7 638	6 720	22 429	1 432	6 771	1 535	35 920
1971 — Jan.	7 450	7 297	6 534	21 666	1 525	6 804	1 786	35 004
Fev.	7 500	7 288	6 553	21 765	1 607	6 965	1 830	35 283
Mar.	7 400	7 208	6 410	22 109	1 762	7 069	1 976	35 588
Abr.	7 500	7 346	6 493	22 970	1 774	7 285	1 977	36 748
Mai.	7 600	7 405	6 355	24 218	1 888	7 366	1 972	37 939
Jun.	7 600	7 447	6 273	26 627	2 016	7 572	1 754	40 472
Jul.	7 800	7 650	6 735	26 385	2 220	7 831	1 779	40 951
Ago.	7 800	7 629	6 556	27 253	2 352	7 959	1 874	41 768
Set.	8 000	7 772	6 677	28 145	2 534	8 641	1 765	43 463
Out.	8 200	8 058	7 064	28 908	2 872	8 913	2 108	44 885
Nov.	8 700	8 430	7 156	30 510	3 088	9 093	2 082	46 768
Dez.	9 750	9 498	8 555	29 702	3 253	8 903	2 284	47 160
1972 — Jan.	9 350	9 056	7 987	29 024	3 436	8 640	2 502	45 651
Fev.	9 250	8 941	7 954	29 315	3 561	8 998	2 215	46 267
Mar.	9 450	9 326	8 509	29 742	3 677	9 736	2 389	47 987
Abr.	9 550	9 425	8 594	30 444	3 743	9 990	2 446	49 028
Mai.	9 750	9 465	8 377	31 843	4 012	10 190	2 222	50 410
Jun.	9 950	9 709	8 748	34 155	3 977	10 325	2 451	53 228
Jul.	10 150	9 891	8 713	33 504	4 113	10 966	2 330	53 183
Ago.	10 150	9 819	8 807	34 086	4 941	11 598	2 525	54 491
Set.	10 550	10 321	9 416 [3]	35 095 [3]	5 145 [3]	11 947	2 431 [3]	56 458 [3]
Out.	10 750	10 496	9 380 [3]	36 751 [3]	5 424 [3]	12 171	2 544 [3]	58 302 [3]
Nov.	11 126	10 857	9 685 [3]	38 435 [3]	6 217 [3]	12 524	3 167 [3]	60 644 [3]
Dez.	...	...	...	41 500 [4]	...	...	...	63 500 [4]
1973 — Jan.	...	...	...	40 700 [4]	...	...	...	61 500 [4]
Fev.	...	...	...	41 000 [4]	...	...	...	62 500 [4]
Mar.	...	...	...	41 900 [1]	...	...	...	64 400 [4]

[1] Exclui depósitos para investimentos ao Banco da Amazônia a partir de março de 1969.

[2] Inclui empréstimos da caixa de mobilização bancária no período 1960-64 e os empréstimos da Resolução n.º 168 do Banco Central.

[3] Estimativas.

[4] Estimativas de CONJUNTURA ECONÔMICA.

Fonte: Boletim do Banco Central.

Tabela II — Bancos comerciais — balancete consolidado — saldos em final de ano ou mês — Cr$ milhões

Período	Ativo					Passivo		
	Encaixe				Empréstimos ao setor privado	Depósitos à vista	Outros depósitos[1]	Outras contas (saldo líquido)
	Voluntário		Compulsório					
	Caixa	Depósitos no Banco do Brasil	Em moeda	Em títulos				
1967	514	842	1 504	391	8 051	9 622	1 533	147
1968	890	1 017	1 965	958	13 031	13 492	2 440	1 939
1969 — Mar.	564	891	1 983	1 166	13 638	13 844	2 497	1 901
Jun.	789	838	1 985	1 417	14 777	15 011	2 631	1 164
Set.	569	911	1 812	1 628	16 369	15 373	2 804	3 112
Dez.	324	1 260	1 982	1 587	18 114	17 613	2 991	3 163
1970 — Jan.	662	883	2 226	1 755	18 310	17 052	3 187	3 597
Fev.	677	1 071	1 840	1 980	18 606	17 144	3 245	3 785
Mar.	592	1 077	1 685	2 174	19 041	17 578	3 206	3 785
Abr.	702	1 056	1 661	2 185	19 537	18 132	3 294	3 715
Mai.	615	1 137	1 712	2 268	20 193	18 763	3 388	3 774
Jun.	874	1 294	1 720	2 323	21 008	19 909	3 446	3 864
Jul.	784	1 132	1 782	2 456	21 521	19 632	3 592	4 451
Ago.	449	968	1 751	2 475	22 144	19 697	3 713	4 577
Set.	817	971	1 732	2 533	22 454	19 780	3 869	4 858
Out.	796	1 283	1 739	2 543	22 807	19 929	3 976	5 263
Nov.	713	1 043	1 783	2 571	23 452	20 568	4 057	4 937
Dez.	919	1 386	1 857	2 635	24 287	22 429	4 162	3 493
1971 — Jan.	763	1 059	2 043	2 840	24 380	21 666	4 316	5 103
Fev.	736	1 087	1 963	2 834	24 858	27 765	4 394	5 319
Mar.	826	1 005	1 982	2 899	25 354	22 038	4 400	5 628
Abr.	872	1 360	2 012	2 897	26 591	22 970	4 776	5 986
Mai.	1 051	1 558	2 019	2 918	27 053	24 218	4 588	5 793
Jun.	1 174	1 775	2 078	3 012	28 063	26 627	4 768	4 707
Jul.	914	1 513	2 163	3 154	28 982	23 685	5 052	5 289
Ago.	1 073	1 670	2 253	3 177	29 595	27 253	5 253	5 262
Set.	1 095	1 540	2 257	3 172	30 747	28 145	5 509	5 157
Out.	994	1 382	2 324	3 359	32 158	28 908	5 850	5 945
Nov.	1 274	1 623	2 394	3 394	33 420	30 519	5 954	5 632
Dez.	943	2 154	2 442	3 501	35 134	29 702	6 585	7 887
1972 — Jan.	1 096	1 714	2 840	3 737	35 358	29 024	6 924	8 797
Fev.	1 012	1 493	2 514	3 698	36 149	29 315	7 061	8 490
Mar.	817	1 295	2 416	3 590	37 402	29 742	7 172	8 606
Abr.	831	1 491	2 631	3 731	38 359	30 444	7 036	9 563
Mai.	1 088	1 775	2 659	3 786	39 940	31 843	7 408	9 997
Jun.	961	1 597	2 740	3 829	42 308	34 155	7 437	9 843
Jul.[2]	1 178	1 536	2 824	4 047	42 944	33 504	8 324	10 701
Ago.[2]	1 012	1 522	2 856	4 093	44 077	34 086	8 654	10 820
Set.[2]	896	1 360	2 939	4 175	45 164	35 095	7 969	11 470
Out.[2]	1 116	1 729	3 051	4 312	46 660	36 751	8 340	11 777
Nov.[2]	1 172	2 130	3 278	4 546	49 235	38 435	9 492	12 434
Dez.[3]	...	...	...	...	51 600	41 500	...	...
1973 — Jan.[3]	...	...	...	...	51 800	40 700	...	...
Fev.[3]	...	...	...	...	52 800	41 000	...	...
Mar.[3]	...	...	...	...	54 100	41 900	...	...

[1] Inclui depósitos do FGTS, depósitos para investimentos, judiciais, vinculados e os depósitos a prazo.

[2] Dados provisórios.

[3] Estimativas de CONJUNTURA ECONÔMICA.

Fonte: Boletim do Banco Central.

segundo declaração de autoridades do Banco Central, já alcançava a cifra de Cr$ 31 bilhões no início de maio, com acréscimo da ordem de Cr$ 5 bilhões sobre a posição de final de 1972. O crescimento da atividade econômica e a melhoria da liquidez bancária permitem supor que os bancos comerciais tenham expandido rapidamente suas operações até final do mês de maio.

A colocação de letras do Tesouro Nacional no mercado aberto continuou a representar o mecanismo básico utilizado pelas autoridades monetárias para regular a oferta de moeda. Do anteriormente citado valor de Cr$ 31 bilhões da dívida pública federal em títulos, cerca de Cr$ 15 bilhões referiam-se a LTN e Cr$ 16 bilhões a ORTN. Note-se, pois, que o saldo de LTN em circulação passou de Cr$ 3 880 milhões em 31-12-71, para Cr$ 10 204 milhões em 31-12-72 e para Cr$ 15 bilhões em princípios de maio. A dimensão atingida pelo mercado de LTN já permite às autoridades monetárias considerável margem de manipulação no movimento de compras e vendas no mercado aberto, com objetivo de regular a liquidez da economia.

Tabela III — Meios de pagamentos — variações percentuais em relação a igual mês do ano anterior

Final de	1970	1971	1972	1973
Janeiro	29,6	27,9	30,4	34,7[1]
Fevereiro	29,0	27,7	31,1	35,1[1]
Março	27,5	25,4	34,8	34,2[1]
Abril	28,5	26,4	33,4	
Maio	30,8	26,0	32,9	
Junho	31,9	28,4	31,5	
Julho	33,2	30,7	29,9	
Agosto	30,8	31,5	30,5	
Setembro	27,4	36,3	29,9[1]	
Outubro	27,9	38,7	29,9[1]	
Novembro	27,2	38,4	29,7[1]	
Dezembro	26,7	31,3	34,6[1]	

[1] Estimativas.

Fonte: (dados originais) até nov./72, Banco Central; dez./72 a mar./73, estimativas de CONJUNTURA ECONÔMICA.

DESENVOLVIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DEALERS

Fato importante ocorrido no mercado aberto em 1973 foi a passagem de diversas instituições financeiras do estágio de **pré-dealers** para o de **dealers.** Desde a instituição das operações no mercado aberto no país, o Banco Central vinha preparando as bases para a formação dos **dealers,** que desempenham função auxiliar de extrema importância para uma eficiente orientação do **open market.** Essas instituições, escolhidas dentre as que apresentam melhor desempenho técnico e ético nas operações no mercado aberto, auxiliam as autoridades monetárias na tarefa de regular o estoque de moeda da economia, contribuindo ainda para assegurar maior estabilidade e disciplinamento do mercado monetário.



Os **dealers** deverão trabalhar em estreita relação com o Banco Central, inclusive ajudando-o a melhor diagnosticar as condições do mercado. Deverão possuir carteira própria de títulos, não se limitando a meros intermediários, assumindo riscos de prejuízo quando tal se tornar necessário para que os objetivos da política monetária possam ser alcançados. Nenhuma instituição **dealer** possui esse **status** como condição definitiva, nem é feito credenciamento formal por parte do Banco Central. Essa flexibilidade permite aprimoramento contínuo do sistema, uma vez que não dá margem ao aparecimento de privilégios e estimula as instituições financeiras participantes à melhoria dos padrões técnicos e éticos.

INDICADOR DA LIQUIDEZ BANCÁRIA

Desde o número anterior o gráfico indicador da liquidez bancária foi reformulado, pois o saldo real dos empréstimos de liquidez, antes utilizado, constitui bom indicador para períodos relativamente curtos (até seis meses), apresentando contudo, tendenciosidades, que poderiam levar as interpretações errôneas quando da comparação entre posições mais espaçadas. Isto porque, mantido um mesmo nível da liquidez bancária, os citados redescontos tendem a se elevar na proporção do crescimento das operações dos bancos. Assim, o gráfico antigo mostrava tendência a indicar redução da liquidez dos bancos mesmo quando tal não ocorresse, ou melhoria menos significativa que a efetivamente verificada.

O novo gráfico elimina aquela tendenciosidade, ao mostrar a evolução da relação entre os redescontos de liquidez e os depósitos totais dos bancos comerciais. Caso os leitores comparem o novo gráfico com o anterior, constatarão que a sua conformação básica é a mesma mas que a melhoria da liquidez bancária observada nos últimos anos aparece com mais contraste no novo indicador. Esse comportamento parece corresponder à realidade. Em 1972, sobretudo, a elevação da liquidez bancária e da economia de modo geral foi marcante; a velocidade-renda da moeda sofreu ligeiro declínio (mesmo na presença de grande aumento de outros ativos substitutos da moeda), o que parece explicar o fenômeno em questão. No corrente ano, caso seja mantida a mesma orientação na política monetária, adotada nos últimos anos, a liquidez real da economia deverá continuar em ascensão.

O acesso ao crédito bancário deverá permanecer em condições favorecidas, a menos que haja mudança de orientação da política monetária com objetivo de neutralizar as pressões inflacionárias oriundas de excesso de moeda na economia.

Tabela IV — Produto interno bruto a preços correntes (PIB) e meios de pagamentos (M)

Período	Variação anual (%)		Velocidade renda PIB M	Variação acumulada (%)		
	PIB corrente	Estoque médio dos meios de pagamentos		Período	PIB corrente	Estoque médio dos meios de pagamentos
1968	39,7	42,5	5,52	1968 72	198	194
1969	33,3	23,3	5,56	1969 72	123	122
1970	31,2	29,1	5,65	1970 72	71	72
1971	34,1	31,0	5,78			
1972	27,4	31,5	5,59			

Fonte dos dados originais: Banco Central e Fundação Getulio Vargas.

NOVOS TETOS PARA CAPTAÇÃO DE DEPÓSITOS

A Resolução n.º 256 do Banco Central, de 26-4-73, fixou novos limites máximos para captação de depósitos pelos bancos comerciais, em função do capital mínimo e reservas livres. Os novos tetos vigorarão a partir de 30-9-73, sendo dado assim um prazo de cinco meses para que os bancos se adaptem às novas normas.

Ficou estabelecido limite-teto para captação de depósitos à vista e a prazo nas seguintes proporções: a) para bancos cujo capital esteja ajustado às disposições da Resolução n.º 204 (que regula os níveis de capital mínimo) o teto será o de 10 (dez) vezes o montante do capital realizado e reservas livres; b) para os bancos não ajustados à Resolução n.º 204 o teto será de 10 (dez) vezes o capital integralizado, mais 5 (cinco) vezes as reservas livres.

Na hipótese de os depósitos captados ultrapassarem, em determinado período, os percentuais estabelecidos, fica o banco obrigado a aplicar o excedente na compra de letras do Tesouro Nacional ou ORTN, que ficarão em custódia no Banco Central.

É provável que a maioria dos bancos já esteja atendendo à nova disposição por deter depósitos em nível inferior ao teto fixado pela Resolução n.º 256. De qualquer modo, o novo critério terá como efeito o estímulo para aumento de capital por parte dos bancos com elevada proporção de depósitos em relação ao capital e reservas. Com a Resolução n.º 256 foi revogada a de n. 205 de 20-12-71, que tratava da mesma matéria.

Olympia CP-400
prova no papel a sua rapidez

o cérebro mais bem desenhado do mundo.

Mais uma vez, a tecnologia alemã prova a sua perfeição. A Olympia CP-400 é a mais inteligente calculadora eletrônica da atualidade, em sua categoria. E tudo o que ela faz - com incrível rapidez - deixa também escrito, para provar a sua capacidade e o seu talento. Números, pontos decimais, vírgulas e símbolos de função do processo de cálculo são impressos com uma velocidade de 3 linhas por segundo. A construção e o planejamento da Olympia CP-400 têm, principalmente, a honestidade técnica alemã, respeitada no mundo inteiro. Ponha-a a seu serviço e veja como funciona um cérebro perfeito: 4 espécies de cálculos básicos, fator constante, acumulação de produtos e de quocientes, capacidade de 12 posições, porcentagem automática, escolha de arredondamentos etc. E tudo isso na ponta dos dedos, com o máximo conforto. Chame um representante da Olympia agora mesmo. Amanhã você poderá ter uma CP-400 em demonstração na sua empresa. E vai poder calcular, num instante, quanto tempo foi perdido antes da Olympia.





Olympia do Brasil

São Paulo - Matriz - Rua Avanhandava, 126 - Tels.: 257-3330 - 257-3492 - 257-2296.
Rio de Janeiro - Rua Mena Barreto, 161 - Tels.: 266-5207 - 266-5106.
Salvador - Rua Araújo Pinho, 56 - Tel.: 5-0360.
Bauru - Rua 1.° de Agosto, 9-38 - Tel.: 2-3295.

O E - Consulta n.° 45/63
Bureau

Tesouro nacional- superavit de Cr$ 1.759,9 milhões até abril

O balanço financeiro do Tesouro Nacional no primeiro trimestre do ano apresentou receita de Cr$ 11 259,6 milhões, e despesa de Cr$ 9 840,2 milhões, resultando superavit de Cr$ 1 419,4 milhões que, comparado com igual período de 1972, reflete redução de 2,1%.

Confrontados os valores registrados no trimestre, com a execução até fevereiro do corrente ano, observa-se o seguinte comportamento:

Tabela I — Tesouro Nacional — execução financeira — 1973 — Cr$ milhões

Especificação	Jan./fev.	Jan./mar.	Março	Var. %
Receita	7 400,8	11 259,6	3 858,8	52,1
Despesa	5 859,6	9 840,2	3 980,6	67,9
Resultado de caixa*	+1 541,2	+1 419,4	− 121,8	−7,9

Fontes: Banco do Brasil e Banco Central.

* + superavit, − deficit.

O crescimento apresentado pela receita, no mês de março, de aproximadamente 52%, foi insuficiente para cobrir a movimentação de gastos em aproximadamente 68%, ocasionando no referido mês um deficit de caixa na ordem de Cr$ 121,8 milhões.

RECEITA

A receita global, se comparados iguais períodos de 1972 e 1973, apresentou incremento de 46,4%, sendo que, a preços de janeiro de 1972, seu crescimento foi de 27,7%.

A receita tributária, que em igual período de 1972 participava com 97,3%, apresenta-se neste trimestre com representatividade de 88% no total dos recursos de caixa, em face de maior participação do item **outras receitas** que representou 2,7% em 1972, contra 12% no corrente exercício.

Em volume de recursos arrecadados, os impostos sobre produtos industrializados, de renda e sobre combustíveis e lubrificantes, sendo os mais expressivos, participam com 73,0% no total da receita, contra 82,8% em igual período de 1972.

O imposto sobre produtos industrializados, responsável por 34% dos recursos de caixa do Tesouro, apresenta um dos menores crescimentos neste trimestre: 16,7% a preços correntes e 1,9% a preços constantes, se comparados iguais períodos de ambos os exercícios. A ocorrência desta anomalia está estreitamente ligada às portarias do Ministério da Fazenda de nºs 285 e 290, de dezembro de 1972, que, com a finalidade de suprirem capital de giro a determinados setores da economia, prorrogaram os prazos de recolhimento do referido imposto para os meses de fevereiro e março do corrente ano. Como a arrecadação dos últimos dez dias pela rede bancária só sensibiliza a caixa do Tesouro nos primeiros dias do mês subseqüente, no mês de abril provavelmente a arrecadação efetiva do mencionado tributo apresentará variação compatível com sua estrutura.

Acrescente-se ao fato, o alto grau de utilização do mencionado tributo como instrumento de política fiscal, através de uma gama de incentivos concedidos nos últimos exercícios.

Tabela II — Tesouro Nacional — execução financeira jan./mar. — valores correntes e constantes — (preços de janeiro de 1972) — Cr$ milhões

Discriminação	Valores correntes		Valores constantes		Participação s/o total		Variação percentual 1973/1972	
	1972	1973	1972	1973	1972	1973	Correntes	Constantes
Receita (1 + 2):	7 688,5	11 259,6	7 518,9	9 603,0	100,0	100,0	46,4	27,7
1. Receita Tributária (a + b)	7 483,1	9 904,7	7 315,9	8 450,6	97,3	88,0	32,4	95,5
a) Impostos	7 320,7	9 653,5	7 158,0	8 239,4	95,2	85,8	31,9	15,1
Produtos industrializados	3 305,7	3 857,3	3 233,1	3 293,8	43,0	34,3	16,7	1,9
Renda	2 117,9	3 247,6	2 057,7	2 775,3	27,5	28,9	53,3	34,2
Importação	519,3	612,2	511,3	518,6	6,8	5,4	17,9	1,4
Energia elétrica	191,4	262,3	188,0	220,9	2,5	2,3	37,0	17,5
Minerais	30,9	64,1	30,1	57,6	0,4	0,6	107,4	91,4
Único s combustiveis e lubrificantes	941,3	1 105,9	924,8	941,1	12,3	9,8	17,5	1,8
Transp.: rodoviário de passageiros	19,7	24,0	15,0	19,2	0,2	0,2	21,8	28,0
Atribuido à União nos Territórios	1,0	2,8	0	0	0	0	180,0	0
Operações financeiras	193,5	477,3	188,0	412,9	2,5	4,3	146,7	119,6
b) Taxas	162,4	251,2	157,9	211,2	2,1	2,2	54,7	33,8
2. Outras receitas[1]	205,4	1 354,9	203,0	1 152,4	2,7	10,0	559,6	467,7

[1] Inclui receita não classificada e recursos em trânsito.
Fontes: Banco Central do Brasil e Banco do Brasil.

Quanto ao imposto único sobre combustíveis e lubrificantes, o reduzido crescimento de 17,5% apresentado, que a preços de janeiro de 1972 representa 1,8%, baseia-se fundamentalmente na sua utilização como fator compensatório, através de reduções de alíquotas, nos aumentos de preços concedidos aos combustíveis e lubrificantes, ocasionando, desta forma, menor impacto no nível de preços.

O imposto único sobre minerais, apesar de representar 0,6% do total de recursos, retrata a significativa variação de 107,4% quando se compara sua evolução com a de igual período de 1972. Tal fato resulta de alteração nas alíquotas vigentes no final do exercício anterior.

A arrecadação do imposto de renda — segunda fonte mais importante da receita federal (29%) — ao se situar 53% acima dos níveis verificados no exercício anterior, reflete, além da produtividade normal do tributo, controle cada vez mais aprimorado por parte das autoridades fazendárias, para evitar a sonegação fiscal.

Quanto aos demais impostos suas participações podem ser consideradas normais, salvo o imposto sobre operações financeiras que, participando com 4,3% no total da receita, acusa neste trimestre variação de 146,7%.

Segundo a área de incidência, os impostos diretos, representados pelo imposto de renda, apresentam-se basicamente com a mesma participação no total da receita, havendo apenas pequenas oscilações entre participação dos impostos indiretos e "outras receitas".

Tabela III — Tesouro Nacional — participação dos tributos no total da receita (%)

Período	Impostos diretos	Impostos indiretos
1970	24,1	68,3
1971	23,5	65,5
1972	25,6	65,5
1973		
Jan./mar.	28,9	60,0

Fonte: Banco Central do Brasil.

DESPESA

A despesa efetiva nestes três primeiros meses foi da ordem de Cr$ 9 840,2 milhões, representando, em relação à de igual período do ano anterior, crescimento de 57,7% a preços correntes e 37,7% a preços de janeiro de 1972.

A entrega de recursos às unidades orçamentárias através das cotas de despesa apresenta crescimento de 26%. Aliada à significativa redução dos níveis de ociosidade através dos depósitos do Governo federal à vista (−5,1%), resultou como impacto final de caixa um valor que supera em 49,6% o obtido no período jan./mar. de 1972.

A referida ociosidade representou 43% do valor liberado em 1972 e apenas 32% neste primeiro trimestre, podendo esta redução indicar maior entrosamento entre a liberação de recursos e a capacidade de saldar compromissos por parte das unidades orçamentárias.

Tabela IV — Tesouro Nacional — execução financeira nos exercícios de 1972 e 1973 — período jan./mar. — valores correntes e constantes — (preços de janeiro de 1972) — Cr$ milhões

Discriminação	Valores correntes		Valores constantes		Participação s/o total		Variação percentual 1973/1972	
	1972	1973	1972	1973	1972	1973	Correntes	constantes
Despesa	6 238,5	9 840,2	6 091,5	8 386,6	100,0	100,0	57,7	37,7
Pagamentos, juros e comissões	182,0	216,8	176,6	184,5	2,9	2,2	19,1	4,5
Cotas de despesa (efetivas)	3 792,6	5 674,0	3 703,6	4 830,7	60,8	57,6	49,6	30,4
Distribuição da receita vinculada	1 421,4	2 524,9	1 388,9	2 155,4	22,8	25,7	77,6	55,2
Fundos de participação	534,1	852,5	523,9	729,6	8,6	8,7	59,6	39,3
Diversas	308,4	572,0	298,5	486,4	4,9	5,8	85,5	63,0

Fonte: Banco Central do Brasil e Banco do Brasil.

Tabela V — Tesouro Nacional — cotas de despesa — período: jan./mar. de 1972 e 1973

Especificação	1972	Part. s/total	1973	Part. s/total	Var. %
Cotas de despesa	6 681,3	100	8 416,6	100	26,0
Depósitos do Gov. Federal, à vista	2 888,7	43,2	2 742,6	32,6	—5,1
Cotas de despesa efetiva	3 792,6	56,8	5 674,0	67,4	49,6

Fontes: Banco do Brasil e Banco Central do Brasil

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

O Tesouro Nacional, através as operações de crédito ligadas à execução financeira e à política monetária, forneceu recursos às autoridades monetárias, neste trimestre, na ordem de Cr$ 4 151,5 milhões contra Cr$ 976,1 milhões em igual período de 1972, representando variação de aproximadamente 325%.

Como se depreende da tabela VI a política monetária atuou retirando liquidez do sistema no valor de Cr$ 2 732,1 milhões que, aliada ao resultado de caixa Cr$ 1 419,4 milhões, repercutiu no presente exercício em uma absorção por parte das autoridades monetárias no montante de Cr$ 4 151,5 milhões, contra Cr$ 976,1 milhões em igual período de 1972.

Finalmente, cabe acrescentar que a execução do primeiro quadrimestre apresenta o seguinte comportamento:

Tabela VI — Tesouro Nacional — operações de crédito — período: jan./mar. de 1972 e 1973

Especificação	1972	1973
Superavit de caixa	1 450,0	1 419,4
Débito junto ao público	— 473,9	2 732,1
Absorção p/autoridades monetárias	976,1	4 151,5

Fonte: Banco Central do Brasil.

Tesouro Nacional — execução financeira — 1973 — jan./abr. — Cr$ milhões

Especificação	Jan./mar.	Jan./abr.	Abril	Var. %
Receita	11 259,6	15 194,9	3 935,3	35,0
Despesa	9 840,2	13 435,0	3 594,8	36,5
Resultado de caixa*	+1 419,4	+1 759,9	+ 3 0,5	+24,0

Fontes: Banco do Brasil e Banco Central.
* + superavit

BRASIL EXPORT 73: COMPUTADOR VAI DIZER TUDO

Um computador com cinco terminais espalhados pelos 30 mil m² do local — onde será realizada de 7 a 15 de novembro a Feira Brasileira de Exportação - Brasil Export 73 — vai responder em inglês a todas as consultas que lhe forem formuladas sobre as exportações brasileiras, desde a capacidade de uma firma em produzir determinada mercadoria, até o preço de sua colocação no mercado interessado. O levantamento de todos os dados estatísticos, números, cotações, volume e possibilidades de produção das exportações brasileiras — para alimentar o computador — está sendo feito pelo SERPRO - Serviço de Processamento de Dados, órgão ligado ao Ministério da Fazenda. O Balcão de Informações possibilitará aos empresários europeus conhecer, de imediato, todos os dados referentes aos expositores e seus produtos. Por exemplo: um empresário ligado ao setor têxtil deseja saber qual a produção e perspectivas de importação de uma certa toalha fabricada no Brasil. Se ele está num dos cinco terminais da Feira, consulta a recepcionista encarregada que tratará de mandar seu pedido até o computador central. Praticamente em seguida ele terá, então, em inglês, todas as informações necessárias.

Mercado cambial- taxa do dólar inalterada em maio

A taxa de câmbio permaneceu inalterada em maio último, relativamente ao dólar norte-americano, vigorando as cotações de Cr$ 6,06 para compra, e Cr$ 6,10 para venda. Essas cotações haviam sido estabelecidas com vigência a partir de 24 de abril.

A aparente monotonia no setor cambial decorre não da inexistência de fatores de perturbação no mercado, ainda que externos, mas sim do fato de vigorar um sistema de taxas administradas, onde o Banco Central, por intermédio dos bancos autorizados a operar com câmbio, está capacitado a vender ou comprar qualquer quantidade de divisas estrangeiras que venham a ser demandadas ou oferecidas às cotações fixadas, e dentro das normas estabelecidas e operações permitidas. O sistema de taxas sob controle oferece, portanto, a vantagem adicional de isolar a economia dos efeitos decorrentes de problemas monetários internacionais que, de outra forma, poderiam refletir-se na estabilidade do mercado cambial. Não há dúvida, por outro lado, que a situação das reservas do País, decorrente da capacidade de financiamento dos desequilíbrios em transações correntes, aliada à continuidade da política cambial, remove a possibilidade de qualquer comportamento mais sensível do mercado de câmbio aos problemas monetários internacionais.

A estabilidade da taxa do dólar, entretanto, não impede que as cotações das demais moedas, dentro do País, reflitam as oscilações que vêm ocorrendo nos principais mercados monetários, como fruto das incertezas que vêm caracterizando o sistema desde meados de 1971. CONJUNTURA ECONÔMICA fará no retrospecto semestral, exame das mudanças nas paridades do cruzeiro para com as moedas dos países industrializados.

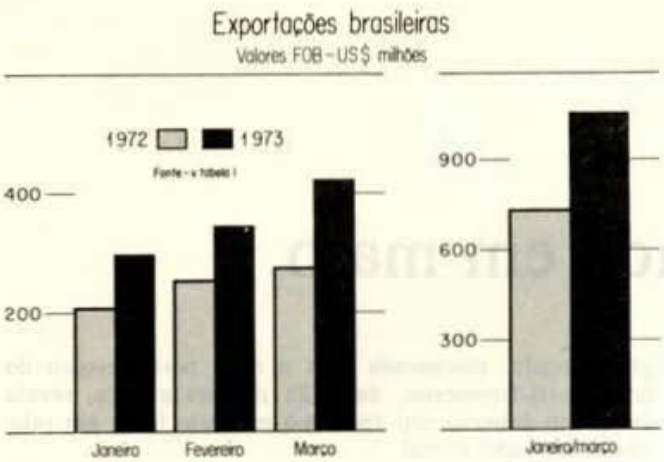
EVOLUÇÃO DA CRISE MONETÁRIA INTERNACIONAL

No âmbito do sistema monetário internacinal, prosseguem os entendimentos dentro do "Grupo dos 20", visando uma reforma mais profunda do sistema, que reintroduza elementos de estabilidade ao mercado. Como os resultados práticos ainda dependem da convergência das posições dos países industrializados no sentido de um ponto comum, o sistema continua demonstrando sensibilidade extrema, muito embora o mais recente realinhamento das paridades cambiais, em fevereiro último, tenha impedido a repetição das "crises das sextas-feiras", dia em que um grande volume de dólares vinha sendo trocado na Europa, por outras moedas fortes, em busca de refúgio contra as incertezas de um fim de semana. A procura de ouro, no entanto, continuava de forma intensa nos últimos dias de maio, de tal modo que o preço do metal ultrapassava 120 dólares a onça, superando de muito a outrora considerada inatingível barreira dos 100 dólares. A cotação atingida, comparada com a nova paridade-ouro do dólar norte-americano, de 42,22 dólares a onça, revela um preço superior em 158% no mercado livre, em relação à paridade oficial.

Para a reforma monetária internacional procuram alguns países abominar o ouro — que já teria cumprido o seu papel no sistema — muito embora a paralela defesa dos Direitos Especiais de Saque, do Fundo Monetário Internacional, que viria a assumir importante papel de reserva internacional, não possa desconhecer sua paridade-ouro, pois que o DES é definido como equivalente a 0.888671 gramas de ouro fino, ou seja, a equivalência do dólar dos Estados Unidos a seu valor-par de 1946. O ouro continua, pois, a ser — além da crescente procura como elemento seguro de reserva — um ponto de referência, um parâmetro, em relação ao qual fixam-se as paridades das moedas.

A crise monetária tem inspirado tentativa de racionalização do problema, de parte de alguns países que procuram definir as origens da onda especulativa responsável pelo contínuo enfraquecimento do dólar. Uma das teses em moda, fundamenta-se na ênfase dada à interferência dos países produtores de petróleo, que estariam provocando forte especulação no mercado europeu. O exame das contas externas dos países árabes produtores de petróleo indica que Argélia, Egito, Irã e Iraque mantinham, até 1971 (últimos dados disponíveis), deficit na conta de bens e serviços do balanço de pagamentos; não se justifica, portanto, que saldos comerciais possam proporcionar recursos adicionais que, mobilizados com agilidade, provoquem toda a onda especulativa européia. O total de reservas daqueles países, por outro lado, não demonstra disponibilidades de maior vulto, pois em nenhum deles, e nem mesmo no Kuwait, alcançava US$ 1,0 bilhão; e o aumento conjunto nas reservas, em 1972, girou em tão somente US$ 600 milhões.

Na área dos países árabes produtores de petróleo, apenas a Líbia e a Arábia Saudita vinham acumulando reservas nos últimos anos: a Arábia Saudita passou de um saldo de US$ 139 milhões, na conta de bens e serviços, em 1969, para US$ 1 079 milhões em 1971; com isso suas reservas cresceram de US$ 607 milhões para US$ 1 465 milhões, entre 1969 e 1971. Em 1972 teria ocorrido outro saldo em bens e serviços, da ordem de aproximadamente US$ 1,0 bilhão, determinando novo aumento das reservas internacionais, que atingiram US$ 2 512 milhões em fins de 1972. A Líbia também vem melhorando suas transações externas com bens e serviços, tendo passado de US$ 490 milhões de saldo em 1969 para US$ 956 milhões em 1971. As reservas passaram de US$ 918 milhões para US$ 2 665 milhões entre 1969 e 1971, atingindo US$ 2 925 milhões em dez.-72, o



que indica substancial redução do saldo positivo em bens e serviços no último ano.

O exame dos números relativos às reservas dos países árabes produtores de petróleo indica ser pouco fundamentada a argumentação que procura explicar a crise do dólar com base na manipulação de tais recursos. Afinal, um aumento de reservas em 1973 da ordem de US$ 1,3 bilhão, da Arábia Saudita e Líbia, é valor insignificante diante do volume de negociações com o dólar americano na Europa, pois que, no auge da crise do início de 1973 somente o Banco Central da Alemanha Ocidental chegou a trocar US$ 1,0 bilhão em um só dia.

Para um entendimento mais amplo das pressões que o dólar norte-americano vem sofrendo no exterior deve-se-ia considerar que, desde Bretton Woods, em 1944, quando foi confirmada a paridade-ouro do dólar em 35 dólares a onça-troy (equivalente a 31,1 gramas de ouro fino), a perda do poder de compra interno da moeda foi substancial, com perto de 40% apenas no período 1963 a 1972, enquanto o ajustamento com o metal foi de apenas 20,6% desde 1944 (na verdade a paridade-ouro do dólar, confirmada em 1944, é anterior à II Guerra Mundial), o que demonstra quanto fictícia é a paridade-ouro atual. Outro dado relevante é fornecido pelos interesses americanos no exterior: nos anos de 1967 a 1971 o líquido dos investimentos americanos no exterior (já compensados, portanto, os investimentos estrangeiros no país), foi de US$ 16,6 bilhões; somente em 1971 o resultado líquido acusou saída de perto de US$ 5,0 bilhões. É muito difícil, portanto, que um país consiga manter, como vinha acontecendo, elevado superavit em transações correntes, de modo a permitir o reequilíbrio de tal evasão de divisas.

EXPORTAÇÕES — CONTINUADO DINAMISMO

A evolução das exportações brasileiras, até o mês de abril, confirma o excelente desempenho das vendas para o mercado internacional registrado nos últimos anos, e que também vinha se verificando no início de 1973.

As informações mais recentes, inclusive retificando valores provisórios antes publicados, indicam exportações de US$ 296 milhões em janeiro, US$ 342 milhões em fevereiro, US$ 420 milhões em março, e US$ 371 milhões em abril — os dois últimos ainda passíveis de revisão. Com relação ao ano anterior o aumento verificado foi de 42,3%, 35,2%, 54,4% e 11,7%, respectivamente, em janeiro, fevereiro, março e abril (v. tabela I). Somente no primeiro trimestre as vendas totais teriam ultrapassado as exportações de igual período do ano anterior em 44,3%, com US$ 1 058 milhões, contra US$ 733 milhões em 1972. Mesmo com a menor aceleração revelada em abril — baseada em estimativas provisórias — o total dos quatro primeiro meses, US$ 1 429 milhões, supera em 34,2% o valor de jan./abr. de 1972, de US$ 1 065 milhões.

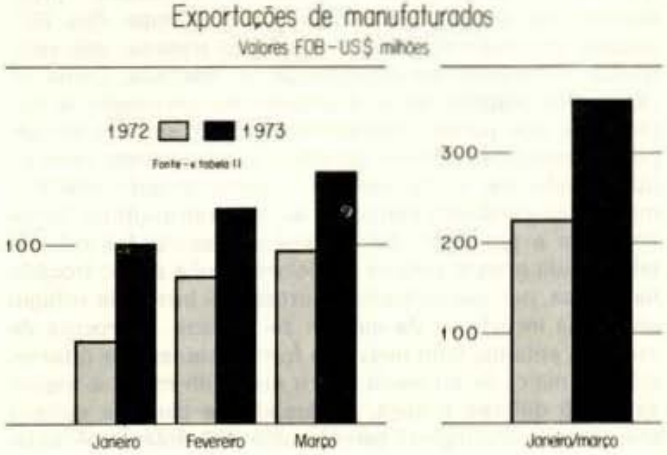
O fato extraordinário, a ser registrado, é que o total estimado para o primeiro quadrimestre, de US$ 1 429 milhões, equivale ao valor global das exportações do ano de 1964, após o qual o comércio exterior brasileiro, no tocante às exportações, passou a apresentar agilização sem precedentes, aumentando ano a ano, e acelerando quase que de forma ininterrupta a taxa de crescimento. Isso, a despeito da consideração de que uma parte do aumento se deva à simples melhoria nos preços.

Tabela I — Exportações brasileiras (FOB) — US$ milhões

Meses	1972	1973	Variação %
Janeiro	208	296	42,3
Fevereiro	253	342	35,2
Março	272	420*	54,4
Jan./mar.	733	1 058	44,3
Abril	332	371*	11,7
Jan./abr.	1 065	1 429	34,2

* Dados provisórios.
Fonte: Cacex.

Dois outros aspectos devem ser salientados, para uma avaliação mais ampla sobre o comportamento do setor externo. De um lado, o fato de que o dinamismo vem sendo mantido em 1973, sem embargo de inúmeras medidas de controle nas exportações de alimentos e produtos destinados à alimentação animal — farinha de peixe, farelo de trigo, milho, farelo de milho, farelo e torta de babaçu, farelo e torta de caroço de algodão, soja e carne bovina — analisadas por CONJUNTURA ECONÔMICA em seu número de março último, e que visam a neutralização dos efeitos decorrentes das boas condições encontradas no mercado internacional sobre a disponibilidade para consumo interno. Outro fenômeno de interesse é a constatação de que as exportações de pro-



dutos manufaturados vêm registrando taxas de crescimento superiores às das exportações globais. Assim, no primeiro trimestre as vendas atingiram US$ 360 milhões (segundo as estimativas preliminares) contra US$ 225 milhões em igual período de 1972, com aumento de 60% (v. tabela II).

Tabela II — Exportações de manufaturados — US$ milhões (FOB)

Meses	1972	1973*	Variação %
Janeiro	48	100	108,3
Fevereiro	81	120	48,1
Março	96	140	45,8
Jan./mar.	225	360	60,0

* Dados provisórios.
Fonte: Cacex.

O comportamento das exportações até o mês de abril indica, portanto, a possibilidade de ser ultrapassada a meta inicialmente prevista para todo o ano, de US$ 4,6 bilhões, que se concretizaria com um crescimento de apenas 15% sobre o ano anterior, taxa que vem sendo superada largamente nos primeiros quatro meses de exportações efetivas.

IMPORTAÇÕES — US$ 760 MILHÕES ATÉ FEVEREIRO

Paralelamente ao crescimento das exportações, também as importações revelam expansão acelerada. Embora se disponha de dados provisórios apenas para os meses de janeiro e fevereiro, os valores registrados de US$ 393 milhões e US$ 367 milhões, respectivamente, superaram substancialmente os valores de US$ 259 milhões e US$ 292 milhões, correspondentes a iguais meses do ano anterior. O total do bimestre, de US$ 760 milhões, revela crescimento de 37,9% sobre o dispêndio de jan./fev. de 1972, quando o valor importado atingiu US$ 551 milhões.

Devido ao continuado crescimento da produção interna, e ao nível elevado de investimentos, a expansão das importações se caracteriza apenas como uma contrapartida. Dois fatos deverão, no entanto, influenciar o comportamento das importações, possivelmente ainda no ano de 1973, cada um atuando num sentido inverso. Primeiramente a implementação de estímulos creditícios para maior participação de bens de capital produzidos internamente, nos programas de novas inversões; de outro lado o crescimento acelerado que vem sendo observado no consumo de produtos siderúrgicos, sem possibilidades de atendimento a curto prazo dentro dos programas de expansão em andamento no setor, com o que o dispêndio com a importação daqueles produtos deverá elevar-se consideravelmente no corrente ano.

Ainda é um pouco cedo para quaisquer previsões sobre o resultado líquido do intercâmbio de mercadorias com o resto do mundo em 1973, pois as informações sobre o valor das importações limitam-se ao período jan./fev. Dado, porém, um deficit comercial em torno de US$ 120 milhões para o bimestre inicial, poder-se-ia talvez especular que o resultado negativo da balança comercial deverá superar, no corrente ano, os valores registrados em 1971 e 1972.

BANCO BOAVISTA S.A.

(SOCIEDADE DE CAPITAL ABERTO)

Só opera no Rio de Janeiro

SEDE: PRAÇA PIO X, 118-A — RIO DE JANEIRO — GB

CARTA PATENTE No 2 744

Inscrito nos Cadastros: Geral de Contribuintes — MF. sob o n.º 33.485.541 e do Estado sob n.º 97.397.01

RESUMO DO BALANCETE GERAL EM 30 DE ABRIL DE 1973

(Compreendendo Sede e Agências)

ATIVO	Cr$	PASSIVO	Cr$
Caixa, Banco do Brasil e Banco Central	90.160.434,42	Capital e Reservas	103.137.545,32
Empréstimos e Descontos	313.166.846,60	Depósitos	381.408.627,85
Outras Aplicações	337.883.915,56	Outras Exigibilidades e Obrigações	307.851.980,24
Edifícios, Móveis e Almoxarifado	55.603.688,31	Resultado Pendente	26.262.931,20
Resultado Pendente	21.846.249,72	Outras Contas	1.306.411.218,82
Outras Contas	1.306.411.218,82		
	2.125.072.353,43		2.125.072.353,43

Rio de Janeiro, 8 de maio de 1973

Luiz Biolchini — Diretor-Gerente
Pedro Humberto Figueiredo — Diretor-Gerente
Fernando Marcos Cavalcanti — Diretor-Gerente

Oséas Martins de Almeida Jor.
CONTADOR CRC 5739 — GB
Chefe da Contabilidade

Candido Guinle de Paula Machado
Diretor-Presidente

Fernando Machado Portella
Diretor-Superintendente

EMPRÉSTIMOS

1) **Operações lastreadas por duplicatas, contratos ou outros títulos, representativos de financiamento à produção de bens e serviços e a sua comercialização:**
   a) por prazo de até 60 dias — 1,3% ao mês
   b) por prazo superior a 60 dias — 1,4% ao mês
2) **Operações de empréstimos a particulares** — 2,3% ao mês

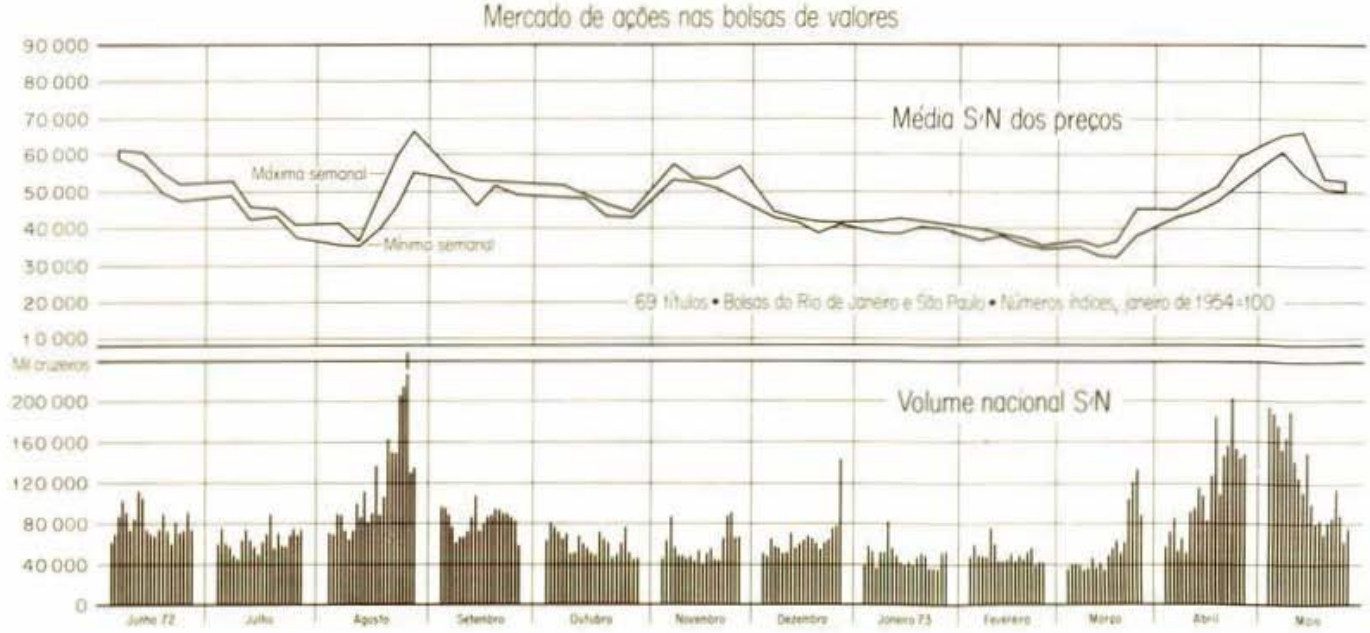
Mercado de ações- mais forte em março e abril

A tendência de alta verificada nos últimos dias de março se manteve durante os meses de abril e maio, mas com oscilações intermediárias bastante acentuadas. A média S-N do seu ponto mais baixo do ano (32 413 em 19 de março) atingiu em apenas 49 dias seu marco mais alto (65 572 pontos), valorizando 102,3%. Subseqüentemente baixou para 52 427 em 29 de maio. O volume de negócios também se recuperou, especialmente na fase de alta. A média diária dos negócios no Rio e S. Paulo foi de Cr$ 110,7 milhões em abril e Cr$ 119,7 milhões em maio.

A causa imediata, mas não necessariamente o motivo fundamental da melhoria do mercado (que experimentou aparente reversão da tendência de baixa verificada nos 21 meses anteriores), foi o anunciado empréstimo da Caixa Econômica às sociedades corretoras, que começou a ser discutido no fim de março. A interpretação originalmente dada a esse assunto era de que as corretoras disporiam de uma linha de crédito a baixo custo para financiar operações com ações. As marchas e contramarchas e as incertezas em torno do assunto contribuíram para as largas oscilações de preço que ocorreram de pregão para pregão ou de hora a hora no mesmo pregão. Mas, já em fins de maio, parecia estar definido que a Caixa Econômica não iria fornecer recursos para sustentar cotações através de empréstimo. Seria antes uma operação de empréstimo hipotecário a fim de fornecer recursos a corretoras com problemas de liquidez a uma taxa de juros bastante normal (9% ao ano mais correção monetária).

A recuperação nas cotações se deu quando estas tinham atingido níveis inusitadamente baixos e o mercado de capitais como um todo se achava com boa liquidez. Cumpre notar que o empréstimo da Caixa Econômica às sociedades corretoras faz parte de um conjunto de medidas e acontecimentos que deverão assegurar a melhoria do mercado de ações a médio prazo.

Outra área na qual a Caixa Econômica tem sido apontada como atuante na recuperação do mercado de ações é a do Fundo dos Fundos. Esta nova área nasceu do fato de o PIS, que é administrado pela



Caixa, ter investido no ano passado em cotas de vários fundos de investimento, devendo esses investimentos ficar centralizados num Fundo dos Fundos. Este também seria oferecido como veículo para investimentos estrangeiros, atualmente impossibilitados de aplicarem em ações da bolsa ou em cotas de fundos. Fora o aspecto de assim se conseguir controlar o fluxo e refluxo de capitais do exterior para as bolsas nacionais, esta idéia parece não reunir características favoráveis à evolução dos investimentos estrangeiros por vários motivos entre os quais: a idéia de Fundos de Fundos está pouco prestigiada no exterior, devido principalmente a seus elevados custos (e também ao caso do IOS); não dá ao investidor direito de escolha; pode parecer tratar-se de um processo de estatização, muito temido nas bolsas mundiais.

Parece que as autoridades já estão conscientes da relativa ineficiência do mecanismo, no que tange aos investimentos estrangeiros. Contudo, a abertura dos nosos mercados de ações à participação estrangeira parece benéfica ao processo de desenvolvimento desde que o assunto seja bem estudado e preparado, a fim de evitar efeitos negativos tais como: violentas oscilações no mercado que já é estreito; e especulação a curto prazo, com prejuízo para a bolsa e para o balanço de pagamentos.

Outras medidas estão atualmente em elaboração e certamente irão favorecer a evolução do mercado. Estuda-se a melhoria no tratamento fiscal de dividendos, se bem que no momento não existam maiores detalhes desse projeto; os fundos de pensão deverão constituir outra medida importante pois, com melhor tratamento fiscal e situação mais favorável em relação ao INPS, serão no futuro, das mais importantes forças de investimento institucional (a exemplo do que tem acontecido nos Estados Unidos e na Europa). Elaboram-se também maiores atrativos fiscais ao investimento em debêntures com **underwritings** amparados pelo FUMCAP, que parece funcionará muito mais como linha de redesconto de lançamentos de títulos de renda fixa a longo prazo do que para financiamento de **underwritings** de ações.

Aliado aos estudos das medidas acima, está havendo aprimoramento na fiscalização e nos sistemas operacionais das bolsas, assim como melhoria considerável nas informações prestadas aos acionistas, fatores estes que contribuirão para maior confiança dos investidores.

Nota-se ultimamente a ocorrência de problemas que vêm provocando certa arritmia no mercado. Observa-se exagero e elevada freqüência de altas e baixas indicando nervosismo e clima de especulação não inteiramente explicáveis como naturais numa reversão de tendências de baixa; note-se também a fraca situação dos fundos **livres**, cujos resgates excederam às vendas num montante de Cr$ 25,5 milhões em abril e Cr$ 12,8 milhões em maio; os fundos livres continuaram bastante ausentes no mercado, não podendo contribuir para a consistência da recuperação nos preços.

Os aspectos acima delineados são, no entanto, de alcance a curto prazo, levando a acreditar que o mercado se estabilize ou continue em seu processo de reação às altas bruscas dos últimos dois meses. Num horizonte mais amplo, há, entretanto, indícios nítidos de que já foi iniciada a recuperação à longa baixa iniciada em junho-71.

CONCISA

CONSTRUTORA CIVIL E INDUSTRIAL S. A. "CONCISA"

SOCIEDADE DE CAPITAL ABERTO - GEMEC - RCA - 72/355
C.G.C. N.o 60.395.167/001

Aviso aos Acionistas
Pagamento de Dividendos de 30% (trinta por cento)

Comunicamos aos Senhores Acionistas que, a partir desta data, iniciaremos o pagamento de dividendos, referente ao exercício de 1972, à razão de 30% (trinta por cento) - "pro rata temporis" por ação, conforme deliberação da Assembléia Geral Ordinária, realizada em 02 de março de 1973.

- as ações ordinárias nominativas ou ao "portador", numeradas de 001 a 5.011.700, terão direito a dividendos de 30% (trinta por cento), ou seja, **Cr$ 0,30 (trinta centavos)** por ação;
- as ações preferenciais ou ao "portador", numeradas de 001 a 5.011.700, terão direito a dividendos de 30% (trinta por cento), ou seja, **Cr$ 0,30 (trinta centavos)** por ação;
- as ações ordinárias ao portador, numeradas de 5.011.701 a 7.511.700, terão direito a dividendos, proporcional e correspondente ao último quadrimestre do exercício, de 10% (dez por cento), ou seja, **Cr$ 0,10 (dez centavos)** por ação;
- as ações preferenciais ao portador, numeradas de 5.011.701 a 7.511.700, terão direito a dividendos, proporcional e correspondente ao último quadrimestre do exercício, de 10% (dez por cento), ou seja, **Cr$ 0,10 (dez centavos)** por ação.

Os rendimentos das ações ao "portador", de possuidores não identificados, serão tributados na fonte.

Os Senhores Acionistas, titulares de ações nominativas, e os possuidores de ações ao "portador", estes quando identificados, poderão, de acordo com a legislação vigente, optar pelo desconto do imposto de renda na fonte, ficando, nesse caso, desobrigados de incluir os dividendos recebidos nas declarações anuais de rendimentos.
Sendo a "CONCISA" registrada como Sociedade Anônima de Capital Aberto — GEMEC-RCA-72/355, o desconto será feito à taxa reduzida de 15% (quinze por cento), calculada sobre o "quantum" do dividendo percebido.
Os Senhores Acionistas, antes da apresentação das cautelas para recebimento de dividendos, deverão preencher formulário próprio, fornecido pelo Departamento de Ações da "CONCISA".
Atendimento: horário comercial, diariamente, exceto aos sábados, à rua Barão de Itapetininga nº 140, 15º andar, conjuntos 151/2 - São Paulo, Capital.

São Paulo, 28 de abril de 1973
Engº Clovis Rosa da Cruz
Diretor Superintendente

CONCISA
CONSTRUTORA CIVIL E INDUSTRIAL S. A. "CONCISA"
ENGENHARIA CONSTRUÇÕES E "MINERAÇÃO"

Arte Nova Prop.



ATUALIZE SEUS CONHECIMENTOS EM ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS

A FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS quer transmitir a você sua experiência em Administração de Empresas. Aproveite quase 30 anos de atividade nessa área.
Cursos destinados a homens de negócio e administradores em geral são apresentados cinco vezes por ano em FEVEREIRO, ABRIL, JUNHO, AGOSTO e OUTUBRO. As inscrições estão permanentemente abertas. Matricule-se pessoalmente ou dê essa possibilidade a seus auxiliares.

CURSOS FUNDAMENTAIS

I BÁSICO DE ADMINISTRAÇÃO (8 semanas)

Princípios de Administração; Organização e Métodos; Administração Financeira; Marketing; Administração de Material; Administração de Pessoal; Psicologia das Organizações; Legislação Fiscal; Legislação Trabalhista.

II ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA I (8 semanas)

Noções de Contabilidade; Análise Econômico-Financeira; Contabilidade Gerencial; Noções de Macroeconomia; Orçamento; Matemática Financeira; Custos; Legislação Fiscal.

III ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA II (8 semanas)

Análise de Balanço (Revisão); Matemática Financeira (Revisão); Balanço de Fontes e Aplicações; Ativo de Operação e Passivo Corrente; Cash Flow; Custos; Capital Budgeting; Financiamento; Orçamento; Noções de Computador; Pesquisa Operacional; Projeto Econômico.

IV MARKETING (8 semanas)

Administração de Marketing; Pesquisa de Marketing; Planejamento e Previsão de Vendas; Canais de Distribuição; Promoção de Vendas; Propaganda; Administração da Força de Vendas; Ferramentas Financeiras do Marketing; Desenvolvimento do Produto; Compras; Comunicações no Marketing.

V PESSOAL (8 semanas)

Introdução à Administração de Pessoal; Delineamento de Cargos; Recrutamento, Seleção e Colocação; Treinamento; Avaliação de Desempenho; Administração de Cargos e Salários; Movimentação de Pessoal; Legislação Trabalhista.

VI ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS (8 semanas)

Estruturas de Organização; Impacto de Novas Técnicas; Tempos e Movimentos; Lay-Out; Ferramentas de Análise; Técnica de Arquivo; Máquinas de Escritório; Análise de Sistemas.

CURSOS ESPECIAIS (Duração variável)

NOÇÕES DE CONTABILIDADE PARA ADMINISTRADORES; ANÁLISE DE BALANÇO E BOLSA DE VALORES; CUSTOS INDUSTRIAIS; ORÇAMENTO; MATEMÁTICA FINANCEIRA; SIMPLIFICAÇÃO DO TRABALHO; PERT; AVALIAÇÃO DE CARGOS; COMUNICAÇÕES NA EMPRESA; PESQUISA OPERACIONAL; LEGISLAÇÃO TRABALHISTA; IMPOSTO DE RENDA; PROJETO ECONÔMICO FINANCEIRO; NOÇÕES DE COMPUTADOR; JOGO DE NEGÓCIOS E OUTROS;

NOTA:
Os *Cursos Especiais* não obedecem a programação sistemática. As turmas são constituidas em função do interesse dos candidatos.

CURSO DE ATUALIZAÇÃO PARA A ALTA ADMINISTRAÇÃO (8 meses)

Revisão de Matemática; Revisão de Economia; Administração Econômico-Financeira; Problemas de Marketing; Pesquisa Operacional; Teoria da Decisão; Sistema Global de Controle de Empresa; Estratégia de Empresas; Noções de Computador; Jogo de Negócios.

HORÁRIO DAS AULAS

1.º tempo: 18:45 às 20:00 horas
2.º tempo: 20:15 às 21:30 horas

INÍCIO DOS CURSOS

FEVEREIRO, ABRIL, JUNHO, AGOSTO E OUTUBRO

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Praia de Botafogo n.º 190 sala 312 Telefones: 246-6934 e 266-1512 Ramal 112-GB

Mercado de empregos - novamente firme

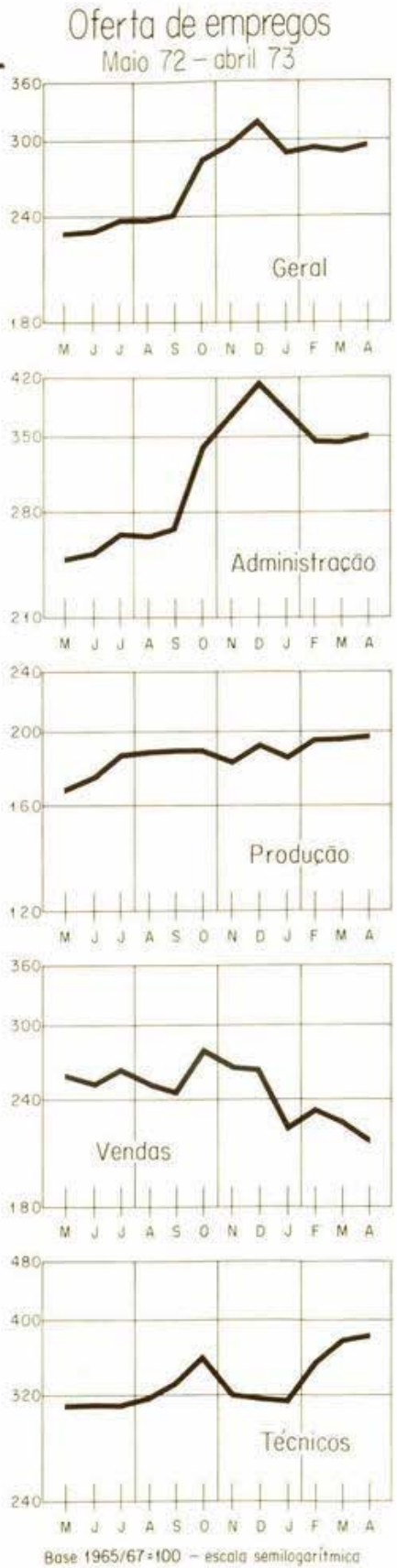
Voltou a crescer, terminado o primeiro trimestre, a oferta de empregos em geral, traduzida através de anúncios publicados na imprensa paulista (v. gráfico). Depois da violenta alta do final do ano, a procura de pessoal caiu ligeiramente, estando agora em recuperação. Tal fato decorre fundamentalmente do continuado crescimento da economia em geral e da expectativa das empresas de que esse crescimento perdure.

No setor de empregos administrativos, o fenômeno foi semelhante (v. gráfico). Note-se que ao longo dos últimos doze meses o crescimento do referido setor foi mais pronunciado do que o geral.

Continua lento, mas seguro, o acréscimo de procura de pessoal de produção (v. gráfico), uma vez que não é fácil alterar rapidamente o nível de atividade e, em conseqüência, os quadros das fábricas. Contudo, também aqui se verifica que as empresas estão esperando aumento das encomendas e, portanto, da produção, o que, por sua vez, virá exigir maior número de funcionários.

No setor de vendas (v. gráfico), como já notado, a procura de pessoal vem declinando continuamente. Isso se deve ao fato de não haver maiores expectativas, a curto prazo, de parte das instituições ligadas ao setor financeiro, de colocar seus serviços em quantidade superior à atual. A maioria dos elementos que se dedicavam a esse tipo de venda mudaram de ramo. Por outro lado, os produtos da indústria de transformação não exigem mais, dadas as atuais características do mercado, o uso em escala elevada, de vendedores.

A crescente procura de pessoal técnico (v. gráfico) mostra que as empresas acreditam na continuidade do crescimento, contratando para isso projetistas e operadores. Assim, nesse campo, vem sendo batido o recorde de oferta de empregos. Note-se que, entre os cargos que requerem também formação técnica especializada, para funções de administração média e superior das empresas, os salários oferecidos alcançam níveis próximos aos das nações altamente desenvolvidas. Isso não quer dizer que o profissional tenha o mesmo poder de compra que teria em outros países, mas dólar por dólar, para funções iguais, os salários no País, nessa faixa, parecem mais elevados que no exterior.



Banco da Amazônia S. A.

Av. Presidente Vargas, n.º 800 — BELÉM — PARÁ

SOCIEDADE DE CAPITAL ABERTO — GEMEC — R. 71/1939

Cadastro Geral de Contribuintes - C.G.C. n.º 04902979

BALANCETE GERAL — EM 30 DE ABRIL DE 1973

ATIVO

DISPONÍVEL:			73.443.195,25
REALIZÁVEL:			
Empréstimos:			
À Produção	442.022.313,66		
Ao Comércio	676.742.379,42		
A Atividades não Especificadas	71.889.644,86		
A Entidades Públicas	9.713.352,46	1.200.367.690,40	
Outros Créditos:			
Banco Central — Recolhimentos	18.326.282,79		
Compensação — Nossa Remessa	22.440.142,76		
Compensação — A Remeter	319.264,94		
Compensação — A Devolver	831.244,02		
Cheques e Ordens a Receber	367.659,41		
Correspondentes no País	10.781.055,09		
Departamentos no País	1.617.865.878,47		
Outras Contas	143.951.213,63	1.814.882.741,11	
Valores e Bens:			
Títulos à Ordem do Banco Central	8.672.575,86		
Outros Valores	27.301.684,23	35.974.260,09	
Bens		4.084.854,43	3.055.309.546,03
IMOBILIZADO:			
Imóveis de Uso, Reavaliação e Imóveis em Construção		60.842.895,76	
Móveis e Utensílios Almoxarifado Sistemas de Comunicação e Segurança		17.304.217,72	78.147.113,48
RESULTADO PENDENTE:			49.402.002,68
CONTAS DE COMPENSAÇÃO:			1.577.146.371,91
TOTAL		Cr$	4.833.448.229,35

PASSIVO

NÃO EXIGÍVEL:			
Capital:			
De Domiciliados no País		200.000.000,00	
Reservas e Fundos		129.414.211,84	329.414.211,84
EXIGÍVEL:			
Depósitos:			
À vista e a curto Prazo:			
Do Público	141.449.338,83		
De Entidades Públicas	202.333.324,35	343.782.663,18	
A Médio Prazo:			
Do Público:			
A Prazo Fixo	379.278.976,43		
De Entidades Públicas	15.400.000,00	394.678.976,43	
Outras Exigibilidades:			
Compensação — Sua Remessa	13.745.572,53		
Cheques e Documentos a Liquidar	97.751,07		
Cobrança Efetuada em Trânsito	769.929,54		
Ordens de Pagamento	265.176.328,63		
Correspondentes no País	4.858.572,55		
Departamentos no País	1.404.670.620,20		
Outras Contas	85.063.525,21	1.774.382.299,73	
Obrigações (Especiais):			
Recebimentos p/conta do Tesouro Nacional	2.740.215,00		
Recebimentos de Imp. Estaduais e Municipais	1.077,97		
Redescontos e Empréstimos no Banco Central	93.664.109,48		
Depósitos Obrigatórios — FGTS	1.781.752,53		
Caixa Econômica Federal — PIS	346,31		
Obrigações por Refinanciamentos e Repasses Oficiais	178.316.505,63		
Outras Contas	437.320,01	276.941.147,26	2.789.785.086,60
RESULTADO PENDENTE:			137.102.559,00
CONTAS DE COMPENSAÇÃO:			1.577.146.371,91
TOTAL		Cr$	4.833.448.229,35

Belém (Pará), 14 de maio de 1973. BANCO DA AMAZÔNIA S.A. — Presidente: JORGE BAFOT MIRANDA — Diretores: **Francisco Edson de Oliveira, Francisco de Jesus Penha, Francisco Tarcísio de Oliveira Lima, Marçal Marcelino da Silva Filho, Nilo Alberto Barroso** — Chefe da Divisão de Contabilidade: **Bernardino Fernandes de Sá**, Técnico em Contabilidade, CRC — Pa. — Reg. n.º 1.121, CPF 000154822.

CIRCULAR N.º 173, DE 22/FEV./72, DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

TAXAS MÁXIMAS COBRADAS POR ESTE BANCO, NO MES DE ABRIL/1973.

1. CRÉDITO GERAL

I — A Particulares 27,6% a.a.

II — Ao Comércio e a Indústria:

a) — Com prazo até 60 dias 15,6% a.a.

b) — Com prazo superior a 60 dias 16,8% a.a.

III — À Comercialização da Produção Rural — Notas Promissórias Rurais e Duplicatas Rurais 15,0% a.a.

2. CRÉDITO INDUSTRIAL

I — Até 60 dias 15,6% a.a.

II — Superior a 60 dias e até 12 meses 16,8% a.a.

III — Acima de 12 meses, Juros de 8% a.a. e mais Correção Monetária igual a das ORTN

3. CRÉDITO RURAL

I — Custeio Rural:

a) — Prazo até 1 ano 13% ou 15% a.a.

b) — Prazo superior a 1 ano e correção monetária d 5% ou 7% a.a. 8% a.a.

II — Fatores Técnicos de Produtividade:

a) — máxima 7% a.a.

b) — mínima sem juros

III — Investimento Rural:

a) — Fundiários 12% a.a.

b) — Demais Investimentos 7% a.a.

Mercado de capitais-
permitida participações sucessivas de instituições financeiras

A Circular n.º 206, de 17-5-73, determinou novas regras de comportamento para as interligações sucessivas de instituições financeiras que integrem um mesmo grupo econômico. É agora permitido que seja efetuada transferência acionária de sociedades corretoras, distribuidoras ou de investimentos e de banco comercial para banco de investimento. Do mesmo modo, um banco de investimento pode transferir para um banco comercial o controle acionário de uma **financeira.**

Nova regra importante foi também criada pela citada Circular: sempre que se verificarem participações sucessivas, os ativos acionários da segunda instituição (aquela que ao mesmo tempo é controlada por uma do grupo e participa de outra) deverão ser deduzidos do capital da controlada, para efeito de cálculo dos limites operacionais e de capital mínimo exigido na instituição controlada.

Os efeitos das novas medidas serão importantes. Primeiro, haverá tendência no sentido de que cada grupo econômico possua somente uma única entidade principal, ficando as demais em situação meramente acessória. Por sua vez, os bancos de investimento se orientarão explicitamente para a área do mercado de ações, devendo abandonar paulatinamente quaisquer operações de capital de giro a curto prazo ou de crédito ao consumidor. Finalmente, as financeiras serão controladas no futuro por bancos comerciais, o que aumentará a tendência a sua rápida extinção, de modo a serem transformadas em meras carteiras de crédito ao consumidor dos bancos. Essas linhas mestras serão possivelmente mantidas nos próximos anos e realmente seguem tendência que se vem manifestando no sistema financeiro nacional: redução paulatina de pequenas entidades e aglutinação das grandes em grupos homogêneos.

Os empréstimos por aceite cambial das financeiras têm apresentado crescimento elevado nos últimos meses. A expansão verificada em abril foi de 5,8% e de 25,8% no período dez.-72/abr.-73. Observe-se que em 1972, até abril, o crescimento fora de 17,3%, num período em que, devido a perspectivas pessimistas no mercado de ações, as letras de câmbio estavam em boa situação concorrencial. O acréscimo verificado em 1973 somente tem sido possível em virtude do comportamento insatisfatório observado com os depósitos de poupança e com as letras imobiliárias, que tiveram sua posição razoavelmente abalada em decorrência das modificações efetuadas no cálculo da correção monetária. O que chegou ao conhecimento do público investidor foram informações deturpadas do tipo "a correção monetária vai acabar". Isso, sem dúvida, implicou forte inibição na venda daqueles títulos.

Tabela I — Financeiras — estimativa * de empréstimos mediante aceite cambial — saldos em Cr$ milhões

Última terça-feira do mês	São Paulo			Guanabara			Belo Horizonte			Porto Alegre			Recife			Total nacional		
	Giro e serviços	Consumidor	Total	Giro e serviços	Consumidor	Total	Giro e serviços	Consumidor	Total	Giro e serviços	Consumidor	Total	Giro e serviços	Consumidor	Total	Giro e serviços	Consumidor	Total
1969																		
Dezembro	207	2 093	2 300	99	967	1 066	125	205	330	23	189	212	2	8	72	512	3 940	4 452
1970																		
Março	158	2 359	2 517	69	1 050	1 119	123	221	344	17	222	239	4	68	72	413	4 387	04 80
Junho	118	2 657	2 775	51	1 144	1 195	92	264	365	5	268	273	3	74	77	298	4 931	5 229
Setembro	113	2 874	2 987	43	1 295	1 338	83	309	392	3	308	311	2	80	82	275	5 443	5 718
Novembro	120	3 040	3 160	38	1 422	1 460	91	343	434	1	340	341	2	84	86	282	5 849	6 131
Dezembro	115	3 180	3 295	38	1 493	1 531	92	331	423	1	361	362	2	89	91	...	...	7 850
1971																		
Março	106	3 547	3 653	37	1 715	1 752	34	216	250	0	453	463	1	109	110	...	...	8 305
Junho	54	4 810	4 864	33	1 773	1 806	16	495	511	0	695	695	2	150	152	116	8 845	8 961
Setembro	62	5 590	5 652	19	2 359	2 378	11	499	510	0	790	790	1	142	143	105	10 402	10 507
Novembro	74	6 160	6 234	14	2 582	2 596	11	516	527	0	865	866	1	139	140	112	11 383	11 495
Dezembro	78	6 306	6 384	14	2 816	2 830	10	540	550	0	901	901	1	136	137	81	11 742	11 823
1972																		
Janeiro	60	7 110	7 170	13	2 944	2 957	10	563	573	0	954	954	1	137	138	95	12 292	12 387
Fevereiro	55	7 412	7 467	10	3 074	3 084	14	550	564	0	994	994	1	143	143	83	12 715	12 798
Março	54	7 615	7 669	9	3 156	3 165	13	576	589	0	1 043	1 043	1	144	145	81	13 096	13 177
Abril	56	7 913	7 969	8	3 366	3 374	12	607	619	0	1 075	1 075	1	150	151	77	13 794	13 871
Maio	53	8 137	8 190	8	3 595	3 604	11	675	686	0	1 127	1 127	1	157	158	75	14 309	14 384
Junho	49	8 428	8 477	8	3 815	3 823	8	742	750	0	1 177	1 177	1	166	167	68	14 866	14 93ᵇ
Julho	43	8 729	8 772	6	3 024	3 030	8	832	840	0	1 293	1 293	1	371	362	62	15 644	15 706
Agosto	38	8 776	8 814	4	3 525	3 529	7	918	925	0	1 413	1 413	1	389	390	54	16 554	16 608
Setembro	35	9 034	9 069	3	3 628	3 631	7	955	962	0	1 507	1 507	1	399	400	50	17 082	17 132
Outubro	32	9 405	9 437	3	3 841	3 844	7	1 071	1 078	0	1 615	1 615	1	406	407	47	17 742	17 789
Novembro	28	9 813	9 841	2	3 786	3 788	6	1 142	1 148	0	1 671	1 671	1	418	419	39	18 515	18 554
Dezembro	12	10 399	10 411	2	4 074	4 076	5	1 236	1 241	0	1 768	1 768	1	430	431	25	19 765	19 790
1973																		
Janeiro	14	11 006	11 020	2	4 520	4 522	5	1 339	1 344	0	1 937	1 937	1	447	448	23	20 924	20 947
Fevereiro	12	11 439	11 451	1	4 728	4 729	4	1 417	1 420	0	2 021	2 021	1	461	462	22	21 811	21 832
Março	13	13 184	13 197	1	4 668	4 669	2	1 481	1 483	0	2 092	2 092	1	464	465	21	23 518	23 539
Abril(p)	12	13 172	13 987	1	4 738	4 739	2	1 582	1 584	0	2 213	2 213	1	470	471	20	24 883	24 903

* Estimativa baseada em amostragem. Até março de 1971, a amostra era composta de 55 financeiras que em 30-6-69 representavam 59,7% dos aceites cambiais do País. A partir de abril de 1971 o critério foi alterado: para GB e SP a representatividade da amostra é superior a 50%, sendo que para as demais praças o valor apurado corresponde ao universo. A série foi recalculada, para o total nacional a partir de dezembro 1970.

(p) — Dados provisórios

Fonte: Banco Central do Brasil e CONJUNTURA ECONÔMICA (dados provisórios).

Tabela II — Operações com aceites cambiais[1] — em % a.m., juros compostos — Rio de Janeiro, GB

Meses	Custo do dinheiro para o mutuário	Taxa paga ao tomador de letras de câmbio
1967 — Jan.	4,36	2,80
Dez.	4,01	2,56
1968 — Dez.	3,86	2,56
1969 — Dez.	3,62	2,35
1970 — Dez.	3,69	2,40
1971 — Mar.	3,69	2,42
Jun.	3,65	2,39
Set.	3,63	2,33
Dez.	3,66	2,36
1972 — Jan.	3,60	2,36
Fev	3,43	2,18
Mar.	3,37	2,14
Abr.	3,38	2,13
Mai.	3,38	2,11
Jun.	3,40	2,11
Jul.	3,30	2,07
Ago.	3,36	2,03
Set.	3,37	2,02
Out.	3,38	2,02
Nov.	3,39	2,02
Dez.	3,38	2,01
1973 — Jan.	3,37	1,98
Fev.	3,22	1,86
Mar.	3,12	1,85
Abr.(p)	3,10	1,81
Mai.(p)	3,11	1,81

[1] Até 1970: capital de giro a 180 dias e letras de câmbio de 180 dias. A partir de 1971: crédito ao consumidor a 360 dias e letras de câmbio de 360 dias.

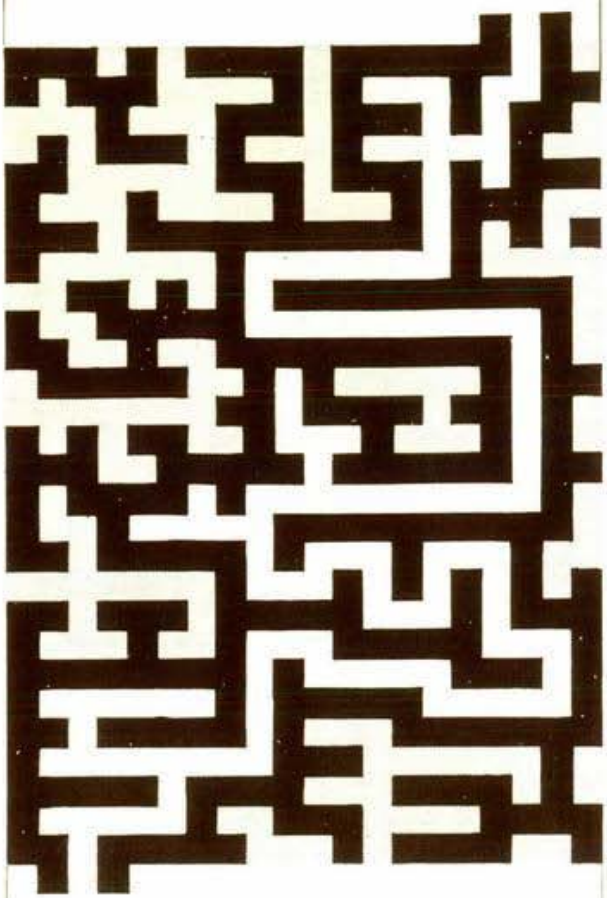
(p) Dados provisórios.

Fonte: Banco Central do Brasil, Departamento Econômico.

Apesar de tudo, as taxas de letras de câmbio têm registrado acentuado decréscimo não somente em decorrência da ação das autoridades monetárias, mas principalmente devido à falta de concorrentes significativos. Assim, de 2,01% a.m., em dez.-72, a rentabilidade das LC viu-se reduzida para 1,81% a.m., em média, em maio do corrente ano. As financeiras provocaram maior redução nas taxas para o investidor (10%) que o custo do dinheiro para o mutuário (8%), aumentando, portanto, sua rentabilidade relativa.

O crescimento dos depósitos com correção monetária dos bancos de investimento acompanhou de perto o crescimento dos aceites cambiais das financeiras, com 25,0% até abr.-73, contra 19,4% no mesmo período de 1972. As reduções de rentabilidade dos DCM parece não estar afetando o comportamento de suas vendas. Os aceites cambiais dos bancos de investimento experimentaram declínio de 19,8% até abril, em decorrência da sua extinção paulatina, determinada pelas autoridades monetárias. Conseqüentemente, a soma de recursos captados com letras de câmbio e DCM apresentou cresci-

jogo aberto



Quando os negócios estão em jogo, não é hora de passatempo. O empresário, o economista, os assessores das grandes empresas precisam de um jogo aberto. É o que a Conjuntura Econômica oferece: o caminho certo, a solução precisa. Através de suas análises objetivas, de suas informações sempre apoiadas em pesquisas. Você não precisa quebrar a cabeça: leia Conjuntura Econômica.

Tabela III — Bancos de Investimento — saldos em Cr$ milhões

Última terça-feira do mês	Depósitos a prazo fixo c/correção monetária			Aceites cambiais			Total geral
	Com emissão de certificado	Sem emissão de certificado	Total	Capital de giro	Consumidor	Total	
1969 — Set.	198	570	768	1 050	277	1 327	2 095
Dez.	280	878	1 158	1 269	424	1 693	2 851
1970 — Mar.	423	1 067	1 490	1 246	446	1 692	3 182
Jun.	538	240	1 778	1 409	357	1 766	3 544
Set.	577	1 613	2 190	1 501	261	1 762	3 952
Dez.	676	1 949	2 625	1 654	212	1 866	4 491
1971 — Mar.	760	2 288	3 048	1 937	273	2 210	5 258
Jun.	901	2 750	3 651	2 032	374	2 406	6 057
Set.	1 102	3 165	4 267	1 939	365	2 304	6 571
Out.	1 161	3 408	4 569	2 126	465	2 591	7 160
Nov.	1 312	384	4 906	2 340	426	2 766	7 672
Dez.	1 557	4 188	5 745	2 199	368	2 567	8 310
1972 — Mar.	1 823	5 004	6 827	2 334	352	2 683	9 513
Abr.	1 846	5 015	6 861	2 257	439	2 696	9 697
Mai.	1 953	5 048	7 001	2 320	406	2 726	9 727
Jun.	2 020	5 248	7 268	2 583	287	2 870	10 133
Jul.	2 133	5 541	7 674	2 721	364	3 085	10 759
Ago.	2 440	5 666	8 106	2 655	404	3 059	11 165
Set.	2 520	6 022	8 542	2 627	392	3 019	11 561
Out.	2 732(p)	6 436(p)	9 168	2 488	356	2 844	12 012
Nov.	2 996(p)	6 784(p)	9 780	2 201	625	2 826	12 606
Dez.	3 380(p)	6 972(p)	10 352	1 942	573	2 515	12 867
1973 — Jan.(p)	3 791	7 742	11 533	1 843	548	2 391	13 924
Fev.(p)	3 867	7 960	11 827	1 733	523	2 256	14 083
Mar.(p)	4 038	8 302	12 340	1 637	556	2 193	14 533
Abr.(p)	4 249	8 695	12 944	1 530	487	2 017	14 961

(p) — Dados provisórios.

Fontes: Banco Central do Brasil e CONJUNTURA ECONÔMICA (dados provisórios).

Tabela IV — Bancos comerciais — depósitos a prazo fixo c correção monetária — saldos em Cr$ milhões

Período	Prazo inferior a 12 meses	Prazo igual ou superior a 12 meses	Total
1968			
Dez.	...	...	579
1969			
Mar.	423	174	597
Jun.	440	189	629
Set.	462	214	676
Dez.	495	254	749
1970			
Mar.	580	309	889
Jun.	641	363	1 004
Set.	758	425	1 183
Dez.	805	547	1 352
1971			
Mar.	1 001	679	1 680
Jun.	1 171	761	1 932
Set.	1 464	983	2 447
Dez.	1 924	1 224	3 148
1972			
Jan.	2 070	1 303	3 373
Fev.	2 066	1 367	3 433
Mar.	2 160	1 428	3 588
Abr.	2 115	1 540	3 655
Mai.	2 296	1 580	3 876
Jun.	2 230	1 665	3 985
Jul.	2 334	2 315	4 649
Ago.	2 521	2 367	4 888
Set.	2 594	2 439	5 033
Out.	2 801	2 548	5 349
Nov.	3 053	2 696	5 749
Dez.	3 102	2 800	5 902
1973			
Jan.	3 340	2 933	6 273
Fev.	3 299	2 955	6 254
Mar.	3 329	2 954	6 283

Fonte: Banco Central do Brasil, Departamento Econômico.

Tabela V — Bancos comerciais — certificado de depósito — saldos em Cr$ milhões

Meses	Bancos oficiais estaduais	Bancos privados			Total geral
		Total	Nacionais	Estrangeiros	
1969					
Set.	2,5	0,3	0,1	0,2	2,8
Dez.	4,3	2,8	2,1	0,7	7,1
1970					
Mar.	8,3	4,4	3,2	1,2	12,7
Jun.	10,6	5,6	4,3	1,3	16,2
Set.	10,3	7,4	5,8	1,6	17,7
Dez.	11,1	35,8	34,0	1,8	46,9
1971					
Mar.	13,6	71,1	67,7	3,4	84,7
Jun.	14,1	83,0	79,5	3,5	97,1
Set.	15,6	99,7	96,2	3,5	115,3
Dez.	15,6	120,0	88,6	21,3	135,6
1972					
Jan.	14,8	123,9	92,8	31,1	138,7
Fev.	15,0	130,2	99,1	31,1	145,2
Mar.	12,8	137,4	135,1	2,3	150,2
Abr.	11,7	105,8	103,6	2,2	117,5
Mai.	12,2	110,5	104,6	5,9	122,7
Jun.	12,1	109,7	102,6	7,1	121,8
Jul.	10,7	695,3	677,2	18,1	706,0
Ago.	16,1	694,5	675,3	19,2	710,6
Set.	16,0	694,2	575,6	18,6	710,2
Out.	18,6	688,2	666,0	22,2	710,4
Nov.	22,0	698,8	675,4	23,4	720,8
Dez.	22,4	686,6	661,5	25,1	709,0
1973					
Jan.	24,2	675,7	649,0	26,7	699,9
Fev.	24,3	651,1	624,5	26,6	675,4
Mar.	24,1	653,1	622,3	30,8	677,2

Fonte: Banco Central do Brasil, Departamento Econômico.

mento de apenas 16,3% até abr.-73, contra 16,7% em 1972. Isto pode estar criando problemas de captação global de recursos para os BI, uma vez que as condições de pagamento — quer em taxa, quer em prazo mínimo — dos empréstimos externos legislados pela Resolução n.º 63 do Banco Central, estão sensivelmente mais difíceis no atual exercício, do que em 1972.

BANCOS COMERCIAIS

A Resolução n.º 257, de 17-5-73, possibilitou que sejam realizados depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço em bancos comerciais de que participe a empresa depositante, quer diretamente — através de controle acionário, parcial ou total — quer indiretamente, através de membros comuns de diretoria. Tal benefício indica que a formação de grupos econômicos integrados (inclusive financeiros) continua sendo incentivada pelas autoridades monetárias. Recorde-se que já o Decreto-lei n.º 1 248, de 29-11-72, permitiu pela primeira vez, desde a Lei de Reforma Bancária de 1964, que fossem realizados empréstimos por bancos a empresas exportadoras comerciais por eles controladas. A Resolução n.º 257 segue, assim, o mesmo esquema de consolidação de grupos econômicos com outros estritamente financeiros.

Os DCM dos bancos comerciais têm apresentado comportamento pouco satisfatório, com crescimento de apenas 6,5% até março-73, contra 14,0% em igual período do ano anterior. A principal razão parece ser o nível de taxas de juros não competitivas com as letras de câmbio, além das desvantagens de não proporcionar pagamentos de rendimentos mensais aos depositantes como

Tabela VI — Operações de mercado aberto — letras do Tesouro Nacional — taxas de desconto[1] — % a. a.

Maturidade em semanas	1970	1971		1972										1973								
		Dez.		Ago.		Set.		Out.		Nov.		Dez.		Jan.		Fev.		Mar.		Abr.		Mai.
	Dez.	17	31	11	25	15	29	13	27	10	24	15	29	12	26	16	22	10	31	13	27	29
1	14,16	—	—	11,21	8,48	8,00	6,40	6,86	6,69	8,85	6,52	7,04	2,75	6,02	6,42	8,50	8,02	10,95	6,58	8,63	10,20	13,24
2	14,64	—	13,80	12,03	11,03	11,26	10,85	9,60	12,08	13,34	14,85	10,79	6,67	8,95	11,73	12,86	8,36	13,15	11,28	11,46	12,79	13,50
3	14,88	16,08	15,00	13,15	12,30	14,54	13,48	10,50	13,78	12,50	15,30	10,39	14,97	11,27	13,25	13,14	13,60	13,41	12,49	12,65	13,62	13,58
4	15,12	16,44	16,20	14,35	12,00	15,37	14,38	13,90	14,95	15,40	15,38	13,47	15,35	12,90	13,43	10,37	13,68	13,63	13,18	13,75	13,86	13,58
5	15,36	16,80	16,56	14,80	13,25	15,45	14,70	15,14	14,53	15,45	15,27	15,47	15,43	13,33	13,35	13,70	13,68	13,78	13,46	13,83	13,72	13,67
6	15,48	17,16	16,80	14,98	15,21	15,49	15,40	15,31	15,39	15,47	15,33	15,51	15,26	13,44	12,40	13,75	13,75	13,83	13,54	13,84	13,85	13,73
7	—	17,28	17,04	15,13	15,40	15,50	15,49	15,19	15,42	15,32	15,50	15,52	15,51	13,47	13,6	13,69	13,82	13,86	13,69	13,78	13,90	13,73
8	—	17,52	17,28	15,27	15,43	15,51	15,49	15,43	15,44	15,43	15,53	15,52	15,53	13,47	13,66	13,75	13,82	13,87	13,71	13,86	13,88	13,73
9	—	17,76	17,40	15,35	15,43	15,53	15,50	15,45	15,34	15,52	15,53	15,53	15,53	13,61	13,61	13,76	13,83	13,89	13,73	13,88	13,70	13,73
10	—	17,88	17,64	15,37	15,46	15,54	15,55	15,46	15,42	15,53	15,54	15,55	15,53	13,61	13,67	13,79	13,84	13,90	13,72	13,84	13,90	13,73
11	—	18,00	17,76	15,39	15,47	15,54	15,56	15,44	15,43	15,53	15,55	15,56	15,54	13,59	13,66	13,81	13,85	13,90	13,73	13,72	13,90	13,73
12	18,00	18,12	18,00	15,39	15,48	15,55	15,55	15,45	15,48	15,54	15,55	15,56	15,55	13,64	13,68	13,82	13,86	13,90	13,74	13,87	13,91	13,73
13	18,48	18,24	18,24	15,40	15,48	15,55	15,57	15,49	15,53	15,56	15,56	15,58	15,56	13,65	13,69	13,82	13,86	13,93	13,73	13,87	13,91	13,73

[1] As taxas de desconto acima foram calculadas com base nas cotações para venda de LTN entre instituições financeiras. No mês de dez./1972 as taxas são a média aritmética mensal. Para o período jan./mar. 1971 as taxas se referem à moda mensal. A partir de abril, as taxas se referem à moda nos dias especificados.

(p) Dados provisórios.

Fontes: Banco Central do Brasil e ANDIMA

pode ocorrer com os DCM dos BI. A tendência à expansão dos prazos dos passivos dos bancos comerciais tem-se materializado através dos DCM: em março-72 apenas 39,8% de tais depósitos eram de prazo igual ou superior a doze meses, tendo tal indicador se elevado para 47,0% em março-73.

Os depósitos a prazo fixo apresentaram melhor comportamento no Banco do Brasil que nos bancos comerciais, uma vez que as taxas de rentabilidade são agora, efetivamente, as mesmas para ambos. Assim, o Banco do Brasil atingiu Cr$ 747 milhões de DCM ao final de março-73, com acréscimo de 40,1% em relação ao final do ano anterior. Em 1972, para o mesmo período, o crescimento fora de 11,8%.

Os certificados de depósitos emitidos pelos bancos comerciais somaram apenas Cr$ 677 milhões em março, apresentando redução de 4,5% em relação ao final do ano anterior. Não há perspectivas imediatas para o crescimento de tais operações.

MERCADO DE TÍTULOS FEDERAIS

Em maio foram realizadas seis emissões de LTN através de lançamentos programados pelo Banco Central, totalizando Cr$ 3 800 milhões, com ligeira predominância de LTN de 91 dias. No início do mês, a regra consistia em lançamentos idênticos de Cr$ 300 milhões para LTN de 91 e 182 dias de prazo. Em 25-5-73 os lançamentos passaram a ser de Cr$ 400 milhões para LTN de 91 dias e mantiveram-se os mesmos Cr$ 300 milhões para as de 182 dias. Finalmente, em 30-5-73, emitiram-se iguais valores de Cr$ 400 milhões para ambos os papéis.

Foi realizado um único lançamento de Cr$ 500 milhões de LTN pelo sistema de ofertas competitivas e não competitivas. Admitiram-se as já tradicionais vantagens de se aceitar parte do pagamento total em ORTN com o valor, para fins de pagamento junto ao Banco Central, ligeiramente acima do valor-par.

O giro diário das LTN (inclusive cheques BB) nas praças do Rio e S. Paulo aumentou substancialmente em maio, terminando o mês com Cr$ 3 320 milhões. Os papéis de 182 dias de prazo apresentaram desconto relativamente elevado em meados do mês (19,52%), bem acima dos 13,69% verificados para as LTN de 91 dias de prazo.

As operações com cheques BB têm-se mantido na média diária de Cr$ 600 milhões, dos quais Cr$ 450 milhões transacionados no Rio e o restante em S. Paulo. As taxas de juros sofreram substancial acréscimo ao final do mês — tendo inclusive ultrapassado 2,0% a.m. em determinados dias — desviando-se substancialmente dos tradicionais 0,8% a 1,2% a.m. em que são transacionados diariamente. Na última semana de maio o mercado de LTN fechou firme com taxas de desconto refletindo decréscimo acentuado.



Emissões de capital- cifras excepcionais

As emissões de capital das sociedades anônimas do País alcançaram em abril p. passado, a cifra excepcional de Cr$ 4 912,5 milhões, comparativamente aos Cr$ 2 221,6 milhões de março (+121,1%) e os Cr$ 1 892,2 de abril de 1972 (+159,6%). Tal cifra, a segunda em volume até agora alcançada, decorreu de 452 empresas que aumentaram seus capitais em Cr$ 2 968,1 milhões e de 49 outras fundadas com capital de Cr$ 1 944,4 milhões.

Com as emissões efetuadas em abril, observa-se que no primeiro quadrimestre do presente exercício o volume de capital emitido pelas sociedades anônimas elevou-se a Cr$ 14 773,9 milhões em confronto com Cr$ 9 628,6 milhões de igual período de 1972 (+53,4%), apresentando respectivamente médias mensais de Cr$ 3 693,5 milhões e Cr$ 2 407,2 milhões.

No mês em estudo, o maior quinhão das emissões coube às subscrições em dinheiro, com Cr$ 1 645,8 milhões (33,5%) em cotejo com os Cr$ 897,9 milhões de março do corrente exercício e os Cr$ 805,3 milhões de abril/72. As incorporações de reservas próprias e de acionistas, estas mantidas em conta corrente, contribuíram com Cr$ 733,8 milhões (14,9%) em comparação com os Cr$ 539,4 milhões de março e os Cr$ 670,9 milhões de abril/72.

As reavaliações do ativo somaram Cr$ 262,9 milhões (5,4%) contra Cr$ 406,3 milhões de março último e Cr$ 203,9 milhões de abril/72.

As outras operações no mês em análise somaram Cr$ 310,7 milhões (6,3%), em confronto com os Cr$ 193,3 milhões de março e os Cr$ 115,9 milhões de abril/72. As novas sociedades totalizaram Cr$ 1 944,4 milhões (39,6%), contra Cr$ 138,4 milhões de março e Cr$ 56,9 milhões de abril/72. Os incentivos fiscais fixaram-se em Cr$ 14,9 milhões (0,3%) em confronto com os Cr$ 46,3 milhões de março e os Cr$ 39,2 milhões de abril/72.

No que se refere aos ramos de negócios, distribuíram-se as emissões da seguinte maneira: transportes e comunicações participaram com Cr$ 2 373,9 milhões (48,3%); indústrias com Cr$ 1 619,3 milhões (33,0%); instituições financeiras com Cr$ 586,8 milhões (11,9%); serviços com Cr$ 169,0 milhões (3,4%); o setor agrícola com Cr$ 82,6 milhões (1,9%) e o comercial com os restantes Cr$ 80,9 milhões (1,5%).

Regionalmente, as operações de emissões de capital, assim se apresentaram: Sudeste com Cr$ 4 714,7 milhões (96,0%); Sul com Cr$ 67,4 milhões (1,4%); Centro-Oeste com Cr$ 50,4 milhões (1,0%); Norte com Cr$ 47,3 milhões (1,0%) cabendo o resíduo de Cr$ 32,7 milhões (0,6%) à região Nordeste.

O Estado de São Paulo continua na liderança, desta feita com Cr$ 3 635,9 milhões, 74,0% do País e 77,1% de sua região. A seguir vem a Guanabara, com Cr$ 822,4 milhões, 16,7% e 17,4% respectivamente. Minas Gerais com Cr$ 256,4 milhões, 5,2% e 5,5%; Rio Grande do Sul

Total das emissões de capital

Valores em Cr$ milhões — julho 71 – abril 73

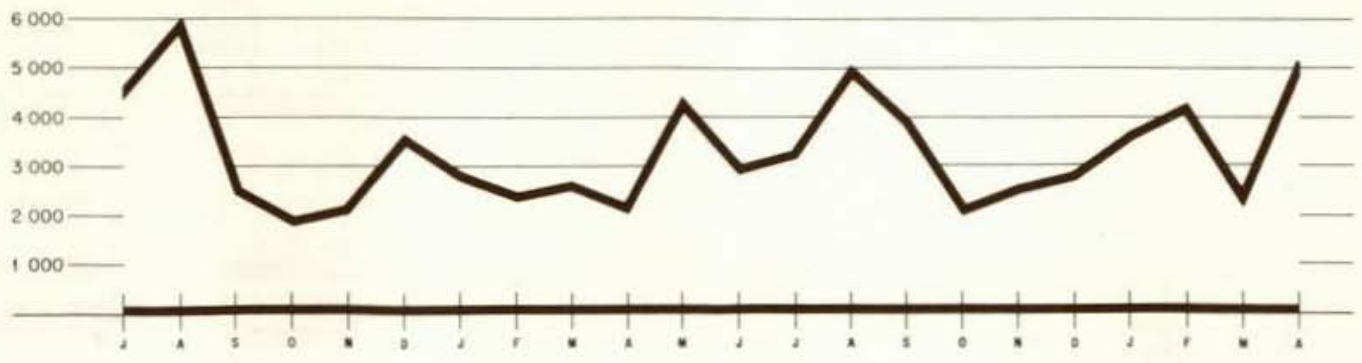


Tabela I — Emissões de capital — abril de 1973 — Cr$ 1 000

Regiões e Unidades Federadas	Total geral	Novas sociedades	Aumento de capital por:						
			Total	Incorporação de reservas	Reavaliação de ativo	Subscrição em dinheiro	Incorporação de C/C.	Incentivos fiscais	Outras operações
NORTE	47 367,3	20 751,9	26 615,3	6 487,3	3 577,7	12 162,1	100,0	1 366,9	2 921,3
Amazonas	25 155,0	20 150,0	5 005,0	3 600,0	—	1 000,0	—	405,0	—
Pará	22 212,2	601,9	21 610,3	2 887,3	3 577,7	11 162,1	100,0	961,9	2 921,3
NORDESTE	32 677,4	1 200,7	31 476,7	8 945,3	2 904,1	4 536,1	70,0	6 900,6	8 120,6
Maranhão	3 194,6	200,7	2 993,9	1 593,0	10,8	339,1	—	51,1	999,9
Piauí	4 077,5	—	4 077,5	—	—	—	—	—	4 077,5
Paraíba	15 019,5	1 000,0	14 019,5	6 363,1	—	763,7	—	6 849,5	43,2
Alagoas	8 985,8	—	8 985,8	140,0	2 742,5	3 033,3	70,0	—	3 000,0
Sergipe	1 400,0	—	1 400,0	849,2	150,8	400,0	—	—	—
SUDESTE	4 714 668,6	1 894 224,3	2 820 444,3	630 644,1	249 555,2	1 587 212,6	59 328,8	403,7	293 299,9
Minas Gerais	256 360,1	14 353,9	242 006,2	41 057,1	7 004,4	168 757,0	24 784,0	403,7	—
Guanabara	822 382,6	7 610,0	814 772,6	101 675,3	30 983,6	433 014,2	10 798,9	—	238 300,6
São Paulo	3 635 925,9	1 872 260,4	1 763 665,5	487 911,7	211 567,2	985 441,4	23 745,9	—	54 999,3
SUL	67 418,7	10 320,0	57 098,7	21 984,0	6 418,0	18 469,7	750,0	3 125,0	6 352,0
Paraná	10 123,0	20,0	10 103,0	3 141,0	19,0	4 813,0	—	—	2 130,0
Santa Catarina	23 452,7	—	23 452,7	7 172,5	878,3	10 763,0	—	3 038,9	1 600,0
Rio Grande do Sul	33 843,0	10 300,0	23 543,0	11 670,5	5 520,7	2 893,7	750,0	86,1	2 622,0
CENTRO-OESTE	50 376,6	17 880,0	32 496,6	5 582,8	411,8	23 383,6	12,9	3 105,5	—
Mato Grosso	13 137,8	7 380,0	5 757,8	—	—	2 696,7	12,9	3 048,2	—
Goiás	24 138,8	1 000,0	23 138,8	2 382,8	11,8	20 686,9	—	57,3	—
Distrito Federal	13 100,0	9 500,0	3 600,0	3 200,0	400,0	—	—	—	—
BRASIL	4 912 508,5	1 944 376,9	2 968 131,6	673 643,5	262 866,8	1 645 764,1	60 261,7	14 901,7	310 693,8

Fonte: Diários Oficiais.

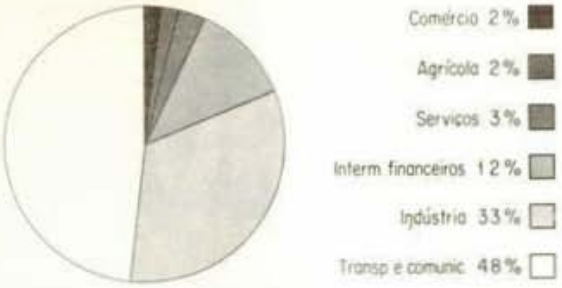
Tabela II — Emissões de capital — abril de 1973 — Cr$ 1 000

Regiões e Unidades Federadas	Ramos de atividade											
	Agrícola		Industrial		Comercial		Intermediários financeiros		Transportes e comunicações		Serviços	
	Novas empresas	Aumento de capital	Novas empresas	Aumento de capital	Novas empresas	Aumento de capital	Novas empresas	Aumento de capital	Novas empresas	Aumento de capital	Novas empresas	Aumento de capital
NORTE	1,9	3 637,1	150,0	21 708,1	—	912,8	100,0	—	—	357,3	20 500,0	—
Amazonas	—	—	150,0	4 647,7	—	—	—	—	—	357,3	20 000,0	—
Pará	1,9	3 637,1	—	17 060,4	—	912,8	100,0	—	—	—	500,0	—
NORDESTE	—	339,1	1 100,7	28 281,3	—	2 603,8	—	—	—	32,0	100,0	220,5
Maranhão	—	339,1	100,7	1 051,0	—	1 603,8	—	—	—	—	100,0	—
Piauí	—	—	—	4 077,5	—	—	—	—	—	—	—	—
Paraíba	—	—	1 000,0	14 019,5	—	—	—	—	—	—	—	—
Alagoas	—	—	—	8 733,3	—	—	—	—	—	32,0	—	220,5
Sergipe	—	—	—	400,0	—	1 000,0	—	—	—	—	—	—
SUDESTE	2 712,4	63 356,1	54 089,9	1 447 758,9	10 434,0	65 679,8	4 200,0	569 608,3	1 815 100,0	558 355,4	7 688,0	115 685,8
Minas Gerais	—	2 631,2	4 353,9	160 598,3	10 000,0	3 869,9	—	64 000,0	—	117,7	—	10 789,1
Guanabara	—	18 000,0	1 076,0	615 509,6	434,0	12 911,7	—	96 188,0	100,0	2 287,3	6 000,0	69 876,0
São Paulo	2 712,4	42 724,9	48 660,0	671 651,0	—	48 898,2	4 200,0	409 420,3	1 815 000,0	555 950,4	1 688,0	35 020,7
SUL	—	2 302,7	—	38 050,0	—	1 272,0	300,0	11 000,0	—	—	10 020,0	4 474,0
Paraná	—	—	—	60,0	—	—	—	8 000,0	—	—	20,0	2 043,0
Santa Catarina	—	232,7	—	20 918,0	—	702,0	—	1 600,0	—	—	—	—
Rio Grande do Sul	—	2 070,0	—	17 072,0	—	570,0	300,0	1 400,0	—	—	10 000,0	2 431,0
CENTRO-OESTE	6 280,0	3 968,1	1 300,0	26 935,6	—	—	—	1 580,0	—	12,9	10 300,0	—
Mato Grosso	6 280,0	2 356,0	300,0	1 808,9	—	—	—	1 580,0	—	12,9	800,0	—
Goiás	—	1 612,1	1 000,0	21 526,7	—	—	—	—	—	—	—	—
Distrito Federal	—	—	—	3 600,0	—	—	—	—	—	—	9 500,0	—
BRASIL	8 994,3	73 603,1	56 640,6	1 562 733,9	10 434,0	70 468,4	4 600,0	582 188,3	1 815 100,0	558 757,6	48 608,0	120 280,3

Fonte: Diários Oficiais.

Emissões de capital

Contribuição dos ramos de atividade em abril de 1973



Emissões de capital

Contribuição dos estados em abril de 1973

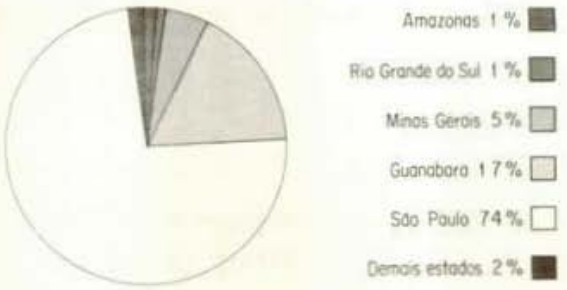


Tabela III — Emissões de capital — janeiro a abril de 1973 — Cr$ 1 000

Regiões e Unidades Federadas	Total geral	Fundações	Aumento
NORTE	115 584,7	27 315,9	88 268,8
Amazonas	52 699,3	25 914,0	26 785,3
Pará	62 885,4	1 401,9	61 483,5
NORDESTE	524 996,9	16 247,1	508 749,8
Paraíba	79 216,9	1 201,0	78 015,9
Pernambuco	194 303,2	2 300,0	192 003,2
Bahia	102 376,0	—	102 376,0
Outros	149 100,8	12 746,1	136 354,7
SUDESTE	13 027 641,9	2 430 613,2	10 597 028,7
Minas Gerais	1 045 600,8	134 635,3	910 965,5
Guanabara	4 346 043,7	109 307,0	4 236 736,7
São Paulo	7 619 328,1	2 185 630,9	5 433 697,2
Outros	16 669,3	1 040,0	15 629,3
SUL	895 201,4	36 704,8	858 496,6
Paraná	301 085,4	11 201,0	289 884,4
Rio Grande do Sul	443 360,8	19 410,8	423 950,0
Outros	150 755,2	6 093,0	144 662,2
CENTRO-OESTE	210 503,8	37 520,0	172 983,8
Mato Grosso	79 411,4	20 400,0	59 011,4
Goiás	90 083,5	6 500,0	83 583,5
Outros	41 008,9	10 620,0	30 388,9
BRASIL	14 773 928,7	2 548 401,0	12 225 527,7

Fonte: Diários Oficiais.

com Cr$ 33,8 milhões, 0,6% e 50,1%; Amazonas com Cr$ 25,2 milhões, 0,5% e 53,2%; Goiás com Cr$ 24,1 milhões, 0,5% e 48,0%; Santa Catarina com Cr$ 23,5 milhões, 0,5% e 34,9%; Pará com Cr$ 22,2 milhões, 0,4% e 46,8% e Cr$ 69,0, 1,6% para as oito demais unidades federadas.

Duas sociedades, uma sediada em São Paulo e a outra na Guanabara, foram autorizadas por suas assembléias de acionistas a emitirem debêntures no valor de Cr$ 30,9 milhões.

Individualmente as empresas que apresentaram maior emissão de capital foram, por ordem de região: Amazonas — Sharp do Brasil S/A - Indústria Equip. Eletrônicos, Cr$ 3,6 milhões; Pará — Cerâmica Marajó S/A, Cr$ 5,6 milhões; Maranhão — Mercantil S. José do Maranhão S/A, Cr$ 1,3 milhão; Piauí — Centrais Elétricas do Piauí S/A - Cepisa, Cr$ 4,1 milhões; Paraíba — Cia. Indl. do Sisal - Sisal, Cr$ 6,4 milhões; Alagoas — Cia. de Abastecimento D'água e Saneamento do Est. de Alagoas - Casal, Cr$ 6,0 milhões; Minas Gerais — Centrais Elétricas de M. Gerais S/A - Cemig, Cr$ 117,2 milhões e Banco Comércio e Ind. de M. Gerais S/A, Cr$ 64,0 milhões; Guanabara — Petrobrás Química - Petroquisa S/A, Cr$ 187,5 milhões, Ishikawajima do Brasil - Estaleiros S/A, Cr$ 96,0 milhões e Minerações Brasileiras Reunidas S/A - MBR, Cr$ 83,5 milhões; São Paulo — Cia. do Metropolitano de São Paulo - Metrô, Cr$ 552,3 milhões, Banco do Comércio e Ind. de São Paulo, Cr$ 90,0 milhões e Banco Bradesco de Investimento S/A, Cr$ 87,7 milhões; Paraná — Bamerindus S/A - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Cr$ 6,1 milhões; Santa Catarina — Sadia Concórdia S/A - Ind. e Com., Cr$ 7,7 milhões; Rio Grande do Sul — Lanifício do Rio Grande do Sul - Thomaz Albornoz S/A, Cr$ 6,5 milhões; Mato Grosso — Agropecuária do Cravari S/A, Cr$ 1,8 milhão; Goiás — Tobasa - Tocantins Óleo de Babaçu S/A, Cr$ 15,0 milhões; e Distrito Federal — S/A Construções Ind. e Com., Cr$ 3,6 milhões.

NOVAS EMPRESAS

Amazonas — Cia. Tropical de Hotéis - Lagos e Rios, Cr$ 20,0 milhões; Pará — Slaviero da Amazônia S/A - Indl. e Coml., Cr$ 0,5 milhão; Paraíba — Comesa - Construções e Mecanização Agrícola S/A, Cr$ 1,0 milhão; Minas Gerais — Barmell Indl. S/A, Cr$ 10,0 milhões e A. Famisa - Indl. e Com. S/A, Cr$ 3,5 milhões; Guanabara — Independência Leasing S/A, Cr$ 5,0 milhões; São Paulo — Telecomunicações de São Paulo S/A - Telesp, Cr$ 1 815,0 milhões e Arnanda Construções e Comércio S/A, Cr$ 43,0 milhões; Rio Grande do Sul — Empresa Porto-Alegrense de Turismo S/A - Epatur, Cr$ 10,0 milhões; Mato Grosso — João Lunardelli S/A - Agropecuária e Com., Cr$ 6,3 milhões e Clínicas Especializadas S/A, Cr$ 0,8 milhão; Goiás — Frigorífico Vale do Paraíba S/A, Cr$ 1,0 milhão; e Distrito Federal — Cia. de Grandes Hotéis Vernon, Cr$ 8,0 milhões e Esplanada Hotéis e Turismo S/A, Cr$ 1,5 milhão.

Este anúncio é para você que nunca anunciou.

Os seus negócios podem ir muito bem. Os seus contatos podem ser excelentes.

Por isso você nunca pensou em anunciar.

Acontece que seu anúncio na **Revista de Administração de Empresas** acompanha o cliente por muito mais tempo em lugares que o contato não vai. No automóvel, em casa, no gabinete fechado para visitas.

Anuncie na **Revista de Administração de Empresas**. Dê uma mãozinha aos seus negócios. E aos seus contatos.



Publicidade
Rio – Praia de Botafogo, 188.
C.P.21.120. ZC – 05
São Paulo e outros estados
Reprenaes

Educação e crescimento econômico

A importância da educação no processo de crescimento econômico já está hoje em dia bem definida, tanto teórica, como empiricamente. A acumulação do capital humano tem, fundamentalmente, dois efeitos. O primeiro é o aumento de produtividade da mão-de-obra que se reflete no mercado através de acréscimos no salário real. Este seria o benefício **privado** (individual) dos investimentos em educação. Em outras palavras, é justamente a expectativa de aumentos substanciais do salário real relativamente aos custos (ou seja, a expectativa de altas taxas de retorno) que estimula o indivíduo a permanecer anos adicionais na escola, ao invés de ingressar diretamente no mercado de trabalho. A segunda conseqüência, menos óbvia, mas igualmente importante, é que a educação tem um efeito alocativo, resultante do maior acesso às fontes de informação, aliada a uma maior possibilidade de transformar essas informações em matéria-prima de grande valor econômico. De maneira mais objetiva, o efeito alocativo acima mencionado pode tomar duas formas principais: a) aumento de mobilidade do fator trabalho, que passa a explorar, de maneira mais efetiva, as diferenças de produtividade setorial existentes na economia; e b) possibilidade de utilização mais eficiente dos fatores de produção.

Vale a pena explorar com um pouco mais de detalhe esta última conseqüência dos investimentos em educação. Ela diz respeito a uma faixa restrita da força de trabalho, ou seja, aqueles que tem **o comando** (ainda que não necessariamente **a posse**) sobre os fatores de produção: empresários ou gerentes, de maneira mais geral. Apesar das dificuldades de mensurar empiricamente os benefícios da educação sob esta forma particular, pode-se dizer antecipadamente que eles serão tanto maiores quanto mais **dinâmica** for a economia, isto é, quanto maior for a taxa de crescimento e quanto maior for a importância de insumos modernos para o processo de crescimento. Na verdade, num mundo essencialmente estático, no qual a acumulação de capital fosse apenas suficiente para repor aquela parcela que se desgastou com o uso e a produção de inovações fosse praticamente nula, o aprendizado por tentativas (e erros) seria ótimo substituto para a educação. Daí, os ganhos alocativos anteriormente descritos seriam praticamente nulos. A implicação prática desta proposição é que a magnitude daqueles benefícios da educação é consideravelmente maior nos setores modernos da economia.

Mesmo no caso brasileiro, já existe evidência empírica suficiente para confirmar algumas das proposições anteriores. A tabela I mostra que a renda relativa tende a aumentar sistematicamente com o nível de educação.

Tabela I — Brasil — renda relativa* por nível de educação

Nível de educação	1960	1970
Analfabetos	0,54	0,40
Primário	1,03	0,85
Ginásio	2,15	1,71
Colegial	2,61	2,44
Universitário	5,48	6,05

* Calculado com a renda média de cada nível, dividida pela renda média da população.

Fonte: Langoni, Carlos Geraldo. *Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil.* Expressão e Cultura, Rio de Janeiro, 1973, cap. 4

Tabela II — Nível de educação da mão-de-obra industrial (em %)

Nível de educação	Alimentação	Têxtil	Calçados e vestuário	Papel	Química e farmacêutica	Plásticos	Minerais não-metálicos	Metalurgia	Mecânica	Veículos	Total
Analfabeto	1	2	0	1	1	0	1	1	2	0	1
Primário	85	87	88	82	57	81	86	79	78	74	80
Ginásio	8	8	9	10	23	14	8	14	14	15	12
Colegial	4	2	2	5	12	3	3	4	4	7	5
Superior	2	1	1	2	7	2	2	2	2	4	2

Fontes: Pastore, José. A mão-de-obra especializada na indústria. *O Estado de São Paulo*, 21 nov. 1971.
DNMO, Lei dos 2/3.

Para 1970, por exemplo, a renda dos analfabetos na força de trabalho era aproximadamente 40% da renda média de todos os trabalhadores, enquanto que para os indivíduos com o universitário completo esta mesma relação era de seis vezes mais.

Uma evidência, ainda que precária, da maior importância da mão-de-obra qualificada nos setores mais dinâmicos da economia pode ser observada pela tabela II.

Apesar da dificuldade de se definir de maneira operacional o conceito de indústrias tradicionais **versus** dinâmicas (seria preciso avaliar, por exemplo, o comportamento do índice de produtividade total ao longo do tempo, pois diferenças na taxa de crescimento do produto não seriam suficientes para discriminar entre setores pela possibilidade de expansão meramente extensiva, isto é, através da incorporação de fatores), os resultados acima mostram aumento na proporção de pessoal com instrução média e superior, justamente nas indústrias mais sofisticadas, ou seja, aquelas cujos gastos em pesquisa (diretos ou indiretos) por unidade de produto são relativamente mais elevados. Este é certamente o caso das indústrias química, farmacêutica e de veículos. Por contraste, em ramos mais tradicionais, a proporção de indivíduos de nível médio — 2.º ciclo e superior — cai sensivelmente.

Quando a análise é feita em termos comparativos, o papel da educação no processo de crescimento econômico brasileiro pode ser melhor avaliado. Do ponto de vista econômico, em qualquer momento no tempo, dado o volume global de poupanças, o produto real só estará sendo maximizado se o capital estiver recebendo a mesma remuneração em seus diversos usos alternativos. Caso contrário seria possível aumentar o nível da produção pela transferência de recursos dos setores de baixa para os de alta rentabilidade. Por isso mesmo, a estimativa da rentabilidade social dos investimentos em educação em relação à do capital físico (máquinas, equipamentos, construções) é uma primeira indicação quanto à eficiência com que o volume global de recursos está sendo utilizado. Estas estimativas foram recentemente feitas para o Brasil, indicando que a rentabilidade social dos investimentos em educação (28%) é em média o dobro daquela obtida para o capital físico, (14%). A tabela III resume os resultados, mostrando que é realmente um ótimo "negócio" investir em educação. Em particular esses resultados indicam a possibilidade de maximizar a taxa de crescimento do produto real sem qualquer acréscimo da taxa de poupança agregada, mas apenas com uma realocação de recursos, na margem, em direção à acumulação de relativamente mais capital humano. Os resultados indicam também que, mesmo a um nível maior de desagregação, a rentabilidade dos investimentos em educação primária e secundária é maior do que a obtida em diversos setores industriais.

Tabela III — Taxas de retorno dos investimentos em educação e em alguns setores industriais (em %)

A — EM EDUCAÇÃO	1960	1969
(1) Primário incompleto × analfabetos (2-0) (a)	39,8	26,4
(2) Primário completo × analfabetos (4-0) (a)	48,1	31,9
(3) Ginásio completo × primário completo (9-4) (a)	23,8	19,4
(4) Científico completo × ginásio completo (12-9) (a)	14,7	21,2
(5) Superior completo × científico completo (17-12) (a)	4,9	12,1

B — EM ALGUNS SETORES INDUSTRIAIS	Média 1954-67
(1) Mineração	22,1
(2) Química	17,2
(3) Equipamentos e instrumentos	15,1
(4) Alimentação	14,7
(5) Vestuário	5,6
(6) Têxtil	3,9

(a) Números entre parênteses apresentam os anos aproximados de estudo.
Fonte: Langoni, Carlos Geraldo. *As Causas do crescimento econômico do Brasil.* APEC, 1973. cap. 3 e 4.

A visão global do papel da educação no processo de crescimento econômico brasileiro pode ser resumida na tabela IV, onde a taxa de crescimento do produto real no período 1960/70 é desagregada entre suas diversas componentes, quais sejam: acumulação de capital físico, acumulação de capital humano sob a forma de educação, aumento da força de trabalho, e ganhos de produtividade resultantes pela transferência de mão-de-obra dos setores de baixa para os de alta produtividade. A contribuição de educação descrita abaixo pode ser entendida de maneira bastante intuitiva como a melhoria na qualidade da força de trabalho através do aumento no seu nível educacional.

Uma distinção entre "manutenção" e "contribuição líquida" é preciso ser feita para que se compreenda melhor os dados da tabela IV. Assim, uma parte dos investimentos em educação — manutenção — é necessária apenas para manter inalterada a qualidade da mão-de-obra, devido ao crescimento natural da força de trabalho. Uma outra parcela é que possibilitará efetivamente, não só manutenção, mas **melhora líquida** na qualificação da mão-de-obra.

Os resultados indicam que apesar da contribuição do capital físico para o crescimento econômico ter sido no passado relativamente mais importante (resultado perfeitamente esperado, tendo em vista a política ostensiva de incentivos para este tipo de investimentos), a sua magnitude é bem menor do que geralmente se antecipa. De fato, a acumulação de capital físico consegue explicar apenas 32% do crescimento do produto real no período 1960/70. Já os investimentos em educação, até bem pouco tempo sem qualquer incentivo explícito, contribuíram em termos líquidos, com cerca de 16%.

Tabela IV — As fontes do crescimento econômico brasileiro — 1960-70 — em percentagem

Discriminação	%
Contribuição do capital	32,01
Contribuição da educação	30,44
Manutenção	14,70
Líquida	15,74
Contribuição líquida da força bruta de trabalho	9,69
Contribuição das mudanças na locação da mão-de-obra	7,27
Contribuição da composição idade/sexo	−0,35
Contribuição total da mão-de-obra	47,05
Taxa explicada de crescimento	5,78
Taxa observada de crescimento	4,57
Resíduo	1,21
Resíduo com uma percentagem da taxa observada de crescimento	20,93

Fonte: Langoni, Carlos. *As Causas do crescimento econômico do Brasil.* APEC 1973, cap. 4.

A análise anterior deixa claro a importância da educação para o processo de crescimento econômico brasileiro no passado. Foi, portanto, essencialmente uma visão retrospectiva. Existem, porém, razões suficientes para antecipar que essa importância tenderá a aumentar no futuro, na medida em que o país se disponha a maximizar a produção e uso de tecnologia. Uma hipótese plausível, ainda que não seja aqui apresentada qualquer evidência empírica definitiva, é que máquinas e equipamentos modernos (isto é, que incorporem as últimas inovações) são em média **complementares** com a mão-de-obra qualificada (isto é, de alto nível de educação), mas **substitutos** para mão-de-obra relativamente pouco qualificada. A recente revolução dos computadores, bem como a utilização de pré-moldados na construção civil servem como exemplos. Em ambos os casos, foi necessária a utilização de mão-de-obra relativamente mais sofisticada do que a anterior. A sofisticação crescente do mercado de trabalho é uma tendência quase universal, que tem acompanhado o processo de crescimento econômico. É necessário, porém, analisar cuidadosamente as características gerais desta tendência, a fim de delinear uma política que minimize os custos privados e sociais causados pelo descompasso entre as necessidades da demanda e as possibilidades da oferta.

BASES PARA A OTIMIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EDUCACIONAIS

A fim de definir uma estratégia ótima para os investimentos em educação, é necessário analisar com maior detalhe as opções básicas existentes. De um lado, há a questão da participação do setor público **versus** o setor privado na oferta global de educação e de outro as diferentes implicações da educação específica ou especializada em confronto com a educação geral.

Há, no Brasil, atualmente, três classes fundamentais de "produtores" de educação: o Estado (ou poder público), fundações subsidiadas pelo setor privado (do tipo SENAI e SENAC) e a própria firma individual. Em princípio, "o produto educação" oferecido por cada um deles, apesar do mesmo nome, possui características bem diferentes. Assim, apesar de toda dificuldade em tornar operacional o termo "específico" — pode-se antecipar que o grau de especialização relativa da educação aumenta consideravelmente quando se passa do Estado para o treinamento oferecido dentro da empresa. A razão fundamental é que o estímulo para o setor privado investir em educação depende da magnitude dos benefícios esperados. Apesar de a princípio não haver nenhuma razão para supor que os benefícios sociais diminuam com o aumento no grau de especialização do indivíduo, é razoável supor que, todo o resto constante, o benefício para a afirma aumente consideravelmente.

Na verdade, poderíamos definir educação específica como aquela que resulta num aumento de produtividade do indivíduo somente para a firma que financiou o seu treinamento, sendo os ganhos de produtividades nulos para todas as outras firmas no mercado. Já na educação geral, o aumento de produtividade ocorre, não somente quando da utilização da mão-de-obra pela firma que realizou o investimento, mas em todas as outras firmas na economia.

É claro que os casos extremos de educação **inteiramente específica** ou **totalmente geral** não são fáceis de encontrar. O próprio conceito é bastante relativo, dependendo do nível de desagregação da demanda de mão-de-obra em que se esteja trabalhando e/ou da forma de organização do mercado (competitivo X monopolista). Assim, por exemplo, o treinamento de mecânico para automóveis pode ser considerado específico, quando se consideram os diversos setores industriais como um todo (pela pouca valia que esse tipo de mão-de-obra tem

para a indústria têxtil ou siderúrgica, por exemplo), mas pode ser considerado bastante geral, quando se considera a demanda pelas diversas firmas dentro da indústria automobilística.

Tendo sempre em mente a flexibilidade do termo "específico", vale a pena explorar as suas implicações, a fim de sugerir uma alocação ótima na produção de educação pelo setor público (e privado) em grande parte para a educação específica.

Se as forças de mercado funcionassem livremente os gastos privados seriam canalizados para onde os benefícios esperados fossem maiores. Isto explica a tendência universal para o setor público participar diretamente (ou indiretamente através de subsídios) da educação formal de caráter mais geral, enquanto que o setor privado tem-se concentrado na faixa mais específica ou profissionalizante do mercado.

No caso brasileiro a solução é ainda mais sofisticada, uma vez que entre a educação formal (praticamente, setor público) e o treinamento na própria empresa existe uma fase intermediária de cursos **profissionalizantes** de caráter geral (SENAI, SENAC), financiada pelas empresas como um todo.

Um teste de eficiência para qualquer alocação global de educação é **o custo com que um dado volume é gerado.** A combinação ótima seria aquela que minimizasse o custo, dadas as possibilidades tecnológicas de obtenção deste volume. Existem algumas estimativas do custo médio anual por estudante da educação formal apresentadas como curiosidade na tabela V. Os dados referentes à educação específica e particularmente ao treinamento na empresa são mais difíceis de serem obtidos. Em geral, calcula-se que os custos sociais das escolas técnicas sejam bem mais elevados do que os correspondentes a níveis equivalentes, em escolas formais. A razão básica é o maior uso de capital convencional (máquinas, equipamentos, laboratórios etc.), dado os custos com professores serem aproximadamente os mesmos. Além do problema do uso de capital (que não pode ser generalizado, como no caso da mão-de-obra agrícola que pode ser treinada com o uso de relativamente pouco equipamento), existe outro fator importante, que explica a provável diferença (positiva) entre os custos da educação **formal** e os da **específica**: são as diferenças na **escala de produção** (número de alunos). Como se observa na tabela V, independentemente dos custos correntes (e, conseqüentemente, sem levar em consideração o aumento de ônus causado pela elevação do nível educacional dos professores), o custo de capital aumenta substancialmente com a diminuição do número de alunos. Este fator, aliado às potencialidades do uso de nova tecnologia para a educação em massa, sugere que, não somente os custos da educação formal são relativamente menores do que os dos cursos profissionalizantes do mesmo nível, mas também que a tendência futura é para aumento deste diferencial, devido à pequena escala dos cursos mais específicos. Para o indivíduo em particular, o fato de a especificação ser feita já no mercado de trabalho reduz enormemente o principal componente do custo **privado** de educação (a renda sacrificada pela sua permanência na escola, ao invés de ingressar alternativamente na força de trabalho). Para a empresa, o lucro desse investimento está justamente na possibilidade de recuperar os custos, pagando, após o treinamento, salário inferior à produtividade marginal do indivíduo para a firma, mas que, ainda assim,

Tabela V — Brasil — custos diretos da educação (em Cr$ de 1969 por estudante por ano)

Nível de educação	Custos correntes	Custos de capital	Total
Primário	172	21	193
Ginasial	356	174	530
Colegial	668	161	829
Superior	3 134	2 387	5 521

Fonte: Langoni, Carlos. *op. cit.*

devido à qualificação de sua formação, é superior ao que o indivíduo poderia receber em outros empregos.

Essa análise de alocação ótima da oferta educacional tem duas implicações. A primeira é que a minimização pura e simples de custos sugeriria aumento na produção de educação formal, relativamente à educação específica. A segunda é que uma maneira de reduzir os custos da educação específica seria reduzir a probabilidade de duplicação de treinamento ou mesmo da necessidade de retreinamento. Isso significa que existirão ganhos substanciais em termos de diminuição de custos, se houver delineamento ainda mais nítido nas características da educação oferecida pelo setor público em relação ao setor privado. Em linhas bastante gerais, o setor público deveria manter o caráter geral de sua educação formal, a fim de se beneficiar das economias de escala geradas pela indivisibilidade do **fator professor** e pelo elevado grau de complementaridade entre os diversos fatores de produção (prédios, instalações, equipamentos e professores). A função "especialização" ou "profissionalização" deveria ser deixada para as próprias empresas, seja através de cooperativas do tipo SENAI-SENAC, ou de treinamento na própria firma, onde esse treinamento fosse viável.

A lei atual propicia estímulos para as empresas maiores empreenderem seus próprios gastos com treinamento, ao invés de descontarem 1% da folha de pagamento para o SENAI. Deste modo o SENAI estaria, conseqüentemente, satisfazendo a demanda das pequenas empresas, além de suas funções de supervisão ou mesmo de treinamento a ser realizado em qualquer firma.

Houve mudança recente na orientação da educação formal, que deverá levar necessariamente a ajustamentos na atual estrutura, sob pena de elevação no custo social de produção da educação. É que a criação dos ginásios orientados para o trabalho implica na participação do setor público numa área que antes vinha sendo suprida (e a experiência histórica indica, com sucesso) pelo setor privado. A especificação antecipada da mão-de-obra (isto é, antes do seu comparecimento efetivo no mercado de trabalho) é ineficiente, não só pela dificuldade que existe em ajustar, por antecipação, a oferta de trabalho de diferentes qualidades à demanda (o que será analisado com detalhes a seguir), como por exigir a participação do Governo numa nova área em que os próprios mecanismos de mercado criam os incentivos para a atuação do setor privado. Esta política implica em alguma duplicação, por exemplo, das tarefas do SENAI. Por outro lado, a rigidez institucional na fixação de currículos para a educação formal elimina a flexibilidade que existe atualmente no setor privado para atender às variações de curto e médio prazo na demanda de mão-de-obra qualificada.

Há, paralelamente, o problema crônico da agricultura em que o quadro econômico e institucional limita a pos-

sibilidade de melhoria educacional de mão-de-obra (mesmo específica), apenas por iniciativa do setor privado. Parece lógico então que o Governo devesse, numa primeira etapa, concentrar seus esforços no setor.

De fato, para a agricultura, a melhoria do nível educacional da mão-de-obra é fundamental para atender dois objetivos: a) é pré-condição para a possibilidade de absorção rápida e eficiente de novas tecnologias; e b) é fator crucial para facilitar a migração de mão-de-obra entre regiões agrícolas em que existem diferenciais de produtividade, ou mesmo entre os setores agrícola e industrial.

Vale a pena analisar com mais profundidade o problema da mobilidade de fatores e a sua relação com os investimentos em educação.

EDUCAÇÃO E MOBILIDADE

Fato que mereceu destaque na interpretação anterior do processo de crescimento foi a contribuição potencial do fluxo de fatores de produção (tanto de trabalho, como de capital) dos setores de baixa para os de alta produtividade. Isto levaria à eliminação de desigualdades causadas, por exemplo, pela diferença de salário real entre indivíduos de aproximadamente mesma qualidade (mesmo nível de educação). A verdade é que o crescimento econômico tende, numa primeira etapa, a criar esses diferenciais de produtividade, posto que uma de suas características fundamentais é justamente a assimetria em relação a setores, regiões e ocupações. Numa segunda etapa porém há o estímulo para a eliminação destes diferenciais através do aumento da mobilidade dos fatores de produção — causado principalmente pela melhoria no nível educacional, que facilita o acesso à informação — e das economias externas como conseqüência do desenvolvimento do sistema de transporte e comunicações. A relação, portanto, entre crescimento e distribuição deve ser interpretada cuidadosamente nesse caso, a dificuldade maior residindo no caráter extremamente dinâmico e interativo das duas variáveis. Porém, o que interessa do ponto de vista de política econômica é que não existe contradição alguma — em termos dos objetivos de igualdade e crescimento — em incentivar a mobilidade de fatores, a fim de eliminar os diferenciais de produtividade. Sobre esse assunto é interessante reintegrar a experiência brasileira, a fim de definir uma estratégia ótima de política econômica.

Em primeiro lugar, é importante reconhecer que a resposta dos indivíduos a estímulos econômicos para mudar de atividade ou região tem sido extremamente elevada e rápida no caso brasileiro. Como exemplo, pode-se citar a migração nordestina para a Amazônia, no **boom** da borracha, e para o Sul na década de 50. São muito freqüentes críticas a esse fluxo de aftores. O argumento principal é a incapacidade do setor industrial em absorver todo o acréscimo de mão-de-obra; daí o desemprego e os custo social, representando pelo aumento de demanda por habitação, serviços sanitários e educação nas cidades.

A falácia no raciocínio anterior está em não reconhecer que os indivíduos só se mudam se os benefícios esperados forem maiores do que os custos. Por isso mesmo, o critério correto de avaliação não é entre a sua **nova renda** e a **renda média da região para onde ele migrou**, mas sim entre sua **nova renda** e a que ele auferia **anteriormente.** Por outro lado, o conceito de renda relevante para esta avaliação é o de renda permanente e não apenas a corrente. Isto é, deve-se, computar os benefícios adicionais de participação do imigrante num mercado de trabalho mais dinâmico (sob a forma de maior mobilidade ocupacional), bem como o acréscimo dos rendimentos futuros dos filhos que passam a ter agora acesso a escola e serviços subsidiados da saúde. Dentro dessa interpretação, a existência de desemprego disfarçado nas cidades (o camelô, o garoto-engraxate, o guardador de carros etc.) é perfeitamente compatível com melhoria no bem-estar do imigrante, em termos de suas alternativas anteriores. Além do mais, o mecanismo de mercado, da mesma maneira que cria os estímulos para a mudança através do diferencial entre a renda esperada e a renda corrente, também automaticamente age no sentido de evitar a possibilidade de um "excesso" de migração. Isto se dá através da eliminação do diferencial que o acréscimo da oferta de trabalho, relativamente à demanda, necessariamente acarreta. Não é por mera coincidência que a redução do crescimento econômico da região Sul, no período de 1962 a 1965, foi acompanhada de sensível redução no fluxo de nordestinos, em comparação, por exemplo, com a década de 50.

Toda a análise anterior não deve ser interpretada como uma afirmação simplista de que a única solução é a migração do campo para a cidade. As deseconomias externas das megalópoles são evidentes, e sugerem cautela na avaliação dos custos e benefícios sociais da migração. É importante não esquecer que o problema foi colocado em termos bem gerais de fluxo de fatores, dos setores de baixa para os de alta produtividade. Se houver possibilidades potenciais para a exploração desses diferenciais, dentro do próprio setor agrícola, tanto melhor. No caso brasileiro, a colonização de novas áreas é sem dúvida alguma uma alternativa desse tipo. Mas, quando a longo prazo essas possibilidades se esgotarem, e o fluxo principal for realmente na direção campo-cidade, deve-se criar estímulos para a absorção dessa mão-de-obra em distritos industriais em órbita aos grandes centros urbanos onde os custos sociais são claramente menores. O ponto fundamental é que qualquer solução que procure dificultar a mobilidade de fatores entre setores e regiões é a longo prazo prejudicial aos objetivos de melhoria na distribuição da renda e crescimento econômico.

Em termos práticos, a mobilidade dos fatores de produção pode ser acelerada através de várias medidas. Indiretamente, pelas externalidades positivas geradas pelos investimentos em transportes e comunicações. De maneira mais direta, pela eliminação de barreiras artificiais (legais e econômicas) que impedem o acesso de novas firmas a setores de alta rentabilidade. No caso particular da mão-de-obra, através de uma política educacional que minimize o custo social implícito no processo de ajustamento entre as características de oferta e as peculiaridades da demanda. Assim, por exemplo, uma das dificuldades de absorção da mão-de-obra liberada pelo setor agrícola está justamente na inadequação das qualificações do indivíduo relativamente às necessidades do setor industrial. A conciliação só pode ser feita através do treinamento que, muitas vezes, dependendo das características da ocupação, é fornecido pela própria empresa do setor urbano. Idealmente, porém, alguma educação básica deveria ser dada quando o indivíduo ainda não tivesse migrado, a fim de aumentar suas possibilidades de escolha e minimizar os custos privados implícitos no

processo de ajustamento descrito anteriormente. O subsídio direto para educar a força de trabalho na agricultura é particularmente crítico, à medida que aumenta a idade do indivíduo, já que neste caso o custo individual da mudança é praticamente infinito. Se por uma razão qualquer desaparecem as oportunidades de emprego na agricultura, são mínimas as chances de ajustamento em outros setores da economia, pelo pouco incentivo que teriam as empresas por si só para investirem em seu treinamento, mesmo que este fosse totalmente específico. Quanto maior a idade do indivíduo, menor o período durante o qual a firma pode recuperar seus gastos através do acréscimo de produtividade resultante. Aliás, isso explica porque o processo de migração é seletivo em relação à idade: quanto mais velho, maiores são os custos individuais da mudança e menor a magnitude dos benefícios esperados.

Em resumo, a solução anteriormente apresentada para a alocação da oferta de educação entre o setor público e privado em termos de educação geral e específica parece ser ótima, por minimizar o custo social de produção da educação. Resta agora analisar o impacto desta solução, do lado da demanda.

DEMANDA DE EDUCAÇÃO

Uma das conseqüências mais importantes da hipótese de crescimento econômico, baseado na acumulação de capital tecnológico (pesquisa), é a rápida obsolescência do estoque existente de capital humano e físico. Não só máquinas e edifícios tornam-se inadequados com o progresso científico, como também o elemento humano que os complementa. Isto significa que as qualificações necessárias para o aproveitamento ótimo do estoque moderno de capital físico, que surgiu da aplicação dos resultantes da pesquisa, variam bastante ao longo do tempo e dificilmente podem ser totalmente antecipadas, dados os riscos inerentes aos investimentos em capital tecnológico.

Esse aspecto da dinâmica do processo de crescimento econômico chama a atenção para a dificuldade que existe de ajustar por antecipação a oferta de trabalho à demanda. Mais do que isso, leva-nos a reconhecer que desequilíbrios irão certamente ocorrer, pela necessidade de adaptar o produto do setor educacional (mão-de-obra com diferentes níveis de educação) às necessidades da economia. Um dos objetivos principais da política educacional deverá ser conseqüentemente minimizar o custo social desses ajustamentos.

A taxa de obsolescência do capital humano é uma função direta do seu grau de especificação: quanto mais geral for a formação do indivíduo, maiores possibilidades ele terá de reduzir as perdas decorrentes de inovações que tornem seus conhecimentos obsoletos. Não só o seu treinamento será mais rápido (e conseqüentemente menos custoso), como maiores serão também as possibilidades de escolha do novo emprego. Em termos econômicos, a hipótese aqui levantada é de que a possibilidade de substituição entre indivíduos com diferentes níveis de ensino é tanto maior, quanto mais geral é seu conhecimento.

O importante problema a conciliar é, de um lado, a necessidade de especificação da mão-de-obra pelo aprofundamento contínuo da divisão de trabalho com a expansão do mercado decorrente do crescimento econômico (em recente levantamento conjunto, realizado pelo SEPIPE-SENAI sobre características sócio-econômicas de mão-de-obra especializada, na indústria paulista, foram classificadas 2 700 profissões). De outro lado, os custos (privados e sociais) que um alto grau de especialização pode acarretar: diminuição da mobilidade intersetorial da mão-de-obra, taxa mais rápida de obsolescência do estoque de capital humano e finalmente a possibilidade de inadequação, **a posteriori**, do treinamento recebido pelas dificuldades de antecipar, numa economia dinâmica, a estrutura da demanda de mão-de-obra.

Como será demonstrado, a solução ótima para esse dilema, coincide com a estratégia sugerida para a minimização dos custos de produção de educação: deixar a especificação da mão-de-obra de certa qualidade ser trabalhada pelo mercado, evitando-se porém a especialização antecipada ao nível da educação formal. Em outras palavras, deve-se procurar formar indivíduos em categorias amplas, deixando ao mercado (e principalmente às empresas) a tarefa de compatibilizar esta formação com outros recursos existentes, principalmente sob a forma de treinamento interno, ou pelo financiamento de custos de especialização de curta duração.

A compatibilização acima descrita é viável porque, como já comentado, o incentivo para uma firma particular investir na educação de seus empregados está diretamente relacionado à possibilidade de ela apropriar-se dos benefícios futuros, decorrentes desse investimento. E essa possibilidade aumenta com o grau de especificação da educação frente às necessidades da firma: ou seja, quanto mais útil for a instrução recebida para a empresa em questão, relativamente a outras no mercado (isto é, quanto menor as externalidades), maior será, tudo mais permanecendo constante, a rentabilidade privada esperada pelo investimento em educação. Isso significa que já existe uma tendência natural do mercado em dedicar-se à educação específica da força de trabalho em qualquer nível. Por contraste, a área de educação geral, pela impossibilidade de retenção dos benefícios, exige a participação direta do governo.

A dificuldade de antecipar o comportamento da demanda de mão-de-obra a médio e longo prazos é uma conseqüência direta da impossibilidade de antecipar a característica e a magnitude da expansão relativa dos diferentes setores da economia. Um exemplo típico é o que ocorreu recentemente, nos Estados Unidos, com a revolução tecnológica, causada pelo aparecimento da indústria de computadores. É evidente que nenhuma escola profissional previu corretamente a necessidade de produzir programadores e analistas em número suficiente para atender o crescimento dramático da demanda que iria ocorrer alguns anos depois. Mesmo quando a expansão no uso de computadores provocava pressões na demanda que já tomava a forma de uma elevação no salário real desses especialistas, a rigidez institucional das escolas formais não permitiu adaptação suficientemente rápida. A solução surgiu espontaneamente no próprio mercado, uma vez que, neste caso, além dos incentivos já mencionados, havia o fator adicional de que a indústria pioneira em computadores (IBM) era monopolista, havendo portanto a possibilidade real da apropriação de grande parte dos benefícios gerados pelo treinamento. Outra característica importante deste episódio é que a mão-de-obra preferida pela indústria para ser **especificada** era justamente aquela de caráter mais geral, já que, para estes, o custo de retreinamento era relativa-

mente menor. Tudo indica que a solução oferecida pelo mercado, não só era a mais eficiente, como também a única viável.

O problema de estimar a demanda futura para categorias profissionais é ainda mais complexo num país como o Brasil em que a produção de tecnologia está em grande parte fora de seu controle e em que existem diferenças regionais e setoriais substanciais nos preços relativos dos fatores de produção. E é ainda provável que durante algum tempo as possibilidades mais lucrativas de inovações tecnológicas estarão na adaptação e não na produção interna de tecnologia. Como a direção setorial e a forma de inovação tecnológica são que definem a longo prazo o comportamento da demanda pelas diversas categorias de mão-de-obra, estamos no caso típico em que a variável crítica é praticamente exógena. É importante ainda perceber que, mesmo que as dificuldades da demanda fossem corretamente identificadas, a ausência de homogeneidade absoluta de fatores de produção, principalmente para a função **gerencial**, faz com que a especificação realizada pela escola formal nunca seja exatamente aquela desejada pela firma individual e daí a necessidade de retreinamento. O que se sugere é a transferência desta função para as firmas, garantindo-se melhores condições de adaptabilidade e flexibilidade do produto da escola formal, com o menor custo possível.

O problema de educação específica **versus** formal tem outra dimensão. Quando a preocupação profissionalizante se desenvolve a um nível regional ou mesmo local, há o perigo de estimular-se o tratamento excessivamente particular de um problema de caráter geral. Consideremos a situação de uma escola que tem que delinear os níveis de especialização oferecidos durante os próximos quatros anos. Quase que por definição, o seu horizonte estará limitado pelas condições de mercado de trabalho da cidade ou quando muito do município. Considere-se a hipótese mais otimista de que os níveis de especialização escolhidos hoje correspondam realmente às necessidades da demanda daqui a quatro anos, e conseqüentemente este pessoal, após a conclusão do curso, encontre emprego com facilidade. No entanto, é possível imaginar uma situação em que em outro estado exista excesso crônico de demanda por outro tipo de mão-de-obra que não pode ser satisfeito apenas pela produção local. De fato, a situação descrita acima é tal que o salário real no último estado para um nível comparável de qualificação, é bem mais elevado do que no primeiro. Conseqüentemente, os indivíduos e a economia como um todo seriam beneficiados se houvesse migração de mão-de-obra do estado de menor salário real para o de maior, até que qualquer diferença (a não ser aquelas explicadas por variações de custo de vida) fosse eliminada. A especificação excessiva da mão-de-obra no estado de menor salário reduz porém substancialmente a mobilidade da mão-de-obra, eliminando desta forma, uma das fontes importantes de crescimento econômico, principalmente por não envolver qualquer adição líquida de recursos.

Se no exemplo acima fosse considerada também a possibilidade de inovações tecnológicas diminuírem, durante o período, substancialmente o valor de mercado de certos tipos de mão-de-obra, ter-se-ia outra componente do custo social da especificação excessiva ou prematura da mão-de-obra. Seria o aumento da taxa de obsolescência do capital humano, face a mudanças não antecipadas na magnitude e direção do progresso tecnológico.

A redução na mobilidade de fatores devido à inadequação do treinamento é particularmente crucial para aqueles setores em que há tendência a longo prazo para queda da participação relativa de sua renda, devido às condições de inelasticidade da demanda agregada pelos bens aí produzidos. O exemplo típico é o do setor agrícola, onde em muitas regiões a melhor solução do ponto de vista econômico é possivelmente a de treinar mão-de-obra para **deixar** essas regiões. Se a idéia de profissionalização ao nível formal for transplantada para a agricultura, corre-se o risco sério de preparar mão-de-obra que no futuro será expulsa do setor, sendo ao mesmo tempo inadequada para ser absorvida em outras atividades. Este problema ganha ainda maior importância por algumas características peculiares do capital humano. A rentabilidade do treinamento para firma depende, além do grau de especificação, da idade do indivíduo, já que esta define o período durante o qual os benefícios (sob a forma de acréscimo de produtividade) podem ser apropriados. É lógico portanto que quanto mais velho o indivíduo, menor, todo o resto mantido constante, serão os benefícios gerados e, conseqüentemente, menor a possibilidade da firma investir no seu treinamento. A dimensão trágica do problema é revelada quando, por analogia, verifica-se que, para uma máquina velha e obsoleta, há sempre a alternativa de vendê-la no mercado pelo valor de sucata, enquanto que, para o homem, nem esta possibilidade existe.

CONCLUSÕES

Considerando que um dos elementos dinâmicos de nossa economia na década de 70 será a acumulação de capital tecnológico (pesquisa) em contraste com as décadas anteriores, em que toda a atenção esteve voltada para o capital físico (máquinas, equipamentos, construções), foram procuradas as bases teóricas para uma política racional de investimento em educação. As principais conclusões aparecem a seguir: 1) — as divergências entre benefícios sociais e benefícios privados justificam a participação do governo no investimento em educação, mas a ênfase deveria ser dada na instrução formal de caráter mais geral; e 2) — o mercado tem as condições e a flexibilidade natural para compatibilizar a oferta de mão-de-obra de diferentes níveis de instrução produzida pela educação formal (governo) com as necessidades específicas de cada setor. Esse ajustamento será mais fácil (ou seja, realizar-se-á com menor custo social), se o produto da educação formal não for excessivamente específico.

A análise anterior evidencia a importância do papel da educação no processo de crescimento econômico. Além das linhas gerais de uma política ótima de investimento em educação, existem outras implicações que valem a pena ser exploradas.

A primeira diz respeito à realocação de recursos para treinamento da mão-de-obra agrícola, seja pelo pouco estímulo que a própria empresa agrícola em zonas tradicionais tem para melhorar o nível educacional de sua força de trabalho, como também pela dificuldade que mesmo os esquemas engenhosos, e de sucesso, do tipo MOBRAL têm para atingir esta faixa da força de trabalho. No caso da agricultura, não é suficiente oferecer apenas a educação gratuita. É necessário algum subsídio explícito para compensar o agricultor, principalmente no caso

de propriedades familiares, pela perda temporária de sua força de trabalho. Em termos de conteúdo do treinamento, a solução mais racional é oferecer a educação formal apenas para os indivíduos em idade escolar convencional. Para os outros, já engajados na força de trabalho, devido ao custo de oportunidade mais elevado, a alternativa é treiná-los em alguma ocupação específica para absorção em outras regiões agrícolas, cujo nível de produtividade é mais elevado, ou então treiná-lo em ocupações, cuja demanda se localiza fora do setor agrícola (exemplo: bombeiro, barbeiro etc.). Uma parte dos recursos do PROTERRA poderia ser destinada para utilização específica no treinamento da mão-de-obra agrícola.

Com respeito à mão-de-obra industrial, uma solução que minimizaria as possibilidades de excessiva especificação local, aumentando a mobilidade da mão-de-obra e reduzindo as possibilidades de obsolescência prematura, é o estabelecimento de coordenações setoriais para os diversos cursos profissionalizantes, ao invés das coordenações estaduais ou municipais. Assim, haveria os cursos voltados para o setor têxtil, outros para siderurgia, mecânica etc. A orientação seria unificada independentemente da localização geográfica das escolas, ou, em outras palavras, independentemente da situação de curto prazo do mercado de trabalho local. A grande vantagem desta ligeira modificação organizacional é que haveria aumento considerável da mobilidade da mão-de-obra e melhoria das informações acerca das condições de trabalho entre as diversas indústrias que compõem determinado setor. Em termos práticos, isto significa que uma escola localizada, por exemplo, em Friburgo poderá estar formando empregados para serem absorvidos no mercado gaúcho, já que a situação do mercado de trabalho é tal que em Friburgo existe excesso de oferta, enquanto que nos pampas observa-se excesso de demanda por certo tipo de mão-de-obra. Desta maneira, poder-se-ia corrigir uma das conseqüências mais indesejáveis da profissionalização que toma como ponto de referência o mercado local: a redução na mobilidade do fator trabalho.

Finalmente, tendo em vista o atual conjunto de incentivos fiscais que beneficiam a utilização de capital físico, não parece ser demais estudar a possibilidade da extensão de alguns benefícios para a mão-de-obra e particularmente para a melhoria do seu nível de educação. Este esquema poderia tomar a forma de um subsídio direto à utilização do fator trabalho, aproveitando o sistema já implantado de Previdência Social. Em outras palavras, o subsídio seria caracterizado pelo cancelamento dos débitos trabalhistas das firmas beneficiadas, premiando desta maneira as que utilizassem relativamente mais mão-de-obra. Poder-se-ia pensar também num esquema mais sofisticado, tornando o subsídio progressivo até um determinado nível de qualificação da mão-de-obra, a fim de incentivar a melhoria do nível educacional, da força de trabalho ao longo do tempo, facilitando a absorção de novas tecnologias.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S. A.

Sociedade de Capital Aberto - C.G.C.M.F. N.º 07.237.373

SEDE: FORTALEZA (CE) — **70 AGÊNCIAS NO NORDESTE**

Resumo do Balancete em 30 de abril de 1973 — (Cr$ 1.000)

ATIVO		PASSIVO	
DISPONIBILIDADES	112.157	CAPITAL	420.000
EMPRÉSTIMOS	2.514.573	RESERVAS PARA AUMENTO DE CAPITAL	183.344
- A Longo Prazo	1.010.782	OUTRAS RESERVAS E PROVISÕES	265.171
À Indústria	343.684	FUNDO DE AMORTIZAÇÃO	11.890
À Agropecuária	420.941	DEPÓSITOS	1.183.033
Para Serviços Básicos	172.426	OUTRAS EXIGIBILIDADES	933.811
A Instituições Financeiras	26.138	RESULTADOS PENDENTES	144.698
A Outras Atividades	47.593		
- A Médio Prazo (À Agropecuária)	317.616		
- A Curto Prazo (Para Capital de Trabalho)	1.186.175		
OUTROS CRÉDITOS	377.295		
IMOBILIZADO	67.991		
RESULTADOS PENDENTES	69.931		
TOTAL	3.141.947	TOTAL	3.141.947

Fortaleza (CE), 9 de maio de 1973
FRANCISCO MOACYR DE SOUZA
Chefe de Divisão de Contabilidade - DICON
TC-CRC.Ce. n.º 0990

"O NORDESTE CRESCE COM O BANCO DO NORDESTE"

Aspectos demográficos do desenvolvimento brasileiro

Com uma área de 8 511 965 km², o Brasil situa-se entre os cinco maiores países do mundo, juntamente com a URSS, Canadá, Estados Unidos, China e Austrália. Em 1973, com uma população de 100 milhões, que cresce à taxa média anual de 2,9%, faz parte do grupo dos oito países mais populosos do mundo: — China, Índia, URSS, Estados Unidos, Paquistão, Indonésia e Japão — 760, 555, 243, 205, 137, 121 e 104 milhões de habitantes, em 1970, respectivamente.

A explosão demográfica brasileira das três últimas décadas se deve fundamentalmente à queda na taxa de mortalidade, uma vez que a taxa de natalidade, apesar de alta, tem diminuído gradativamente. Tem-se observado também acentuado declínio nas correntes migratórias internacionais a partir da Segunda Grande Guerra. Nesse interim as migrações internas atingiram níveis elevados. Enquanto muitos migrantes se dirigiram para novas áreas de colonização (Paraná, Goiás), outros convergiram para as cidades vindo de zonas rurais. A alta taxa de urbanização suplantou a taxa de crescimento industrial e a proporção de empregados urbanos trabalhando em setores de baixa produtividade tem apresentado tendência crescente.

O objetivo desse trabalho é analisar essa cadeia de fenômenos demográficos e econômicos, explicar suas mútuas influências, e indicar suas tendências futuras.

CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO: MORTALIDADE E NATALIDADE

Conforme se pode depreender dos lados da tabela I, o maior responsável pela recente explosão demográfica foi o crescimento vegetativo (taxa de natalidade menos taxa de mortalidade), posto que as migrações externas não foram significativas após 1930. (Deve-se ressaltar que não existem estatísticas vitais no Brasil; as taxas de natalidade e mortalidade são determinadas por métodos indiretos, utilizando-se os dados censitários).

Após a II Guerra Mundial diminuiu bastante a taxa de natalidade no Brasil. A maior educação dos pais tendeu a diminuir o número de filhos. Segundo dados retirados da tese de doutorado do colaborador (na Universidade de Chicago) pais mais educados possuem maior acesso às informações sobre controle de natalidade e têm, em geral, maiores aspirações para seus filhos. Por isso eles procuram substituir quantidade por qualidade de crianças. Do mesmo modo, a fertilidade não varia linearmente com a educação dos pais e sim através de "saltos". O maior "salto" se dá quando o pai passa do nível primário para o ginasial, diminuindo, em média, em uma unidade o número de filhos (mantido o resto constante). Outra grande influência sobre a fertilidade foi a intensa urbanização das últimas décadas. A localização urbana de uma família, todo o resto constante, diminui em média de uma unidade o número de filhos. Esses dois fatores, educação e urbanização tem exercido, nitidamente, força depressora sobre a expansão da família.

Como ambos fatores tendem a manter no futuro o mesmo padrão de comportamento, isto é, expandindo-se, é de se esperar que a taxa de crescimento populacional se reduza nos próximos anos, uma vez que não parecem prováveis mudanças sensíveis na taxa de mortalidade. Há outros indicadores dessa tendência: a) o coeficiente crianças de 0 a 4 anos/mulheres de 15 a 49 anos passou de 65,3 em 1950 a 66,7 em 1960 e 61,9 em 1970; b) utili-

zando o número de crianças da faixa de 0 a 4 anos de idade, em 1970, e uma pergunta especial do questionário sobre o número de nascimentos do ano anterior ao do recenseamento de 1970, Merrick estimou as taxas de natalidade dos períodos 1965/70 e 1969/70. A taxa de nascimento para o período de 1965/70 varia entre 3,55% e 3,85% (dependendo da hipótese sobre mortalidade infantil), diminuindo para 3,4% e 3,75% no período de 1969/70.

Tabela I — Brasil — alguns indicadores demográficos

Período	Taxa anual			
	Natalidade	Mortalidade	Imigração	Crescimento
1872-1890	4,65	3,02	0,38	2,01
1890-1900	4,60	2,78	0,60	2,42
1900-1920	4,50	2,64	0,22	2,12
1920-1940	4,40	2,53	0,18	2,05
1940-1950	4,35	2,01	0,04	2,33
1950-1960	4,33	1,34	0,00	2,99
1960-1970	3,77	0,94	0,00	2,83

Fonte: IBGE, Instituto Brasileiro de Estatística, *Boletim Demográfico*.

A taxa de crescimento ideal da população brasileira tem sido objeto de grande polêmica nos últimos anos. Certos estudiosos vêem a atual explosão demográfica como fator de retardamento do progresso econômico. Outros ponderam que, com o produto real crescendo a 10% ao ano, é irrelevante que a taxa de crescimento populacional seja 3 ou 2%. No último caso a renda **per capita** dobraria em 9 anos, no primeiro em 11 anos. Além disso argumentam, teríamos ganhos com a existência de um mercado consumidor maior, e melhores possibilidades de ocupar áreas vazias de nosso território. Mario Henrique Simonsen critica esses argumentos pró-natalistas. A diferença de 3 ou 2% de crescimento de população começa a se tornar importante a um crescimento do produto real abaixo de 8% ao ano. Assim, se o produto crescer a 6% a.a., é de 6 anos a diferença de tempo para que a renda **per capita** dobre, caso a população cresça a 2% ou 3% a.a. Por outro lado, ao se comparar os aumentos da renda **per capita** que é evidentemente um valor médio, esquece-se o fato de que a explosão demográfica desfavorece as classes mais pobres, em geral de maior número de filhos, seja através do desemprego, seja da piora na distribuição de renda. Quanto ao mercado consumidor, é preciso levar em conta, além do tamanho, seu poder aquisitivo. Por fim, a ocupação do território nacional é primordialmente função dos incentivos para migrar e não do aumento populacional.

COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO

As altas taxas de natalidade conjugadas à grande queda na taxa de mortalidade levaram o Brasil a contar com população eminentemente jovem: mais de 40% tem menos de 15 anos de idade. Como esse grupo consome, como um todo, mais do que produz, tal composição representa grande carga econômica para o País. Esse é, aliás, o caso para toda América Latina. Em contrapartida, a fatia da população com menos de 15 anos é de 24,4% na França, 23,2% na Alemanha, 20,7% na Suécia e 29,8% nos Estados Unidos.

MIGRAÇÕES INTERNAS

Houve, nas três últimas décadas, intensa migração para novas áreas de colonização do Paraná, Mato Grosso, Goiás e grandes centros urbanos como Guanabara e São Paulo. Por outro lado, verificou-se também, no período, emigração constante do Nordeste. O norte do Paraná desenvolveu-se como extensão natural da cultura do café do estado vizinho, São Paulo. A emigração do Nordeste acentuou-se na década 1950/60, com a construção de um sistema rodoviário Nordeste-Leste e com as grandes secas de 1953 e 1958. A migração para Goiás aumentou com a mudança da capital para Brasília em 1960. Com o intenso êxodo rural, já em 1970, a população urbana era maior que a rural. As percentagens da população urbana nos quatro últimos censos foram: 31,24% (1940), 36,16% (1950), 45,08% (1960) e 55,98% (1970). O rápido processo de urbanização deu-se em todo o País, destacando-se os estados de São Paulo (município de São Paulo), Rio de Janeiro (municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São Gonçalo) e Goiás (Brasília e Goiânia), cujos aumentos na percentagem da população urbana foram de 20%, 19% e 17% respectivamente, na década dos 60.

Onze municípios apresentavam em 1970 população recenseada superior a 500 mil habitantes: São Paulo, Guanabara, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Porto Alegre, Fortaleza, Nova Iguaçu, Belém, Curitiba e o Distrito Federal. Todos possuíam taxas médias geométricas anuais de crescimento superior à da média para o país (2,9%), exceto a Guanabara, devido ao surgimento de outros pólos de forte atração migratória situados na área do Grande Rio, com Nova Iguaçu, Duque de Caxias e São Gonçalo.

O economista Gian Sahota, em trabalho recente, mostra que as diferenças de salários e rendas entre estados tem sido importante fator no movimento migratório. Um aumento de 1% no salário da região de destino eleva em 2% o número de migrantes entre 15 e 29 anos e em 1% o número de migrantes entre 30 e 59 anos.

Devido a inelasticidade-renda dos produtos agrícolas, existe tendência para a renda e o número de trabalhadores no setor agrícola diminuírem relativamente ao setor industrial e de serviços. Essa inelasticidade e conseqüente diferenciação de renda e salários explica em parte o êxodo rural urbano em todo país. As diferenças de renda **per capita** e de salário entre os estados explicam o movimento migratório do Nordeste para o Centro-Sul e de Minas Gerais e Espírito Santo para a Guanabara, S. Paulo e Rio de Janeiro, sendo que a pequena distância (no caso de Minas e Espírito Santo) e as secas (no caso do Nordeste) acentuaram o movimento migratório.

Houve também a procura de novas fronteiras agrícolas, como o norte do Paraná (quase já esgotado) e Goiás e Mato Grosso (em fase ascendente no período 1960/70). A migração para a Amazônia significante somente até 1920, pode voltar a ser importante com a construção da rodovia Transamazônica.

DENSIDADE DEMOGRÁFICA

Não há, evidentemente, correlação entre desenvolvimento econômico e densidade demográfica. Assim, por exemplo, a Suécia, em 1968, possuía dezoito habitantes por km², os Estados Unidos 21 e a Índia 160.

O Brasil é um país de baixa densidade demográfica: 11,18 hab/km². Existe grande variação na densidade entre regiões e dentro de cada uma delas. Na região Norte — que ocupa 42% do território nacional — vivem apenas 4% da população brasileira, sua densidade média é de 1 hab./km². A Região Nordeste, que constitui cerca de 18% do país, contém 30% de sua população. Sua densidade demográfica é então relativamente alta, apesar da intensa emigração, atingindo valores de 58 a 53 hab./km², em Alagoas e Pernambuco. Isso porque a emigração nordestina é compensada pelos altos índices de natalidade da região. A Guanabara como **cidade-estado** é a unidade federativa de maior densidade demográfica do país (3 685,52 hab./km²), seguida do Rio de Janeiro (113,79) e S. Paulo (72,61). O Sudeste (Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Guanabara e S. Paulo) que ocupa apenas 11% do Brasil, abriga 43% de sua população.

Tabela II — Participação da população na força de trabalho por sexo e por grupo etário em 1960 e 1970 (em percentagem)

Grupo de idade	1960		1970	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
10-14	23,00	7,07	11,82	6,43
15-19	73,37	23,44	61,12	24,51
20-24	92,35	22,51	87,66	27,72
25-29	96,58	18,78	95,43	22,84
30-39	97,36	16,97	96,53	20,54
40-49	96,01	17,03	94,17	19,49
50-59	90,32	14,42	85,54	15,11
60-69	75,68	11,43	68,80	10,22
70 +	51,75	7,71	40,72	4,33

Fonte: Centro Nacional de Recursos Humanos, conforme citação em Fredricka Santos. 1973.

FORÇA DE TRABALHO

A tabela II mostra a participação na força de trabalho, por sexo, dos diversos grupos etários em 1960 e em 1970. Houve, no período, queda acentuada da participação masculina — nos grupos etários mais jovens (10-14, 15-19, 20-24 anos) e acima de 50 anos de idade. Isso parece indicar que os brasileiros estão entrando mais tarde e saindo mais cedo da força de trabalho. A diminuição da participação dos grupos etários mais jovens tem provavelmente duas causas principais: 1) a juventude tem participado intensamente do movimento migratório rural-urbano e tem encontrado dificuldades de ajustamento aos empregos urbanos, dada sua pouca qualificação e pequena experiência; e 2) cresceu consideravelmente o investimento em educação formal, aumentando os anos de permanência na escola. Esse último aspecto pode ser verificado na tabela III. É bastante significativo o aumento da percentagem da população investindo em capital humano. Por outro lado, a participação feminina cresceu em quase todos os grupos etários; as melhores oportunidades de emprego para as mulheres aumentaram o custo de oportunidade do trabalho doméstico.

Houve nas últimas décadas grande transferência da mão-de-obra do setor primário para o setor urbano. Em 1950, 59,9% da população economicamente ativa (PEA) estava engajada na agricultura. Em 1960, essa proporção era de 53,7%, passando a 44,6% em 1970.

Tabela III — Matrícula segundo o nível de ensino (1960/1970)

Graus de instrução	1960	1970	Taxa de variação acumulada entre 1960/1970
Primário	7 458 002 (10,63)	12 812 029 (13,74)	— (29,26)
Ginásio	910 283 (1,30)	3 080 201 (3,30)	— (53,85)
Colegial	267 144 (0,38)	1 003 385 (1,08)	— (84,21)
Superior	93 202	425 478	—
Graduação	(0,13)	(0,46)	(253,84)

Obs.: Os valores entre parênteses representam as matrículas como porcentagem da população.

Fonte: MEC. Secretaria Geral. Serviço de Estatística da Educação e Cultura, conforme citação em Langoni. 1972.

Houve, também, redução do setor de subsistência dentro do setor primário, conjugada à transferência de mão-de-obra para o setor urbano (secundário e teciário), isto é, aumentou o grau de monetização dos fluxos de serviços na economia. Assim, a parcela da renda individual sob a forma de bens ou transferências dentro da unidade familiar tendeu a cair. Segundo Langoni, diminuiu de 15 para 9,5% a proporção do pessoal sem rendimento na PEA, entre 1960 e 1970.

Todos esses são indicadores claros do crescimento econômico do país. Boa parte das atividades econômicas passou a utilizar tecnologia mais avançada, em geral complementar ao trabalho qualificado. Com isso, aumentou o retorno do investimento em capital humano, e conseqüentemente a permanência na escola. A queda da participação da mão-de-obra no setor agrícola e a redução do setor subsistência são historicamente características constantes do processo de crescimento de todas as nações desenvolvidas.

RESUMOS E CONCLUSÕES

A taxa anual de crescimento da população brasileira, em torno de 2,9%, se bem que igual à média da América Latina, é maior que as médias da África (2,4%), Ásia (2,0%), Europa (0,8%), Oceania (2,0%) e América do Norte (1,3%). O alto grau de urbanização e o aumento no nível educacional da população têm exercido força depressora sobre a natalidade e a tendência é de queda gradativa, embora pequena, na taxa de crescimento populacional. Devido às constantes altas taxas de natalidade, e à diminuição na mortalidade infantil, 40% da população brasileira tem menos de 15 anos, o que representa grande carga econômica para o país, já que essa parcela da população, como um todo, consome mais do que produz. A se manterem as atuais tendências das taxas de nata-

lidade e mortalidade, essa composição etária não se modificará substancialmente nas próximas décadas.

Com o processo de crescimento econômico, tem decrescido substancialmente a renda e a força de trabalho do setor agrícola. Verificou-se intenso movimento para as cidades em todo o país. Tem sido constante a migração do Nordeste para o Centro-Sul e de Minas Gerais e Espírito Santo para a Guanabara, Rio de Janeiro e São Paulo. Parte dessa migração se explica pelos diferenciais de salários e rendas. Novas fronteiras agrícolas (Paraná, Goiás, Mato Grosso e Amazônia) constituem, ainda, importante fonte para migrações internas.

O Brasil é um país de baixa densidade demográfica (11,18 hab./km²). Existe grande disparidade intra e inter-regional na densidade. Assim, enquanto na Guanabara a densidade demográfica é de 3 685,52 hab./km², no Amazonas ela é de 0,62. Há uma crescente monetização dos setores agrícolas de subsistência, com conseqüente diminuição da parcela da população fora da economia monetária. Entre 1960 e 1970 caiu a proporção da população economicamente ativa nos grupos etários mais jovens e mais velhos, indicando maior permanência nas escolas (como mostra o grande aumento de matrículas) e aposentadorias mais cedo.

Existe, porém, a possibilidade de que tenha aumentado a taxa de desemprego dos grupos etários mais jovens. É provável que o intenso movimento para as cidades tenha criado problemas de ajustamento para os migrantes rurais, em geral pouco qualificados e mais jovens. Faz-se necessário uma pesquisa mais profunda nessa área. Contudo, não parece aconselhável criar barreiras para as migrações. A redistribuição seletiva da população, provavelmente uma resposta ao desequilíbrio inter-regional e rural-urbano, deve ser considerada como um caminho para melhor alocação dos fatores de produção e melhor distribuição de renda.

Referências bibliográficas selecionadas:

Ministério do Planejamento — IPEA. **Demografia — diagnóstico preliminar, plano decenal.** Rio de Janeiro, 1966.

Graham, Douglas M. & Buarque de Holanda Filho, Sérgio. **Migration, regional and urban growth and development in Brazil: a selective analysis of the historical record — 1872/1970.** Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE), USP, 1971.

Interregional and urban migration and economic growth in Brazil. IPE, 1972. mimeogr.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Tabulações avançadas do censo demográfico de 1970. 1971.

Boletim demográfico, (vários anos).

Sinopse preliminar do censo demográfico de 1970. 1971.

Kogut, Edy Luiz. The economic analysis of demographic phenomena: a case study for Brazil. Tese de doutorado inédita, Universidade de Chicago, 1972.

Lançoni, Carlos Geraldo. Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil. **Estudos econômicos II**, 1972.

Merrick, Thomas William. Resultados preliminares do censo de 1970 realizado no Brasil. Belo Horizonte, CEDEPLAR, dezembro 1971. Gregory, Afonso F. & Martins, George. Inter-relações dos aspectos micro e macrossociológicos nas políticas de população. Trabalho apresentado na Conferência Regional Latino-Americana de População, México, 1970. mimeogr.

Sahota, Gian. An economic analysis of internal migration in Brazil. **Journal of political economy**, v. 76, March/Ap. 1968, p. 218-45.

Santos, Fredricka Pickford. Oferta de mão-de-obra e crescimento econômico brasileiro, In: **A economia brasileira e suas perspectivas.** APEC, 1972.

Simonsen, Mario Henrique. **Brasil 2002.** Rio de Janeiro, APEC-BLOCH, 1972.

Stycos, J. Mayone. **Human fertility in Latin America.** Ithaca, New York, Cornell University Press, 1968.

BANCO DE INVESTIMENTO CREDIBANCO S.A.

Carta Patente n.º A-67/173, de 14-12-67 — C.G.C. 33.461.468

CONTROLE ACIONÁRIO: GRUPO MARCELLINO MARTINS
PARTICIPAÇÕES: BANCO FRANCÊS E BRASILEIRO S. A.
CRÉDIT LYONNAIS E IRVING TRUST COMPANY

CAPITAL E RESERVAS: CR$ 56.228.283,45

Conselho de Administração: Presidente — Marcellino Martins dos Santos F.º; Vice-Presidentes — Floriano Peçanha dos Santos, João Pedro Gouvêa Vieira e Jean Antoine Marcel Naville. **Conselheiros:** Thales de Almeida Martins e Ialdy Reis dos Santos.

Diretoria Executiva: Superintendente — Jean Marie Monteil; Executivos — Mario Cesar Campanella, François Xavier Savina e Herbert Antoine Nagib Baraké.

Conselho Técnico Consultivo: Presidente — Octavio Gouvêa de Bulhões. **Conselheiros:** Mário Henrique Simonsen, José Luiz Bulhões Pedreira Netto, Lucas Lopes, Theophilo de Andrade Lyra e Américo Campiglia.

Conselho Fiscal: Azarias Martins Vilela, Nelson Brant Maciel e Pandelis S. Leondaridis.

MATRIZ: RIO DE JANEIRO - GB - R. Visc. Inhaúma, 38 - 8.º - Tel.: 243-7824; 243-7953 e 223-5514
FILIAIS: **São Paulo** - Rua 3 de Dezembro, 17 - **Salvador** (BAHIA) - R. Cônego Pereira, 35



















Em julho

O quebra-cabeça das drogras

Em todas as bancas

O CORREIO DA UNESCO

edição portuguesa da Fundação Getulio Vargas

Projeção da demanda de produtos agrícolas

Qualquer que seja o método empregado, as previsões que envolvem o comportamento humano estão sempre sujeitas a erro. Contudo, não obstante a margem de incerteza dos exercícios de futurologia, estes têm um valor indicativo para a formulação de políticas e para o planejamento. No caso brasileiro, em que o "modelo de desenvolvimento" terá de conciliar a demanda dos mercados externos com a de um mercado interno em expansão, há um interesse todo especial na tentativa de predição dos níveis futuros de demanda de produtos agrícolas como elemento indicativo de planos de produção que levem a estimar ofertas de equilíbrio, excedentes exportáveis e importações compensatórias da insuficiência interna.

Fundamentado numa experiência anterior, o Instituto Brasileiro de Economia apresenta na tabela projeções para 1980 do consumo e da demanda "potencial" de 22 produtos alimentícios.

Buscando precisamente reduzir a margem de incerteza contida nas previsões é que as projeções consideram, para cada produto, duas estimativas da demanda futura. A de consumo efetivo está apoiada na evolução histórica (série cronológica) da disponibilidade "líquida" de cada alimento por habitante, este conceito significando que num "balanço alimentar" a produção nacional foi ajustada pelo saldo físico do comércio de cada produto com o exterior e ajustado o suprimento final para consumo humano pela dedução do que vai para consumo animal mais as perdas de industrialização e comercialização. A estimativa de demanda "potencial" está calcada em informações emergentes de pesquisas de orçamentos familiares, onde o registro dos consumos físicos de alimentos permite construir para um mesmo tempo de observação uma série espacial da evolução de tais consumos de acordo com níveis de renda.

Tabela I — Brasil — Projeções do consumo e da demanda potencial — 1970-80 — (1 000 toneladas)

Produtos	Consumo efetivo		Demanda potencial	
	1970	1980	1970	1980
Cereais, grãos, raízes e tubérculos				
Arroz beneficiado	4 496	7 659	4 249	6 258
Farinha de milho	3 035	4 221	2 916	3 596
Farinha de trigo	2 702	4 054	2 728	4 171
Feijão	2 283	3 363	2 195	2 821
Batata inglesa	1 113	1 815	1 113	1 896
Mandioca*	15 426	23 151	14 553	18 700
Carnes e peixes				
Carne bovina fresca	1 373	1 625	1 514	2 533
Carne bovina industrializada	61	49	76	111
Carne suína fresca	283	507	288	562
Carne suína industrializada	30	31	...	...
Carne capriana e ovina	58	82	58	80
Peixe fresco	294	626	251	399
Peixe industrializado	154	267	...	...
Derivados animais				
Leite**	8 379	14 026	8 379	14 782
Ovos	396	673	392	691
Banha	92	61	104	135
Toucinho	288	470	282	438
Frutas				
Banana	5 588	9 520	5 332	8 154
Laranja	2 690	4 385	2 689	4 582
Outros				
Açúcar branco	3 485	4 569	3 554	5 234
Café em grão	...	...	554	801
Óleos vegetais	424	768	394	630

* Inclui farinha, em termos de mandioca.

** Leite total = leite fresco + industrializado (em pó e condensado) + manteiga e queijos, em termos de leite.

Fonte: Centro de Estudos Agrícolas, DEE, IBRE — FGV.

Para assegurar às projeções assim obtidas maior confiabilidade foram estas submetidas a um teste de coerência — e aí está uma inovação metodológica do estudo agora divulgado em CONJUNTURA ECONÔMICA — em função dos coeficientes que em termos de nutrientes os especialistas consideram prováveis diante da realidade brasileira.

O CONSUMO EFETIVO

Os elementos básicos para as projeções do consumo efetivo são os dados históricos sobre a disponibilidade líquida de alimentos por habitantes (balanço alimentar), a renda nacional **per capita** e a população. Os dois primeiros elementos permitem obter coeficientes de consumo, a partir de curvas ajustadas estatisticamente para o período 1950/1970, onde essas duas variáveis foram regularizadas por meio de médias móveis qüinqüenais com o fim de eliminar flutuações cíclicas a que estão sujeitos os fenômenos econômicos.

Tendo como variável dependente a disponibilidade (y) de cada produto e como variável independente a renda real **per capita** (x) foram testadas oito formas de função tendo-se em conta critérios da estatística matemática e o exame crítico da própria evolução, durante o tempo observado, da disponibilidade de cada produto. Assim escolhidas as funções, foram calculados coeficientes de elasticidade para os anos 1970 e 1980. Esses coeficientes têm o sentido de medir a intensidade de resposta do consumo de cada produto em face da expansão da renda, estando arrolados na tabela II.

Tabela II — Brasil — Elasticidades de consumo e elasticidades potenciais — 1970-80

Produtos	Elasticidades de consumo		Elasticidades de demanda	
	1970	1980	1970	1080
Cereais, grãos, raízes e tubérculos				
Arroz beneficiado	0,66	0,51	0,23	0,22
Farinha de milho	0,17	0,10	−0,12	−0,14
Farinha de trigo	0,27	0,27	0,33	0,32
Feijão	0,25	0,22	−0,02	−0,03
Batata inglesa	0,55	0,45	0,55	0,54
Mandioca*	0,42	0,23	−0,02	−0,03
Carnes e peixes				
Carne bovina fresca	−0,19	−0,19	0,51	0,51
Carne bovina industrializada	−1,18	−0,76	0,19	0,25
Carne suína fresca	0,69	0,69	0,83	0,89
Carne suína industrializada	−0,49	−0,49	....	....
Carne caprina	0,10	0,06	0,07	0,06
Carne bovina	0,11	0,15		
Peixe fresco	1,67	0,96	0,36	0,40
Peixe industrializado	0,52	0,62	....	....
Derivados animais				
Leite**	0,61	0,48	0,62	0,62
Ovos	0,68	0,52	0,62	0,63
Banha	−0,83	1,32	−0,01	−0,05
Toucinho	0,53	0,43	0,35	0,37
Frutas				
Banana	0,67	0,52	0,31	0,32
Laranja	0,55	0,44	0,55	0,56
Outros				
Açúcar branco	0,05	0,00	0,23	0,22
Café em grão	....	....	0,17	0,19
Óleos vegetais	0,91	0,65	0,39	0,42

* Inclui farinha em termos de mandioca.

** Leite total = leite fresco + industrializado (em pó e condensado) + manteiga e queijos, em termos de leite.

Fonte: Centro de Estudos Agrícolas, IBRE — FGV.

Associados esses coeficientes a projeções de população e renda obtém-se a "predição" do consumo efetivo. Entre 1950 e 1970, a renda real **per capita** cresceu, em média, cerca de 3,3% ao ano. Para fins de projeção adotou-se a taxa anual de aproximadamente 4,5%, resultante do confronto das taxas de 7,4% para o aumento da renda real total como ritmo médio da década e de 2,7% de taxa média de crescimento populacional no mesmo período. A taxa de 7,4% ao ano, como taxa histórica de expansão da economia neste decênio, é extremamente elevada e correspondente a uma hipótese bem otimista. Não seria prudente imaginar que o ritmo excepcional de expansão da economia brasileira observado nestes últimos anos permanecesse durante todo o decênio. Ao ritmo de 7% ao ano, um país **dobra** o seu Produto Nacional no espaço de uma década. A tabela III sintetiza os valores absolutos projetados com essas taxas para 1980.

O consumo de cada produto, no ano inicial das projeções, foi a média da disponibilidade líquida para consumo humano no qüinqüênio 1966-70, isto é, média centrada em 1968.

Tabela III — Brasil — estimativas da renda real e da população — 1970-80

Anos	Renda nacional real bruta (Cr$ milhões de 1953)	População (1 000 hab.)	Renda nacional real bruta *per capita* (Cr$ de 1953)
1970	1 370	92 921	14,74
1980	2 805	122 008	22,99

Finalmente, as projeções do consumo efetivo cujos valores estão consignados na tabela I foram obtidos mediante emprego da igualdade:

$$Ci = 1 + (E_i \cdot \frac{X_i - X_o}{X_o} \quad \frac{P_i}{P_o} \cdot Co \text{ onde:}$$

Ci = consumo ano i;
Co = consumo ano 0;
E_i = elasticidade no ano i;
X_i = renda *per capita* no ano i;
X_o = renda *per capita* no ano 0;
P_i = população no ano i; e,
P_o = população no ano 0.

Tabela IV — Brasil — disponibilidade de produtos alimentares para consumo humano — média 1966-70 — (1 000 toneladas)

Produto	Disponibilidade para consumo humano
Cereais, grãos, raízes e tubérculos	
Arroz beneficiado	3 929
Farinha de milho	2 833
Farinha de trigo	2 474
Feijão	2 090
Batata inglesa	982
Mandioca *	13 860
Carnes e peixes	
Carne bovina fresca	1 348
Carne bovina industralizada	70
Carne suína fresca	245
Carne suína industrializada	30
Carne caprina	22
Carne ovina	32
Peixe fresco	228
Peixe industrializado	137
Derivados animais	
Leite **	7 321
Ovos	343
Banha	99
Toucinho	256
Frutas	
Banana	4 883
Laranja	2 372
Outros	
Açúcar branco	3 286
Óleos vegetais	357

* Inclui farinha, em termos de mandioca

** Leite total = leite fresco + industrializado (em pó e condensado) + manteiga e queijos, em termos de leite.

DEMANDA POTENCIAL

A projeção da demanda potencial contém os mesmos elementos da previsão do consumo dito efetivo, variando tão só a determinação dos coeficientes de elasticidade-renda cuja base de cálculo deriva de dados observados em pesquisas de orçamentos familiares e não mais de dados emergentes de séries históricas relativas ao "balanço alimentar". Para calcular esses novos coeficientes, ajustaram-se funções exponenciais linearizadas mediante o emprego da forma logaritmica às observações do consumo de produtos alimentícios, segundo classes de renda. A escolha de um tipo de curva logaritmica apresenta no plano técnico a comodidade de uma elasticidade constante em todos os seus pontos, facilitando a agregação e o cálculo de médias ponderadas. A respeito da publicação detalhada dos aspectos metodológicos deste trabalho estar prevista para breve, o leitor mais interessado na técnica aqui empregada poderá consultar Projeções de oferta e demanda de produtos agrícolas para o Brasil, Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas, v. 1, set. 1966.

Conforme assinalado, as informações básicas surgem de pesquisas de orçamentos familiares. No quadro urbano conjugaram-se resultados de pesquisas de campo realizada pelo IBRE em 1962-63 (grandes, médias e pequenas cidades) com resultados mais recentes de pesquisa feita em 1967-68 nas cidades de Recife, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Esses coeficientes urbanos foram obtidos por ponderação, segundo as populações das regiões em que se acham contidas as cidades, sendo os dados demográficos os apurados pelo Censo de 1970. Subseqüentemente, os coeficientes urbanos e rurais foram transformados em coeficientes médios ponderados pela proporção existente entre população urbana e rural em 1970 e a "previsão" da evolução de tal proporção em 1975 e 1980. Foram assim obtidos coeficientes que se imaginam possam representar o País como um todo.

A mesma igualdade anteriormente explicitada foi empregada para estimar a demanda potencial futura, permanecendo as mesmas taxas para a expansão da renda real e da população.

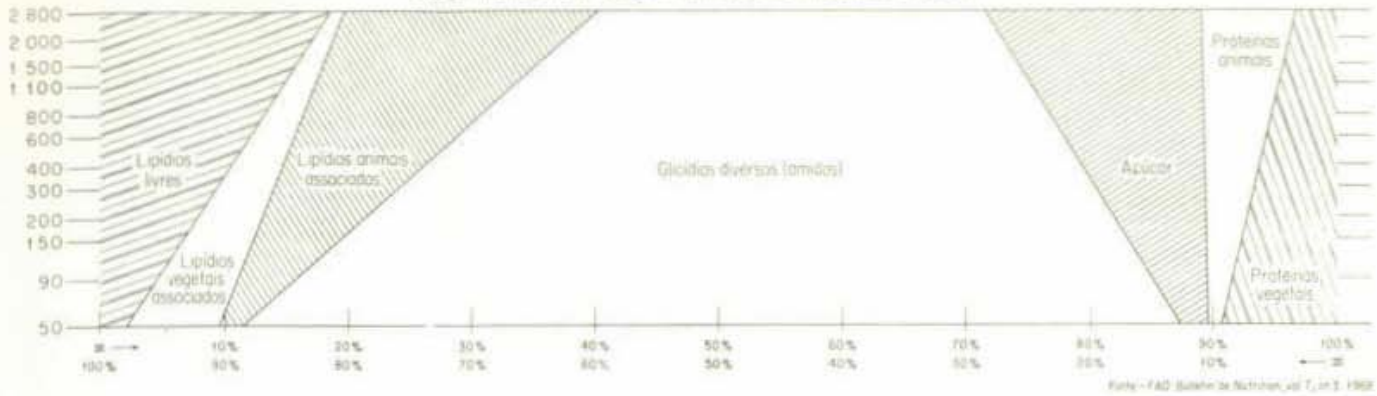
Na essência, os dois critérios das projeções distinguem-se pela forma como foram calculados os coeficientes de resposta da expansão do consumo (ou demanda) diante de um provável aumento de renda real. O conceito de consumo efetivo leva a coeficientes que podem estar influenciados por limitações na oferta de certos produtos posto que a série histórica do "balanço alimentar" identifica pontos de equilíbrio; em contraste o conceito de demanda "potencial" calcado nas observações de compras, via orçamentos familiares, está isento dessa possível restrição.

TESTES NUTRICIONAIS

A análise nutricional é um instrumento novo para avaliar a confiabilidade das projeções de consumo e demanda de produtos agrícolas. Embora de valor limitado para avaliar níveis absolutos, a não ser em casos extremos, esse tipo de análise permite identificar valores absurdos e formar juízo tanto sobre a composição da dieta como a respeito das tendências de sua mudança de estrutura ao longo do tempo.

Calorias fornecidas pelos lipídios, glicídios, proteínas em percentagem das calorias totais de acordo com a Renda Nacional* - 1962

PIB por habitante - ano — US$ — *Correlação determinada para 85 países



Fonte - FAO Bulletin de Nutrition, vol 1, n 3, 1968

Embora a nutrimetria seja uma disciplina relativamente nova, algumas tendências de evolução quantitativa e qualitativa das dietas já estão configuradas e testadas pela FAO em cerca de 85 países. O gráfico I sintetiza as tendências, expressas em termos relativos.

Nesse gráfico, genericamente, a expansão da renda real e o desenvolvimento econômico modificam a estrutura da dieta medida em calorias e desdobrada em glicídios, lipídios vegetais associados e proteínas vegetais. Em contrapartida aumenta a participação, nas dietas, de lipídios livres, lipídios animas associados, açúcar e proteínas animais.

Em termos de calorias, a tendência geral dos países é aumentar o consumo até um limite de 3 100/3 300 calorias-dia por habitante, estabilizando-se esse nível por algum tempo para em seguida decrescer e situar-se, definitivamente, entre 3 000/3 100 calorias. Quanto à composição da dieta, tendo como ponto de partida a situação em países de pobreza extrema (em torno de US$ 50 por habitante), à medida que cresce o nível de vida o consumo de produtos calóricos básicos (cereais, tubérculos e leguminosas) cresce rapidamente. Alcançados os US$ 300 de renda por habitante, esse aumento de consumo torna-se mais lento. Em torno de 400 a 700 dólares a quota calórica fornecida por esse tipo de produtos diminui em termos absolutos, sendo compensados por outros entre os quais estão óleos e gorduras, alimentos protéicos de origem animal e frutas. Ao nível de US$ 2 300 de renda por habitante atinge-se o ponto de saturação calórica, muito embora a composição da dieta ainda continue se modificando. Assim, por exemplo, mesmo além desse nível prossegue a substituição de alimentos protéicos de origem vegetal pelos de origem animal.

Em relação às proteínas existe, de acordo com os princípios gerais de nutrimetria, uma correlação positiva entre renda por habitante e demanda total de proteínas. A partir de níveis de pobreza extrema, o aumento do consumo de proteínas totais é explicado pelo aumento do uso de proteínas vegetais. Vencida a barreira dos 300 dólares de renda por habitante, as proteínas animais — minoritárias — aumentam de consumo mais rapidamente que as vegetais. Em torno do limite dos 600 dólares, baixa o nível absoluto de ingestão de proteínas de origem vegetal. O total protéico continua crescendo em função das proteínas animais e o ponto de satuação até hoje não foi alcançado por qualquer país, nem mesmo os mais ricos.

A tabela V apresenta os dados projetados da demanda para 1980 em termos de nutrientes e o total de calorias subdividido em três grupos de alimentos. A tabela VI, que lhe é conseqüente, assinala, nas projeções, as tendências que estariam em desacordo com a expectativa criada pelas verificações empíricas da nutrimetria.

As projeções brasileiras de consumo efetivo e demanda potencial para 1980 situariam a dieta por habitante nos limites de 3 000 a 3 300 calorias. Para uma renda **per capita** entre 700 e 800 dólares ao fim da década, não há discrepâncias gritantes num e noutro dos conceitos projetados.

A absorção comparativamente alta de calorias no consumo efetivo talvez possa ser explicada pela superestimação do consumo de mandioca inerente ao método de cálculo, embora a mesma superestimação também possa existir, ainda que em menor grau, na projeção da demanda potencial. Em ambas as projeções, nota-se um consumo modesto de proteínas que talvez possa ser esclarecido pela exclusão de certos produtos, como carne de aves e hortaliças, dos levantamentos básicos sobre consumo e demanda de alimentos. Observa-se também uma utilização baixa de óleos e gorduras livres, possivelmente explicado pela não inclusão da margarina na lista de produtos. Há um elevado consumo de glicídios em ambas as projeções, causado em parte pelo alto consumo de açúcar e provavelmente, ainda uma vez, pela superestimação do consumo de mandioca.

Tabela V — Valores absolutos

Per capita/dia	Consumo efetivo		Demanda potencial	
	1970	1980	1970	198
Calorias (C)	2851	3304	2754	3039
Proteína (g	68	78	64	73
Lipídios (g)	49	59	8	58
Glicídios (g)	540	621	521	562
Cal. grupo I (C)	1836	2143	1754	1827
Cal. grupo II (C)	577	625	577	658
Cal. grupo III (C)	439	586	433	554
Proteína animal (g)	19	22	19	25
Proteína vegetal (g)	48	56	45	47
Lipídio tipo A (g)	8	9	8	8
Lipídio tipo B (g)	18	21	18	24
Lipídio tipo C (g)	23	29	23	6
Açúcar (g)	94	94	96	107
Outros glicídios (g)	446	527	426	455

C = Calorias
g = Gramas
Cal. grupo I = Calorias do grupo de alimentos = Cereais+tubérculos+leguminosas
II = = Óleos+gorduras+açúcar+café
III = = Animais+frutas+verduras
Lipídios tipo A = Lipídios ligados a alimentos de origem vegetal
B = Lipídios ligados a alimentos de origem animal
C = Lipídios livres

Tabela VI — Valores relativos

	Origem percentual das calorias					
	Consumo efetivo			Demanda potencial		
Calorias de	1970	1980	TEND.	1970	1980	TEND.
Alimentação grupo I	64,4	64,9		63,3	60,1	
Alimentação grupo II	20,2	18,9		21,0	21,7	
Alimentação grupo III	15,4	16,2		15,7	18,2	
Proteínas	9,4	9,4		9,3	9,6	
Lipídios	15,4	16,0		15,7	17,1	
Glicídios	75,2	75,6		75,0	73,3	
Proteínas animais	2,7	2,7		2,8	3,3	
Proteínas vegetais	6,7	6,7		6,5	6,3	
Lipídio Tipo A	2,6	2,6		2,5	2,3	
Lipídio tipo B	5,5	5,5		5,8	7.0	
Lipídio tipo C	7,3	7,9		7,4	7,8	
Açúcar	13,1	11,3		13,4	13,6	
Outros glicídios	62,1	63,3		61,6	59,7	

• = tendências projetadas em desacordos com as tendências esperadas.

Desdobrando os comentários em termos de consumo efetivo e demanda "potencial", não há muitas observações a fazer sobre estas últimas a não ser, talvez, que se revelaram demasiado coerentes. O conjunto de produtos projetados via demanda "potencial" se apresenta nutrimetricamente coeso e compatível, não obstante as projeções não compreenderem produtos de importância cada vez maior como frutas e carne de aves. Pode-se, portanto, concluir que, na medida em que a demanda potencial reflete aspirações do consumidor e não há interferência de outros fatores (restrições de oferta, variação de preços relativos e alteração nos hábitos de consumo), existe considerável dose de **racionalidade** das unidades familiares na escolha de suas dietas.

A mesma conclusão não é aplicável às projeções apoiadas no conceito de consumo efetivo. Não é de regra encontrar, por exemplo, paralelamente com o aumento da renda real, aumento na participação relativa de cereais e tubérculos, queda na participação do açúcar, dos óleos e gorduras e constância na proporção com que participam, nas dietas, proteínas animais e vegetais.

Embora globalmente ambos os caminhos tomados para projetar a demanda de alimentos sejam aceitáveis, a política de produção agrícola que desejasse considerar a contextura das dietas deveria preferentemente orientar suas metas segundo a projeção da demanda potencial.

A projeção via conceito de consumo efetivo dá ao planejador um resultado mais fraco sob o ponto de vista estrutural da dieta. Tudo se passaria como se, decorridos dez anos (1970-80) e tendo se expandido em 50% a renda por habitante, o bolo assim aumentado fosse cortado em fatias quase do mesmo modo que antes, isto é, com a mesma mistura de cortes "mais ricos" e cortes "mais pobres" do ponto de vista nutricional.

BANCO MERCANTIL DE SÃO PAULO S.A.

Gastão Vidigal (Fundador)
Fundado em 1938

Capital ..... **Cr$ 153.000.000,00**

Aumento de Capital ..... —:—

Reservas ..... **Cr$ 123.947.288,68**

Lucro não distribuido ..... **Cr$ 70.961,31**

CONSELHO CONSULTIVO

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ - Presidente

Alvaro Augusto de Bueno Vidigal
Antonio Aymoré Pereira Lima
Caio de Alcantara Machado
Dario Freire Meirelles
Edmundo de Macedo Soares e Silva
Eduardo Caio da Silva Prado
Francisco de Paula da Costa Carvalho
Gastão de Mesquita Filho
José Ermirio de Moraes Filho
Mauro Lindenberg Monteiro
Paulo Ayres Filho
Severo Fagundes Gomes
Vasco T. Leitão da Cunha

219 Agências distribuidas nos seguintes Estados: - Distrito Federal - Bahia - Ceará - Goiás - Guanabara - Mato Grosso - Minas Gerais Pará - Paraiba - Paraná - Pernambuco - Rio Grande do Sul - Rio de Janeiro - Santa Catarina e São Paulo

RESUMO DO BALANCETE EM 30 DE ABRIL DE 1973

ATIVO

	Cr$	Cr$
Em caixa e depositado no Banco do Brasil S.A.		144.229.674,43
Empréstimos		1.349.897.784,43
Outros Créditos		
Banco Central - Recolhimento Compulsório	107.715.794,36	
Agências e Correspondentes	487.964.697,60	
Outras Contas	385.868.201,78	981.548.693,74
Valores e Bens		
Títulos à ordem do Banco Central.	152.159.375,16	
Outros valores e bens	99.553.220,89	251.712.596,05
Imobilizado.....		151.208.183,59
Resultado Pendente.....		72.816.369,00
Contas de Compensação		4.494.538.925,69
		7.445.952.226,93

PASSIVO

	Cr$	Cr$
Capital	153.000.000,00	
Aumento de Capital	—:—	
Reservas	123.947.288,68	276.947.288,68
Depósitos		1.557.190.671,59
Outras Exigibilidades		
Agências e Correspondentes	482.580.119,76	
Outras Contas	325.216.548,34	
Obrigações (Especiais)		
Redescontos.....	—:—	
Obrigações por Refinanciamento e Repasses Oficiais.....	77.840.615,20	
Outras Contas	94.664.344,81	980.301.628,11
Resultado Pendente.....		136.973.712,86
Contas de Compensação		4.494.538.925,69
		7.445.952.226,93

São Paulo, 8 de maio de 1973

a) **Gastão Eduardo de Bueno Vidigal** - Diretor Presidente
a) **Luiz de Paula Figueira** - Diretor Vice-Presidente

DIRETORES GERENTES

a) **Oswaldo Morelli**
a) **Gastão Vidigal Baptista Pereira**
a) **José Lourenço dos Santos**
a) **Ariovaldo Ally**
a) **Jairo Eduardo Loureiro**
a) **Geraldo Machado**

DIRETORES EXECUTIVOS

a) **Fábio Luiz Alves Lima**
a) **Pedro Carvalho de Andrade**

a) **Edmundo Arveno Phelippe Laurito**
(Contador CRC-SP 12.442)

Cadastro Geral de Contribuintes
Inscrição N. 61.065.421

companhia metropolitana de água de são paulo

comasp

BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1972

(COM VALORES COMPARATIVOS DE 31 DE DEZEMBRO DE 1971)

ATIVO

	1972	1971
IMOBILIZADO — Notas 1 e 4		
Em Operação:		
Bens e Instalações para Produção	281.145.453,76	275.873.403,02
Equipamentos de Transp., Instalações e Outros	30.161.913,53	32.708.239,08
Correção Monetária	62.873.903,99	4.763.264,28
Provisão para Depreciação	(22.081.533,81)	(11.051.512,27)
	352.099.737,47	302.293.394,11
Obras em Andamento:		
Sistema Cantareira	905.003.446,13	733.197.634,48
Sistema Adutor Metropolitano	102.939.780,22	57.766.083,91
Ampliação de Instalações para Produção	6.120.452,84	3.982.586,15
Equipamentos de Transp., Instalações e Outros	4.960.582,75	5.100.661,53
Correção Monetária	127.445.684,40	30.834.317,73
Provisão para Depreciação	(2.092.586,48)	(1.402.363,21)
	1.144.377.359,86	829.478.920,59
	1.496.477.097,33	1.131.772.314,70
DISPONÍVEL		
Caixa e Bancos — País	31.875.431,34	20.707.094,89
Bancos — Exterior	2.775.939,50	4.531.581,96
	34.651.370,84	25.238.676,85
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO		
Contas a Receber — Fornecimento de Água:		
Exercício anterior	33.728.943,48	34.632.792,43
Exercício corrente	10.673.566,29	28.957.308,32
	44.402.509,77	63.590.100,75
Provisão para Débitos Duvidosos	(1.907.134,04)	(1.907.711,97)
	42.495.375,73	61.682.388,78
Outras Contas a Receber	3.196.296,47	2.195.740,71
Investimentos Temporários — Nota 3	41.685.704,07	—
Bancos Contas Especiais	6.215.000,00	—
Almoxarifados	3.926.799,56	3.278.340,70
	97.519.175,83	67.156.470,19
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		
Ações de Outras Companhias	9.333.391,00	1.543.394,00
Ações a Integralizar	(1.495.670,00)	(1.495.670,00)
	7.837.721,00	47.724,00
Empréstimo Compulsório — Lei 4.156	1.460.184,33	890.141,62
Cauções e Depósitos	144.738,71	159.520,71
	9.442.644,04	1.097.386,33
RESULTADO PENDENTE		
Pagamentos Antecipados e Outros	738.103,68	1.216.236,59
SUBTOTAL	1.638.828.391,72	1.226.481.084,66
COMPENSAÇÃO — Nota 5	1.397.939.739,40	471.868.781,32
TOTAL	3.036.768.131,12	1.698.349.865,98

PASSIVO

	1972	1971
NÃO EXIGÍVEL		
Capital — Nota 2		
Capital Autorizado:		
Ações ordinárias nominativas no valor de Cr$ 1,00 cada uma	1.400.000.000,00	900.000.000,0
Capital a Subscrever	(374.111.266,00)	(141.945.593,0
Capital Subscrito e Integralizado	1.025.888.732,00	758.054.40
Credores Conta Aumento de Capital	5.539.755,67	4.062.858,
Reserva de Correção Monetária	124.950.710,32	32.892.872,6
Reserva para Manutenção do Capital de Giro	—	2.000.000,0
Reserva Legal	4.030.089,17	2.561.93
Lucros e Perdas	27.894.994,46	28.378.591,2
Patrimônio Líquido	1.188.304.281,62	827.950.661,5
EXIGÍVEL A CURTO PRAZO		
Empréstimos e Financiamentos - País - Nota 4	83.508.814,70	44.701.354,8
Empreiteiros, Fornecedores e Outros	30.534.412,16	61.231.501,9
Credores Diversos	11.521.428,75	34.551.471,8
Salários e Encargos Sociais	2.624.979,42	3.381.079,4
Impostos e Taxas	542.794,37	261.833,3
Cauções e Retenções Contratuais	19.257.736,10	21.166.540,9
Títulos a Pagar	—	25.375.000,0
	147.990.165,50	190.668.782,2
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Empréstimos e Financiamentos - País - Nota 4	302.533.944,60	207.861.640,8
SUBTOTAL	1.638.828.391,72	1.226.481.084,6
COMPENSAÇÃO — Nota 5	1.397.939.739,40	471.868.781,3
TOTAL	3.036.768.131,12	1.698.349.865,9

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS E PERDAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1972

(COM VALORES COMPARATIVOS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1971)

	1972	1971
RECEITAS DE OPERAÇÃO		
Fornecimento de Água	91.295.721,81	72.995.083,99
CUSTOS E DESPESAS		
Operação e Administração Geral	42.804.763,89	31.165.499,53
Depreciações	9.976.334,11	8.030.539,01
Impostos e Taxas	47.429,12	10.721,28
Financeiras	9.547.434,32	3.473.742,57
Provisão para Débitos Duvidosos	—	692.793,97
	62.375.961,44	43.373.296,36
Resultado Operacional	28.919.760,37	29.621.787,63
OUTRAS RENDAS	443.391,59	250.413,30
Resultado do Exercício	29.363.151,96	29.872.200,93

DEMONSTRAÇÃO DE PROVENIÊNCIA E APLICAÇÃO DE FUNDOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1972

(COM VALORES COMPARATIVOS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1971)

	1972	1971
PROVENIÊNCIA		
De operações:		
Resultado do exercício	29.363.151,96	29.872.200
mais: itens que não representam desembolsos de capital de giro:		
Depreciação	9.976.334,11	8.030.539,01
Outros	410.603,14	103.922,06
	39.750.089,21	38.006.662,00
Integralização de capital e outros créditos para aumento de capital	206.039.757,83	138.300.080,16
Empréstimos e Financiamentos — Nota 4:		
Novos Ingressos	194.941.772,69	124.694.018,41
Correção Monetária e Diferença de Câmbio	39.180.752,47	22.714.227,54
	234.122.525,16	147.408.246,03
	479.912.372,20	323.714.988,19
APLICAÇÃO		
Amortizações de Empréstimos e Financ.	139.450.221,43	44.193.585,78
Acréscimo (Decréscimo) no Capital de Giro	82.454.016,41	(111.317.421,41
Outros	78.245,80	178.538,20
	221.982.483,64	(66.945.297,45
ADIÇÕES AO ATIVO IMOBILIZADO	257.929.888,56	390.660.285,64

CADASTRO GERAL DE CONTRIBUINTE DO MINISTÉRIO DA FAZENDA N.º 62.050.778

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas:

Em cumprimento aos dispositivos estatutários e legais, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Geral, a Conta de Lucros e Perdas e as demonstrações das Mutações no Patrimônio Líquido e Proveniência e Aplicação de Fundos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 1972, com o Parecer do Conselho Fiscal. Permanecemos à disposição de V.Sas., para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

São Paulo, 20 de fevereiro de 1973.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1972

	Capital Integralizado	Credores Conta Aumento de Capital	Reserva Legal	Outras Reservas	Lucros e Perdas	Patrimônio Líquido
— Saldos em 31 de dezembro de 1971	758.054.407,00	4.062.858,84	2.561.931,58	34.892.872,82	28.378.591,27	827.950.661,51
— Correção Monetária do Ativo Imobilizado	—,—	—,—	—,—	124.950.710,32	—,—	124.950.710,32
— Recursos do Empréstimo BID/Governo do Est. de S. Paulo a serem utilizados na subscrição e integralização de capital pelo D.A.E.E.	—,—	14.139.457,83	—,—	—,—	—,—	14.139.457,83
— Adiantamento para integralização de capital	—,—	191.900.300,00	—,—	—,—	—,—	191.900.300,00
— Subscrição de Capital:						
— Capitalização do Lucro do exercício anterior e reservas (28.04.1972)	63.271.464,00	—,—	—,—	(34.892.872,82)	(28.378.591,18)	—,—
— Subscrição em Dinheiro (17.11.1972)	204.562.861,00	(204.562.861,00)	—,—	—,—	—,—	—,—
— Resultado do exercício	—,—	—,—	—,—	—,—	29.363.151,96	29.363.151,96
— Apropriação à Reserva Legal	—,—	—,—	1.468.157,59	—,—	(1.468.157,59)	—,—
— Saldos em 31 de dezembro de 1972	1.025.888.732,00	5.539.755,67	4.030.089,17	124.950.710,32	27.894.994,46	1.188.304.281,62

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1972

(1) — O efeito da inflação nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 1972 foi reconhecido mediante: (a) correção monetária do ativo imobilizado refletindo, com base nos coeficientes oficiais, os efeitos da inflação até 31 de dezembro de 1971; (b) depreciação dessa correção monetária; e (c) atualização dos empréstimos e financiamentos em função das taxas de câmbio e índices fixados para as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional em vigor em 31 de dezembro de 1972. Para o exercício de 1972 não se fez necessária a constituição da provisão para manutenção do capital de giro.

(2) — De acordo com os Estatutos Sociais, as ações são obrigatoriamente nominativas, sendo o controle acionário exclusivo do Governo do Estado de São Paulo.

(3) — Os investimentos temporários estão registrados ao custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. O valor de resgate é de Cr$ 44.682.800,00.

(4) — A posição dos empréstimos em 31 de dezembro de 1972 era a seguinte:

	Curto Prazo	Longo Prazo	Saldo a Utilizar	VENCIMENTOS Prestação	Início	Término	Juros Anuais
Repasse através do Banco do Estado de São Paulo S/A (Garantidos pelo Governo do Estado de São Paulo).							
Banco Nacional de Habitação — BNH: contrato de 10.12.69	14.000.000,12	35.865.162,11	—,—	Trimestral	10.03.73	10.03.76	9,0%
contrato de 31.03.71	5.638.017,23	25.605.967,57	—,—	Trimestral	30.03.73	30.09.77	9,0%
contrato de 27.11.72	—,—	29.410.484,60	368.195.378,40	Trimestral	30.03.76	30.12.93	8,0%
FESB — Fomento Estadual de Saneamento Básico:							
contrato de 10.12.69	14.244.136,49	34.199.845,71	—,—	Trimestral	10.03.73	10.03.76	5,0%
contrato de 31.03.71	6.068.907,86	25.036.255,83	—,—	Trimestral	30.03.73	30.09.77	5,0%
contrato de 27.11.72	—,—	24.500.000,00	373.106.863,00	Trimestral	30.03.76	30.12.93	5,0%
Empréstimos Diretos do FESB — Fomento Estadual de Saneamento Básico: contrato de 21.12.70	11.344.799,49	—,—	—,—	Trimestral	31.03.73	31.12.73	9,0%
contrato de 23.11.71	3.873.158,69	25.537.351,42	—,—	Trimestral	30.06.73	31.03.78	6,0%
Empréstimo Direto da CEF — Caixa Econômica Federal (Garantido pelo Banco de Desenvolvimento Econômico de São Paulo — BADESP): contrato de 21.07.72	—,—	50.000.000,00	—,—	Trimestral	31.03.74	31.12.79	7,0%
Empréstimos Resolução 63 — Banco do Estado de São Paulo S/A. (Garantidos pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica ou pelo Tesouro do Estado de São Paulo).							
CONTRATO VALOR							
2733 US$ 2,000,000.00	12.430.000,00	—,—	—,—	Única	—,—	01.10.73	12,4%
2752 US$ 2,000,000.00	—,—	12.430.000,00	—,—	Única	—,—	04.05.74	13,1%
2754 US$ 3,000,000.00	—,—	18.645.000,00	—,—	Anual	17.09.75	17.09.76	11,7%
2770 US$ 5,000,000.00	10.358.329,18	10.358.341,63	—,—	Semestral	06.02.73	06.08.74	12,5%
2771 US$ 550,000.00	854.562,50	2.563.687,50	—,—	Anual	20.02.73	20.02.76	11,7%
2772 SWFR 3,000,000.00	1.402.414,54	2.103.621,10	—,—	Semestral	17.06.73	17.06.75	11,0%
2773 US$ 1,700,000.00	3.107.500,00	5.904.250,00	—,—	Semestral	17.01.73	17.07.75	12,3%
2774 SWFR 400,000.00	186.988,60	373.977,13	—,—	Semestral	15.04.73	15.10.75	12,3%
	83.508.814,70	302.533.944,60	741.303.241,40				

Os empréstimos do FESB, BNH e CEF são atualizados trimestralmente pelos índices fixados para as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.

As correções monetárias e diferenças de câmbio de empréstimos para obras, são incluídas nos saldos dos sistemas e compensadas na correção monetária do exercício seguinte. Os valores correspondentes dos exercícios de 1971 e 1972 totalizaram respectivamente Cr$ 29.303.155,28 e Cr$ 33.817.722,62.

(5) — Os saldos compreendem o seguinte:

	1972	1971
Obras e Serviços Contratados	111.307.932,72	61.503.399,76
Fornecimentos Contratados e Equipamentos	33.024.421,77	40.416.940,75
Garantias Prestadas por Terceiros para os Empréstimos e Financiamentos	339.053.292,92	259.259.118,09
Avais, Fianças e Garantias Recebidas	41.055.476,23	26.193.422,38
Contratos de Empréstimos e Financiamentos	741.303.241,40	37.701.229,47
Títulos Depositados em Custódia	58.313.597,10	12.730.469,66
Diversos	73.881.777,26	34.064.201,21
	1.397.939.739,40	471.868.781,32

HAROLDO JEZLER — Presidente
NAZIBERTO GERALDO CHAVES FARIA — Diretor
CAETANO ESTELLITA PERNET — Diretor
KLAUS DIETMAR ALVAREZ — Chefe Depto. Controladoria

DJALMA CAMPOS GUIMARÃES - Diretor SERGIO FIGUEIREDO MELLO - Diretor ATHAYDE ROSA - Diretor UBIRAJARA PINHEIRO PREDOLIN - T.C. CRC. - SP - 45.469

PARECER DOS AUDITORES

Aos Senhores Diretores da
Companhia Metropolitana de Água de São Paulo — COMASP

Examinamos o balanço geral da COMPANHIA METROPOLITANA DE ÁGUA DE SÃO PAULO — COMASP, levantado em 31 de dezembro de 1972, as respectivas demonstrações de lucros e perdas, mutações no patrimônio líquido e proveniência e aplicação de fundos para o ano findo naquela data e as notas explicativas que fazem parte integrante das demonstrações financeiras. O nosso exame foi efetuado de acordo com as normas usuais de auditoria e, conseqüentemente, incluiu as provas nos livros de escrituração e outros processos técnicos de comprovação que consideramos necessários nas circunstâncias. As demonstrações financeiras do exercício anterior foram por nós examinadas e nosso parecer emitido em 21 de fevereiro de 1972.

Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras refletem com propriedade a posição financeira da Companhia Metropolitana de Água de São Paulo — COMASP em 31 de dezembro de 1972 e os resultados de suas operações e a proveniência e aplicação de fundos referentes ao ano findo naquela data, de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos aplicados em bases uniformes em relação às do ano anterior.

São Paulo, 12 de fevereiro de 1973

Sócio Responsável
GIUSEPPE NAZARENO MAIOLINO
Contador - CRC - GB-845 - "S" - SP 352
CPF 020.316.208

ARTHUR ANDERSEN & CO.
CRC. SP - 123
CGC. 33.017.310/002

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Durante o exercício de 1972 os membros do Conselho Fiscal da COMPANHIA METROPOLITANA DE ÁGUA DE SÃO PAULO — COMASP, acompanharam o desenvolvimento da Empresa nos seus aspectos contábeis, econômicos e financeiros, através de exames periódicos dos livros e balancetes mensais, inclusive recebendo esclarecimentos da Diretoria e efetuando visitas às obras em andamento. Além disso, procederam à verificação do Balanço Geral e Demonstração da Conta de Lucros e Perdas do período findo em 31 de dezembro de 1972.

Tendo em conta, ainda, o parecer dos auditores independentes Arthur Andersen & Co., emitido em 12 de fevereiro de 1973, os membros deste Conselho são de opinião que as referidas peças contábeis estão em condições de serem aprovadas pela Assembléia Geral dos Senhores Acionistas da Empresa.

São Paulo, 20 de fevereiro de 1973.

SAMUEL CARLIK
CLAUDIO MARQUESI
JOÃO ROQUE
MOYSEIS CARDELLI
AMÉRICO OSWALDO CAMPIGLIA

Política tributária: experiência mineira recente

O setor público da economia mineira apresentava-se, até pouco tempo atrás, numa conjuntura caracterizada por: a) elevada carga fiscal, que dificultava às empresas locais a disputa do mercado com concorrentes estabelecidos em regiões vizinhas; b) estrutura administrativa hipertrofiada e onerosa, sendo o Estado grande empregador e crescentemente solicitado a ampliar suas funções na promoção do desenvolvimento; e c) receita pública menos dinâmica que a despesa, originando endividamento crônico, comprometendo assim o crédito e a imagem do Governo junto ao mercado financeiro, fornecedores etc.

Assumindo, desde logo, que o aspecto fiscal é apenas um dos ingredientes da estratégia global de desenvolvimento, o grande problema consistia em decidir que política tributária adotar para eliminação das distorções antes apontadas. Uma análise simplista, do estilo da preconizada pelos economistas clássicos na época da Grande Depressão, recomendaria imediatamente: a) elevação ainda maior da carga tributária como caminho para o saneamento financeiro, nos moldes do que se convencionou chamar "fiscalismo"; produzir arrecadação — e só isto — comandaria toda a estratégia tributária; b) redução da despesa, também para o equilíbrio financeiro; e c) conjugação das hipóteses anteriores.

Adeptos de qualquer das alternativas poderiam argumentar que elas permitiriam o equilíbrio financeiro sem levar em conta os efeitos negativos que tal "equilíbrio" poderia ter sobre o desenvolvimento da região.

A análise acurada dos possíveis efeitos das políticas "fiscalistas" levou a que se concluísse que tais medidas seriam irracionais e contraditórias com a promoção do desenvolvimento, pois nova elevação da carga fiscal sufocaria mais ainda a atividade econômica e, portanto, a própria arrecadação. Além disso, considerou-se o fato de as despesas de investimento serem as mais passíveis de compressão, uma vez que os gastos correntes (salários, material de consumo etc.) são relativamente inflexíveis para baixo. Isso, é claro, sem se considerar os custos sociais das medidas tendentes a reduzir os gastos com bens públicos: escolas, hospitais e estradas, para exemplificar.

Em suma, tais "alternativas" apenas inibiriam ainda mais o processo de desenvolvimento, reduzindo o nível de atividade econômica e/ou a formação de capital ou produzindo outros resultados indesejáveis.

Por isso, não restava outro caminho para a região, que não tomar uma série de medidas de política econômica, a saber: a) abrandar a carga fiscal, para aumentar o poder de competição das empresas domésticas e elevar o nível de atividade econômica interna; b) conter, racionalizar e disciplinar os gastos correntes e alocar criteriosamente os de investimento, segundo as prioridades decorrentes do próprio processo de desenvolvimento, e c) sanear o crédito público, eliminando a inadimplência, renegociando a dívida para melhorar suas condições de prazo, custo e garantia e, afinal, para transformar o crédito no instrumento de antecipação do desenvolvimento que pode e deve ser.

Muitas medidas foram tomadas e a seguir se analisará, especificamente, a **política tributária** adotada, enfatizando seus principais instrumentos.

Evidenciado e admitido que o engajamento da economia do Estado no modelo brasileiro de desenvolvimento era em grande parte dependente da prática interna de política tributária estimulante ao processo, cuidou-se de

formular e implementar estratégia fiscal coerente com tal modelo. Assim, criaram-se diversos instrumentos, todos acionados em nome de um princípio básico: dar às empresas mineiras, de todos os setores, pelo menos as mesmas condições prevalescentes para suas congêneres dos Estados da região geo-econômica a que Minas pertence. A implementação dessa regra fundamental no último biênio, significou ampliação de prazos de recolhimento, devoluções parciais de ICM, reduções de multas, outorga de créditos fiscais presumidos, aproveitamento de créditos fiscais, financiamento da quitação de débitos, liquidação de empréstimos compulsórios, enfim, renúncias de receita que abrandaram a carga tributária, bem como facilidades para quitação fiscal.

Ainda que aparentemente paradoxal, as renúncias à receita terminaram contribuindo para aumentar a arrecadação, via crescimento econômico. De fato, na medida em que a economia mostrou-se capaz de reagir aos estímulos, apresentou taxas reais de crescimento setorial que ultrapassaram as expectativas mais otimistas (13,2% para a indústria e 15% para a agricultura em 1971). A expansão da renda interna mais que compensou as renúncias de arrecadação. Junte-se a isto o aumento da eficiência fazendária no campo da arrecadação: métodos, técnicas, capacitação de pessoal, agilização da cobrança de débitos tributários e educação tributária. Simultaneamente, implementou-se a reforma administrativa que passou a dar seus primeiros frutos. Afinal, tudo contribuiu para redefinir a própria imagem do setor público. A taxa de crescimento real da arrecadação do ICM — principal fonte de receita pública estadual — foi de 4,5% em 1970, 4,7% em 1971 e 6% em 1972.

Estes resultados não são favoráveis somente quando confrontados com os respectivos antecedentes. O novo comportamento da economia mineira — em parte decorrente da política fiscal que se vem praticando — tem sido suficiente para garantir-lhe boa posição face aos outros estados: o crescimento da arrecadação mineira tem-se mantido acima da média nacional.

O comportamento favorável da economia mineira, em 1971 e 1972, pode também ser observado na multiplicidade de projetos de mineração, agrícolas, agropecuários, agro-industriais e industriais em implementação no Estado, sejam eles de expansão ou implantação. Alguns apresentam porte suficiente para redefinir o próprio curso da trajetória industrial de Minas Gerais (haja visto o projeto da FIAT Automóveis S.A. — FIASA), contribuindo para que o parque manufatureiro do Estado se integre, deixando de ser, a médio prazo, apenas conjunto disperso de indústrias complementares às dos grandes polos econômicos nacionais.

Face aos bons resultados obtidos é conveniente apresentar, ainda que sucintamente, os principais instrumentos de política tributária existentes até o presente em Minas Gerais. São eles que permitem dar operacionalidade à estratégia tributária antes globalmente delineada.

CRÉDITOS FISCAIS PRESUMIDOS PARA A AGRICULTURA

A introdução do ICM elevou sobremodo a carga tributária da agricultura, porque o tributo incidia praticamente sobre seu valor bruto de produção, dados os escassos créditos fiscais concedidos ao produtor rural. O expediente da isenção revelou-se inoperante, porque — incapaz de transferir ao comprador o crédito fiscal correspondente ao produtor — induziu à prática do preço líquido (preço de venda diminuído do imposto correspondente ao produtor), inibindo o desenvolvimento do setor.

Em março de 1972, tal situação foi corrigida com a outorga de créditos fiscais presumidos aos produtores rurais, que reduziram suas alíquotas reais em 40, 50 e até 60% (Decreto n.º 14 389). Medida cujo impacto somente poderá ser avaliado definitivamente a médio prazo, essa outorga de créditos presumidos está levando os produtores rurais mineiros a ampliarem sua produção, devido a aumento na remuneração líquida.

CONTA DE QUITAÇÃO TRIBUTÁRIA

Com a edição do Decreto n.º 13 726, que instituiu a Conta de Quitação Tributária, o Governo Estadual consagrou mais um instrumento de política tributária e extirpou, definitivamente, a superada prática do parcelamento convencional de débitos, mero expediente de adiamento de sua liquidação, implicando esta na queda do valor real do débito.

A Conta de Quitação Tributária (CQT), beneficia os contribuintes indiciados em processo tributário — administrativo ou inscritos em **dívida ativa**, desde que o débito, corrigido monetariamente, exceda a 10 vezes o valor do maior salário mínimo vigente no País. O próprio contribuinte submete à Secretaria da Fazenda o número de parcelas que lhe convém, mas qualquer que sejam, obriga-se a depósito prévio equivalente a 20% do valor do débito.

A CQT, portanto, proporciona às empresas o equacionamento da liquidação de seus débitos, evitando-lhes problemas financeiros de curto prazo. Ao mesmo tempo, garante ao Tesouro arrecadar os débitos sem perda de seu valor real. A consagração e eficiência deste instrumento estão implícitas na aprovação de 304 processos, entre 502 apresentados em 1972, atingindo o total de débitos requeridos Cr$ 14,7 milhões e o total resgatado Cr$ 4,4 milhões.

FUSÃO E INCORPORAÇÃO DE EMPRESAS

Inovadores, a nível de Estados, são os incentivos previstos no Decreto n.º 14 911, cujo objetivo fundamental é induzir empresas a aumentar seu porte, ampliar sua escala de operações, reduzindo custos, aumentando a produtividade e, muitas vezes, viabilizando sua sobrevivência, como é o caso de empresas paralisadas ou em vias de paralisação.

Entre outros benefícios, as empresas podem pleitear a remissão completa de multas; utilização de até a totalidade de créditos de ICM acumulados, próprios ou de terceiros; e ampliação de prazos de recolhimento. Os estímulos podem ser obtidos cumulativamente aos proporcionados pelo Governo Federal através da COFIE — Comissão de Fusão e Incorporação de Empresas (Decreto-lei n.º 1 182).

EXPANSÃO OU INSTALAÇÃO DE EMPRESAS INDUSTRIAIS: DEVOLUÇÃO PARCIAL DO ICM RECOLHIDO

As empresas industriais que realizem investimentos capazes de ampliar em mais de 40% sua produção ou que se instalem em território mineiro (indústrias novas) podem se candidatar ao incentivo fiscal previsto na Lei n.º 5 261, que consiste na devolução de parte do ICM recolhido.

Aprovada a concessão do incentivo, a empresa recebe do Estado, durante sua fruição, 25,6% do ICM por ela recolhido. A fruição cessa ao esgotar-se o prazo-calendário pré-fixado ou ao dar-se a equivalência entre seu investimento compensável e o somatório do valor das devoluções.

APROVEITAMENTO DE CRÉDITOS ACUMULADOS

O Decreto n.º 14 538, de maio-72, regulamentou em Minas Gerais o Convênio AE-7/71. A Resolução n.º 253 da Secretaria da Fazenda, ao regulamentar o referido decreto, definiu uma série de possibilidades para aproveitamento dos créditos acumulados, desde a transferência para empresa interdependente ou fornecedora de matéria-prima situada no Estado, até a devolução em dinheiro e pagamento de débitos tributários.

Assim, as alternativas escolhidas por Minas para aproveitamento de créditos acumulados de ICM destacam sua posição quando confrontada com os benefícios congêneres vigentes no País.

PRAZOS DE RECOLHIMENTO

Um dos instrumentos que o Governo tem acionado para abrandar a carga tributária, injetando capital de giro nas empresas, é o prazo de recolhimento do ICM. Para a indústria, por exemplo, o prazo médio atual é de aproximadamente 2 meses após a quinzena em que se deu o fato gerador. Até 1970, era de 30 dias.

Houve muitas outras medidas estimulantes, entre elas a contida no Decreto n.º 15 166, de jan.-73, que reduziu a base de cálculo do ICM nas saídas de gado bovino em 67,7% nas operações internas e 63% nas operações interestaduais, além de isentar as operações internas entre produtores rurais.

Especificamente quanto aos estímulos ao setor comercial, cabe registrar os que devem ser introduzidos com o Programa de Modernização e Desenvolvimento do Comércio, elaborado pela equipe técnica da Secretaria da Fazenda, com detalhadamento a cargo da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo e Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais.

As empresas do setor, atualmente, podem se candidatar aos estímulos do Decreto n.º 14 911 (fusão e incorporação), Conta de Quitação Tributária e outros.

FISCALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DA DÍVIDA ATIVA

É verdade que as próprias medidas favoráveis ao desenvolvimento que caracterizam a execução da estratégia fiscal atuam como desestímulo à sonegação de tributos. Mas, também, é evidente que não tornam prescindível a maior severidade possível no campo da fiscalização e do recolhimento de tributos em geral.

No campo da fiscalização propriamente dito, fez-se opção pela fiscalização planejada, abandonando-se o anacrônico "sistema" da improvisação, que dispersava recursos e não assegurava bons resultados. Com o planejamento da fiscalização elevou-se não apenas a quantidade de notificações (número de fiscais mantido) mas também seu valor, que aumentou 11% em 1971 em relação a 1970 e 23,2% em 1972, comparativamente a 1971.

Quanto à arrecadação da dívida ativa, basta examinar-se o comportamento de seu valor para inferir o sucesso da política de agilizar sua cobrança, esta contribuindo para aumentar a arrecadação e, simultaneamente, desalentar a sonegação. Seu valor em 1972 foi 64% superior ao de 1971, e este 55% superior ao de 1970.

Além da CQT, já mencionada, constituem medidas de estímulo à arrecadação da dívida ativa as Resoluções nºs 105 (14-7-71), 128 (30-9-71) e 207 (12-4-72) do Secretário da Fazenda.

A Resolução n.º 105 permite redução de 85% e/ou correção monetária para empresas paralisadas que voltem a funcionar, bem como para aquelas em situação de falência ou concordata requerida judicialmente. A Resolução n.º 128, por sua vez, permite remissão dos débitos fiscais cujo valor (exceto multa e correção monetária) seja inferior ao salário mínimo então vigente em Belo Horizonte. Finalmente, a Resolução n.º 207 estende os estímulos da Resolução n.º 105 às empresas que estejam dependendo de certidão negativa para obtenção de financiamento junto a entidades oficiais de crédito e às que adquiram o controle acionário de empresas em dificuldades econômico-financeiras.

Em síntese, Minas Gerais definiu estratégia tributária estimulante e que vem refletindo seus efeitos nas taxas de crescimento setoriais. A experiência recente tem demonstrado o acerto das medidas e pode servir como fonte de referência a outros Estados da federação. Nada disso, entretanto, significa que sejam desnecessários consideráveis progressos em toda a área da receita, como de resto em todos os campos de interesse da Fazenda.

ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL

As classes produtoras do Rio Grande do Sul estão preocupadas com o escoamento da produção das zonas de cultivo e criação até os portos e pólos de industrialização. Embora existam cerca de 60 empresas transportadoras no Estado, 70% do transporte rodoviário é feito através de carreteiras autônomas que, por falta de base de custos, elevam ou rebaixam os preços de fretes conforme as oscilações de mercado, criando problemas para os produtores e prejudicando a economia gaúcha. Apesar da tendência ser de centralização destes serviços pelas empresas que operam com frotas (até agora somente o transporte frigorífico é exclusivo dessas), elas se defrontam atualmente com muitas dificuldades. Segundo o diretor da Mallmann S/A, — Transporte e Comércio, empresa que realiza 50% do transporte da safra gaúcha de carne, os problemas maiores se referem à necessidade de regulamentação do setor e à falta de incentivo para renovação do equipamento. Na verdade, parece faltar recursos a custo barato e de fácil acesso, para renovar as frotas e aumentar sua capacidade em função do crescimento da economia. Como o custo de implantação de uma rede ferroviária no Rio Grande do Sul seria muito elevado, espera-se que o transporte fluvial resolva muitos problemas, a partir de Taquari, com a utilização de chatas. Para escoar 100 t de Cruz Alta até Rio Grande, um caminhão com capacidade para 10 t levaria 30 dias. Por via fluvial bastaria a metade do tempo.



Conteúdo: alegria.

Atividade empresarial dos governos federal e estaduais

INTRODUÇÃO

As discussões em torno da intervenção do Governo no campo da atividade empresarial, sob forma de produção direta de bens e/ou serviços, são quase sempre associadas, quando não se restringem, ao campo de atuação das empresas federais de contornos relativamente conhecidos, a partir de trabalho pioneiro realizado pelo Centro de Estudos Fiscais do IBRE e parcialmente divulgado na **Revista Brasileira de Economia** — setembro de 1962 e setembro de 1969.

Não obstante, esse tipo de iniciativa tem se expandido a nível de governos estaduais sem que qualquer pesquisa determinasse a extensão do fenômeno. Tal lacuna levou o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas e o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, através, respectivamente, do Centro de Estudos Fiscais — IBRE/DCS/CEF — e do Instituto de Planejamento Econômico e Social, Instituto de Pesquisas — IPEA/INPES — a empreenderem investigação com o objetivo de delimitar o campo de atuação, verificar a estrutura setorial e dimensionar as transações das empresas com participação majoritária dos governos estaduais. Acaba de ser concluído o primeiro relatório a respeito, que se refere aos anos de 1968 e 1969. Encontra-se em progresso trabalho relativo a uma série mais longa e a sua atualização.

O objetivo do presente artigo é divulgar um sumário dos resultados até agora obtidos, tendo como ano-base 1969.

1. AMPLITUDE DO CAMPO DA PESQUISA

As listagens (tabelas I e II) referem-se às entidades com participação majoritária dos governos federal e estaduais, atuando no ano-base de 1969. Elas são organizadas segundo setores e subsetores de acordo com critérios que permitam comparações com a atividade governamental propriamente dita. As entidades incluídas até esta data, nos levantamentos de dados financeiros, acham-se assinaladas com x.

Muito embora todos os esforços tenham sido desenvolvidos para tornar as listagens exaustivas, não fica afastada a hipótese de omissões e/ou incorreções. A propósito, convém salientar que a delimitação do campo da pesquisa não constitui tarefa das mais simples. Para começar, a forma jurídica da entidade não basta como indicação, pois além das que obviamente se enquadram — empresas públicas e sociedades de economia mista — algumas autarquias e até mesmo órgãos da administração direta e fundações assumem características de de empresas. Há certa faixa em que é difícil estabelecer linha demarcatória nítida entre atividades de governo propriamente ditas e empresariais, cabendo essa tarefa ao julgamento do pesquisador, alicerçado em alguns critérios básicos.

Outra dificuldade prende-se ao fato de que o rol dessas unidades empresariais varia consideravelmente de ano para ano. Sofre acréscimos e decréscimos, alguns independentemente da criação ou extinção de unidades, como por exemplo, pela encampação de concessionárias de serviços públicos, criação de subsidiárias, fusão de empresas, arrendamento e alienação ao setor privado e transferência de controle acionário a outra esfera de governo. Além disso, algumas mudam de denominação, quando da alteração de **status** jurídico ou de funções.

Tabela I — Atividade empresarial do Governo Federal — listagem de entidades — ano-base — 1969

Entidades	Setor	Subsetor	Incluídas
Cia. Brasileira de Alimentos — COBAL	Agricultura e abastecimento	Centrais de abastecimento, armazéns, silos e frigoríficos	—
Cia. Brasileira de Armazéns — CIBRAZEM	Agricultura e abastecimento	Centrais de abastecimento, armazéns, silos e frigoríficos	—
Cia. Brasileira de Serviços Agrícolas	Agricultura e abastecimento	Comercialização e industrialização de gêneros alimentícios	—
Companhia Usinas Nacionais — CUN	Agricultura e abastecimento	Comercialização e industrialização de gêneros alimentícios	×
Refinaria Ramiro S.A.	Agricultura e abastecimento	Comercialização e industrialização de gêneros alimentícios	—
Óleos de Palma S.A. — OPALMA	Agricultura e abastecimento	Comercialização e industrialização de gêneros alimentícios	×
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos — EBCT	Comunicação	Correios e telégrafos	×
Cia. Telefônica Brasileira — CTB	Comunicação	Rádio, televisão e telefones	×
Cia. Telefônica de Minas Gerais	Comunicação	Rádio, televisão e telefones	×
Cia. Telefônica do Espírito Santo	Comunicação	Rádio, televisão e telefones	×
Telecomunicação Aeronáutica S.A. — TASA	Comunicação	Rádio, televisão e telefones	(*)
Empresa Brasileira de Telecomunicações — EMBRATEL	Comunicação	Rádio, televisão e telefones	×
Rádio Nacional do Rio de Janeiro (Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional)	Comunicação	Rádio, televisão e telefones	×
TV-Rádio Nacional de Brasília (Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional)	Comunicação	Rádio, televisão e telefones	×
Sociedade Carbonífera Próspera S.A.	Energia	Carvão	×
Lavador de Capivari	Energia	Carvão	×
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRÁS	Energia	Elétrica	×
Central Elétrica de Furnas — FURNAS	Energia	Elétrica	×
Cia. Hidroelétrica do São Francisco — CHESF	Energia	Elétrica	×
Cia. Paulista de Força e Luz — CPFL	Energia	Elétrica	×
Cia. Brasileira de Energia Elétrica — CBEE	Energia	Elétrica	×
Cia. Hidroelétrica da Boa Esperança — COHEBE	Energia	Elétrica	×
Cia. Força e Luz do Paraná — CFLP	Energia	Elétrica	×
Cia. Força e Luz de Minas Gerais — CFLMG	Energia	Elétrica	×
Centrais Elétricas do Sul do Brasil — ELETROSUL	Energia	Elétrica	×
Espírito Santo Centrais Elétricas — ESCELSA	Energia	Elétrica	×
Sociedade Termoelétrica de Capivari — SOTELCA	Energia	Elétrica	×
Cia. de Energia Elétrica da Bahia — CEEB	Energia	Elétrica	×
Termoelétrica de Charqueadas — CHARQUEADAS	Energia	Elétrica	×
Termoelétrica de Alegrete — ALEGRETE	Energia	Elétrica	×
Cia. de Eletricidade de Manaus — CEM	Energia	Elétrica	×
Cia. Nordeste de Eletrificação de Fortaleza — CONEFOR	Energia	Elétrica	×
Cia. Pelotense de Eletricidade — CPE	Energia	Elétrica	×
Cia. Eletricidade do Amapá	Energia	Elétrica	×
Serviços de Eletricidade — UTE	Energia	Elétrica	×
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico — BNDE	Financeiro	Bancos	×
Banco Nacional da Habitação — BNH	Financeiro	Bancos	×
Banco da Amazônia S.A. — BASA	Financeiro	Bancos	×
Banco do Brasil S.A. — BB	Financeiro	Bancos	×
Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A. — BNCC	Financeiro	Bancos	×
Banco do Nordeste do Brasil S.A. — BNB	Financeiro	Bancos	×
Caixa Econômica Federal — CEF	Financeiro	Caixas	×
Financiadora de Estudos e Projetos — FINEP	Financeiro	Companhias Financeiras	×
Loteria Esportiva	Financeiro	Loterias	×
Loteria Federal	Financeiro	Loterias	×

Entidades	Setor	Subsetor	Incluídas
Instituto de Resseguros do Brasil — IRB	Financeiro	Seguro e capitalização	×
Emissão e Planejamento de Seguros	Financeiro	Seguro e capitalização	×
Sociedade Técnica de Administração e Corretagem de Seguros Ltda. — SOTECNA	Financeiro	Seguro e capitalização	×
Imprensa Nacional	Manufatura e diversos	Editorial e gráfica	×
Cia. Vale do Rio Doce — CVRD	Manufatura e diversos	Mineração	×
Beneficiamento de Itabirito S.A. — BENITA	Manufatura e diversos	Mineração	—
Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais	Manufatura e diversos	Mineração	(*)
Cia. Nacional de Álcalis S.A.	Manufatura e diversos	Químico	×
Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRÁS	Manufatura e diversos	Químico	×
Petrobrás Química S.A. — PETROQUISA	Manufatura e diversos	Químico	×
Cia. Siderúrgica Nacional — CSN	Manufatura e diversos	Siderurgia	×
Cia. Aços Especiais Itabita — ACESITA	Manufatura e diversos	Siderurgia	×
Cia. Siderúrgica Paulista — COSIPA	Manufatura e diversos	Siderurgia	×
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais — USIMINAS	Manufatura e diversos	Siderurgia	×
Cia. Ferro e Aço de Vitória S.A.	Manufatura e diversos	Siderurgia	×
Cia. Siderúrgica Vatu	Manufatura e diversos	Siderurgia	—
Empresa Brasileira de Turismo — EMBRATUR	Manufatura e diversos	Turismo	×
Serviço Federal de Processamento de Dados — SERPRO	Manufatura e diversos	Diversos	×
Casa da Moeda	Manufatura e diversos	Diversos	×
Rede Federal de Armazéns Gerais Ferroviários S.A. — AGEF	Manufatura e diversos	Diversos	×
Empresa Brasileira de Aeronáutica — EMBRAER	Manufatura e diversos	Diversos	(*)
Empresa Brasileira de Filmes S.A. — EMBRAFILME	Manufatura e diversos	Diversos	×
Empresa de Reparos Navais Costeira S.A. — ERNC	Manufatura e diversos	Diversos	×
Cia. Brasileira de Dragagem — CBD	Manufatura e diversos	Diversos	—
Cia. Brasileira de Projetos Industriais — COBRAPI	Manufatura e diversos	Diversos	×
Rio Doce Madeiras S.A. — DOCEMADE	Manufatura e diversos	Diversos	—
Imobiliária Santa Cecília S.A. — CECISA	Manufatura e diversos	Diversos	×
Florestas Rio Doce S.A.	Manufatura e diversos	Diversos	—
Itabira Eisenerz G.M.B.M.	Manufatura e diversos	Diversos	—
Itabira International Company Ltd.	Manufatura e diversos	Diversos	—
Cia. Docas Pará	Transporte	Administração portuária	—
Cia. Docas do Ceará	Transporte	Administração portuária	—
Cia. Docas da Bahia	Transporte	Administração portuária	—
Cia. Docas do Rio de Janeiro	Transporte	Administração portuária	×
Serviço de Transporte da Baía da Guanabara — STBG	Transporte	Aquaviário	×
Empresa de Navegação da Amazônia S.A.	Transporte	Aquaviário	×
Serviço de Navegação da Bacia do Prata S.A.	Transporte	Aquaviário	—
Companhia de Navegação do São Francisco	Transporte	Aquaviário	—
Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro	Transporte	Aquaviário	×
Vale do Rio Doce Navegação S. A. — DOCENAVE	Transporte	Aquaviário	—
Estrada de Ferro Tocantins	Transporte	Ferroviário	×
Rede Ferroviária Federal S.A. — RFFSA	Transporte	Ferroviário	×
TOTAL DE UNIDADES EMPRESARIAIS — 87			70

(*) — Criada em 1969, só passou a funcionar em 1970.

FONTE: Centro de Estudos Fiscais IBRE/DCS/FGV.

Tabela II — Atividade empresarial dos governos estaduais — listagem das entidades — ano-base — 1969

Estados/entidades	Setor	Subsetor	Incluídas
ESTADO DO ACRE (1)			1
Companhia de Eletricidade do Acre S/A	Energia	Energia elétrica	×
ESTADO DO AMAZONAS (7)			6
Companhia Amazonense de Telecomunicações	Comunicação	Rádio, televisão e telefones	×
Centrais Elétricas do Amazonas S/A	Energia	Energia elétrica	×
Banco do Estado do Amazonas S/A	Financeiro	Bancos	×
Companhia de Habitação do Amazonas	Financeiro	Companhias habitacionais	×
Loteria do Estado do Amazonas	Financeiro	Loterias	×
Imprensa Oficial	Manufatura e diversos	Editorial e gráfica	×
Departamento de Águas e Esgotos	Serviço público	Saneamento, água e esgoto	–
ESTADO DO PARÁ (8)			6
Companhia Paraense de Abastecimento	Agricultura e abastecimento	Centrais de abastecimento, armazéns, silos e frigoríficos	×
Companhia de Telecomunicações do Pará	Comunicação	Rádio, televisão e telefones	×
Centrais Elétricas do Pará S/A	Energia	Energia elétrica	×
Banco do Estado do Pará S/A	Financeiro	Bancos	
Companhia de Habitação do Estado do Pará	Financeiro	Companhias habitacionais	×
Imprensa Oficial	Manufatura e diversos	Editorial e gráfica	×
Departamento de Processamento de Dados	Manufatura e diversos	Diversos	–
Departamento de Águas e Esgotos do Estado do Pará	Serviço público	Saneamento, água e esgoto	×
ESTADO DO MARANHÃO (12)			12
Fundo de Revenda do Plano de Desenvolvimento Agropecuário	Agricultura e abastecimento	Colonização, revenda de sementes e implementos agrícolas	×
Rádio Timbira do Maranhão	Comunicação	Rádio, televisão e telefones	×
Empresa de Telecomunicações do Maranhão	Comunicação	Rádio, televisão e telefones	×
Centrais Elétricas do Maranhão	Energia	Energia elétrica	×
Banco do Estado do Maranhão	Financeiro	Bancos	×
Banco de Desenvolvimento do Maranhão	Financeiro	Bancos	(2) ×
Companhia de Habitação Popular do Estado do Maranhão	Financeiro	Companhias habitacionais	×
Companhia Progresso do Maranhão	Financeiro	Companhias financeiras	×
Loteria Estadual do Maranhão	Financeiro	Loterias	×
Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Maranhão	Manufatura e diversos	Editorial e gráfica	×
Departamento de Águas e Esgotos Sanitários	Serviço público	Saneamento, água e esgoto	×
Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão	Serviço público	Saneamento, água e esgoto	×
ESTADO DO PIAUÍ (8)			7
Frigorífico do Piauí S/A	Agricultura e abastecimento	Centrais de abastecimento armazéns, silos, frigoríficos	–
Agro-Indústria do Piauí S/A	Agricultura e abastecimento	Colonização, revenda de sementes, adubos, implementos agrícolas	×
Telefones do Piauí S/A	Comunicações	Rádio, televisão e telefones	×
Centrais Elétricas do Piauí S/A	Energia	Energia elétrica	×
Banco do Estado do Piauí S/A	Financeiro	Bancos	×
Companhia Habitacional do Piauí S/A	Financeiro	Companhias habitacionais	×
Fomento Industrial do Piauí S/A	Manufatura e diversos	Diversos	×
Água e Esgotos do Piauí S/A	Serviço público	Saneamento, água e esgoto	×
ESTADO DO CEARÁ (11)			11
Companhia Cearense de Desenvolvimento Agropecuário	Agricultura e abastecimento	Colonização, revenda de sementes, adubos, implementos agrícolas	×
Ceará Pesca S/A de Desenvolvimento	Agricultura e abastecimento	Empresas de comercialização, industrialização de gêneros alimentícios específicos	×
Companhia de Telecomunicações do Ceará	Comunicação	Rádio, televisão e telefones	×
Companhia de Eletrificação Centro-Norte do Ceará	Energia	Energia elétrica	×
Banco do Desenvolvimento do Ceará	Financeiro	Bancos	×
Banco do Estado do Ceará	Financeiro	Bancos	×
Companhia de Habitação do Ceará	Financeiro	Companhias habitacionais	×
Departamento de Imprensa Oficial	Manufatura e diversos	Editorial e gráfica	×
Serviço de Processamento de Dados do Estado do Ceará	Manufatura e diversos	Diversos	×
Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Ceará	Serviço público	Saneamento, água e esgoto	×
Companhia Cearense de Saneamento	Serviço público	Saneamento, água e esgoto	×

Estados/entidades	Setor	Subsetor	Incluídas
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (10)			10
Fundação Pio XII	Agricultura e abastecimento	Colonização, revenda de sementes, adubos e implementos agrícolas	×
Companhia Telefônica do Rio Grande do Norte	Comunicação	Rádio, televisão e telefones	×
Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte	Energia	Energia elétrica	×
Banco do Estado do Rio Grande do Norte S/A	Financeiro	Bancos	×
Banco de Fomento Econômico do Rio Grande do Norte	Financeiro	Bancos	×
Fundação de Habitação Popular	Financeiro	Companhias habitacionais	×
Departamento Estadual de Imprensa	Manufatura e diversos	Editorial e gráfica	×
Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte	Serviço público	Saneamento, água e esgoto	×
Companhia de Águas e Solos	Serviço público	Saneamento, água e esgoto	×
Departamento de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte	Serviço público	Saneamento, água e esgoto	×
ESTADO DA PARAÍBA (8)			8
S/A de Eletrificação da Paraíba	Energia	Energia elétrica	×
Banco do Estado da Paraíba	Financeiro	Bancos	×
Companhia de Habitação Popular	Financeiro	Companhias habitacionais	×
Saneamento de Campina Grande S/A	Serviço público	Saneamento, água e esgoto	×
Saneamento da Capital S/A	Serviço público	Saneamento, água e esgoto	×
Companhia de Água e Esgoto da Paraíba	Serviço público	Saneamento, água e esgoto	×
Companhia de Industrialização do Estado da Paraíba	Serviço público	Urbanização	×
Administração do Porto de Cabedelo	Transporte	Serviço portuário	×
ESTADO DE PERNAMBUCO (18)			18
Companhia de Armazéns Gerais do Estado de Pernambuco	Agricultura e abastecimento	Centrais de abastecimento, armazéns, silos, frigoríficos	×
Companhia de Mecanização Agrícola de Pernambuco	Agricultura e abastecimento	Colonização, revenda de sementes, adubos e implementos agrícolas	×
Companhia de Revenda e Colonização	Agricultura e abastecimento	Colonização, revenda de sementes, adubos e implementos agrícolas	×
Companhia de Industrialização do Leite de Pernambuco	Agricultura e abastecimento	Empresas de comercialização e industrialização de gêneros alimentícios específicos	×
Departamento de Telecomunicações do Estado de Pernambuco	Comunicação	Rádio, televisão e telefone	×
Companhia de Eletricidade de Pernambuco	Energia	Energia elétrica	×
Banco do Estado de Pernambuco S/A	Financeiro	Bancos	×
Companhia de Habitação Popular do Estado de Pernambuco	Financeiro	Companhias habitacionais	×
Comper S/A Crédito, Financiamento e Investimento	Financeiro	Companhias financeiras	×
Distritos Industriais de Pernambuco S/A	Financeiro	Companhias financeiras	×
Loteria do Estado de Pernambuco	Financeiro	Loterias	×
Companhia Editora de Pernambuco	Manufatura e diversos	Editorial e gráfica	×
Companhia Pernambucana de Borracha Sintética	Manufatura e diversos	Química	×
Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco	Manufatura e diversos	Química	×
Empresa Pernambucana de Turismo	Manufatura e diversos	Turismo	×
Drogaria de Pernambuco S/A	Manufatura e diversos	Diversos	×
Departamento de Saneamento do Estado	Serviço público	Saneamento, água e esgoto	×
Administração do Porto de Recife	Transporte	Administração portuária	×

Estados/entidades	Setor	Subsetor	Incluídas
ESTADO DE ALAGOAS (13)			11
Centro de Abastecimento S/A	Agricultura e abastecimento	Centrais de abastecimento, armazéns, silos e frigoríficos	–
Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Alagoas	Agricultura e abastecimento	Centrais de abastecimento, armazéns, silos e frigoríficos	×
Companhia Beneficiadora de Lixo	Agricultura e abastecimento	Colonização, revenda de sementes, adubos e implementos agrícolas	×
Companhia Progresso Agrícola de Alagoas	Agricultura e abastecimento	Colonização, revenda de sementes, adubos e implementos agrícolas	×
Rádio Difusora de Alagoas	Comunicação	Rádio, televisão e telefones	–
Companhia de Eletricidade de Alagoas	Energia	Energia elétrica	×
Banco do Estado de Alagoas S/A	Financeiro	Bancos	×
Companhia Habitação Popular de Alagoas	Financeiro	Companhias habitacionais	×
CODEAL — Crédito, Financiamento e Investimento S/A	Financeiro	Companhias financeiras	×
Imprensa Oficial de Alagoas	Manufatura e diversos	Editorial e gráfica	×
Companhia de Desenvolvimento de Alagoas	Manufatura e diversos	Diversos	×
Companhia de Abastecimento d'Água e Saneamento do Estado de Alagoas	Serviço público	Saneamento, água e esgoto	×
Serviço de Águas e Esgotos de Maceió	Serviço público	Saneamento, água e esgoto	×
ESTADO DE SERGIPE (6)			6
Companhia Agrícola de Sergipe	Agricultura e abastecimento	Colonização, revenda de sementes, adubos e implementos agrícolas	×
Empresa Distribuidora de Energia em Sergipe	Energia	Energia elétrica	×
Banco do Estado de Sergipe S/A	Financeiro	Bancos	×
Companhia de Habitação Popular de Sergipe	Financeiro	Companhias habitacionais	×
Imprensa Oficial	Manufatura e diversos	Editorial e gráfica	×
Departamento de Saneamento do Estado de Sergipe	Serviço público	Saneamento, água e esgoto	×
ESTADO DA BAHIA (21)			19
Companhia de Armazéns Gerais do Estado da Bahia	Agricultura e abastecimento	Centrais de abastecimento, armazéns, silos e frigoríficos	×
Companhia de Armazéns e Silos do Estado da Bahia	Agricultura e abastecimento	Centrais de abastecimento, armazéns, silos e frigoríficos	×
Frigorífico Matadouro de Salvador S/A	Agricultura e abastecimento	Centrais de abastecimento, armazéns, silos e frigoríficos	×
Central de Abastecimento da Bahia	Agricultura e abastecimento	Centrais de abastecimento, armazéns, silos e frigoríficos	×
Companhia de Adubos e Materiais Agrícolas da Bahia	Agricultura e abastecimento	Colonização, revenda de sementes, adubos e implementos agrícolas	×
Companhia de Alimentação, Sementes e Mercado da Bahia	Agricultura e abastecimento	Colonização, revenda de sementes, adubos e implementos agrícolas	–
Telefones da Bahia S/A	Comunicação	Rádio, televisão e telefones	–
Companhia Telefônica Sul-Bahiano	Comunicação	Rádio, televisão e telefones	×
Companhia de Eletrificação do Estado da Bahia	Energia	Energia elétrica	×
Banco do Desenvolvimento do Estado da Bahia S/A	Financeiro	Bancos	×
Banco do Estado da Bahia S/A	Financeiro	Bancos	×
Habitação e Urbanização da Bahia S/A	Financeiro	Companhias habitacionais	×
Loteria Estadual da Bahia	Financeiro	Loterias	×
Imprensa Oficial	Manufatura e diversos	Editorial e gráfica	×
Hotéis de Turismo do Estado da Bahia S/A	Manufatura e diveros	Turismo	×
Empresa de Conservação do Solo, Águas e Mecanização	Serviço público	Saneamento, água e esgoto	×
Superintendência de Águas e Esgotos do Recôncavo	Serviço público	Saneamento, água e esgoto	×
Superintendência de Engenharia Sanitária do Estado da Bahia	Serviço público	Saneamento, água e esgoto	×
Companhia Viação Sul Baiano	Serviço público	Transporte urbano	×
Centro Industrial de Aratu	Serviço público	Urbanização	×
Cia. de Navegação Bahiana	Transporte	Aquaviário	×

Estados/entidades	Setor	Subsetor	Incluídas
ESTADO DE MINAS GERAIS (20)			17
Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais	Agricultura e abastecimento	Centrais de abastecimento, armazéns, silos e frigoríficos	×
Frigoríficos de Minas Gerais S/A	Agricultura e abastecimento	Centrais de abastecimento armazéns, silos e frigoríficos	×
Companhia Agrícola de Minas Gerais	Agricultura e abastecimento	Colonização, revenda de sementes, adubos e implementos agrícolas	×
Centrais Elétricas de Minas Gerais S/A	Energia	Energia elétrica	–
Eletrificação Rural de Minas Gerais S/A	Energia	Energia elétrica	–
Banco de Crédito Real de Minas Gerais S/A	Financeiro	Bancos	×
Banco do Desenvolvimento de Minas Gerais	Financeiro	Bancos	×
Banco do Estado de Minas Gerais S/A	Financeiro	Bancos	×
Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais	Financeiro	Caixas econômicas	×
Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais	Financeiro	Companhias habitacionais	×
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento de Minas Gerais	Financeiro	Companhias financeiras	×
Corretora de Valores — Diminas S/A	Financeiro	Companhias financeiras	×
Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Minas Gerais S/A	Financeiro	Companhias financeiras	×
Loteria do Estado de Minas Gerais	Financeiro	Loterias	–
Companhia de Seguros de Minas Gerais	Financeiro	Seguros e capitalização	×
Imprensa Oficial	Manufatura e diversos	Editorial e gráfica	×
Metais de Minas Gerais S/A	Manufatura e diversos	Siderurgia	×
Águas Minerais de Minas Gerais S/A	Manufatura e diversos	Diversos	×
Companhia Mineira de Águas e Esgotos	Serviço público	Saneamento, água e esgotos	×
Companhia Urbanizadora Serra do Curral	Serviço público	Urbanização	×
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (13)			13
Companhia de Armazéns e Silos do Espírito Santo	Agricultura e abastecimento	Centrais de abastecimento, armazéns, silos e frigoríficos	×
Companhia de Fomento Agro-Industrial	Agricultura e abastecimento	Colonização, revenda de sementes, adubos e implementos agrícolas	×
Companhia de Óleos Araribóia	Agricultura e abastecimento	Empresas de comercialização e industrialização de gêneros alimentícios	×
Companhia de Pesca do Espírito Santo S/A	Agricultura e abastecimento	Empresas de comercialização e industrialização de gêneneros alimentícios	×
Companhia Espírito Santo Meridional de Eletricidade	Energia	Energia elétrica	×
Banco do Desenvolvimento do Espírito Santo S/A	Financeiro	Bancos	×
Banco do Estado do Espírito Santo S/A	Financeiro	Bancos	×
Companhia Habitacional do Espírito Santo	Financeiro	Companhias habitacionais	×
Departamento de Imprensa Oficial	Manufatura e diversos	Editorial e gráfica	×
Empresa Capixaba de Turismo	Manufatura e diversos	Turismo	×
Fábrica de Tecidos de Cachoeiro de Itapemirim S/A	Manufatura e diversos	Diversos	×
Companhia Espiritosantense de Saneamento	Serviço público	Saneamento, água e esgoto	×
Administração do Porto de Vitória	Transporte	Administração portuária	×

Estados/entidades	Setor	Subsetor	Incluídas
ESTADO DO RIO DE JANEIRO (22)			20
Companhia de Expansão Econômica Fluminense	Agricultura e abastecimento	Centrais de abastecimento, armazéns, silos e frigoríficos	×
Centrais Elétricas Fluminenses S/A	Energia	Energia elétrica	×
Banco do Estado do Rio de Janeiro	Financeiro	Bancos	×
Banco do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro S/A	Financeiro	Bancos	×
Companhia de Habitação Popular do Estado do Rio de Janeiro	Financeiro	Companhias habitacionais	×
Companhia de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro	Financeiro	Companhias financeiras	×
CODERJ-Crédito, Financiamento e Investimento S/A	Financeiro	Companhias financeiras	×
CODERJ - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A	Financeiro	Companhias financeiras	×
CODERJ - Crédito Imobiliário S/A	Financiero	Companhias financeiras	×
Loteria do Estado do Rio de Janeiro	Financeiro	Loterias	×
CODERJ - Seguros S/A	Financeiro	Seguro e capitalização	×
Imprensa Oficial do Estado	Manufatura e diversos	Editorial e gráfica	×
Instituto Vital Brasil Laboratório de Produtos Químicos e Biológicos S/A	Manufatura e diversos	Química	×
Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro S/A	Manufatura e diversos	Turismo	×
Centro de Processamento de Dados do Estado do Rio de Janeiro	Manufatura e diversos	Diversos	×
Companhia de Distritos Industriais	Manufatura e diversos	Diversos	×
Serviço de Viação de Niterói e São Gonçalo	Serviço público	Transporte urbano	–
Serviço de Viação Campos	Serviço público	Transporte urbano	–
Departamento de Portos e Navegação do Estado do Rio de Janeiro	Transporte	Administração portuária	×
Administração do Porto de Niterói	Transporte	Administração portuária	×
Administração do Porto de Angra dos Reis	Transporte	Adminsitração portuária	×
Serviço de Navegação Sul-Fluminense	Transporte	Aquaviário	×
ESTADO DA GUANABARA (15)			15
Companhia Central de Abastecimento	Agricultura e abastecimento	Centrais de abastecimento, armazéns, silos e frigoríficos	×
Companhia Estadual de Telefones da Guanabara	Comunicação	Rádio, televisão e telefones	×
Banco do Estado da Guanabara S/A	Financeiro	Bancos	×
Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara	Financeiro	Companhias habitacionais	×
Companhia Progresso do Estado da Guanabara	Financeiro	Companhias financeiras	×
Banco do Desenvolvimento e Investimento — COPEG S/A	Financeiro	Companhias financeiras	×
Crédito Imobiliário — COPEG S/A	Financeiro	Companhias financeiras	×
Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários — COPEG S/A	Financeiro	Companhias financeiras	×
Loteria do Estado da Guanabara	Financeiro	Loterias	×
Imprensa Oficial	Manufatura e diversos	Editorial e gráfica	×
Companhia Estadual de Gás	Serviço público	Gás	×
Companhia Estadual de Águas do Estado da Guanabara	Serviço público	Saneamento, água e esgoto	×
Companhia de Transportes Coletivos do Estado da Guanabara	Serviço público	Transporte urbano	×
Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro	Serviço público	Transporte urbano	×
Fundação dos Terminais Rodoviários do Estado da Guanabara	Serviço público	Transporte urbano	×

Estados/entidades	Setor	Subsetor	Incluídas
ESTADO DE SÃO PAULO (22)			22
Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo	Agricultura e abastecimento	Centrais de abastecimento, armazéns, silos e frigoríficos	
Companhia Agrícola e Colonizadora de São Paulo	Agricultura e abastecimento	Colonização, revenda de sementes, adubos e implementos agrícolas	×
Companhia de Telecomunicações do Estado de São Paulo	Comunicação	Rádio, televisão e telefones	×
Centrais Elétricas do Estado de São Paulo	Energia	Energia elétrica	×
Banco do Estado de São Paulo S/A	Financeiro	Bancos	×
Caixa Econômica do Estado de São Paulo	Financeiro	Caixas econômicas	×
Caixa Estadual de Casas para o Povo	Financeiro	Companhias habitacionais	×
Companhia de Seguros do Estado de São Paulo	Financeiro	Seguro e capitalização	×
Imprensa Oficial do Estado	Manufatura e diversos	Editorial e gráfica	×
VASP — Aerofotogrametria S/A	Manufatura e diversos	Diversos	×
Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo	Manufatura e diversos	Diversos	×
Companhia Metropolitana de Águas de São Paulo	Serviço público	Saneamento, água e esgoto	×
Superintendência de Águas e Esgotos da Capital	Serviço público	Saneamento, água e esgoto	×
Administração do Porto de São Sebastião	Transporte	Administração portuária	×
Viação Aérea São Paulo S/A	Transporte	Aeroviário	×
Companhia Mogiana de Estradas de Ferro	Transporte	Ferroviário	×
Companhia Paulista de Estradas de Ferro	Transporte	Ferroviário	×
Estrada de Ferro Sorocabana	Transporte	Ferroviário	×
Estrada de Ferro Campos do Jordão	Transporte	Ferroviário	×
Estrada de Ferro Araraquara	Transporte	Ferroviário	×
Estrada de Ferro São Paulo Minas	Transporte	Ferroviário	×
Desenvolvimento Rodoviário S/A	Transporte	Rodoviário	×
ESTADO DO PARANÁ (14)			14
Cia. Paranaense de Silos e Armazéns	Agricultura e abastecimento	Centrais de abastecimento, armazéns e frigoríficos	×
Cia. Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná- Café do Paraná	Agricultura e abastecimento	Colonização e revenda de sementes, adubos e implementos agrícolas	×
Fundação Paranaense de Colonização e Imigração	Agricultura e abastecimento	Colonização e revenda de sementes, adubos e implementos agrícolas	×
Cia. de Telecomunicações do Paraná	Comunicação	Rádio, televisão e telefones	×
Cia. Paranaense de Energia Elétrica	Energia	Energia elétrica	×
Banco do Desenvolvimento do Paraná S/A	Financeiro	Bancos	×
Banco do Estado do Paraná S/A.	Financeiro	Bancos	×
Cia. de Habitação do Paraná S/A	Financeiro	Companhias habitacionais	×
Serviço de Loteria do Estado do Paraná	Financeiro	Loterias	×
Imprensa Oficial	Manufatura e diversos	Editorial e gráfica	×
Centro Eletrônico de Processamento de Dados do Paraná S/A	Manufatura e diversos	Diversos	×
Cia. de Saneamento do Paraná	Serviço público	Saneamento, água e esgoto	×
Departamento de Água e Esgotos	Serviço público	Saneamento, água e esgoto	×
Administração do Porto de Paranaguá	Transporte	Administração portuária	×
ESTADO DE SANTA CATARINA (5)			5
Usina de Beneficiamento de Leite	Agricultura e abastecimento	Empresas de comercialização e industrialização de gêneros alimentícios	×
Centrais Elétricas de Santa Catarina	Energia	Energia elétrica	×
Banco do Estado de Santa Catarina	Financeiro	Bancos	×
Cia. de Habitação do Estado de Santa Catarina	Financeiro	Companhias habitacionais	×
Imprensa Oficial do Estado	Manufatura e diversos	Editorial e gráfica	×
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (19)			19
Cia. Estadual de Silos e Armazéns	Agricultura e abastecimento	Centrais de abastecimento, armazéns, silos e frigoríficos	×
Açúcar Gaúcho S/A	Agricultura e abastecimento	Empresas de comercialização e industrialização de gêneros alimentícios	×
Departamento Estadual de Abastecimento de Leite	Agricultura e abastecimento	Empresas de comercialização e industrialização de gêneros alimentícios	×

Estados/entidades	Setor	Subsetor	Incluídas
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (19)			19
Instituto Riograndense do Arroz	Agricultura e abastecimento	Empresas de comercialização e industrialização de gêneros alimentícios	×
Instituto Riograndense de Carnes	Agricultura e abastecimento	Empresas de comercialização e industrialização de gêneros alimentícios	×
Produtos Gaúchos S/A	Agricultura e abastecimento	Empresas de comercialização e industrialização de gêneros alimentícios	×
Cia. Riograndense de Telecomunicações	Comunicação	Rádio, televisão e telefones	×
Cia. Estadual de Energia Elétrica	Energia	Energia elétrica	×
Banco do Estado do Rio Grande do Sul	Financeiro	Bancos	×
Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo Sul	Financeiro	Bancos	×
Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul	Financeiro	Caixas econômicas	×
Cia. de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul	Financeiro	Companhias habitacionais	×
Departamento de Loteria do Estado	Financeiro	Loterias	×
Departamento de Imprensa Oficial	Manufatura e diversos	Editorial e gráfica	×
Aços Finos Piratini S/A	Manufatura e diversos	Siderurgia	×
Departamento Autônomo de Carvão Mineral	Manufatura e diversos	Mineração	×
Cia. Riograndense de Saneamento	Serviço público	Saneamento, água e esgoto	×
Cia. Intermunicipal de Estradas Alimentadoras	Serviço público	Urbanização	×
Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais	Transporte	Administração portuária	×
ESTADO DE MATO GROSSO (7)			7
Cia. de Armazéns e Silos do Estado de Mato Gross	Agricultura e abastecimento	Centrais de abastecimento, armazéns, silos e frigoríficos	×
Centrais Elétricas Matogrossenses S/A	Energia	Energia elétrica	×
Banco do Estado de Mato Grosso	Financeiro	Bancos	×
Cia. Habitacional Popular do Estado de Mato Grosso	Financeiro	Companhias habitacionais	×
Cia. de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso	Financeiro	Companhias financeiras	×
Imprensa Oficial do Estado	Manufatura e diversos	Editorial e gráfica	×
Cia. de Saneamento do Estado de Mato Grosso	Serviço público	Saneamento, água e esgoto	×
ESTADO DE GOIÁS (14)			8
Cia. de Armazéns e Silos do Estado de Goiás	Agricultura e abastecimento	Centrais de abastecimento, armazéns, silos e frigoríficos	×
Cia. de Telecomunicações de Goiás	Comunicação	Rádio, televisão e telefones	×
Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estados de Goiás	Comunicação	Rádio, televisão e telefones	–
Centrais Elétricas de Goiás S/A	Energia	Energia elétrica	×
Banco do Estado de Goiás S/A	Financeiro	Bancos	×
Caixa Econômica do Estado de Goiás	Financeiro	Caixas econômicas	×
Cia. Habitacional do Estado de Goiás	Financeiro	Companhias habitacionais	–
Loteria do Estado de Goiás	Financeiro	Loterias	×
Cia. de Seguros do Estado de Goiás	Financeiro	Seguro e capitalização	×
Indústrias Químicas do Estado de Goiás S/A	Manufatura e diversos	Química	–
Metais de Goiás S/A	Manufatura e diversos	Siderurgia	×
Cia. de Desenvolvimento do Estado de Goiás S/A	Manufatura e diversos	Diversos	–
Saneamento de Goiás S/A	Serviço público	Saneamento, água e esgoto	×
Consórcio Rodoviária Intermunicipal S/A	Transporte	Rodoviário	×
DISTRITO FEDERAL (7)			7
Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A	Agricultura e abastecimento	Centrais de abastecimento, armazéns, silos e frigoríficos	×
Cia. de Telefones de Brasília	Comunicações	Rádio, televisão e telefones	×
Cia. de Eletricidade de Brasília	Energia	Energia elétrica	×
Banco Regional de Brasília S/A	Financeiro	Bancos	×
Sociedade de Habitação de Interesse Social Ltda.	Financeiro	Companhias habitacionais	×
Cia. de Água e Esgoto de Brasília	Serviço público	Saneamento, água e esgoto	×
Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda.	Serviço público	Transporte urbano	×
TOTAL (281)			262

(1) — Não corresponde ao universo de empresas do Acre.
(2) — Só iniciou suas atividades em 1970, embora criada em 1969, sendo considerado incluído, com valores nulos.
Obs.: a) O traço significa, respectivamente, nas colunas de "universo" a inexistência de atuação, a exclusão (por insuficiência ou não fornecimento de dados).
b) Os valores entre parênteses colocados ao lado da denominação de cada Estado indicam o universo das empresas existentes; a coluna "incluídas" indica o número de empresas analisadas pertencentes ao universo.
Fontes: FGV, IBRE/CEF e MINIPLAN. IPEA/INPES.

2. TENDÊNCIAS DA EXPANSÃO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL DA UNIÃO E DOS ESTADOS

Vejamos como evoluiu no tempo o campo de atuação empresarial dos governos federal e estaduais, uma vez que as informações estatísticas referem-se a um corte transversal. Não se pretende ser conclusivo quanto às causas que levaram o governo a atuar como empresário, embora se possa lançar alguma luz sobre a questão.

Servem para dar uma visão panorâmica do processo as tabelas III e IV (organizadas a partir das listagens e do histórico de cada entidade). Essas tabelas referem-se ao número de unidades empresariais sob controle dos governos federal (1) e estaduais (2), no ano base de 1969, classificadas segundo setores, subsetores e períodos em que assumiram aquela condição.

As unidades enquadradas em dado período não se referem ao "universo" identificado para o mesmo intervalo de tempo, mas àquela que, entre as atuantes em 1969, faziam parte, em cada período, deste último "universo".

2.1 Governo Federal

Embora a atividade do Governo Central como empresário remonte a meados do século XVII, limitou-se, até os anos 40, quase exclusivamente a setores cujos serviços interessavam-lhe diretamente. Teve início, ainda no Brasil Colônia, com a criação do Serviço Postal em 1663, provendo meios de comunicação com a metrópole e a cunhagem de moeda pela Casa da Moeda da Bahia, criada em 1694. Com a transladação da Corte Portuguesa para o Brasil, surgiram o Banco do Brasil e os serviços de imprensa, então denominados Imprensa Régia, ambos em 1808. Registra-se nessa época uma das iniciativas mais antigas no campo da siderurgia: a Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema. O período do reinado de D. Pedro II viu nascer a Estrada de Ferro D. Pedro II (1858) e

Tabela III — Empresas com a participação majoritária do Governo Federal atuando em 1969 — segundo o período em que assumiram essa condição

Setores e subsetores	Data de criação desconhecida	Até 1939	1940 a 1949	1950 a 1959	1960 a 1969	Total
AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	—	—	1	—	5	6
Centrais de abastecimento, armazéns, silos e frigoríficos	—	—	—	—	2	2
Empresas de comercialização e industrialização de gêneros alimentícios	—	—	1	—	3	4
COMUNICAÇÃO	—	2	—	2	4	8
Correios e telégrafos	—	1	—	—	—	1
Rádio, televisão e telefones	—	1	—	2	4	7
ENERGIA	11	—	1	5	4	21
Carvão	—	—	—	1	1	2
Energia elétrica	11	—	1	4	3	19
FINANCEIRO	—	3	2	3	5	13
Bancos	—	1	2	2	1	6
Caixas econômicas	—	1	—	—	—	1
Companhias financeiras	—	—	—	—	1	1
Loterias	—	—	—	1	1	2
Seguro e capitalização	—	1	—	—	2	3
MANUFATURA E DIVERSOS	—	2	5	4	16	27
Editorial e gráfico	—	1	—	—	—	1
Mineração	—	—	1	—	2	3
Químico	—	—	1	1	1	3
Siderurgia	—	—	2	2	2	6
Turismo	—	—	—	—	1	1
Diversos	—	1	1	1	10	13
TRANSPORTE	2	3	1	1	5	12
Administração Portuária	2	1	—	—	1	4
Aquaviário	—	1	1	—	4	6
Ferroviário	—	1	—	1	—	2
	13	10	10	15	39	87

FONTE: Centro de Estudos Fiscais, IBRE/DCS/FGV.

a primeira Caixa Econômica e Monte de Socorro na Corte (1861). Foram posteriormente criadas Caixas Econômicas Federais em quase todos os Estados, que se subordinavam ao Conselho Superior das Caixas Econômicas. Este foi extinto em 1969, dando lugar à unificação do sistema e, conseqüentemente, a uma única empresa: a Caixa Econômica Federal.

Em 1890, já existiam as seguintes estradas de ferro do Governo federal: a) **Nordeste:** E. F. Baturité e E. F. Sobral (no Ceará), E. F. Recife a Caruaru, E. F. Central de Pernambuco, E. F. Sul de Pernambuco (Pernambuco), E. F. Recife a São Francisco (Pernambuco-Sergipe), E. F. Paulo Afonso (Bahia) e Bahia a São Francisco (Bahia-Minas Gerais); b) **Sudeste:** E. F. Central do Brasil, antiga D. Pedro II (Guanabara, Rio de Janeiro e São Paulo); c) **Sul:** E. F. Bagé a Uruguiana, E. F. Porto Alegre a Cacequi e E. F. Porto Alegre a Uruguiana (Rio Grande do Sul).

A primeira intervenção do Governo Republicano na produção direta de serviços de caráter empresarial deu-se através de decreto, em 1890, que autorizava o Ministério dos Negócios da Agricultura e Comércio e Obras Públicas a realizar o agrupamento de companhias de navegação subvencionadas pelo Estado, dando origem ao Lloyd Brasileiro.

A Administração do Porto do Rio de Janeiro, atual Cia. Docas da Guanabara, foi encampada em 1903, sendo entregue de 1910 a 1933 a concessionários e passando ao controle do governo a partir deste ano.

Foi, porém, durante a década de 1940, particularmente no período da Segunda Guerra Mundial, que a iniciativa do governo federal ganhou extraordinário impulso. Surgiram, então, as seguintes empresas, grupadas setorialmente segundo a atividade principal: setor **agricultura e abastecimento:** Cia. Usinas Nacionais (1940). **Energia:** Cia. Hidroelétrica do São Francisco — CHESF, criada por lei em 1945, vindo a funcionar somente em 1955. **Financeiro:** subsetor bancos — Caixa de Crédito Cooperativo, criada em 1943, tendo iniciado suas operações em 1945; Banco de Crédito da Borracha (1942) posteriormente transformado em Banco de Crédito da Amazônia (1950) e, finalmente, em Banco da Amazônia S.A. — BASA (1966); subsetor seguro e capitalização: Instituto de Resseguros do Brasil, criado em 1939, vindo a funcionar em 1940. **Manufatura e Diversos:** subsetor mineração — Cia. Vale do Rio Doce (1942); subsetor químico Cia. Nacional de Álcalis (1943); subsetor siderurgia — Cia. Siderúrgica Nacional (1941) e Cia. Aços Especiais Itabira (1944); subsetor diversos: Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional (1940) e Fábrica Nacional de Motores (1943), alienada ao setor privado em 1968. **Transporte:** subsetor transporte aquaviário: Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará, que se subdividiu em 1967, na Cia. Docas do Pará e Empresa de Navegação da Amazônia; Cia. Nacional de Navegação Costeira (1942), transformada em 1966 em Empresa de Reparos Navais Costeira; Serviço de Navegação da Bacia do Prata (1942).

No período do conflito mundial o governo passou a atuar diretamente no processo de substituição de importações nos casos em que a iniciativa privada revelou-se desinteressada, relutante ou incipiente, fosse pelo temor da escassez de produtos durante a guerra, fosse por entender chegada a oportunidade de desenvolver setores estratégicos à expansão econômica do País, ou outros motivos. Nessa linha de atuação surgiram as Cias. Siderúrgica Nacional, Vale do Rio Doce, Nacional de Álcalis e Aços Especiais Itabira.

O aproveitamento do potencial energético do São Francisco constituía um imperativo da eliminação de um dos pontos de estrangulamento à expansão econômica do Nordeste. Somente o governo dispunha da capacidade de mobilizar recursos que o vulto do empreendimento requeria e de arcar com os riscos de um investimento de longo período de maturação, que não visava apenas atender a uma demanda latente, mas se antecipar a uma futura, que constituía incógnita.

Razões de segurança nacional explicam, em grande parte, a intervenção direta no setor transporte e a criação da Fábrica Nacional de Motores, cuja finalidade inicial foi a manutenção e fabricação de motores de aviões.

A procura externa pela borracha natural da Amazônia, durante o período da guerra, levou à criação do Banco de Crédito da Borracha.

Em alguns casos, a produção direta de serviços pelo Governo Federal teve finalidade normativa ou de incentivo a determinadas formas de atividade. No primeiro, enquadra-se o Instituto de Resseguros do Brasil, tendo por finalidade o co-seguro, resseguro, retrocessão e promoção do desenvolvimento das operações de seguros no País. No segundo caso, o fomento ao cooperativismo, através da criação da Caixa de Crédito Cooperativo, posteriormente transformada em banco do mesmo nome.

A primeira metade da década de 1950, coincide, aproximadamente, com o que deveria ter sido o período de implementação do Plano SALTE, que fora proposto ao Congresso em 1948, (Governo Dutra), e só lograra aprovação em 1950, para ser executado sob outra administração. Embora o Plano previsse atividades de investimento direto nos setores saúde e transporte e, além destes, financiamentos aos setores alimentos e energia, sua ação foi ineficaz em função de problemas de várias ordens, entre os quais estrutura administrativa inadequada. Não obstante, foi em seu contexto que foram mobilizados recursos da ordem de 400 milhões de cruzeiros correntes para a integralização do capital da Hidroelétrica do São Francisco (CHESF).

Medidas paralelas quanto à indicação de novas fontes de recursos e à realização de empreendimentos foram sendo tomadas com base nas recomendações da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Em decorrência, foi criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, em 20-6-1952, com estrutura adequada para gerir a aplicação dos recursos do Fundo de Reaparelhamento Econômico, formado por adicional ao imposto de renda. O BNDE passou a servir como intermediário financeiro na execução dos investimentos a cargo dos órgãos da administração indireta da União, bem como na canalização de recursos para empreendimentos a cargo do setor privado, de acordo com programas de caráter indicativo. Ainda no setor **financeiro,** subsetor bancos, foi criado, em 1952, o Banco do Nordeste do Brasil, que só iniciou suas operações em 1954, visando entre outros objetivos, dar maior racionalidade às aplicações dos recursos previstos no art. 198 da Constituição Federal de 1946. No subsetor seguro e capitalização, a Cia. Nacional de Seguro Agrícola (1954).

Surgiram, ainda, no qüinqüênio 1950-55: no setor **energia,** a Termoelétrica de Charqueadas S.A. (1954). Em **manufatura e diversos,** subsetor químico, a criação da PETROBRÁS — Petróleo Brasileiro S.A., em 1953, marca,

após intenso e apaixonado debate, a posição monopolística do governo na pesquisa, prospecção e lavra de óleo cru, complementada, em 1954 pela criação da FRONAPE — Frota Nacional de Petroleiros.

Na segunda metade dos anos cinqüenta, a atuação das empresas federais existentes bem como a criação de novas, subordinou-se às diretrizes do "Programa de Metas" do Governo Kubitschek. Esse período caracterizou-se pela admissão explícita da adesão a um modelo de economia mista, onde as empresas governamentais desempenhavam importante papel. Conforme acentua Jorge Gustavo da Costa em seu livro **Planejamento Governamental — A Experiência Brasileira** (FGV, 1971), a atuação destacada dos órgãos autárquicos e das sociedades de economia mista, foi, em grande parte, fruto do ambiente político. Devido aos impasses criados nas relações Executivo/Legislativo, com reflexo na sanção pelo Congresso dos orçamentos conforme propostos pelo Executivo, a execução das metas através de órgãos da administração indireta, constituía um artifício para dar maior flexibilidade à ação governamental.

O mesmo autor salienta que, às empresas de economia mista cabiam 70,77% dos empreendimentos realizados pelo Governo Federal, dos quais: 40,26% em energia; 19,45% em transporte; 0,02 em alimentação e 11,04% em indústrias de base. Considerando que parte da atividade empresarial era conduzida por entidades que assumiam forma jurídica de **autarquias** e que a estas era atribuída a execução de 20,41% do programa a cargo das entidades governamentais, é de se admitir que o papel das empresas governamentais fosse bem além dos 70%.

Dado o caráter de urgência atribuído à consecução das metas fixadas no Programa, o Governo valeu-se mais das estruturas já existentes. Não obstante, no período compreendido entre 1956 e 1960, inclusive (último ano da administração Kubitschek), foram incorporadas ao rol, quer como empresas novas, quer por terem passado ao controle federal, 10 unidades empresariais, abaixo discriminadas segundo as metas a que pertenciam.

Sob a meta **energia:** Centrais Elétricas de Furnas (1957), Companhia de Eletricidade do Amapá (1959), Companhia Hidroelétrica do Vale do Paraíba (1960). Os programas estaduais de eletrificação foram inseridos nas metas do Governo, estabelecendo-se esforço conjugado para aumento da capacidade geradora e das linhas de transmissão e distribuição.

Quanto à meta da **indústria de base,** apenas o subsetor siderurgia destaca-se como relevante no caso em pauta. Neste verificou-se a criação da USIMINAS — Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (1956), da Cia. Siderúrgica Vatu (1960) e a passagem da Cia. Ferro e Aço de Vitória (1959) e da COSIPA — Cia. Siderúrgica Paulista (1960), iniciativa privada com participação do governo do Estado de São Paulo, ao controle do Governo Federal através do BNDE, que prestara aval a empréstimos obtidos no exterior, além de financiamentos diretamente concedidos.

Na meta **transporte,** destaca-se a criação da Rede Ferroviária Federal S. A. (1957), destinada a consolidar a administração das estradas de propriedade da União, facilitando a execução das providências de ordem administrativa e financeira recomendadas pela Comissão Brasil-Estados Unidos. A ela foram incorporadas as seguintes estradas de ferro: Ilhéus, Central do Piauí, Bragança, Madeira-Mamoré, Mossoró a Souza, Sampaio Correia, Leste Brasileiro, Bahia-Minas, São Luiz a Teresina, Rede de Viação Cearense, Rede Mineira, Rede Ferroviária do Nordeste, Goiás, Leopoldina, Noroeste, Paraná-Santa Catarina, Teresa Cristina, Central do Brasil, Santos a Jundiaí. Em complementação às atividades da RFFSA, foi criada, no mesmo ano de 1957, como sua subsidiária, a Rede Federal de Armazéns Gerais Ferroviários S.A.

Destacam-se ainda a inclusão, nas empresas federais, do Serviço de Transporte da Baía de Guanabara — STBG (1959) e a criação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil — NOVACAP (1956), que se desdobrou posteriormente em várias empresas com participação do Governo do Distrito Federal.

O decênio de 60, excluindo o primeiro ano já considerado acima, registra o maior número de entradas no campo de definição da pesquisa.

Antes de 1964 registraram-se, no setor **agricultura e abastecimento,** subsetor centrais de abastecimento, armazenagem, silos e frigoríficos, a criação da Cia. Brasileira de Alimentos — COBAL e a Cia. Brasileira de Armazéns — CIBRAZEM, ambas em 1962; no setor **energia,** a das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRÁS (1961), que se constituiu em gestora dos recursos do Fundo Federal de Eletrificação, e, em conseqüência, **holding** das empresas constantes da listagem, cujas datas de início de atuação como empresas governamentais, processos de fusão etc., não foi ainda possível precisar, mas que certamente ocorreram após a criação da ELETROBRÁS; em **manufatura e diversos,** subsetor mineração, Beneficiamento de Itabirito S.A. (1961); subsetor diversos: Cia. Brasileira de Projetos Industriais (1963); em **transporte,** subsetor aquaviário, a Cia. de Navegação do São Francisco (1963) e a Vale do Rio Doce Navegação — DOCENAVE, subsidiária da Cia. Vale do Rio Doce, também em 1963.

Entre 1964 e 1969, foram criadas ou passaram ao controle federal, maior número de empresas que em qualquer outro período analisado, isoladamente. Elas estão a seguir enumeradas.

No setor **agricultura e abastecimento,** subsetor comercialização e industrialização de gêneros alimentícios, Óleos de Palma S.A. (1964) e Cia. Brasileira de Serviços Agrícolas (1967). Setor **comunicação,** subsetor rádio, televisão, telefones: Cia. Telefônica Brasileira e suas subsidiárias Companhias Telefônicas de Minas Gerais e do Espírito Santo; Empresa Brasileira de Telecomunicações — EMBRATEL (1966), Telecomunicações Aeronáuticas S.A., criada em 1969, só passando a funcionar em 1970. **Energia,** subsetor carvão, Lavador de Capivari (1968); subsetor energia elétrica — Serv. Eletricidade — UTE (1968); **financeiro,** subsetor bancos: Banco Nacional de Habitação; subsetor loterias: Loteria Esportiva (1969); subsetor seguro e capitalização: Sociedade Técnica de Administração e Corretagem de Seguros Ltda. (1964) e Emissão e Planejamento de Seguros (1968); subsetor Cias. financeiras: Financiadora de Estudos e Projetos — FINEP (1967). Setor **manufatura e diversos,** subsetor mineração; Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais, criada em 1969, iniciando seu funcionamento em 1970; subsetor químico, Petrobrás Química S.A. — PETROQUISA (1967); subsetor diversos: Imobiliária Santa Cecília S.A., Itabira Eisenerz, Serviço Federal de Processamento de Dados, em 1964; Itabira International Company Ltd. (1966); Cia. Brasileira de Dragagem e Florestas Rio Doce S.A. em 1967; Empresa Brasileira de Aeronáutica — EMBRAER, Empresa Brasileira de

Filmes S.A. — EMBRAFILME, Rio Doce Madeiras S.A. — DOCEMADE, em 1969. Em **transporte:** a Cia. Docas do Pará e a Empresa de Navegação da Amazônia surgem como desdobramentos do Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará, em 1967.

Durante todo o período analisado, a ampliação do campo da atividade empresarial do Governo Federal processou-se, dos serviços destinados a atender primordialmente às suas próprias necessidades àqueles setores que sucessivos planos governamentais apontavam como pontos de estrangulamento à expansão econômica do País: transporte, energia, silagem e armazenagem e indústrias de base. Desnecessário dizer que alguns gargalos foram criados pelo próprio Governo, com o afastamento da iniciativa privada, devido ao recrudescimento do processo inflacionário, concomitantemente a uma política tarifária irrealista. Foi o caso dos setores transporte, energia e comunicações telefônicas.

A linha de tendência observada, assumiu, contudo, novos matizes após 1964, com maior diversificação do campo de atuação das empresas governamentais e tomada de medidas racionalizadoras.

O sistema de comunicações vai caminhando rumo a um processo de integração cada vez maior, enquadrando-se na reformulação dos conceitos de segurança nacional ao mesmo tempo em que incorpora avanços tecnológicos. Nesse sentido criou-se a EMBRATEL, que passou a controlar a Cia. Telefônica Brasileira e suas subsidiárias, assumindo suas dívidas; a TASA - Telecomunicações Aeronáuticas, apesar de ter sido criada em 1969, só começou a funcionar em 1970. A TELEBRÁS, criada em meados de 1972, assume posição de empresa **holding** no setor. Os Correios e Telégrafos passam por mudanças administrativas, reajustamentos de tarifas e, sobretudo, a operar sob mentalidade empresarial, transformados efetivamente em empresa pública em 1969.

No setor financeiro, o Banco Nacional da Habitação, criado para definir as diretrizes de uma política nacional de habitações populares, conta, para implementá-la com os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, como principal fonte. Simultaneamente ao estímulo à poupança pessoal que se destina à aquisição da casa própria, vem minorar o problema da escassez de habitações, contribuindo ainda para ampliar as oportunidades de emprego para a mão-de-obra não qualificada e induzindo ao aumento da produção de materiais de construção.

Coerente com a promoção de estímulos à fusão dos bancos privados visando criar economias de escala, o governo unificou as Caixas Econômicas Federais, transformando-as de autarquias em empresa. Esta passou, posteriormente (1970), a superintender as loterias Federal e Esportiva e a gerir os recursos do PIS — Plano de Integração Social.

O setor manufatura e diversos experimenta surto de iniciativas pioneiras. Cabe destacar, entre outras, as seguintes: EMBRATUR, criada para promover o turismo e financiar projetos afins tirando partido das condições naturais para seu desenvolvimento. Essa iniciativa, ao mesmo tempo que contribui para promover maior integração nacional, desenvolve uma fonte geradora de divisas. A EMBRAER, cuja criação faz com que o País ingresse na produção aeronáutica, inclusive projetando e produzindo modelos próprios. A EMBRAFILME, que tem por objetivo a distribuição e promoção de filmes brasileiros no exterior.

A criação da PETROQUISA, como subsidiária da PETROBRÁS, marca a entrada do governo na indústria petroquímica sem, contudo, assumir posição monopolística.

A criação do SERPRO, assinala definitivamente o ingresso do governo na era dos computadores, conferindo-lhe entre outras vantagens maior produtividade fiscal, principalmente no caso do imposto de renda.

No setor transporte, adotou-se uma política de especialização. A Costeira e o Lloyd faziam, ambas, serviços de navegação. A partir de 1966, atribuiu-se à primeira serviços de reparos navais, mudando-se, inclusive sua denominação, para Empresa de Reparos Navais Costeira S.A. À segunda, isto é, ao Lloyd, coube prosseguir na navegação. Seus serviços ganharam, todavia, nova dimensão com o estabelecimento de linhas internacionais. Ambas, passaram do **status** jurídico de autarquias, ao de empresas. A especialização, no caso, da Cia. Docas do Pará e da Empresa de Navegação da Amazônia S.A., formalizou-se através do desdobramento de uma unidade empresarial em duas, com atribuições específicas.

2.2 Governos estaduais

Passemos em breve revista a seqüência histórica dos registros de unidades empresariais nos setores e respectivos subsetores concentrando maior número de unidades empresariais a começar pelo setor **financeiro.**

O subsetor bancos é o que registra a atividade mais antiga que se tem notícia, isto é, a criação do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, em 1889. A possível excessão refere-se às imprensas estaduais, que podem ter iniciado suas atividades em datas mais remotas. Fazendo, todavia, parte da administração direta em muitos estados, não se logrou estabelecer as datas de sua criação.

Até 1939, registravam-se oito Estados possuindo bancos estaduais, a começar pelo acima referido, e mais: Paraíba (1912); Piauí (1926); São Paulo (1927): Paraná e Rio Grande do Sul (1928); Espírito Santo (1937) e Maranhão (1939).

No decênio de 1940 não se verificam registros, mas nos anos 50, seis dessas unidades são criadas: no Estado do Rio de Janeiro (1950); em Mato Grosso e Goiás (1951); Pernambuco (1953); Rio Grande do Norte (1957); Pará (1959). Uma vez que a criação de três deles antecedeu à do BNDE e mais um, à do BNB, não se pode atribuir à criação destas entidades federais influência sobre a expansão do subsetor na primeira metade desse decênio. Contudo, parece fora de dúvida ter contribuído para a expansão verificada posteriormente, par a par com a eclosão da mentalidade desenvolvimentista (nacional e regional) estimulada pela atuação do BNDE e do BNB; pela execução do Programa de Metas; criação da SUDENE e outros órgãos de desenvolvimento regional; disseminação da idéia de planejamento estadual que, inclusive, deu origem à criação de bancos de desenvolvimento. A expansão do número destes, foi ainda reforçada pela Instrução 93, de 26-6-1968, do Banco Central que se refere à transformação das carteiras de desenvolvimento dos bancos estaduais, em bancos de desenvolvimento.

Surgiram, no decênio de 1960, 18 novas unidades bancárias, incluindo os seguintes bancos estaduais: da Guanabara (como sucessor do Banco da Prefeitura do DF) e da Bahia (1960); de Santa Catarina (1961); de Alagoas (1962); do Ceará e de Sergipe (1963); Regional

Tabela IV — Número de empresas com participação majoritária dos governos estaduais, segundo setores, subsetores, regiões e período em que assumiram essa condição

	EXISTENTES ATÉ 1939						DECÊNIO DE 1940						DECÊNIO DE 1950						DECÊNIO DE 1960						S/DATA DE CRIAÇÃO						TOTAL GERAL					
	N	NE	SE	S	CO	T	N	NE	SE	S	CO	T	N	NE	SE	S	CO	T	N	NE	SE	S	CO	T	N	NE	SE	S	CO	T	N	NE	SE	S	CO	T
1. Agricultura e Abastecimento	—	—	—	2	—	2	—	1	1	2	—	4	—	7	3	3	1	14	1	13	7	3	2	26	—	—	—	—	—	—	1	21	11	10	3	46
01. Centrais de abasteccimento	—	—	—	—	—	—	1	1	—	—	—	2	—	3	2	2	1	8	1	4	3	—	2	10	—	—	—	—	—	—	1	8	6	2	3	20
02. Colonização e rev. de sementes	—	—	—	1	—	1	—	—	—	—	—	—	—	4	1	—	—	5	—	7	2	1	—	10	—	—	—	—	—	—	—	11	3	2	—	16
03. Comercialização de ind. de gêneros alimentícios	—	—	—	1	—	1	—	—	—	2	—	2	—	—	—	1	—	1	—	2	2	2	—	6	—	—	—	—	—	—	—	2	2	6	—	10
02. Comunicação	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—	—	2	2	6	2	2	3	15	—	1	—	—	—	1	2	9	2	2	3	18
01. Correios e telégrafos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
02. Rádio, televisão e telefones	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—	—	2	2	6	2	2	3	15	—	1	—	—	—	1	2	9	2	2	3	18
03. Energia	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4	—	2	1	7	2	4	3	1	2	12	1	1	2	—	—	4	3	9	5	3	3	23
01. Carvão	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
02. Energia elétrica	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4	—	2	1	7	2	4	3	1	2	12	1	1	2	—	—	4	3	9	5	3	3	23
03. Energia nuclear	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
04. Setor Financeiro	—	3	3	2	—	8	—	—	3	1	—	4	2	3	3	1	3	12	3	22	22	7	7	61	—	1	2	—	—	3	5	29	33	11	10	88
01. Bancos	—	3	3	2	—	8	—	—	—	—	—	—	1	2	1	—	2	6	1	8	5	3	1	18	—	—	—	—	—	—	2	13	9	5	3	32
02. Caixas econômicas	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—	—	1	—	—	1	—	—	—	1	1	2	—	—	—	—	—	—	—	—	2	1	1	4	
03. Cias. habitacionais	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—	—	—	—	—	—	2	9	4	3	3	21	—	1	—	—	—	1	2	10	5	3	3	23
04. Cias. financeiras	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	9	—	1	13	—	—	2	—	—	2	—	3	11	—	1	15
05. Loterias	—	—	—	—	—	—	—	1	1	—	2	1	1	1	1	1	5	—	2	1	—	—	3	—	—	—	—	—	—	1	3	3	2	1	10
06. Seguro e capitalização	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	—	1	4	—	—	—	—	—	—	—	—	3	—	1	4
05. Manufatura e Diversos	1	1	1	—	—	3	—	—	—	1	—	1	—	3	2	—	—	5	1	8	9	2	3	23	1	3	3	3	1	11	3	15	16	5	4	43
01. Editorial e gráfica	1	1	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	1	—	2	2	—	—	4	1	3	3	3	1	11	2	7	5	3	1	18
02. Mineração	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1
03. Química	—	—	1	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	1	—	1	—	—	1	2	—	—	—	—	—	—	—	2	1	—	1	4
04. Siderurgia	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	1	3	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	1	3
05. Turismo	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	2	—	—	4	—	—	—	—	—	—	—	2	2	—	—	4
06. Diversos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	2	—	—	3	1	3	4	1	1	10	—	—	—	—	—	—	1	4	6	1	1	13
06. Setor Serviço Público	—	1	—	—	—	1	—	1	—	—	—	1	—	3	1	1	—	5	2	14	10	3	4	33	—	1	1	—	—	3	2	21	12	4	4	43
01. Gás	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1
02. Saneamento, água, esgoto	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	1	—	3	—	1	—	4	2	12	4	2	3	23	—	2	1	—	—	3	2	18	5	3	3	31
03. Transporte urbano	—	1	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—	—	4	—	1	5	—	—	—	—	—	—	—	1	5	—	1	7
04. Urbanização	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	1	1	—	4	—	—	—	—	—	—	—	2	1	1	—	4
07. Setor Transporte	—	1	7	—	—	8	—	—	1	1	—	2	—	1	2	1	—	4	—	—	4	—	1	5	—	1	—	—	—	1	—	3	14	2	1	20
01. Adm. portuária	—	1	2	—	—	3	—	—	—	1	—	1	—	—	1	1	—	2	—	—	2	—	—	2	—	1	—	—	—	1	—	2	5	2	—	9
02. Aeroviário	—	—	1	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1
03. Aquaviário	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—	1	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	—	—	2
04. Ferroviário	—	—	4	—	—	4	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—	—	1	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	6	—	—	6
05. Rodoviário	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	2	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	2
TOTAL	1	6	11	4	—	22	—	2	5	5	—	12	2	23	11	8	5	49	11	67	57	18	22	175	2	9	8	3	1	23	16	107	92	38	28	281

FONTE: FGV/IBRE/CEF e MINIPLAN/IPEA/INPES.

MANTENHA-SE ATUALIZADO

Periódicos da Fundação Getulio Vargas

O Correio da UNESCO

Revista mensal editada em português pela Fundação Getulio Vargas. Divulga em linguagem jornalística moderna artigos e informações sobre o que há de mais recente em educação, ciência, artes e cultura em geral.

Assinatura:		Portugal. Esc.
1 ano	25,00	100$00
2 anos	45,00	–
N.° avulso ou atrasado	2,50	12$00

Conjuntura Econômica (CE)

Publicação mensal do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas, apresenta análise da situação e dos problemas econômicos e financeiros nacionais e estrangeiros, além dos índices econômico-financeiros do País.

Assinatura:	
Um ano	60,00
Dois anos	100,00
N.° avulso ou atrasado	6,00

Revista de Administração Pública (RAP)

Publicação trimestral da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP). Conta, em seu corpo de colaboradores efetivos, com os mais respeitados especialistas brasileiros.

Assinatura:	
Um ano	45,00
Dois anos	80,00
N.° avulso ou atrasado	12,00

Revista de Direito Administrativo (RDA)

Publicação trimestral da Fundação Getulio Vargas. Destina-se a todos quantos, no serviço público ou fora dele, se dedicam ao estudo e à aplicação do Direito. Periodicamente, de 12 em 12 números, a revista edita o Índice de suas edições. Esse Índice, de grande utilidade prática, contém, além de completa indicação das matérias e autores, revisão integral da legislação do período e resumo da jurisprudência publicada, constituindo-se, assim, em roteiro seguro para pesquisas e consultas. Já à venda os três primeiros volumes, correspondentes aos números de 1 a 30, 31 a 60 e 61 a 90, respectivamente.

Assinatura:	
Brochura	
Um ano	85,00
Dois anos	160,00
N.° avulso ou atrasado	25,00
Encadernado	
Um ano	100,00
Dois anos	180,00
N.° avulso ou atrasado	30,00
Índices	
Preço unitário (venda avulsa)	
Brochura	25,00
Encadernado	30,00

O reembolso postal é prático, seguro e atinge rapidamente qualquer lugar onde quer que você esteja!

Cartão Resposta Comercial

Cartão autorização 478 Rio de Janeiro

Não é necessário selar o selo será pago pela

Fundação Getulio Vargas

Serviço de Publicações

Praia de Botafogo, 188-C. P. 21.120-ZC-05-Rio GB-20.000

MANTENHA-SE ATUALIZADO

Periódicos da Fundação Getulio Vargas

Revista de Ciência Política (RCP)

Publicação trimestral do Instituto de Direito Público e Ciência Política. Inicialmente denominada Revista de Direito Público e Ciência Política, publica artigos doutrinários, bibliografia e informes em geral, de preferência sobre problemas de sociologia política, análise das instituições do Estado e da maneira como se comportam.

Assinatura

Um ano	45,00
Dois anos	80,00
N.° avulso ou atrasado	12,00

Revista de Administração de Empresas (RAE)

Publicação trimestral do Centro de Pesquisas e Publicações da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getulio Vargas, destina-se a fornecer elementos e critérios mais atualizados da moderna administração de empresas; focalizar ângulos de interpretação dos fatos e problemas; abrir novas perspectivas para uma atuação mais produtiva e relevante.

Assinatura:

Um ano	45,00
Dois anos	80,00
N.° avulso ou atrasado	12,00
Encadernados (Vols. IV, V, VI, VII e VIII) cada vol.	50,00

Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada (ABPA)

Publicação trimestral do Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP) da Fundação Getulio Vargas, na qual o leitor encontrará artigos e comentários atuais sobre temas psicológicos, além de seleta informação bibliográfica.

Assinatura:

Um ano	45,00
Dois anos	80,00
N.° avulso ou atrasado	12,00

Curriculum (CUR)

Publicação trimestral do Colégio Nova Friburgo, dedica-se a questões relativas ao ensino médio, incluindo trabalhos sobre didática, auxílios audiovisuais, práticas educativas e demais assuntos que se relacionem com o problema da educação.

Assinatura:

Um ano	20,00
Dois anos	35,00
N.° avulso ou atrasado	6,00

Revista Brasileira de Economia (RBE)

Publicação trimestral do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da Fundação Getulio Vargas, divulga trabalhos de economia teórica e aplicada, de economistas brasileiros e estrangeiros.

Assinatura:

Um ano	45,00
Dois anos	80,00
N.° avulso ou atrasado	12,00

Autorizo uma assinatura da(s) publicação(ões) abaixo, com a primeira remessa pelo reembolso postal.

_____

_____

_____

NOME _____

PROFISSÃO _____

ENDEREÇO _____

CIDADE _____

ESTADO _____

CEP _____

CE

Mantenha-se ainda mais atualizado usando das grandes vantagens oferecidas pelo reembolso postal.

de Brasília (1964); do Amazonas (1965); de Minas Gerais (1967) e mais os de Desenvolvimento: Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (1961); de Minas Gerais (1962); do Paraná (1963); de Fomento Econômico do Rio Grande do Norte (1966) e em 1969, em decorrência da citada Instrução do Banco Central: Bancos de Desenvolvimento do Maranhão, do Ceará, da Bahia, do Espírito Santo e do Rio de Janeiro.

As instituições bancárias estaduais, além de receberem em depósito recursos federais e estaduais consignados aos diversos planos de aplicação, deram-se conta de que tinham condições de disputar recursos disponíveis e suas aplicações com o setor privado, como bem acentua Sebastião Marcos Vital em seu artigo "Economias de escala em bancos comerciais brasileiros", **Revista Brasileira de Economia**, Vol. 27, n.º 1. Acresce que, várias experiências no início dos anos sessenta, entre as quais a do Estado da Guanabara avultando como das mais importantes, vieram demonstrar a instrumentalidade dos bancos estaduais como agentes financeiros da execução orçamentária estadual.

O subsetor companhias habitacionais, registra 23 unidades, ou seja, praticamente uma por unidade da Federação. Apenas três antecedem à criação do BNH: a Caixa Estadual de Casas para o Povo, em São Paulo (1949), a Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara (1962) e a Fundação de Habitação Popular no Rio Grande do Norte (1963). A execução do Plano Nacional de Habitação condicionou a fundação das demais.

A expansão do subsetor Companhias financeiras é essencialmente um fenômeno da década de 1960 e subproduto do desenvolvimento do mercado de capitais, verificando-se nas áreas onde este último apresenta maior pujança. Dos 13 registros, nove concentram-se na Região Sudeste.

As loterias, que funcionam hoje como agentes de captação de recursos para as Caixas Econômicas e/ou para funções governamentais específicas como educação, saúde e assistência social, constituem atividade tradicional, sendo que das 10 registradas, apenas três surgiram nos anos 60.

O setor **agricultura e abastecimento**, segundo em importância quanto ao número de empresas, revela, como seria de se esperar, atuação a nível estadual anterior à criação de congêneres a nível federal. Os primeiros registros datam de 1903, 1934 e 1939 e se referem, respectivamente, à Companhia de Armazéns Gerais do Estado de São Paulo (hoje absorvida pela CEAGESP), ao Instituto Riograndense de Carnes (subsetor comercialização e industrialização de gêneros alimentícios) e à Fundação Paranaense de Colonização e Imigração (subsetor colonização e revenda de sementes, adubos e implementos agrícolas). Nos anos 40, surgem o Instituto Riograndense do Arroz (1940) e o Departamento Estadual de Abastecimento do Leite (1947) também no Rio Grande do Sul. Ainda nesse decênio aparecem os primeiros dois registros no subsetor centrais de abastecimento, armazéns, silos e frigoríficos: a Companhia de Armazéns Gerais do Estado da Bahia (1941) e Companhia de Expansão Econômica Fluminense (1944), atualmente em processo de extinção. Este último subsetor, a que se deu ênfase no Programa de Metas, passou efetivamente a expandir-se no decênio de 1950 (com oito registros) e a consolidar-se nos anos 60 (10 registros), o mesmo acontecendo com o subsetor colonização e revenda de sementes, adubos e implementos agrícolas.

Os setores **manufatura e diversos** e **serviço público** registram 43 unidades cada. No primeiro, o subsetor editorial e gráfica compreende 18 unidades, das quais oito ainda não haviam sido descentralizadas em 1969, fazendo parte da estrutura da administração direta, nos Estados do Pará, Ceará, Sergipe, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul. O segundo subsetor compreendendo maior número de unidades é "diversos", com 13 registros, dos quais 10 nos anos 60. Neste se classificam: serviços de processamento de dados, companhias de fomento e desenvolvimento, atividades de comércio (drogarias, por exemplo), de exploração de recursos naturais (águas minerais), indústrias diversas (tecidos, por exemplo). Nos demais subsetores (mineração, química, siderurgia e turismo) figuram poucos registros, em relação ao número de Estados: 12 ao todo, dos quais oito no decênio de 60.

No setor **serviço público**, destaca-se o subsetor saneamento, água e esgotos, registrando 31 em 43 unidades, das quais sabe-se que 23 tiveram início nos anos 60, enquadrando-se como executores do Plano Nacional de Saneamento. Seguem-se transporte urbano, com sete unidades (constituindo atividade mais própria aos governos municipais) e urbanização (quatro). Este subsetor tende a expandir-se com o desenvolvimento de planos de urbanização nas áreas metropolitanas.

O setor **energia**, compreende 23 empresas, uma em cada estado. Essa atividade foi estimulada pela instituição do imposto único sobre energia elétrica em 1954, pela ênfase que lhe foi atribuída no Programa de Metas, pela constituição da Eletrobrás mediante a Lei 3-890-A de 25-4-1961 e recursos adicionais do empréstimo compulsório sobre o consumo de energia, cobrado a partir de 1964.

Sua importância relativa no complexo da atividade empresarial do governo não se traduz adequadamente através do número de unidades, mas em termos do valor dos recursos mobilizados e de suas transações, o que será evidenciado adiante.

As atividades ligadas ao setor **transporte** são antigas. Das 20 unidades registradas, sabe-se que pelo menos 14 já existiam ao final da década de 1950. Das seis ferrovias, quatro já estavam sob controle do Estado de São Paulo nos anos 30; Estrada de Ferro Sorocabana (1905), Estrada de Ferro Campos do Jordão (1912), Estrada de Ferro Araraquara (1927), Estrada de Ferro São Paulo-Minas (1933). A Companhia Mogiana de E. F. incorporase ao rol, em 1952 e a Cia. Paulista de E. F. foi encampada em 1961. A cultura e exportação de café identificam-se como principais responsáveis pela expansão da rede ferroviária paulista.

No subsetor administração portuária registram-se, também, atividades bem antigas: Administração dos Portos de Angra dos Reis e Niterói (1924) e dos Portos de Cabedelo (1931). No subsetor aeroviário, a VASP consta desde 1935. Apenas o subsetor rodoviário acusa registro somente no decênio de 1960: Desenvolvimento Rodoviário S.A. (1969) em São Paulo e Consórcio Rodoviário Intermunicipal S.A. (1961) em Goiás.

A expansão recente no setor comunicação se prende à política federal estabelecida no Plano Nacional de Comunicações.

Resumindo, a atividade empresarial dos governos estaduais inicia-se, a exemplo do que ocorre no caso do Governo Federal, nas áreas de apoio aos seus serviços (editorial e gráfica e bancos) e nas que atendem às

necessidades e peculiaridades próprias de sua economia, como aquelas ligadas aos setores agricultura e abastecimento e transporte.

A descentralização começa, todavia, a ganhar impulso no decênio de 1950. Multiplica-se ao longo dos anos sessenta, como resultado de um processo de emulação às tendências verificadas a nível federal e, em grande parte, sob diretrizes deste, mas atendendo às atividades próprias à sua área de jurisdição.

3. POSIÇÃO DAS EMPRESAS ESTATAIS NAS 500 MAIORES SOCIEDADES ANÔNIMAS BRASILEIRAS

O posicionamento das sociedades de economia mista federais e estaduais no complexo das 500 maiores sociedades anônimas, (não financeiras) do País, em 1971 (Vide CONJUNTURA ECONÔMICA, Vol. 26, n.º 7, p. 81/119) proporcionará visão mais atualizada de sua importância na economia brasileira.

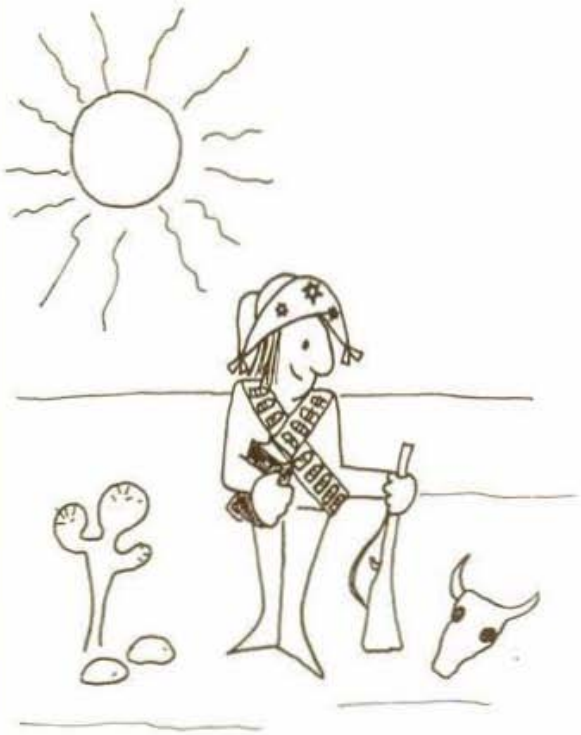
O critério classificatório aqui utilizado corresponde ao valor do patrimônio líquido (classificação B na referência acima), indicando o volume dos recursos passíveis de serem mobilizados pelo governo e dos setores para os quais são canalizados.

Encontra-se na tabela V a relação de tais empresas, agrupadas segundo o nível de governo que detém a maioria de suas ações (federal ou estadual) e em intervalos de classe de 100, com os respectivos valores do patrimônio líquido. Note-se a inclusão de algumas que não figuram nas listagens do ano-base de 1969, de criação ou transformação mais recente, como a Companhia de Saneamento da Baixada Santista e Saneamento de Recife S.A. (criada a partir do Departamento de Saneamento do Estado de Pernambuco). A essa altura se a pesquisa houvesse se estendido ao nível municipal, a lista das empresas governamentais compreendidas nas 500 maiores, em 1971, já teria que ser acrescida com a inclusão da Companhia Metropolitana de Saneamento de São Paulo — SANESP, ocupando o 97.º lugar na classificação, da Cia. Municipal de Gás — COMGAS (276.º) e da Cia. Municipal de Transportes Coletivos — CMTC (452.º), todas da Prefeitura Municipal de São Paulo.

Vários tipos de restrição pesam sobre as conclusões a serem extraídas do procedimento adotado. Em primeiro lugar, deixam de ser incluídas as empresas pertencentes ao setor financeiro, cuja importância será, todavia, ressaltada adiante. Segundo, por se tratar exclusivamente de sociedades anônimas, deixam de figurar as grandes empresas públicas, bem como algumas autarquias com atividades empresariais que fazem parte do campo de definição da pesquisa. Terceiro, a diversidade de critérios para a reavaliação do ativo imobilizado e para o cálculo da depreciação tende a desfigurar comparações. Estas provavelmente, subestimam a participação das empresas estatais, pois aquelas que gozam de isenção do imposto de renda não estão obrigadas à correção monetária dos ativos imobilizados e, portanto, à depreciação acelerada.

Apesar das restrições apontadas, as tabelas VI e VII indicam, respectivamente, 59 empresas governamentais inseridas entre as 500 maiores, ou seja, 11,8% destas, detendo 29,1% do valor total do patrimônio líquido. Dessas 59 empresas, 29 estão sob controle acionário da União e 30, dos governos estaduais, cabendo 18,9% do valor do patrimônio líquido das 500 às primeiras e 10,2% às segundas. Logo no primeiro extrato de 100, situam-se

SEJA LÁ ONDE VOCÊ MORE
NOSSAS PUBLICAÇÕES CHEGAM ATÉ VOCÊ



Consulte um dos agentes FGV.
Pedidos pelo reembolso postal.

Serviço de Publicações - Praia de Botafogo, 188
CP 21.120 - ZC - 05 - Rio de Janeiro - GB

Tabela V — Empresas com participação federal e estadual compreendidas entre as 500 maiores empresas brasileiras (não financeiras) em 1971, classificadas segundo o valor do patrimônio líquido

N.º de ordem na classificação	Entidades	Patrimônio líquido Cr$ 1 000 000
Entre 1 e 100	FEDERAIS (18)	25 269,9
1	Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRÁS	7 212,2
4	Usina Siderúrgica de Minas Gerais — USIMINAS	2 418,0
5	Rede Ferroviária Federal S.A. — RFFSA	2 329,5
6	Companhia Telefônica Brasileira — CTB	2 195,2
7	Companhia Vale do Rio Doce — CVRD	1 807,3
8	Empresa Brasileira de Telecomunicações — EMBRATEL	1 635,9
9	Companhia Siderúrgica Paulista — COSIPA	1 527,9
10	Companhia Siderúrgica Nacional — CSN	1 478,0
13	Central Elétrica de Furnas	1 124,8
16	Companhia Hidroelétrica do São Francisco — CHESF	844,3
18	Companhia Paulista de Força e Luz	684,0
29	Centrais Elétricas do Sul do Brasil — ELETROSUL	429,7
30	Petrobrás Química S.A. — PETROQUISA	405,1
34	Cia. Aços Especiais Itabira — ACESITA	391,1
43	Cia. Navegação Lloyd Brasileiro	266,7
63	Cia. Brasileira de Energia Elétrica	199,8
75	Companhia Telefônica de Minas Gerais	181,7
94	Cia. Força e Luz de Minas Gerais	138,8
	ESTADUAIS (20)	13 577,4
2	Centrais Elétricas de São Paulo — CESP	6 780,2
12	Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. — CEMIG	1 307,3
17	Companhia Metropolitana de Água — COMASP	829,9
20	Cia. Estadual de Energia Elétrica	667,6
26	Cia. Paranaense de Energia Elétrica	580,7
32	Centrais Elétricas de Goiás S.A.	400,4
35	Desenvolvimento Rodoviário S.A. — DERSA	376,1
40	Centrais Elétricas Fluminense — CELF	278,8
44	Cia. Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo — CEAGESP	264,7
47	Cia. Riograndense de Telecomunicações	244,0
54	Cia. Eletricidade do Estado da Bahia — COELBA	224,5
56	Aços Finos Piratini S.A.	223,6
66	Cia. Riograndense de Saneamento	197,4
69	Centrais Elétricas Matogrossenses — CEMAT	191,4
71	Cia. de Eletricidade de Pernambuco — CELPE	189,3
72	Cia. Estadual de Água da Guanabara — CEDAG	187,6
84	Viação Aérea São Paulo S.A.	162,2
86	Cia. de Eletricidade de Brasília	161,6
87	Centrais Elétricas de Santa Catarina — CELESC	159,6
90	Cia. de Saneamento da Baixada Santista	150,5
Entre 101 e 200	FEDERAIS (5)	474 7
104	Cia. Ferro e Aço de Vitória	127,0
117	Cia. Força e Luz do Paraná	106,0
143	Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.	86,1
149	Cia. Nacional de Álcalis	81,3
163	Vale do Rio Doce Navegação S.A. — DOCENAVE	74,3
	ESTADUAIS (3)	210,7
164	Cia. Estadual de Silos e Armazéns	74,3
176	Cia. Estadual do Gás — CEG	70,5
190	Cia. Eletrificação Centro-Norte do Ceará — CENORTE	65,9
Entre 201 e 300	FEDERAIS (4)	214,3
226	Empresa Brasileira de Areonáutica S.A. — EMBRAER	57,7
231	Sociedade Carbonífera Próspera S.A.	56,5
246	Cia Brasileira de Dragagem	53,9
285	Cia. de Reparos Navais Costeira S.A.	46,2
	ESTADUAIS (1)	44,2
294	S.A. Eletrificação da Paraíba — SAELPA	44,2
Entre 301 e 400	FEDERAIS (1)	39,9
317	Cia. de Eletricidade da Manaus	39 9
	ESTADUAIS (2)	70,7
331	Telefones da Bahia S.A. — TEBASA	37,5
383	Saneamento Recife S.A. — SANER	33,2
Entre 401 e 500	FEDERAIS (1)	27,0
456	Serviço de Transporte da Baía de Guanabara — STBG	27,0
	ESTADUAIS (4)	110,2
403	Centrais Elétricas do Maranhão — CEMAR	30,7
435	Cia. Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte — COSERN	28,6
477	Cia. Processamento de Dados de São Paulo — PRODESP	25,5
480	Eletrificação Rural de Minas Gerais S.A. — ERMIG	25,4
	TOTAL (59)	40 039,0
	Federais (29)	26 025,8
	Estaduais (30)	14 013,2

FONTE: CONJUNTURA ECONÔMICA, Vol. 26, n.º 7 e FGV/IBRE-DCS, Centro de Estudos Fiscais.

38 dentre as 59 empresas, sendo 18 federais e 20 estaduais, seu patrimônio líquido representando, respectivamente, 18,3% e 9,9%, isto é, 28,2% do total.

Em termos globais, dois setores destacam-se nitidamente como mais importantes: energia e manufatura e diversos.

O setor energia concentra o maior número de empresas; 26 em 59, sendo 10 federais e 16 estaduais, com 17 entre as 100 primeiras, das quais seis a nível da União e 11 a nível estadual. Seguem manufatura e diversos com 14 empresas (12 federais e duas estaduais), e registros nos subsetores siderurgia (6), diversos (4), químico (3) e mineração (1).

Quanto ao valor do patrimônio líquido, a posição se inverte: manufatura e diversos assumem o primeiro lugar, com acentuada predominância da União, passando energia ao segundo, assumindo os estados, contudo, maior peso relativo.

A análise da tabela VII permite, aliás, observar a especialização na divisão de funções entre a União e os Estados, sugerida pela análise anterior. A União detém maior poder de atuação direta nas indústrias de base (química e siderurgia, notadamente), nas comunicações (rádio, televisão, telecomunicações, telefones) e na exploração dos serviços de transporte, reservando aos estados maior campo de atuação nos serviços de energia elétrica, saneamento, água e esgoto e serviços ligados à agricultura e abastecimento. Não obstante, a atuação das empresas estaduais em vários campos, inclusive os acima assinalados, desenvolve-se segundo normas fixadas em planos de âmbito nacional, formulados pela União, sendo que sua implementação depende, pelo menos inicialmente, de recursos originários do Governo Federal. Situam-se no caso, os recursos oriundos do imposto único sobre energia elétrica e os destinados ao Plano Nacional de Saneamento, canalizados através do Banco Nacional da Habitação.

Tabela VI — Número de empresas com participação federal e estadual compreendidas entre as 500 maiores empresas brasileiras (não financeiras) em 1971, classificadas segundo o valor do patrimônio líquido

Intervalo de classe esfera de Governo	Totais			1 a 100			101 a 200			201 a 300			301 a 400			401 a 500		
Setores e subsetores	Federal	Estadual	Total	Federal	Estadual	Total	Federal	Estadual	Total	Federal	Estadual	Total	Federal	Estadual	Total	Federal	Estadual	Total
Agricultura e abastecimento	—	2	2	—	1	1	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Centrais de abastecimento	—	2	2	—	1	1	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Comunicação	3	2	5	3	1	4	—	—	—	—	—	—	—	1	1	—	—	—
Rádio, televisão, telefones	3	2	5	3	1	4	—	—	—	—	—	—	—	1	1	—	—	—
Energia	10	16	26	6	11	17	2	1	3	1	1	2	1	—	1	—	3	3
Carvão	1	—	1	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—	—	—	—	—	—
Elétrica	9	16	25	6	11	17	2	1	3	—	1	1	1	—	1	—	3	3
Manufatura e diversos	12	2	14	7	1	8	2	—	2	3	—	3	—	—	—	—	1	1
Mineração	1	—	1	1	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Química	3	—	3	2	—	2	1	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Siderurgia	5	1	6	4	1	5	1	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Diversas	3	1	4	—	—	—	—	—	—	3	—	3	—	—	—	—	1	1
Serviço público	—	6	6	—	4	4	—	1	1	—	—	—	—	1	1	—	—	—
Saneamento, água e esgoto	—	5	5	—	4	4	—	—	—	—	—	—	—	1	1	—	—	—
Gás	—	1	1	—	—	—	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Transporte	4	2	6	2	2	4	1	—	1	—	—	—	—	—	—	1	—	1
Aeroviário	—	—	—	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Aquaviário	—	—	—	1	—	1	1	—	1	—	—	—	—	—	—	1	—	1
Ferroviário	—	—	—	1	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Rodoviário	—	—	—	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Total	29	30	59	18	20	38	5	3	8	4	1	5	1	2	3	1	4	5

Fonte: CONJUNTURA ECONÔMICA, Vol. 26, n.º 7 e Centro de Estudos Fiscais, FGV/IBRE/DCS.

Tabela VII — Classificação setorial de valor do patrimônio líquido das empresas federais e estaduais compreendidas entre as 500 maiores empresas brasileiras (não financeiras) — 1971

Esfera de Governo e totais	Total geral						Classificadas de 1 a 100					
	Federais		Estaduais		Total		Federais		Estaduais		Total	
Setores e Subsetores	Cr$ 1 000 000	%	Cr$ 1 000 000	%	Cr$ 1 000 000	%	Cr$ 1 000 000	%	Cr$ 1 000 000	%	Cr$ 1 000 000	%
Agricultura e abastecimento	—	—	339,0	2,4	339,0	0,8	—	—	264,7	2,0	264,7	0,7
Centrais de abastecimento	—	—	339,0	2,4	339,0	0,8	—	—	264,7	2,0	264,7	0,7
Comunicação	4 012,7	15,4	281,5	2,0	4 294,2	10,7	4 012,7	15,9	244,0	1,8	4 256,7	10,9
Rádio, televisão, telefones	4 012,7	15,4	281,5	2,0	4 294,2	10,7	4 012,7	15,9	244,0	1,8	4 256,7	10,9
Energia	3 709,9	14,3	11 136,2	79,5	14 846,1	37,1	3 421,4	13,5	10 941,4	80,6	14 362,8	37,0
Carvão	56,5	0,3	—	—	56,5	0,2	—	—	—	—	—	—
Elétrica	3 653,4	14,0	11 136,2	79,5	14 789,6	36,9	3 421,4	13,5	10 941,4	80,6	14 362,8	37,0
Manufatura e diversos	15 605,7	59,9	249,1	1,8	15 854,8	39,6	15 239,6	60,3	223,6	1,6	15 463,2	39,8
Mineração	1 807,3	6,9	—	—	1 807,3	4,5	1 807,3	7,2	—	—	1 807,3	4,7
Química	7 698,6	29,6	—	—	7 698,6	19,2	7 617,3	30,1	—	—	7 617,3	19,6
Siderurgia	5 942,0	22,8	223,6	1,6	6 165,6	15,4	5 815,0	23,0	223,6	1,6	6 038,6	15,5
Diversas	157,8	0,6	25,5	0,2	183,3	0,5	—	—	—	—	—	—
Serviço público	—	—	1 469,1	10,5	1 469,1	3,7	—	—	1 365,4	10,1	1 365,4	3,5
Saneamento, água, esgoto	—	—	1 398,6	10,0	1 398,6	3,4	—	—	1 365,4	10,1	1 365,4	3,5
Gás	—	—	70,5	0,5	70,5	0,3	—	—	—	—	—	—
Transporte	2 697,5	10,4	538,3	3,8	3 235,8	8,1	2 595,2	10,3	538,3	3,9	3 134,5	8,1
Aeroviário	—	—	162,2	1,1	162,2	0,4	—	—	162,2	1,2	162,2	0,4
Aquaviário	368,0	1,4	—	—	368,0	0,9	266,7	1,1	—	—	266,7	0,7
Ferroviário	1 329,5	9,0	—	—	2 329,5	5,9	2 329,5	9,2	—	—	2 329,5	6,0
Rodoviário	—	—	376,1	2,7	376,1	0,9	—	—	376,1	2,7	376,1	1,0
Total	26 025,8	100,0	14 013,2	100,0	40 039,0	100,0	25 269,9	100,0	13 577,4	100,0	38 847,3	100,0
% s/ o total das 500	18,9		10,2		29,1		18,3		9,9		28,2	

Fonte: CONJUNTURA ECONÔMICA, Vol. 23, n.º 7 e Centro de Estudos Fiscais, FGV/IBRE/DCS.

4. DIMENSÃO, ESTRUTURA E CARACTERÍSTICAS DAS TRANSAÇÕES EM 1969

A sistematização das transações das empresas contida nas tabelas XIII a XX ao final do artigo obedece a critérios que permitem sua inclusão nos agregados macroeconômicos do sistema de contas nacionais do País, constituindo um destaque das atividades do setor privado, em que se inserem convencionalmente. E é nesse contexto que se procurará, a seguir, dar algumas indicações da importância e da estrutura com que as empresas governamentais, incluídas na consolidação, contribuem para a formação de alguns agregados do sistema. Paralelamente, procurar-se-á evidenciar alguns aspectos salientes de sua atuação.

De um total de 368 entidades enquadradas no campo de definição da pesquisa, 332 foram incluídas, isto é, 90%. A cobertura, a nível federal, é de 70 em 87, ou 80%. A nível estadual, o universo identificado é composto de 281 unidades, com 262 inclusões, ou seja, 97%.

Dentre as federais, o maior número de omissões verifica-se no setor agricultura e abastecimento (4 em 6), no subsetor centrais de abastecimento, armazéns, silos e frigoríficos; em manufatura e diversos (7 em 27), concentrando-se o maior número em diversos (5 em 13); em transporte, subsetor administração portuária.

Dentre as estaduais, as omissões assim se distribuem: setor financeiro — 4 em 88; serviços públicos — 4 em 43; agricultura e abastecimento — 3 em 46; comunicações — 3 em 18; manufatura e diversos — 4 em 43; energia — 2 em 23.

Tais omissões devem-se apenas ao fato de não se ter podido obter em tempo hábil, as informações, ao nível de desagregação necessário ao estudo, prevendo-se que em futuro próximo se deva completá-las.

4.1 Composição da receita corrente

A análise da estrutura da receita corrente das empresas governamentais é importante no sentido de que permite verificar em que proporções se combinam a receita "própria" e aquela oriunda de transferências governamentais, para o financiamento da despesa corrente. A receita corrente "própria" é constituída de: a) receita de operação item 1 das tabulações); b) patrimonial (item 2); c) receitas diversas (item 5). Quanto às receitas decorrentes de transferências do governo, as tabulações ao final do artigo distinguem duas modalidades: aquelas de caráter mais estável, com base em vinculações de receita tributária (item 3) e as de natureza mais aleatória, freqüentemente representando subsídios (item 4). Destacam, ainda, a esfera governamental que as originou.

A tabela VIII sumaria essas informações, em números relativos, destacando, segundo setores, as empresas federais das estaduais.

É importante notar que, de modo geral, a predominância absoluta da receita própria, tendo como principal fonte a de operações, acentua a característica verdadeiramente empresarial dessas unidades.

Os setores em que a complementação de receita através de transferências governamentais assume proporções expressivas são: serviço público (estaduais), transporte (a nível federal e estadual), com alguns subsetores notoriamente deficitários (ferrovias e navegação); comunicações, setor em que se verifica a criação de novas empresas, justificando, na fase inicial, o suporte do Governo.

Tabela VIII — Empresas federais e estaduais — Composição da receita corrente — 1969 — Em %

	Agricultura e abastecimento	Comunicação	Energia	Financeiro	Manufatura e diversos	Serviço público	Transporte	Total
EMPRESAS FEDERAIS	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	—	100,00	100,00
Receita própria	100,00	74,69	100,00	99,87	99,66	—	67,32	95,30
De operação	96,60	61,97	81,59	88,64	96,20	—	58,85	87,57
Demais Receitas (2 + 5)	3,40	12,73	18,41	11,23	3,46	—	8,47	7,73
Transferidas do Governo	—	25,31	—	0,13	0,34	—	32,68	4,70
Tributárias	—	—	—	—	0,13	—	0,16	0,08
Auxílio e subvenções	—	25,31	—	0,13	0,21	—	32,52	4,61
EMPRESAS ESTADUAIS	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Receita própria	95,32	59,28	93,97	98,65	80,59	77,61	62,03	87,46
De operação	89,87	50,92	67,27	77,48	76,77	61,78	57,50	69,89
Demais Receitas	5,45	8,36	26,70	21,17	3,82	15,90	4,58	17,57
TRANSFERIDAS DO GOVERNO	4,68	40,72	6,03	1,35	19,41	22,32	37,92	12,54
Tributárias	3,24	5,62	5,02	0,29	0,46	0,53	2,60	2,15
Auxílio e subvenções	1,44	35,10	1,01	1,06	18,95	21,79	35,32	10,39

FONTES: FGV/IBRE/DCS/CEF e MINIPLAN, IPEA/INPES.

4.2 Dimensão e Estrutura do valor adicionado líquido

O fluxo de remunerações a fatores de produção gerados pela atividade produtiva das empresas governamentais em análise (tabelas IX e X), representou, em 1969, quase 10% da renda interna, cabendo 7,1% às federais e 2,7% as estaduais. Na renda interna do setor urbano participam, globalmente com 11,8%; as federais com 8,5 e as estaduais, com 3,3%. Na formação da renda interna do setor privado, sua contribuição atinge 10,8%, dos quais 7,8% são atribuídos às federais e 3,0% às estaduais.

As relações acima indicam forte predominância das empresas federais (72,3%) sobre as estaduais (27,7%), a qual poderá ser observada, inclusive com detalhamento setorial, na tabela XI. Esta indica, em ordem decrescente da predominância das entidades federais, os seguintes setores: Manufatura e diversos (96,9%); comunicação (85,4%), transporte (67,8%), energia (62,5). No setor serviço público registra-se atuação apenas ao nível estadual, cabendo-lhe, portanto, 100%. Em agricultura e abastecimento, apesar da forte concentração de omissões a nível federal, acredita-se caber aos estados a maior ponderação no total.

Examinando-se a tabela X verifica-se que a nível federal, dois setores concentram quase dois terços do valor adicionado líquido total: o setor financeiro, com 32%, seguido de manufatura e diversos com 31%. Neste último, cumpre destacar o subsetor química, representando 48,9% do total seguido dos subsetores siderúrgico e mineração, aos quais coube, respectivamente, 26,4% e 21,7%. Não obstante, deve-se ressalvar as omissões contidas no subsetor diversos. Os demais setores, obedecem à seguinte ordem de participação: energia, com 16,0%, transporte, 12,0%, comunicação, 8,9% e finalmente, agricultura e abastecimento, com apenas 0,1%.

Tabela IX — Empresas dos governos federal e estaduais — valor adicionado líquido segundo setores e categorias de remuneração — 1969

Setores / Categorias de Remuneração	Agricultura e abastecimento	Comunicação	Energia	Financeiro	Manufatura e diversos	Serviço público	Transporte	Total Geral
EMPRESAS FEDERAIS	6 529	651 110	1 173 691	2 347 435	2 274 667	—	875 870	7 329 302
Remuneração ao trabalho	14 658	450 895	231 311	1 157 886	1 434 974	—	885 333	4 175 057
Remuneração ao capital	— 8 129	200 215	942 380	1 189 549	839 693	—	— 9 463	3 154 245
EMPRESAS ESTADUAIS	79 009	111 074	703 112	1 041 237	73 818	376 636	416 207	2 801 093
Remuneração ao trabalho	42 937	48 710	208 907	591 613	36 877	199 925	360 436	1 489 405
Remuneração ao capital	36 072	62 364	494 205	449 624	36 941	176 711	55 771	1 311 688
TOTAL	85 538	762 184	1 876 803	3 388 672	2 348 485	376 636	1 292 077	10 130 395
Remuneração ao trabalho	57 595	499 605	440 218	1 749 499	1 471 851	199 925	1 245 769	5 664 462
Remuneração ao capital	27 943	262 579	1 436 585	1 639 173	876 634	176 711	46 308	4 465 933

Fontes: FGV/IBRE/DCS/CEF e MINIPLAN, IPEA/INPES.

Tabela X — Empresas dos governos federal e estaduais — valor adicionado líquido segundo setores e categorias de remuneração 1969 — em % do total geral

Categoria de Remuneração / Setores	Agricultura e abastecimento	Comunicação	Energia	Financeiro	Manufatura e diversos	Serviço Público	Transporte	Total Geral
EMPRESAS FEDERAIS	0,09	8,88	16,01	32,03	31,04	—	11,95	100,00
Remuneração ao trabalho	0,35	10,80	5,54	27,73	34,37	—	21,21	100,00
Remuneração ao capital	—0,26	6,35	29,88	37,71	26,62	—	— 0,30	100,00
EMPRESAS ESTADUAIS	2,81	3,97	25,10	37,17	2,64	13,45	14,86	100,00
Remuneração ao trabalho	2,88	3,27	14,03	39,72	2,48	13,42	24,20	100,00
Remuneração ao capital	2,75	4,75	37,68	34,28	2,82	13,47	4,25	100,00
TOTAL	0,84	7,52	18,53	33,46	23,18	3,72	12,75	100,00
Remuneração ao trabalho	1,02	8,82	7,77	30,89	25,98	3,53	21,99	100,00
Remuneração ao capital	0,63	5,88	32,17	36,69	19,63	3,96	1,04	100,00

Fontes: FGV/IBRE/DCS/CEF e MINIPLAN, IPEA/INPES.

A nível estadual, destacam-se os setores financeiro, com 37,2% e energia com 25,1%, totalizando 62,3%. Seguem-se: transporte, 14,9%, serviço público, 13,5%; comunicação, 4,0%; agricultura e abastecimento, 2,9% e, finalmente, manufatura e diversos, 2,6%.

Embora com abordagem distinta, a análise setorial do valor adicionado confirma, em parte, as conclusões a que leva aquela referente à participação das empresas governamentais nas 500 maiores sociedades anônimas. De fato, a União destaca-se por sua atuação nas indústrias de base (química, siderúrgica), nas comunicações e na exploração de serviços de transporte e os estados, em serviços públicos, como saneamento, água e esgotos e aqueles ligados ao setor, agricultura e abastecimento. Em energia, entretanto, não é quanto ao valor adicionado que a atuação dos estados assume a liderança, mas na formação de capital, como se verá adiante. O aspecto importante revelado pelas informações ora em foco é, todavia, o da contribuição do setor financeiro que se constitui no de maior geração de renda, quer se considere a atividade empresarial do Governo a nível da União, quer a nível estadual.

Merece destaque, ainda, a composição do valor adicionado líquido segundo as categorias de remuneração a fatores, ou seja, a remuneração ao trabalho e ao capital. Em termos globais, 55,9% cabe ao trabalho e 44,1% ao capital, conforme indica a tabela XI.

Os setores agricultura e abastecimento, bem como transporte acusam prejuízo a nível federal, o último setor mostrando fraca participação da remuneração ao capital, a nível das empresas estaduais.

Por outro lado, o setor energético acusa fortíssima concentração de remunerações ao capital: 80,3% a nível da União e 70,3%, a nível dos estados. Observem-se ainda, os setores financeiro, com 50,7%, a nível da União e 43,2% a nível dos estados. Comunicação, com 56,1% a nível dos estados. Manufatura e diversos, 50% no caso das empresas estaduais e 36,9%, no das federais. Até o setor serviço público, acusa 46,9% de remuneração ao capital.

Muito embora a ocorrência de lucro não constitua condição essencial à continuidade da existência das empresas de iniciativa governamental, sua presença como categoria mais representativa da remuneração ao capital, na maioria dos setores, (o que poderá ser verificado nas tabelas XIII a XX) serve para reforçar a verificação das características empresariais de atuação orientando seu desempenho.

Tabela XI — Empresas dos governos federal e estaduais — valor adicionado líquido segundo setores e categorias de remuneração — 1969 — em % dos totais setoriais

	Agricultura e abastecimento		Comunicação		Energia		Financeiro		Manufatura e diversos		Serviço público		Transporte		Total	
EMPRESAS FEDERAIS	100,0	7,6	100,0	85,4	100,0	62,5	100,0	69,3	100,0	96,9	—	—	100,0	67,8	100,0	72,3
Remuneração ao trabalho	224,5	25,5	69,3	90,2	19,7	52,6	49,3	66,2	63,09	97,5	—	—	101,1	71,1	55,96	73,7
Remuneração ao capital	—124,5	—29,1	30,7	76,3	80,3	65,6	50,7	72,6	36,91	95,8	—	—	—1,1	—20,4	43,04	70,6
EMPRESAS ESTADUAIS	100,0	92,4	100,0	14,6	100,0	37,5	100,0	30,7	100,0	3,1	100,0	100,0	100,0	32,2	100,0	27,7
Remuneração ao trabalho	54,3	74,5	43,9	9,8	29,7	47,4	56,8	33,8	50,0	2,5	53,1	100,0	86,6	28,9	53,2	26,3
Remuneração ao capital	45,7	129,1	56,1	23,7	70,3	34,4	43,2	27,4	50,0	4,2	46,9	100,0	13,4	120,4	46,8	29.4
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Remuneração ao trabalho	67,3	100,0	65,5	100,0	23,5	100,0	51,6	100,0	62,67	100,0	53,1	100,0	96,4	100,0	55,92	100,0
Remuneração ao capital	32,7	100,0	34,5	100,0	76,5	100,0	48,4	100,0	37,33	100,0	46,9	100,0	3,6	100,0	44,08	100,0

FONTE: FGV/IBRE/DCS/CEF e MINIPLAN, IPEA/INPES.

A participação relativa da remuneração ao trabalho e ao capital constitue resultante dos fatores que condicionam o desempenho de cada unidade empresarial. Os meros resultados aqui divulgados não oferecem elucidação suficiente às suas causas. A explicação residiria na atuação de variáveis tais como tecnologia, política salarial, política de preços, eficiência gerancial, condições de mercado etc.

4.3 Contribuição à formação bruta de capital fixo do País

A revelação mais importante dos resultados da mensuração das transações das empresas governamentais é, sem dúvida alguma, a que se refere à sua contribuição à formação bruta de capital fixo do País. Esta é da ordem de 25%. E é sob este aspecto que se acentua, mais particularmente, a importância de se ter empreendido a pesquisa sobre as empresas com participação majoritária dos governos estaduais, pois sua participação no processo foi, em 1969, ligeiramente superior à das empresas federais, conforme se poderá observar na tabela XII.

É bem verdade que um único ano de observação não pode exprimir tendência. Isso é válido também quanto à estrutura dos investimentos, pois esta é condicionada, entre outros fatores, pelos seguintes: estágio de "gestação" do investimento; períodos de expansão de determinados setores, ou aqueles em que atingiram dimensão de capital fixo suficiente à produção dos serviços requeridos; incentivos exógenos e os originários da política de prioridades fixada pelo governo, federal e/ou estadual.

A tabela XII permite observar a estrutura setorial dos investimentos e a respectiva contribuição das empresas federais e estaduais.

Em termos globais, o setor mais representativo é energia (cerca de 40%), sendo que para essa participação, as empresas estaduais contribuíram com cerca de dois terços, representando mais da metade dos investimentos a esse nível. O segundo setor em importância é manufatura e diversos, com pouco menos de 20% no agregado. Constitue o de maior concentração a nível federal (37,3%) representando 98% dos investimentos no setor. Em terceiro lugar, coloca-se o setor comunicação, sendo as empresas federais responsáveis pela colocação, com 73,5% dos investimentos no setor. Seguem-se transporte, serviço público, financeiro e agricultura e abastecimento.

Vista da ótica da atuação das empresas com participação majoritária da União e dos estados, isoladamente, a posição dos setores difere, sugerindo, ainda uma vez, ordens de prioridade um tanto quanto distintas.

Temos, portanto, a nível federal: 1.º) Manufatura e diversos, em que os subsetores químico, siderúrgico e mineração explicam, respectivamente, 49%, 28% e 19%; 2.º) energia, seguindo-se comunicação, transporte, financeiro e agricultura e abastecimento.

A nível estadual, verifica-se a seguinte ordem de importância: energia, serviço público e transporte, concentrando 81% do total, seguidos de comunicação, financeiro, agricultura e abastecimento e manufatura e diversos.

Tabela XII — Empresas dos governos federal e estaduais — formação bruta de capital fixo segundo setores — 1969

Setores	Agricultura e abastecimento	Comunicação	Energia	Financeiro	Manufatura e diversos	Serviço público	Transporte	Total
Em Cr$ 1 000								
Empresas federais	5 393	680 890	769 555	120 819	1 072 652	—	228 206	2 877 520
Empresas estaduais	75 934	245 056	1 535 097	214 771	18 455	493 210	320 977	2 917 511
TOTAL	81 332	925 946	2 304 652	335 590	1 091 118	498 210	558 183	5 795 031
Participação dos Setores — %								
Empresas federais	0,19	23,66	26,74	4,20	37,23	—	7,93	100,00
Empresas estaduais	2,60	8,40	52,62	7,35	0,63	17,08	11,31	100,00
TOTAL	1,40	15,98	39,77	5,79	18,83	8,60	9,63	100,00
Part. empresas fed. e est. — %								
Empresas federais	6,64	73,53	33,39	36,00	98,31	—	40,88	49,65
Empresas estaduais	93,36	26,47	66,61	64,00	1,69	100,00	59,12	50,35
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: FGV/IBRE/DCS/CEF e MINIPLAN, IPEA/INPES.

Tabela XIII — Atividade empresarial do Governo Federal — consolidação setorial — 1969

Receita / Setores Empresas	Agricultura e abastecimento	Comunicação	Energia	Financeiro	Manufatura e diversos	Transporte	Total
I. RECEITAS CORRENTES	132 891	808 344	1 581 823	3 480 048	7 91 150	1 488 136	15 392 392
1. Receita de operação	128 377	500 899	1 290 673	3 084 726	7 590 889	875 758	13 471 322
2. Receita patrimonial	71	42 889	153 247	124 741	77 231	7 776	405 955
a. juros	—	30 350	422	1 703	22 098	1	54 574
b. dividendos e bonificações	49	10 001	152 825	23 539	6 631	—	198 045
c. aluguéis	16	1	—	3 173	4 033	1 345	8 568
d. outras	6	2 537	—	91 326	44 459	6 430	144 768
3. Receita tributária transferida	—	—	—	—	10 162	2 498	12 660
a. da União	—	—	—	—	10 1 2	2 498	12 660
b. dos Estados	—	—	—	—	—	—	—
c. dos Municípios	—	—	—	—	—	—	—
4. Auxílios e subvenções	—	204 556	—	4 545	16 906	483 874	709 881
a. da União	—	204 556	—	4 545	16 906	483 874	709 881
b. dos Estados	—	—	—	—	—	—	—
c. de Municípios	—	—	—	—	—	—	—
d. de particulares	—	—	—	—	—	—	—
5. Receitas diversas	4 443	60 000	137 903	266 036	195 962	118 230	782 574
II. RECEITA DE CAPITAL	−7 433	210 005	500 756	1 214 722	773 888	4 135	2 696 073
6. Lucros retidos	−8 129	156 892	388 582	1 130 017	456 743	−13 106	2 110 999
7. Provisões para depreciação	351	53 113	112 174	84 623	315 168	12 859	579 288
8. Alienação de bens	345	—	—	82	1 977	3 382	5 786
III. DESPESA CORRENTE	141 014	598 339	1 081 067	2 265 490	7 119 690	1 490 681	12 696 281
9. Salários e ordenados	11 840	386 582	196 064	876 885	1 120 931	790 892	3 383 194
10. Outras despesas de operação	119 566	57 031	215 756	930 199	2 819 258	551 299	4 693 109
a. matérias-primas e materiais secundários	111 865	11 121	43 578	12 426	2 005 930	377 976	2 562 896
b. serviços de terceiros	248	33 673	79 415	163 421	551 942	34 175	862 874
c. diversas	7 453	12 237	92 763	754 352	261 386	139 148	1 267 339
11. Juros	—	31 095	180 240	623	83 187	3 643	298 788
12. Aluguéis	—	437	28	7 066	25 639	—	33 170
13. Tributação	4 419	4 699	27 974	49 094	2 364 121	2 400	2 452 707
14. Contribuição da previdência social	2 818	64 313	35 247	281 001	314 043	94 441	791 863
15. Dividendos e bonificações	—	11 791	373 530	52 456	274 124	—	711 911
16. Diversas despesas correntes	2 371	42 391	52 228	68 156	118 387	48 006	331 539
IV. DESPESA DE CAPITAL	7 152	1 043 068	1 405 570	509 906	1 895 349	310 532	5 171 547
17. Formação bruta de capital fixo	5 398	680 890	769 555	120 819	1 072 652	228 206	2 877 520
a. construção e edificação	3 134	87 904	388 687	91 147	266 661	137 532	975 065
b. equipamentos e instalações	2 264	592 986	380 868	29 672	805 991	90 674	1 902 455
18. Variação de estoques	1 637	18 815	32 033	11 308	347 118	82 368	493 279
a. de bens adquiridos	−110	18 815	32 033	11 308	227 096	82 368	371 510
b. de bens produzidos	1 747	—	—	—	120 022	—	121 769
19. Compra de ativos existentes	—	1 005	—	35	450	—	1 490
20. Participações financeiras	117	342 358	603 982	377 744	475 129	−72	1 799 258

Fonte: Centro de Estudos Fiscais, IBRE/DCS/FGV.

Tabela XIV — Atividade empresarial dos governos estaduais — Brasil — consolidação segundo regiões — 1969 — Cr$ 1 000

Receita \ Regiões	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
I. RECEITAS CORRENTES	53 697	495 082	2 587 286	964 975	254 881	4 355 921
1. Receita de operação	30 544	360 535	1 710 799	776 171	166 413	3 044 462
2. Receita patrimonial	6 948	9 234	313 262	75 349	18 000	422 793
a. Juros	41	1 607	211 126	19 033	7 734	239 541
b. Dividendos e bonificações	37	696	8 143	6 062	2 703	17 646
c. Aluguéis	479	856	4 336	648	11	6 330
d. Outras	6 391	6 075	89 652	49 606	7 552	159 276
3. Receita tributária transferida	4 412	5 785	3 717	79 696	123	93 733
a. da União	4 412	1 521	3	62 631	123	68 690
b. dos Estados	—	4 264	3 714	17 065	—	25 043
4. Auxílios e subvenções	10 178	105 677	257 079	19 584	60 112	452 630
a. da União	518	37 525	304	5	250	38 602
b. dos Estados	9 660	68 152	256 775	19 579	59 862	414 028
5. Receitas diversas	1 615	13 851	302 429	14 175	10 233	342 303
II. RECEITA DE CAPITAL	12 588	91 625	648 745	320 763	95 737	1 169 458
6. Lucros retidos	12 540	80 535	584 216	268 623	81 447	1 027 361
7. Provisões para depreciação	43	9 609	42 328	34 391	13 116	99 487
8. Alienação de bens	5	1 481	22 201	17 749	1 174	42 610
III. DESPESA CORRENTE	41 119	406 419	1 982 943	679 710	161 492	3 271 683
9. Salários e ordenados	13 910	126 684	852 416	237 472	41 014	1 271 496
10. Outras despesas de operações	15 608	195 457	568 99	247 719	71 521	1 099 299
a. Matérias-primas e materiais secundários	6 846	82 571	256 129	94 877	41 892	482 315
b. Serviços de terceiros	3 268	37 679	103 021	61 553	13 354	218 875
c. Diversas	5 494	75 207	209 844	91 289	16 275	398 109
11. Juros	3 058	21 229	80 549	60 674	1 182	175 692
12. Aluguéis	1 592	1 435	11 242	6 209	1 361	21 839
13. Tributação	940	9 198	71 219	32 525	783	114 665
14. Contribuição da previdência social	2 425	19 07	134 695	54 363	6 719	217 909
15. Dividendos e bonificações	638	10 863	36 647	23 037	15 611	86 796
16. Diversas despesas correntes	2 948	21 846	227 181	17 711	14 301	283 987
IV. DESPESAS DE CAPITAL	90 086	275 928	1 926 952	561 063	362 888	3 216 917
17. Formação bruta de capital fixo	8 850	232 425	1 792 713	451 008	352 515	2 917 511
a. Construção e edificação	30 956	125 095	580 368	208 203	249 888	1 194 510
b. Equipamentos e instalações	57 894	107 330	1 212 345	242 805	102 627	1 723 001
18. Inversões financeiras	1 236	43 503	134 239	110 055	10 373	299 406

Fonte: FGV/IBRE/CEF e MINIPLAN, IPEA/INPES.

Tabela XV — Atividade empresarial dos governos estaduais — Brasil — consolidação setorial — 1969
Cr$ 1000

Setores / Receita	Agricultura e abastecimento	Comunicação	Energia	Financeiro	Manufatura e diversos	Serviço público	Transporte	Total
I. RECEITAS CORRENTES	258 546	146 232	1 045 638	1 589 496	114 389	562 761	638 859	4 355 921
1. Receita de operação	232 349	74 464	703 378	1 231 478	87 813	347 663	367 317	3 044 462
2. Receita patrimonial	8 325	10 134	245 932	145 428	1 364	6 669	4 941	422 793
a. Juros	828	8 234	223 803	5 053	225	1 240	158	239 541
b. Dividendos e bonificações	761	—	49	15 408	646	335	447	17 646
c. Aluguéis	882	2	1 125	1 528	116	912	1 765	6 330
d. Outras	5 854	1 898	20 955	123 439	377	4 182	2 571	159 276
3. Receita tributária transferida	8 365	8 224	52 501	4 549	524	2 965	16 605	93 733
a. da União	300	8 224	52 021	16	524	—	7 605	68 690
b. dos Estados	8 065	—	480	4 533	—	2 965	9 000	25 043
4. Auxílios e subvenções	3 736	51 329	10 539	16 991	21 682	122 666	225 687	452 630
a. da União	300	—	5	304	200	31 947	5 846	38 602
b. dos Estados	3 346	51 329	10 534	16 687	21 482	90 719	219 841	414 028
5. Receitas diversas	5 771	2 081	33 288	191 050	3 006	82 798	24 309	342 303
II. RECEITA DE CAPITAL	28 344	67 853	491 698	293 676	44 871	168 754	74 262	1 169 458
6. Lucros retidos	24 717	58 697	442 984	269 889	26 633	151 408	53 033	1 027 361
7. Provisões para depreciação	2 980	9 090	48 714	10 675	2 654	11 964	13 10	99 487
8. Alienação de bens	647	66	—	13 112	15 584	5 382	7 819	42 610
III. DESPESA CORRENTE	231 496	78 511	553 940	1 322 044	100 686	404 771	580 235	3 271 683
9. Salários e ordenados	36 480	33 812	173 009	505 042	33 747	167 022	317 384	1 271 496
10. Outras despesas de operações	148 199	14 607	261 556	319 551	43 023	163 632	148 731	1 099 299
a. Matérias-primas e materiais secundários	125 561	2 335	146 511	13 728	20 364	76 854	96 962	482 315
b. Serviços de terceiros	14 310	9 464	56 537	48 618	9 307	52 644	27 995	218 875
c. Diversas	8 328	2 808	58 508	257 205	13 352	34 134	23 774	398 109
11. Juros	9 854	2 823	15 778	113 104	8 990	23 959	1 184	175 692
12. Aluguéis	1 061	844	5 992	10 543	713	1 317	1 369	21 839
13. Tributação	7 648	8 307	8 038	75 015	5 010	1 205	9 442	114 665
14. Contribuição da previdência social	6 457	9 898	35 898	86 571	3 130	32 903	43 052	217 909
15. Dividendos e bonificações	440	—	29 451	56 088	605	27	185	86 796
16. Diversas despesas correntes	21 357	3 220	24 218	156 130	5 468	14 706	58 888	283 987
IV. DESPESAS DE CAPITAL	123 330	256 307	1 595 901	359 208	21 158	525 791	335 222	3 216 917
17. Formação bruta de capital fixo	75 934	245 056	1 535 097	214 771	18 466	498 210	329 977	2 917 511
a. Construção e edificação	53 555	75 812	392 001	152 414	8 346	445 839	66 543	1 194 510
b. Equipamentos e instalações	22 379	169 244	1 143 096	62 357	10 120	52 371	263 434	1 723 001
18. Inversões financeiras	47 396	11 251	60 804	144 437	2 692	27 581	5 245	299 406

Fontes: FGV/IBRE/CEF e MINIPLAN, IPEA/INPES.

Tabela XVI — Atividade empresarial dos governos estaduais — Região Norte — consolidação setorial — 1969 — Cr$ 1000

Setores / Receita	Agricultura e abastecimento	Comunicação	Energia	Financeiro	Manufatura e diversos	Serviço público	Transporte	Total
I. RECEITAS CORRENTES	915	2 377	31 031	7 018	722	11 634	—	53 697
1. Receita de operação	862	1 389	15 539	5 938	321	6 495	—	30 544
2. Receita patrimonial	14	8	6 352	502	—	72	—	6 948
a. Juros	1	—	15	25	—	—	—	41
b. Dividendos e bonificações	—	—	37	—	—	—	—	37
c. Aluguéis	—	—	—	407	—	72	—	479
d. Outras	13	8	6 300	70	—	—	—	6 391
3. Receita tributária transferida	—	—	4 412	—	—	—	—	4 412
a. da União	—	—	4 412	—	—	—	—	4 412
b. dos Estados	—	—	—	—	—	—	—	—
4. Auxílio e subvenções	—	942	4 728	420	401	3 687	—	10 178
a. da União	—	—	—	—	—	518	—	518
b. dos Estados	—	942	4 728	420	401	3 169	—	9 660
5. Receitas diversas	39	38	—	158	—	1 380	—	1 615
II. RECEITA DE CAPITAL	−46	−2 149	9 011	285	37	5 450	—	12 588
6. Lucros retidos	−46	−2 149	9 011	242	37	5 445	—	12 540
7. Provisões para depreciação	—	—	—	43	—	—	—	43
8. Alienação de bens	—	—	—	—	—	5	—	5
III. DESPESA CORRENTE	961	4 526	22 020	6 733	685	6 194	—	41 119
9. Salários e ordenados	562	1 156	7 926	1 987	461	1 818	—	13 910
10. Outras despesas de operações	149	1 788	8 727	1 857	205	2 882	—	15 608
a. Matérias-primas e materiais secundários	23	665	5 027	52	187	892	—	6 846
b. Serviços de terceiros	126	230	709	329	14	1 860	—	268
c. Diversas	—	893	2 991	1 476	4	130	—	5 494
11. Juros	162	1 304	1 014	254	—	324	—	3 58
12. Aluguéis	—	19	1 558	11	4	—	—	1 592
13. Tributação	—	5	—	935	—	—	—	940
14. Contribuição da previdência social	47	192	1 461	408	13	304	—	2 425
15. Dividendos e bonificações	—	—	—	638	—	—	—	638
16. Diversas despesas correntes	41	62	1 334	643	2	866	—	2 948
IV. DESPESAS DE CAPITAL	148	9 310	80 022	663	37	−94	—	90 086
17. Formação bruta de capital fixo	148	9 310	78 945	542	37	−132	—	88 850
a. Construção e edificação	136	3 012	27 693	333	—	−218	—	30 956
b. Equipamentos e instalações	12	6 298	51 252	209	37	86	—	57 894
18. Inversões financeiras	—	—	1 077	121	—	38	—	1 236

Fontes: FGV/IBRE e MINIPLAN, IPEA/INPES.

Tabela XVII — Atividade empresarial dos governos estaduais — Região Nordeste — consolidação setorial — 1969 — Cr$ 1 000

Setores / Receita	Agricultura e abastecimento	Comunicação	Energia	Financeiro	Manufatura e diversos	Serviço público	Transporte	Total
I. RECEITAS CORRENTES	16 735	3 860	141 462	134 065	52 658	118 860	27 442	495 082
1. Receita de operação	15 037	1 818	131 887	114 357	31 701	45 075	20 660	360 535
2. Receita patrimonial	106	26	1 945	5 291	393	1 046	427	9 234
a. Juros	74	—	1 092	113	99	229	—	1 607
b. Dividendos e bonificações	—	—	11	627	58	—	—	696
c. Aluguéis	—	—	—	221	—	364	271	856
d. Outras	32	26	842	4 330	236	453	156	6 075
3. Receita tributária transferida	300	—	1 303	819	398	2 965	—	5 785
a. da União	300	—	823	—	398	—	—	1 521
b. dos Estados	—	—	480	819	—	2 965	—	4 264
4. Auxílios e subvenções	1 151	2 015	5 583	8 020	19 087	63 687	6 134	105 677
a. da União	300	—	—	—	200	31 179	5 846	37 525
b. dos Estados	851	2 015	5 583	8 020	1 887	32 508	288	68 152
5. Receitas diversas	141	1	744	5 578	1 079	6 087	221	13 851
II. RECEITA DE CAPITAL	1 525	742	22 065	24 782	5 961	36 086	464	91 625
6. Lucros retidos	550	738	18 673	24 095	3 879	32 169	426	80 532
7. Provisões para depreciação	955	4	3 387	687	2 082	2 472	22	9 609
8. Alienação de bens	20	—	—	—	—	1 445	16	1 481
III. DESPESA CORRENTE	15 250	3 118	119 397	109 283	46 697	85 664	27 010	406 419
9. Salários e ordenados	3 383	1 736	24 457	39 542	9 581	31 638	16 347	126 684
10. Outras despesas de operações	9 537	850	78 693	29 357	21 061	48 562	7 397	195 457
a. Matérias-primas e materiais secundários	7 055	232	57 317	944	11 400	5 623	—	82 571
b. Serviços de terceiros	1 104	409	14 867	3 683	978	14 086	2 552	37 679
c. Diversas	1 378	209	6 509	24 730	8 683	28 853	4 845	75 207
11. Juros	104	76	1 680	10 045	8 152	1 033	139	21 229
12. Aluguéis	171	61	540	438	149	76	—	1 435
18. Tributação	306	2	1 348	4 056	3 381	105	—	9 198
14. Contribuição da previdência social	568	346	5 524	7 016	1 034	2 611	2 608	19 707
15. Dividendos e bonificações	303	—	3 655	6 879	17	9	—	10 863
16. Diversas despesas correntes	878	47	3 500	11 950	3 322	1 630	519	21 846
IV. DESPESAS DE CAPITAL	6 934	14 935	83 425	60 466	8 741	100 993	434	275 928
17. Formação bruta de capital fixo	5 393	14 790	83 397	23 748	7 939	96 724	434	232 425
a. Construção e edificação	1 030	3 796	17 297	16 076	5 797	81 028	71	125 095
b. Equipamentos e instalações	4 363	10 994	66 100	7 672	2 142	15 696	363	107 330
18. Inversões financeiras	1 541	145	28	36 718	802	4 269	—	43 503

Fontes: FGV/IBRE e MINIPLAN, IPEA/INPES.

Tabela XVIII — Atividade empresarial dos governos estaduais — Região Sudeste — consolidação setorial — 1969 — Cr$ 1 000

Receita \ Setores	Agricultura e abastecemento	Comunicação	Energia	Financeiro	Manufatura e diversos	Serviço público	Transporte	Total
I. RECEITAS CORRENTES	94 229	9 224	429 346	1 105 042	40 838	362 187	546 420	2 587 286
1. Receita de operação	85 910	7 629	190 226	838 290	38 781	237 926	312 037	1 710 799
2. Receita patrimonial	4 555	104	212 201	88 711	144	3 084	4 463	313 262
a. Juros	226	104	208 056	2 530	50	2	158	211 126
b. Dividendos e bonificações	266	—	—	7 413	1	21	447	8 148
c. Aluguéis	795	0	1 124	376	80	473	1 488	4 336
d. Outras	3 268	—	3 021	78 392	13	2 588	2 370	89 652
3. Receita tributária transferida	—	—	—	3 714	3	—	—	3 717
a. da União	—	—	—	—	3	—	—	3
b. dos Estados	—	—	—	3 714	—	—	—	3 714
4. Auxílios e subvenções	—	248	—	1 325	1 132	47 390	206 984	257 409
a. da União	—	—	—	304	—	—	—	304
b. dos Estados	—	248	—	1 021	1 132	47 390	206 984	256 775
5. Receitas diversas	3 764	1 243	26 919	173 002	778	73 787	22 936	302 429
II. RECEITA DE CAPITAL	−20 635	1 001	313 283	195 346	2 777	104 072	52 901	648 745
6. Lucros retidos	−22 500	−1 625	299 312	177 323	2 241	97 237	32 228	584 216
7. Provisões para depreciação	1 475	2 604	13 971	7 425	423	3 493	12 937	42 328
8. Alienação de bens	390	22	—	10 598	113	3 342	7 736	22 201
III. DESPESA CORRENTE	115 644	8 267	116 063	930 982	38 287	264 799	508 991	1 982 943
9. Salários e ordenados	16 568	4 839	48 459	377 270	15 112	110 039	280 129	852 416
10. Outras despesas de operações	65 059	2 289	37 996	215 201	16 887	96 613	134 949	568 994
a. Matérias-primas e materiais secundários	56 325	799	22 837	11 207	6 769	62 864	95 328	256 129
b. Serviços de terceiros	3 731	1 018	6 487	30 757	6 435	32 871	21 722	103 021
c. Diversas	5 003	472	8 672	173 237	3 683	878	17 899	209 844
11. Juros	3 890	—	7 248	46 599	838	20 878	996	80 549
12. Aluguéis	464	47	887	6 937	530	1 008	1 369	11 242
13. Tributação	6 043	55	5 147	55 498	1 516	991	1 969	71 219
14. Contribuição da previdência social	3 925	659	2 975	62 274	1 117	26 223	37 522	134 695
15. Dividendos e bonificações	137	—	—	36 050	460	—	—	36 647
16. Diversas despesas correntes	19 558	378	13 351	130 963	1 827	9 047	52 057	227 181
IV. DESPESAS DE CAPITAL	53 585	4 442	1 071 508	213 082	10 875	260 143	313 317	1 926 952
17. Formação bruta de capital fixo	48 914	4 325	1 057 729	121 733	9 412	242 379	308 221	1 792 713
a. Construção e edificação	41 348	2 296	176 984	87 413	2 252	212 930	57 145	580 368
b. Equipamentos e instalações	7 566	2 029	880 745	34 320	7 160	29 449	251 076	1 212 345
18. Inversões financeiras	4 671	117	13 779	91 349	1 463	17 764	5 096	134 239

Fontes: FGV/IBRE e MINIPLAN, IPEA/INPES.

Tabela XIX — Atividade empresarial dos governos estaduais — Região Sul — consolidação setorial — 1969 — Cr$ 1 000

Receita / Setores	Agricultura e abastecimento	Comunicação	Energia	Financeiro	Manufatura e diversos	Serviço público	Transporte	Total
I. RECEITAS CORRENTES	125 881	60 128	369 269	288 014	18 739	47 246	55 693	964 975
1. Receita de operação	111 49	42 724	301 449	237 673	16 879	39 331	26 563	776 171
2. Receita patrimonial	2 323	9 046	15 227	45 328	141	2 280	4	75 349
a. Juros	338	8 130	8 803	678	76	1 008	—	19 033
b. Dividendos e bonificações	495	—	1	5 252	—	314	—	6 062
c. Aluguéis	82	2	—	524	36	—	4	648
d. Outras	1 408	914	7 423	38 874	29	958	—	49 606
3. Receita tributária transferida	8 065	8 224	46 786	16	—	—	16 605	79 696
a. da União	—	8 224	46 786	16	—	—	7 605	62 631
b. dos Estados	8 065	—	—	—	—	—	9 000	17 065
4. Auxílios e subvenções	2 425	—	228	230	878	4 454	11 369	19 584
a. da União	—	—	5	—	—	—	—	5
b. dos Estados	2 425	—	223	230	878	4 454	11 369	19 579
5. Receitas diversas	1 571	134	4 579	4 767	841	1 131	1 152	14 175
II. RECEITA DE CAPITAL	49 114	17 274	132 691	53 806	35 347	17 145	15 386	320 763
6. Lucros retidos	48 329	11 283	113 335	49 500	19 727	11 130	15 319	268 623
7. Provisões para depreciação	548	5 991	19 356	2 348	149	5 999	—	34 391
8. Alienação de bens	237	—	—	1 958	15 471	16	67	17 749
III. DESPESA CORRENTE	77 241	42 854	236 578	238 124	14 334	30 133	40 446	679 710
9. Salários e ordenados	13 097	23 784	82 752	73 980	8 321	15 890	19 648	237 472
10. Outras despesas de operações	55 576	2 826	108 675	62 004	4 591	7 662	6 335	247 719
a. Matériais-primas e materiais secundários	45 188	—	43 702	831	1 817	1 705	1 634	94 877
b. Serviços de terceiros	8 822	1 609	33 128	10 559	1 866	1 848	3 721	61 553
c. Diversas	1 566	1 217	31 845	50 614	908	4 109	1 030	91 289
11. Juros	5 148	960	2 774	50 820	—	972	—	60 674
12. Aluguéis	137	717	2 812	2 320	30	193	—	6 209
13. Tributação	1 192	8 245	1 417	14 051	113	34	7 473	32 525
14. Contribuição da previdência social	1 411	6 322	25 666	15 965	966	2 506	2 427	54 363
15. Dividendos e bonificações	—	—	10 772	12 119	128	18	—	23 037
16. Diversas despesas correntes	680	—	1 710	7 765	185	2 858	4 513	17 711
IV. DESPESAS DE CAPITAL	62 153	183 380	243 614	54 053	1 145	5 924	10 794	561 063
17. Formação bruta de capital fixo	20 991	174 776	197 694	42 641	718	3 397	10 791	451 008
a. Construção e edificação	11 041	28 655	125 709	30 292	118	3 093	9 295	208 203
b. Equipamentos e instalações	9 950	146 121	71 985	12 349	600	304	1 496	242 805
18. Inversões financeiras	41 162	8 604	45 920	11 412	427	2 527	3	110 055

Fontes: FGV/IBRE e MINIPLAN, IPEA/INPES.

Tabela XX — Atividade empresarial dos governos estaduais — Região Centro-Oeste — consolidação setorial — 1969 — Cr$ 1 000

Setores / Receita	Agricultura e abastecimento	Comunicação	Energia	Financeiro	Manufatura e diversos	Serviço público	Transporte	Total
I. RECEITAS CORRENTES	20 786	70 643	74 530	55 357	1 432	22 834	9 299	254 881
1. Receita de operação	19 043	20 904	64 277	35 220	131	18 786	8 052	166 413
2. Receita patrimonial	1 327	950	9 207	5 596	686	187	47	18 000
a. Juros	189	—	5 837	1 707	—	1	—	7 734
b. Dividendos e bonificações	—	—	—	2 116	587	—	—	2 703
c. Aluguéis	5	—	1	—	—	3	2	11
d. Outras	1 133	950	3 369	1 773	99	183	45	7 552
3. Receita tributária transferida	—	—	—	—	123	—	—	123
a. da União	—	—	—	—	123	—	—	123
b. dos Estados	—	—	—	—	—	—	—	—
4. Auxílios e subvenções	160	48 124	—	6 996	184	3 448	1 200	60 112
a. da União	—	—	—	—	—	250	—	250
b. dos Estados	160	48 124	—	6 996	184	3 198	1 200	59 862
5. Receitas diversas	256	665	1 046	7 545	308	413	—	10 233
II. RECEITA DE CAPITAL	−1 614	50 985	14 648	19 457	749	6 001	5 511	95 737
6. Lucros retidos	−1 616	50 450	2 648	18 729	749	5 427	5 060	81 447
7. Provisões para depreciação	2	491	12 000	172	—	—	451	13 116
8. Alienação de bens	—	44	—	556	—	574	—	1 174
III. DESPESA CORRENTE	22 400	19 746	59 882	37 012	683	17 981	3 788	161 492
9. Salários e ordenados	2 870	7 297	9 415	12 263	272	7 637	1 260	41 014
10. Outras despesas de operações	17 878	6 854	27 465	11 132	279	7 913	—	71 521
a. Matérias-primas e materiais secundários	16 970	629	17 628	694	191	5 770	–	41 892
b. Serviços de terceiros	527	6 198	1 346	3 290	14	1 979	—	13 354
c. Diversas	381	17	8 491	7 148	74	164	—	16 275
11. Juros	550	483	3 062	5 286	—	752	49	10 182
12. Aluguéis	289	—	195	837	—	40	—	1 361
13. Tributação	107	—	126	475	—	75	—	783
14. Contribuição da previdência social	506	2 379	272	1 808	—	1 259	495	6 719
15. Dividendos e bonificações	—	—	15 024	402	—	—	185	15 611
16. Diversas despesas correntes	200	2 733	4 323	4 809	132	305	1 799	14 301
IV. DESPESAS DE CAPITAL	510	44 240	117 332	30 944	360	158 825	10 677	362 888
17. Formação bruta de capital fixo	488	41 855	117 332	26 107	360	155 842	10 531	352 515
a. Construção e edificação	—	38 053	44 318	18 300	179	149 006	32	249 888
b. Equipamentos e instalações	488	3 802	73 014	7 807	181	6 836	10 499	102 627
18. Inversões financeiras	22	2 385	—	4 837	—	2 983	146	10 373

Fontes: FGV/IBRE e MINIPLAN, IPEA/INPES.

O Governo confia em você, empresário, para ajudá-lo a combater a inflação.



A inflação acabará se você quiser

Esse ano de 1973 é muito importante para o nosso país - nossa moeda atingirá um nível de estabilidade que a tornará respeitada interna e externamente.

Mas para que se consiga isso, o Governo depende muito de você, empresário.

O lucro deve ser obtido muito mais da eficiência que você consegue de sua empresa do que de meros aumentos de preço.

Acompanhar os custos, criar condições para maior produtividade, obter participação maior no mercado através de boa qualidade, boa comunicação e boa distribuição, é muito mais profissional e seguro do que simplesmente aproveitar-se do fato de que, em certos momentos, a procura é maior do que a oferta.

Na indústria, na agricultura, no comércio, na área de serviços - você pode dar uma contribuição efetiva ao seu país. E a você mesmo. Lembre-se: quando há inflação grande não há ordem nem progresso.

DIGA NÃO À INFLAÇÃO

BNDE – sua influência no crescimento do país

Como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico completou em 20 de junho último 21 anos de existência, CONJUNTURA ECONÔMICA aproveita o ensejo para oferecer a seus leitores **breve sumário** das influências deste organismo sobre a atividade econômica nacional.

O QUE É O BNDE

Com o surto industrial brasileiro nos anos subseqüentes à II Guerra Mundial, tornava-se indispensável ao País a ampliação de seu capital social básico, de modo a fazer face às novas exigências da crescente atividade. Os investimentos em infra-estrutura preocupavam os governantes brasileiros como ficou demonstrado no Plano SALTE (saúde, alimentação, transporte e energia) e nos pareceres da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Conforme orientação dessa mesma Comissão, a Lei n.º 1 628 de 20 de junho de 1952 criou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), autarquia federal, então subordinada ao Ministério da Fazenda, com objetivo precípuo de cooperar nas operações financeiras relacionadas com o reaparelhamento e desenvolvimento da economia nacional. Por força de lei, estava o BNDE fadado a cumprir um dos mais importantes papéis no processo de industrialização brasileiro. As dificuldades em levantar os recursos financeiros que possibilitassem ao BNDE operar da maneira menos restrita possível, foram traduzidas em lei que limitava sua ação a investimentos em infra-estrutura e indústrias básicas. Os recursos necessários ao funcionamento do BNDE viriam, quando sua criação, de duas fontes: a) interna, através de uma sobretaxa no imposto de renda, sob a forma de empréstimo compulsório; e b) externa, proveniente de entidades estrangeiras e organismos internacionais de modo a financiar as importações que se fizessem necessárias. Como os recursos de origem externa não se tornaram disponíveis, o BNDE teve que limitar seu campo de ação, evitando as atividades que dependiam de importações (deste modo procurava-se evitar maiores pressões sobre o balanço de pagamentos), concedendo incentivos especiais aos investimentos nas áreas dos transportes, energia, armazenagem e silos, matadouros e frigoríficos, indústrias básicas etc. As restrições legais ao campo de atuação do BNDE persistiram até 1966 quando suas atividades foram estendidas a quase todos os ramos da atividade econômica.

Em 1967 o BNDE passou, através do Decreto-lei n.º 200 de 25-2-67, a vincular-se administrativamente ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Em 1971, entretanto, foi transformado em empresa pública (Lei n.º 5 662/71).

Os recursos aplicados pelo BNDE provêm basicamente dos chamados recursos próprios: orçamentários e retorno de aplicações; o restante é proveniente de recursos especiais, empréstimos externos e recursos vinculados. Com esses fundos, o Banco promove seus financiamentos através das seguintes operações: financiamento direto (constituindo quase a totalidade dos recursos aplicados), subscrição de ações ou debêntures, **underwriting, stand by,** repasses específicos, crédito rotativo e avais. Com relação às operações de aval, cumpre destacar que o Banco tem sido o avalista da totalidade dos empréstimos externos concedidos ao Governo brasilero, bem como de parcela dos empréstimos ao setor privado.

PARTICIPAÇÃO DO BNDE NA FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL NO BRASIL

A importância do BNDE no esforço de capitalização do País é evidenciada pela participação percentual das colaborações aprovada pelo Banco na formação bruta de capital (tabela I). É claro que essas percentagens não representam a contribuição do Banco na formação de capital, uma vez que as colaborações aprovadas não precisam necessariamente ser aplicadas no mesmo anc. Pode-se entretanto inferir o papel relevante desempenhado pelo BNDE pela tendência crescente de suas colaborações aprovadas em cotejo com a formação bruta de capital, excetuando-se os anos de 1959, 1962 e 1963. A partir de 1965, o crescimento das colaborações do Banco acelera-se comparado ao da FBC fazendo com que as percentagens saltem para um nível bem mais elevado em relação aos períodos anteriores.

Tabela I — Participação do BNDE na formação bruta de capital

Anos	Formação bruta de capital (FBC) Cr$ 1 000,00	Colaboração do BNDE	
		Valor corrente Cr$ 1 000,00	Como percentagem da FBC
1952	66,4	1,181	1,78
1953	71,6	1,486	2,07
1954	105,4	2,998	2,84
1955	106,4	2,593	2,44
1956	140,7	6,723	4,78
1957	172,9	8,701	5,03
1958	236,9	12,323	5,20
1959	357,8	10,816	2,94
1960	466,6	14,913	3,20
1961	696,9	25,473	3,65
1962	1 180,6	26,196	2,22
1963	2 098,8	43,722	2,08
1964	3 804,3	103,641	2,72
1965	5 404,5	356,029	6,59
1966	8 199,4	531,254	6,48
1967	10 324,2	752,687	7,29
1968	16 634,7	990,389	5,95
969	21 948,9	1 348,795	6,14

Fonte: FBC — CONJUNTURA ECONÔMICA.
Colaboração do BNDE — BNDE. Relatório das atividades, 1972.

RECURSOS APLICADOS PELO BNDE POR ATIVIDADE ECONÔMICA

Como os setores de transporte e energia constituíam-se nos principais pontos de estrangulamento do nosso processo de industrialização, o Banco dedicou, durante os seis primeiros anos iniciais, quase que todos os seus recursos a essas duas áreas. A partir de 1957, maior atenção passou a ser dada a outras indústrias de transformação, em especial à siderurgia. A diversificação da cooperação do Banco a outros ramos da atividade econômica inicia-se em 1966, quando maior ênfase é dada a outras indústrias de transformação que não a siderúrgica e quando elimina-se a barreira legal à diversificação da cooperação do Banco (tabela II).

Além da distribuição por ramos de atividade econômica das aplicações dos recursos do BNDE, é de especial interesse observar como esses recursos se distribuíram entre o setor público e o setor privado. É óbvio que, devido à natureza do Banco e às dificuldades existentes quando de sua criação para a formação de capital social básico, empreendimento eminentemente público, as colaborações concedidas pelo BNDE deveriam, como de fato ocorreu, concentrar-se no setor público. Entretanto, pode-se observar, a partir de 1965, tendência crescente das operações do Banco com o setor privado. Essa tendên-



Tabela II — Evolução das operações em moeda nacional aprovadas, segundo as atividades econômicas beneficiadas — 1952/1972 — Cr$ mil

A) A preços correntes

Anos	Total	Serviços de utilidade pública			Indústria de transformação			Outras atividades
		Transportes e comunicações	Energia elétrica	Subtotal	Siderúrgica	Outras	Subtotal	
1952	1 181	1 181	—	1 181	—	—	—	—
1953	1 486	857	372	1 229	—	230	230	27
1964	2 998	2 310	408	2 718	25	208	233	47
1955	2 593	1 017	1 334	2 351	24	172	196	46
1956	6 723	4 883	661	5 544	44	846	890	289
1957	8 701	1 630	4 649	6 279	590	1 554	2 144	278
1958	12 323	—	5 549	5 549	4 039	2 385	6 424	350
1959	10 816	1 926	3 584	5 510	709	4 454	5 163	143
1960	14 913	646	1 367	2 013	11 040	1 805	12 845	55
1961	25 473	222	15 524	15 746	5 471	3 485	8 956	771
1962	26 196	—	6 097	6 097	16 077	2 916	18 993	1 106
1963	43 722	600	2 116	2 176	35 391	4 830	40 221	785
1964	103 641	—	21 109	21 109	74 240	7 564	81 804	728
1965	356 029	150	3 927	4 077	243 317	89 687	333 004	18 948
1966	531 254	—	64 297	64 297	242 150	208 350	450 500	16 457
1967	752 687	1 944	183 700	185 644	272 954	231 908	504 862	62 181
1968	990 389	321 291	88 563	409 854	57 038	405 874	462 912	117 623
1969	1 348 795	362 802	40 848	429 650	137 000	644 225	781 225	137 920
1970	1 864 560	461 390	24 943	501 333	146 026	968 149	1 114 175	249 052
1971	3 217 590	403 360	94 048	505 408	422 500	1 696 883	2 119 383	592 799
1972	4 869 950	944 015	169 600	1 113 615	373 200	2 778 809	3 152 009	604 326

B) Participação percentual (%)

Anos	Total	Serviços de utilidade pública	Indústria de transformação			Outras atividades
			Siderúrgica	Outras	Subtotal	
1952	100,0	100,0	—	—	—	—
1953	100,0	82,7	—	15,5	15,5	1,8
1954	100,0	90,7	0,8	6,9	7,7	1,6
1955	100,0	90,7	0,9	6,6	7,5	1,8
1956	100,0	82,5	0,6	12,6	13,6	4,3
1957	100,0	72,1	6,8	17,9	24,7	3,2
1958	100,0	45,0	32,8	19,4	52,2	2,8
1959	100,0	50,9	6,6	41,2	47,8	1,3
1960	100,0	13,5	74,0	12,1	86,1	0,4
1961	100,0	61,8	21,5	13,7	35,2	3,0
1962	100,0	23,3	61,4	11,1	72,5	4,2
1963	100,0	6,2	80,9	11,1	92,0	1,8
1964	100,0	20,4	71,6	7,3	78,9	0,7
1965	100,0	1,2	68,3	27,5	95,8	3,0
1966	100,0	12,1	45,6	40,9	86,5	1,4
1967	100,0	24,6	36,3	33,0	69,3	6,1
1968	100,0	41,4	5,7	41,0	46,7	11,9
1969	100,0	31,9	10,2	47,7	57,9	10,2
1970	100,0	26,9	7,8	51,9	59,7	13,4
1971	100,0	15,7	13,1	52,8	65,9	18,4
1972	100,0	22,9	7,7	57,0	64,7	12,4

Fonte: BNDE Relatório das atividades, 1972.

cia torna-se ainda mais acentuada a partir de 1969, sendo que em 1972 as operações do Banco com esse setor atingiram pouco menos de 80% de suas operações totais. Isso vem indicar a preocupação do BNDE em financiar cada vez mais o setor privado da indústria brasileira.

Com relação à prestação de aval não é possível tirar-se nenhuma tendência uma vez que as concessões independem de política do Banco. De modo geral os avais são concedidos conforme os pedidos de empréstimo externo (tabela III).

Tabela III — Evolução da colaboração financeira aprovada em benefício dos setores público e privado — 1952/1972

Anos	Em moeda nacional (Cr$ mil, correntes)			Prestação de aval (equiv. em US$ mil)		
	Setor público[1]	Setor privado[2]	Total	Setor público[1]	Setor privado[2]	Total
1952	1 181	—	1 181	—	—	—
1953	1 323	163	1 486	—	2 178	2 178
1954	2 709	289	2 998	6 566	567	7 133
1955	2 000	593	2 593	14 614	6 058	20 672
1956	6 410	313	6 723	46 220	2 734	48 954
1957	6 854	1 847	8 701	58 610	31 255	89 865
1958	10 676	1 647	12 323	187 862	22 121	209 983
1959	7 135	3 681	10 816	156 291	6 720	163 011
1960	13 683	1 230	14 913	5 629	44 540	50 169
1961	23 048	2 425	25 473	62 836	—	62 836
1962	25 042	1 154	26 196	25 160	42 373	67 533
1963	39 766	3 956	43 722	8 755	2 000	10 755
1964	97 600	6 041	103 641	2 431	—	2 481
1965	239 920	116 109	356 029	41 778	13 645	55 423
1966	308 819	222 435	531 254	4 641	39 627	44 268
1967	493 262	259 425	752 687	8 889	35 553	44 442
1968	453 970	536 419	990 389	58 457	31 209	89 666
1969	541 346	807 449	1 348 795	92 404	19 417	111 821
1970	645 752	1 218 808	1 864 560	12 986	80 214	93 200
1971	1 095 554	2 122 036	3 217 590	65 665	33 166	98 831
1972	1 062 625	3 087 325	4 869 950	72 166	19 877	92 043

[1] Inclui órgão da administração pública direta e indireta, bem assim empresas com participação majoritária do Governo (indústria siderúrgica, de petróleo e outras, serviços de transportes, energia elétrica, armazenagem etc.)

[2] Inclui os totais das operações de repasses a agentes oficiais e privados dos diversos Programas do BNDE, bem como o valor global das operações do FINAME.

FUNDOS ESPECIAIS DE FINANCIAMENTO

De modo a conceder financiamentos, o BNDE conta com vários fundos especiais, destinados a cumprir certos objetivos. Esses fundos, além de diferirem em seus objetivos, diferem quanto a beneficiários, limite de operações, prazo de financiamento e encargos financeiros. A seguir, na tabela IV, reproduz-se parte do artigo **Fundos especiais de financiamento,** publicado em CONJUNTURA ECONÔMICA (abr.-1971).

Com relação ao Fundo de Reaparelhamento Econômico, cumpre destacar seu papel majoritário nas operações do Banco, embora sua importância venha declinando devido ao rápido crescimento dos outros fundos (tabela V). É bom salientar que, a partir do segundo semestre de 1971, iniciou-se dentro do FRE programa especial com a finalidade de proporcionar às empresas nacionais os meios e estímulos indispensáveis à adequação de sua estrutura de comercialização: Programa de Modernização e Reorganização da Comercialização (PMRC). Os objetivos do PMRC são os mais amplos possíveis, visando não só à comercialização sob o ponto de vista do mercado interno, mas como um meio de, através da diminuição de seus custos, possibilitar a entrada da indústria nacional no mercado mundial. Pretende portanto o Programa promover a formação de pessoal qualificado na área de comercialização, de modo que nossas técnicas possam ser aprimoradas. Além disso visará incentivar a criação de **pools** operacionais e mesmo fusão de empresas, de modo a reorganizar de maneira mais eficiente nossa comercialização.

Tabela IV — Evolução da colaboração financeira aprovada em benefício dos setores público e privado — 1952/1972 — distribuição percentual

Anos	Colaboração aprovada em moeda nacional		Prestação de aval equiv. em US$ mil	
	Público	Privado	Público	Privado
1952	10 ,00	0,00	—	—
1953	89,03	10,97	0,00	100,00
1954	90,35	9,64	92,05	7,95
1955	77,14	22,86	70,69	29, 1
1956	95,34	4,66	94,41	5,59
1957	78,77	21,23	65,22	34,78
1958	86,63	13,37	89,46	10,54
1959	65,97	34,03	95,88	4,12
1960	91,75	8,24	11,22	88,78
1961	90,48	9,52	100,00	0,00
1962	95,59	4,41	37,29	62,74
1963	90,95	9,05	81,40	18,60
1964	94,17	5,83	100,00	0,00
1965	67,39	32,61	75,38	24,32
1966	58,13	41,87	10,48	89,52
1967	65,53	34,47	20,00	80,00
1968	45,84	54,16	65,19	34,81
1969	40,13	59,87	82,64	17,35
1970	34,63	65,37	13,93	86,07
1971	34,05	65,95	66,44	33,56
1972	21,82	78,18	78,48	21,60

Fonte: BNDE. Relatório das atividades, 1972.

Tabela V — Caracterização dos fundos do BNDE

Fundo	Origem dos Recursos	Objetivo	Beneficiários	Limite de Operação	Prazo do Financiamento	Encargos	Agentes Financeiros
1. FRE - Fundo de Reaparelhamento (1952)	interna	financiamento da implantação, ampliação ou remodelação de indústrias; aquisição no exterior de desenhos, modelos e processos de uso industrial e outras operações que contribuam para o desenvolvimento da economia nacional.	pessoas jurídicas domiciliadas no País e sócios brasileiros de empresas interessadas em projetos financiáveis.	sem limite	até 20 anos, variável em cada caso.	juros de 4% a 12% a.a., conforme os prazos; correção monetária fixada pelo CMN (para médio prazo) ou fixada para as ORTN (para longo prazo); comissão de reserva de crédito de 1% a.a. sôbre o saldo não utilizado no prazo previsto.	BNDE
2. FINAME* — Agência Especial de Financiamento Industrial (1964 — autonomia a partir de 1966)	externa e interna	financiamento de operações de compra e venda de máquinas e equipamentos de produção nacional; financiamento da importação de máquinas e equipamentos industriais não produzidos no País.	indústrias produtoras ou usuárias finais de máquinas e equipamentos.	sem limite.	variáveis e de acordo com o tipo de equipamento.	juros de 12% a.a.; correção monetária fixada pelo CMN, taxa de colocação de recursos 1/4% até a utilização. Para importação até US$ 100 mil, incide a taxa de reserva de capital de 1/4% a.m., por 90 dias. Para valor acima de US$ 100 mil, juros de 10% a.a., além do risco de câmbio.	BNDE, Banco do Brasil, bancos regionais e estaduais de desenvolvimento, bancos de investimento, bancos comerciais, sociedades de crédito e financiamento, de companhias estaduais de desenvolvimento.
3 FIPEME — Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa. (1965)	externa	financiamento de investimentos fixos para implantação ou expansão, com aumento de produtividade através de empréstimo e ou prestação de garantias, beneficiando: a) aquisição de equipamentos de fabricação nacional e estrangeira; b) execução de obras de construção civil; c) despesas de instalação e montagem de equipamentos; d) prestação de assistência técnica, inclusive importação de *know-how*.	empresas industriais, cujo ativo imobilizado, inclusive investimento fixo previsto no projeto não ultrapassem Cr$ 20 milhões e que estejam sob controle, direto ou indireto, de entidades públicas ou de agentes financeiros.	em moeda nacional, até o equivalente a US$ 2 milhões; em moeda estrangeira, até o equivalente a US$ 500 mil.	até 5 anos, inclusive carência, podendo atingir a 8 anos.	para financiamento: comissão de estudo, segundo tabela própria; juros de 8% a.a., para as operações em moeda e de 12% a.a. para as operações em moeda nacional correção monetária fixada pelo CMN; comissão de fiscalização de 1/4% por semestre, sobre os saldos devedores. Para aval: comissão de estudo de 1/4% sôbre o valor do pedido; comissão de garantia de 2%; comissão de fiscalização de 1/2% ao semestre, durante a execução do projeto e 1/4% após a execução, sobre o saldo garantido.	BNDE, bancos regionais, de desenvolvimento, bancos privados de investimento companhias estaduais de desenvolvimento.
4 FUNGIRO — Fundo Especial para o Financiamento de Capital de Giro. (1969)	interna	financiamento da aquisição de matéria - prima básica destinada à formação ou manutenção de estoque médio adequado.	sociedades anônimas, em especial as de capital aberto cuja maioria de capital com direito a voto pertença a pessoas residentes, domiciliadas ou com sede no País.	sem limite.	até 30 meses, inclusive carência	juros de 8% a.a.; correção monetária fixada pelo CMN; comissão de reserva de crédito de 1% a.a. sobre as parcelas não utilizadas nos prazos estabelecidos.	BNDE
5. FMRI** - Fundo de Modernização e Reorganização Industrial. (1970 — iniciou operações em 1971)	interna	reorganização e modernização de setores e empresas industriais nacionais, para melhoria da eficiência e do poder de competição; fusão, incorporação, recomposição, desmembramento ou associação de empresas.	indústrias tradicionais e outras com deficiências de organização e produtividade; atividades de "engineering" e reorganização administrativa.	sem limite.	até 10 anos, inclusive carência, de acordo com a vida útil das instalações em seu conjunto.	juros de 4 a 12% a.a., de acordo com o prazo e o setor de atividade; correção monetária fixada pelo CMN; comissão de estudo segundo tabela própria	BNDE

FUNDO[1]	Origem dos Recursos	Objetivo	Beneficiários	Limite de Operação	Prazo do Financiamento	Encargos	Agentes Financeiros
6 FUNTEC — Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico (1964)	interna	execução de programas que tenham por objetivo: a) cursos de pós-graduação para formação de mestres e doutores em ciências; b) estudos e pesquisas relacionados com as finalidades específicas do fundo; planejamento, organização de serviços e respectiva assistência técnica de empreendimentos ligados ao programa do fundo; centro de documentação para sistematizar e divulgar conhecimentos técnico-científicos, estudos e debates.	atividades de ensino: entidades reconhecidas oficialmente como capacitadas ao exercício das mesmas atividades. pesquisas: universidade, escolas de nível superior e institutos tecnológicos oficialmente reconhecidos e entidades com habilitação legal e técnica.	sem limite.	até 7 anos, inclusive carência, para financiamento de investimento fixo. Indeterminado para financiamento de despesas com pessoal.	para investimento fixo: juros de 6% a.a.; correção monetária correspondente à metade da fixada pelo C M N, para os fundos industriais; para despesas com pessoal: juros de 1% a.a..	BNCE
IV. FINEP — Empresa Financiadora de Estudos e Projetos S/A.	interna	financiamento de estudos de projetos e programas prioritários; apoio à expansão de escritórios de consultas técnicas, no ramo da engenharia de projetos; aperfeiçoamento da tecnologia nacional e verificação da viabilidade dos empreendimentos.	entidades públicas e privadas	mínimo de 60% e máximo de 90% do custo do projeto, com limite de US$ 250 mil	até 10 anos, inclusive carência.	juros de 6% a.a.; correção monetária fixada pelo CMN; taxa de fiscalização de 2% a.a.	BNDE

* Fundo de Financiamento para aquisição de máquinas e equipamentos.

** Em relação ao FUNDEPRO (Fundo de Desenvolvimento da Produtividade; FUNESPE (Fundo de Financiamento de Estudos e Pesquisas Técnicas).

[1] As datas entre parêntes indicam a época de criação dos Fundos.

Tabela VI — Operações aprovadas em moeda nacional segundo fundos especiais — valor corrente (Cr$ 1 000,00)

Fundos	1968	1969	1970	1971	1972
FRE	607 056	778 858	1 004 730	1 622 342	2 529 087
FIPEME	112 438	203 539	246 110	401 021	623 131
FUNGIRO [1]	—	49 295	120 575	119 270	150 000
FMRI [2]	—	—	—	206 880	304 260
FUNDEPRO [3]	4 875	13 071	13 491	—	—
FINEP [4]	4 597	10 005	5 665	—	—
FINAME	223 541	245 590	361 678	761 583	1 159 471
FUNTEC	30 162	40 194	49 755	106 494	46 001
TOTAL	990 389	1 348 795	1 864 560	3 217 590	4 869 950

[1] Iniciou suas operações em 1969.

[2] Começou a operar em 1971 tendo englobado a ação financiadora antes exercida pelos FUNDEPRO e FUNESPE.

[3] Em 1970 cessou suas atividades que foram incorporadas pelo FMRI.

[4] Inclui a ação do FUNESPE nos anos de 1969 e 1970.

RESULTADOS RECENTES

O BNDE, consoante com sua atividade pretérita, vem aumentando sua eficiência e mostrando crescimento digno de destaque. A corroboração da afirmativa pode ser obtida pela observação dos resultados em períodos recentes.

O ativo total do Banco atingiu, em 31-12-72, Cr$ 12 016 milhões, praticamente triplicando em relação aos níveis de três anos atrás, quando alcançou Cr$ 4 028 milhões em 31-12-69. Esse crescimento, obviamente, envolve as taxas inflacionárias observadas no período. Contudo, mesmo quando se considera o crescimento real (deflator: índice geral de preços — disponibilidade interna), verifica-se que a taxa foi de 81%, o que equivaleria a cerca de 24% a.a. em termos compostos.

Quando se analisa a maior nível de detalhe verifica-se que seu capital mostrou também evolução excepcional, atingindo Cr$ 5 069 milhões ao final de 1972. O agregado capital + reservas do Banco só é superado pelos da CESP, Petrobrás e Eletrobrás.

Em 1972, foram aprovados financiamentos da ordem de Cr$ 4,9 bilhões, o que equivaleu a quase US$ 1 bilhão. A distribuição setorial das aplicações indica que cerca de 80% delas concentram-se no setor industrial e que quase 80% destinaram-se ao setor privado.

Tabela VII — Operações aprovadas em moeda nacional segundo fundos especiais — participação percentual

Fundos	1968	1969	1970	1971	1972
FRE	61,29	57,74	53,88	50,42	51,93
FIPEME	11,35	15,09	13,20	12,46	12,79
FUNGIRO	—	3,65	6,47	3,71	3,08
FMRI	—	—	—	6,43	6,24
FINAME	22,57	18,21	19,40	23,67	23,81
FUNTEC	3,04	2,98	2,67	3, 1	0,94
OUTROS	1,75	2,33	4,38	0,00	1,21

A eficiência operacional se reflete nos seguintes indicadores: a) a relação despesas administrativas/recursos aplicados foi da ordem de 0,44% no primeiro semestre de 1972 e de 0,33% no segundo, níveis excelentes quando comparados com os de outras instituições financeiras; b) o lucro atingiu Cr$ 514 milhões, contra os Cr$ 137 milhões de três anos atrás. Assim, o BNDE, ao completar 21 anos, põe à mostra sua importância no contexto do desenvolvimento nacional.



UMA OPÇÃO INTELIGENTE

arte, educação e ciência estão nas páginas de
O Correio da Unesco
agora em português em todas as bancas
mais um lançamento da FGV

Há algumas coisas que nossos concorrentes fazem melhor do que nós.

Não temos banco comercial, financeira ou corretora.

Por isso não recebemos depósitos que se movimentam com cheques mas não rendem juros, não vendemos letras de câmbio nem ações.

Também não temos banco de investimento, agência de turismo, hotéis ou "trading".

Não somos um conglomerado financeiro.

Ao contrário da maioria de nossos concorrentes, não somos uma organização altamente diversificada.

Nossa especialização é tornar mais fácil a aquisição de casas, apartamentos, a construção de edifícios comerciais, hospitais, colégios, faculdades e supermercados.

E isso nós tentamos fazer realmente bem.

Captamos recursos do público através dos depósitos em Cadernetas de Poupança DELFIN e vendemos letras imobiliárias DELFIN.

Nossos negócios são garantidos pelo Governo Federal através do Banco Nacional da Habitação.

Tudo o que fazemos é Crédito Imobiliário.

Mas ser bitolado tem as suas recompensas.

Enquanto o crescimento das Sociedades de Crédito Imobiliário no ano passado foi de 70%, a DELFIN e a DELFIN-RIO aumentaram 180%.

Com nosso financiamento 11.500 clientes adquiriram sua casa própria. Satisfeitos eles pagam em dia suas prestações e nos ajudam a conquistar novos amigos.

Como devotamos todos os nossos esforços e recursos ao Crédito Imobiliário, provavelmente nunca chegaremos a ser tão grandes quanto os outros.

O que não tem nenhuma importância.

Porque sendo como somos, poderemos sempre oferecer aquela facilidade de acesso, resolvendo qualquer proposta na hora. Os nossos financiamentos imobiliários saem em 48 horas.

E uma retirada na Caderneta de Poupança DELFIN pode ser feita em 50 segundos.

FAÇA UM TESTE!

DELFIN - RIO S.A.
Crédito Imobiliário

Rio de Janeiro, GB
Centro:
Av. Rio Branco, 151 – 17.° andar
Rua do Rosário, 84
Ipanema:
Rua Visconde de Pirajá, 444
Ilha do Governador:
Estrada do Galeão, 2980
Madureira:
Estrada do Portella, 11-C
*** Catete:**
Largo do Machado, 2

DELFIN S.A.
Crédito Imobiliário

São Paulo:
Rua Dom José de Barros, 178
Av. Brigadeiro Luiz Antonio, 2138
Santo André:
Rua Campos Salles, 242
São Bernardo do Campo:
Rua João Baptista de Oliveira Lima, 148
São Caetano:
Rua Manoel Coelho, 353
São José dos Campos:
Rua Francisco Paes, 41

* Em instalação

A crise energética mundial

Em abril último o Presidente Nixon apresentou ao Congresso mensagem contendo as diretrizes da nova política americana sobre energia, a vigorar a partir de maio. Embora o termo **crise** tenha sido evitado, ressalta-se através da mensagem o caráter de emergência das medidas a serem adotadas. As reservas energéticas dos EUA — o maior consumidor **per capita** de energia no mundo — caíram pela primeira vez a nível comprometedor. O país cresceu e prosperou baseado na suposição de suprimento inesgotável de combustíveis e matérias-primas e estará, entretanto, até o final da década, sujeito às contingências dos **black-outs** e racionamento forçado.

O problema americano amplia-se em escala mundial, atingindo principalmente os países industrializados da Europa e Japão; estes já há muito tempo em luta contra a escassez de combustíveis em seu próprio solo e, portanto, melhor equipados para enfrentar a nova crise mundial da energia.

1. ANTECEDENTES

A presente crise apresenta dificuldades à análise devido a multiplicidade de fatores que concorrem para acentuá-la e a variedade de efeitos sobre os países afetados. De modo geral, como se verá posteriormente, o fator escassez está longe de ser o mais importante, embora seja o mais aparente e ilusório nos grandes centros consumidores. A evolução dos preços no mercado internacional aparece como fator de ação mais direta, devido sobretudo ao caso especial da crise americana. Os baixos preços levaram ao consumo supérfluo, à exaustão dos recursos domésticos, ao abuso das reservas externas e à poluição.

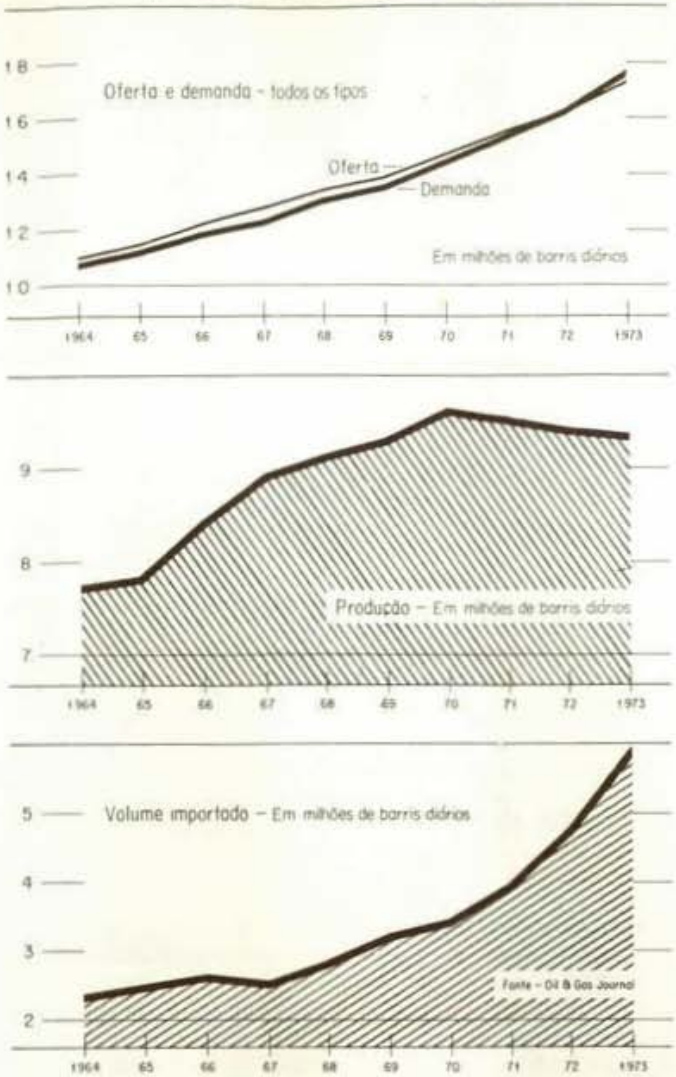
1.1 O BODE EXPIATÓRIO

A alta dos preços do petróleo no mercado internacional tem sido indicada, por eliminação simplista, como a **causa** da crise. Esta, no entanto, tem suas raízes nos primeiros movimentos nacionalistas dos países produtores na década de 1950, principalmente Irã e Venezuela, insatisfeitos com os preços do produto. Entre 1959 e 1961, enquanto a produção dos países do Oriente Médio crescia de 22%, a receita de impostos pagos aos governos se elevava de apenas de 13,7%, tendo a diferença sido atribuída a manipulações das grandes companhias internacionais. Os países produtores demandavam retorno aos níveis de preços de 1958.

Por iniciativa da Venezuela, criou-se em Bagdá, em setembro de 1960, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Organization of Petroleum Exporting Countries — OPEC), constituída inicialmente pela Venezuela, Irã, Iraque, Kuwait e Arábia Saudita. Na atualidade a organização engloba 11 países, incluindo, além dos acima mencionados, Nigéria, Argélia, Abu Dabi, Qatar, Indonésia e Líbia.

O custo de produção do óleo cru nos países da OPEC em princípios da década dos 60 variava em torno dos 10 centavos de dólar por barril, sendo então o mais baixo do mundo. O preço de venda no mercado internacional era fixado pelas companhias produtoras, recebendo o governo do país produtor o **royalty** correspondente a 12,5% do preço por barril. Devido à es-

I - O petróleo americano - passado e presente



tagnação dos preços no mercado internacional e à alta nos índices de produção verificada no período, este esquema vigorou até 1967. O conflito árabe-israelense deu o impulso inicial nas reivindicações da OPEC e na escalada de preços, estes seriamente afetados pelo fechamento do Canal de Suez, a interrupção, na Síria, do oleoduto da Arábia Saudita ao Mediterrâneo e, conseqüentemente, a alta dos fretes marítimos.

Não obstante os acréscimos nos preços do óleo cru causados pela majoração dos fretes, as companhias produtoras de petróleo ainda tiveram condições de manter os preços até 1969, quando a queda do governo monárquico na Líbia resultou em total transfiguração do **status quo.**

Com a mudança do governo líbio desencadearam-se as pressões latentes passando o centro de decisão das mãos das companhias produtoras aos países da OPEC. Uma vez verificada a dependência, principalmente dos países europeus em relação ao petróleo líbio, o novo governo exigiu imediata alteração no sistema de preços do óleo bruto e maior participação do país na sua produção e exportação. O exemplo foi imediatamente seguido pelos demais participantes da OPEC. Os preços médios por barril avançaram de US$ 1,50 em 1970 para 1,80 em 1971 e 2,15 em 1972.

Paralelamente ao aumento nos preços, os países da OPEC passaram a receber além do **royalty** de 12,5%, a sobretaxa de 30 centavos de dólar por barril, a partir de 1971, devendo esta atingir 45 centavos em 1975, com escala móvel de ajustamento pela desvalorização do dólar. Os preços do óleo no mercado internacional subiram, assim, a nível recorde. A premissa básica da OPEC era de que os preços do óleo cru produzido nos EUA eram o dobro do preço do produzido no Oriente Médio.

O programa de nacionalização e aumento da participação no capital das companhias produtoras acelerou-se a partir de fevereiro de 1971, quando em Teerã os países da OPEC conseguiram efetiva parcela de 25% das concessões existentes, devendo-se elevar esta margem a 51% em 1982. Somando-se a isto a crescente demanda de óleo cru e o crescimento ainda não igualado na produção, a renda dos países da OPEC, de 4,5 bilhões de dólares em 1966 ultrapassou a 15 bilhões em 1972, devendo atingir os 20 bilhões em 1975 e mais de 60 bilhões em 1980. A alta dos preços no mercado internacional, alterando diretamente o equilíbrio do consumo interno de energia nos países consumidores, tem tido secundariamente, nefastas influências no sistema monetário internacional. As fabulosas somas acumuladas pelos países da OPEC têm sido responsabilizadas pela oscilação do dólar no mercado europeu, com efeitos redundantes na precária situação da balança de pagamentos americana. De modo geral, onde a crise se apresenta mais aguda, a tendência é de transferir a culpa para o bode expiatório que, nesse caso, é a OPEC.

2. O CENÁRIO MUNDIAL

A atual crise energética não se limita exclusivamente aos Estados Unidos, onde chega a níveis alarmantes devido à quase exaustão da capacidade instalada de produção, processamento e distribuição. Em geral, e em escalas variáveis, atinge a todos os países consumidores, devido sobretudo à repentina alteração na estrutura das relações de mercado, requerendo nova fase de adaptação entre o mercado supridor e o consumidor. Como existe nítida separação entre os dois setores, com os países da OPEC retendo acima de 80% das reservas mundiais comprovadas, é interessante o enfoque, em separado, desses dois setores do mercado.

2.1 A OFERTA

A raiz da situação do petróleo no mundo, situa-se, não na escassez do produto propriamente, mas na transferência do centro de decisões dos países consumidores — EUA, MCE e Japão principalmente — para os países produtores, representados em mais de 75% do volume exportado pela OPEC. Embora não se possa chamar a crise de artificial, ela provém antes do desajustamento nas relações de produção e consumo.

O que se verifica do lado da oferta é a tendência à formação de cartéis como medida vindicativa do longo e indiscriminado domínio até recentemente exercido pelos poderosos grupos internacionais do petróleo. A política irreal de preços imposta por este grupo (cartel) durante mais de meio século, foi responsável pelas distorções verificadas nos hábitos de consumo imoderado de alguns dos maiores consumidores, levando à exaus-

tão das grandes reservas, como a dos EUA, a desatualização do aparelhamento interno de produção de substitutos, poluição etc. Posteriormente, essa mesma política, se continuada, levaria inexoravelmente à exaustão das maiores reservas nos países produtores.

Reservas Mundiais

Segundo estimativas do **World Petroleum Report' 72,** as reservas de petróleo, comprovadas e prováveis, variavam em 1972, em torno de 500 milhões de barris. Ao nível atual de consumo se aproxima de 25 ou seja, o suprimento ao nível do consumo atual é garantido por mais 25 anos. Dentro de tais perspectivas, embora a crise pareça temporária e localizada, poderá tornar-se universal. Do total acima, aproximadamente 58% localizam-se no Oriente Médio, 14% no bloco comunista europeu, 11% no continente norte-americano, 6% na África e 6% na América do Sul.

As 10 maiores reservas apresentadas na tabela I representam 80% das reservas mundiais. Outras grandes reservas assim se classificam: Indonésia com 10 bilhões de barris; Zona Neutra (Arábia Saudita e Kuwait) com 10 bilhões; Argélia, 8 bilhões; Qatar e Equador, 4,5 bilhões; Egito e México, 3,5 bilhões.

As reservas mundiais de gás natural situam-se pouco acima dos 40 trilhões de metros cúbicos. Desse total, a União Soviética retém cerca de 30% em reservas comprovadas; Estados Unidos e Oriente Médio, 19%. A maior concentração por área se acha na Argélia, que retém cerca de 10% das reservas mundiais.

Tabela I — Dez maiores reservas de petróleo — 1972

País	Reservas* (bilhões de barris)
Canadá	10,5
EUA	48,0
Venezuela	19,5
Irã	48,0
Iraque	35,0
Kuwait	55,0
Arábia Saudita	87,0
Líbia	20,0
Nigéria	13,0
URSS	63,0
Total	399,0

* 1 barril = 42 galões (3,785 litros por galão).
Fonte: *World Petroleum Report' 72*

Produção

A produção mundial de petróleo atingiu os 50 milhões de barris diários em 1972. A taxa de crescimento neste ano foi de 5,5% em relação a 1971. Para alguns países os ganhos em produção estiveram muito acima da média mundial: O Oriente Médio, com taxa de 17% atingiu o total de 16 bilhões de barris por dia, representando 31% da produção mundial. A produção da Nigéria cresceu de 41% com total de 1,5 milhões de barris diários. No sudeste asiático a taxa de crescimento foi de 17%. Em conjunto, os 11 países da OPEC representam 58% da produção mundial de petróleo.

Como se pode verificar pelos dados da tabela II, dentre os 10 maiores produtores de petróleo, os EUA e o Canadá são os únicos cujo consumo ultrapassa a produção. Em 1972, a produção americana supriu pouco mais de 2/3 do consumo interno, devendo cair para 50% em 1980. A União Soviética encontra-se em posição mais vantajosa em relação aos demais países industrializados. Em 1972, o excesso da produção sobre o consumo (livre para exportação) atingiu a dois bilhões de barris. Para o bloco soviético, calcula-se a razão reservas-consumo superior a 25 e observadores ocidentais são acordes em que este valor é consideravelmente subestimado.

Tabela II — Produção e consumo de petróleo — dez maiores — 1971 — (milhares de barris por dia)

País	Produção	Consumo
Canadá	1 358	1 353
EUA	11 240	15 414
Venezuela	3 548	249
Irã	4 535	349
Iraque	1 712	91
Kuwait	2 916	11
Arábia Saudita	4 498	157
Argélia	721	47
Líbia	2 762	23
URSS	7 560	5 650

Fonte: *World Petroleum Report 72.*

A Estrutura de Preços

Como já foi anteriormente salientado, a estrutura de preços do óleo cru no mercado mundial foge ao controle dos países consumidores. Ao cartel dos grandes grupos multinacionais de petróleo, opõe-se o novo cartel constituído pela OPEC. Esta organização levou à uniformização dos preços do óleo cru no mercado internacional, com algumas discrepâncias devido a diferenciais de frete.

A tabela II fornece bases para comparação entre preços FOB em diversos portos de embarque. Deve-se notar que esses valores se alteram de acordo com a densidade do produto, medida em graus API. Por exemplo, no porto de Ras Tanura, Arábia Saudita, o preço do óleo de 34-39 estava fixado em março deste ano em US$ 2,59; óleo de 31-32°, US$ 2,48 etc. A variação nos preços em função da densidade não é, contudo, universal; varia de país para país. Para cada grau acima de 40 há um acréscimo no preço que gira em torno de US$ 0,002. Chama-se atenção para o contraste entre preços do produto norte-americano e o de outros centros produtores no início da série (1970) e a recente escalada nos preços internacionais no sentido da equalização.

Transporte

A capacidade da frota petroleira mundial está avaliada em cerca de 180 milhões de toneladas dwt, distribuída de acordo com os dados da tabela IV (meados

Tabela III — Discriminação de preços por origem e densidade — 1971-73

País de origem	Porto (FOB)	Densidade (graus API)	Preços em US$ barril		
			1971	1972	1973*
EUA	West Texas	34-34,9°	3,27	3,33	3,33
	Bradford, Pen.	n.d.	4,88	4,88	4,88
Canadá	Redwater, Albert	n.d.	2,92	2,92	3,10
Venezuela [1]	Cordon	31-31,9°	2,55	—	—
	Todos	16°	—	2,7474	2,7706
		26°	—	2,9009	3,0596
		31°	—	3,0350	3,2152
Arábia Saudita	Ras Tanura (G)	34-34,9°	1,80	2,479	2,591
	Sidon (M)	34-34,9°	2,37	3,37	3,451
Qatar	Umm Said (G)	41-41,9°	1,95	2,59	2,705
Iraque	Khor (G)	35-35,9°	1,72	2,451	2,562
	Tripoli (M)	36-36,9°	2,41	3,40	3,484
Kuwait	Mena (G)	31-31,9°	1,68	2,373	2,482
Irã	Kharg (G)	34-34,9°	1,79	2,467	2,579
Argélia	Arzev (M)	40-44,9°	2,65	3,539**	3,823**
Nigéria	Bonny	34-34,9°	2,42	3,176	3,561

G — Golfo Pérsico; M — Mediterrâneo.
n.d. — Não discriminado por graus — preço único.
[1] Eliminada variação por porto de embarque desde 1 1/72.
* Preços p/1973 não refletem reajustamentos a partir de abril/73.
** 44-44,9° API.
Fonte: Petroleum Press Service, Londres.

de 1971). A partir de 1967, com o fechamento do canal de Suez, a frota petroleira mundial vem sofrendo crescimento e aprimoramento contínuo, ensejado pelo alongamento das rotas marítimas. Paralelamente, verifica-se tendência ao crescimento da tonelagem por unidade, em função de economias de escala. Como se depreende da tabela V, a tonelagem média por unidade de encomendas junto aos estaleiros nos três últimos anos da série ultrapassa 10 000 toneladas, em contraste com a capacidade média da série, que é de 42 000 toneladas por unidade. Os últimos desenvolvimentos nesta área referem-se aos supertanques de 200 a 350 mil toneladas que deverão acrescer a frota mundial petroleira de 100 milhões de toneladas nos próximos cinco anos. Tal fato acarretará, por outro lado, problemas referentes à atual capacidade dos terminais e instalações portuários, desaparelhados para unidades com acima de 80 000 toneladas dwt.

Tabela IV — Capacidade da frota mundial de petroleiros — 1970 (em milhares de t dwt)

Bandeira de registro	Tonelagem dwt	N.° de barcos	% do total
Libéria	41 113,4	792	24,7
Grã-Bretanha	21 631,7	430	13,1
Noruega	20 344,5	372	12,2
Japão	18 720,8	263	11,2
EUA	8 911,0	350	5,5
Grécia	7 593,2	206	4,5
Panamá	6 140,6	175	3,7
França	6 001,6	123	3,7
Itália	5 098,8	143	3,1
URSS	5 039,5	338	2,9
Suécia	3 846,8	83	2,3
Holand	3 326,4	87	2,0
Alemanha Ocidental	3 059,7	49	1,9
Espanha	2 398,7	84	1,4
Dinamarca	2 289,0	42	1,4
Finlândia	1 073,7	38	0,6
Brasil	1 018,6	36	0,6
Outras	9 155,5	383	5,2
Total	166 773,6	3 994	

Fonte: *World Petroleum Report' 72/Sun oil.*

O total de oleodutos em construção em fins de 1971 está estimado em 50 000 km (excluído o bloco comunista), com custo projetado para cima de 8 bilhões de dólares. Tais cifras tornam-se obsoletas se se toma em consideração o **boom** em novos projetos oriundos da nova política energética americana. No bloco comunista verifica-se crescente atividade nessa área. O total de adutoras aí projetadas atinge a casa dos 10 mil km, devendo dobrar a capacidade atual. As principais linhas ligarão os dois maiores campos de produção, — Volga-Ural e o médio Ob — aos portos do Mar Negro e da Sibéria Oriental. A interligação dos dois campos, cruzando os montes Urais, com 2 400 km de extensão, já está em andamento. Das refinarias de Kuibishev no Volga, parte a adutora de 1 300 km que liga aos portos de Tuapse e Novorossirsk, no Mar Negro e o **Sistema da Amizade** (Drujba), ligando os países do leste europeu, devendo chegar até França e Itália. Dos campos do médio Ob parste a linha que liga ao sistema transiberiano em Anzhero-Sudzensk, devendo atingir o porto de Irkustk, no mar do Japão. Devido à importância vital desse sistema, o Japão vem intensificando esforços no sentido de terminar a ligação de mais de 5 000 km que tem sofrido freqüentes atrasos devidos a problemas de ordem técnica e à falta de equipamentos.

Novas Fronteiras

A alta dos preços do óleo cru a partir de 1969, em virtude das reivindicações dos países da OPEC, além de tornar econômica a exploração de jazidas até então

consideradas antieconômicas, assim como de outros substitutos energéticos, deu início à corrida de proporções ainda não igualadas em busca de novas reservas. As atividades de prospecção e perfuração em novas áreas vêm abrindo perspectivas para a indústria petroleira mundial. As áreas pioneiras situam-se na região ártica do Alaska e Canadá (North Slope), o bolsão do mar do Norte, várias áreas da União Soviética, as plataformas oceânicas da península sul-asiática e Indonésia e, em menores proporções, a China e as cabeceiras amazônicas do Equador, Colômbia, Peru e Bolívia.

O desenvolvimento dessas novas fronteiras tem sido considerado pelos grandes consumidores ocidentais, liderados pelos EUA, de estratégica importância contra as tentativas de dominação do mercado pelos países da OPEC.

Na União Soviética, as novas descobertas na região do Mar Cáspio e bacias dos rios Volga (Volga-Ural) e Ob (médio Ob) poderão ultrapassar as reservas do Oriente Médio. Segundo a revista **World Oil**, os novos campos de gás em prospecção na região asiática da Sibéria poderão ultrapassar o total de reservas mundiais comprovadas, atingindo, em estimativa, a fabulosa cifra de 80 trilhões de metros cúbicos. As reservas russas de gás natural garantem suprimento interno por mais de 65 anos. Tais reservas são consideradas como alternativas às reservas dos países da OPEC. Essa função torna-se relevante em face da crescente preocupação do governo americano com os movimentos de independência econômica dos países da OPEC. Em plano secundário, a Rússia representa potencial consumidor de tecnologia, produtos industrializados e outras matérias-primas. Contudo, acha-se premida pela carência de reservas em moedas fortes e a necessidade de estender seu comércio para além das fronteiras do bloco comunista. O presente plano qüinqüênal russo projeta para 1975 produção diária de 10 milhões de barris de óleo cru e 1 bilhão de metros cúbicos de gás proveniente da Sibéria ocidental. As explorações na região ártica do Canadá deverão em breve introduzir o país na lista dos exportadores de petróleo. As reservas totais das jazidas de gás do delta do Mackenzie e ilhas árticas estão avaliadas em cerca de 25 a 30 bilhões de metros cúbicos, o que torna viável a adutora de quase 4 000 km aos centros consumidores dos EUA e Canadá. Por outro lado, além dos custos de tal adutora, estimados em cerca de US$ 5 bilhões, e os altos custos operacionais em clima inóspito, as explorações árticas norte-americanas (Canadá e EUA) vem sofrendo delongas devido à pressão e obstáculos dos grupos ecologistas.

Em 1972, as explorações do mar do Norte, compreendido entre as ilhas britânicas, Escandinávia e o continente europeu, revelaram reservas em quantidade capaz de satisfazer a curto prazo a crescente demanda européia. Outras reservas de larga escala vêm sendo exploradas na Nigéria, o maior potencial da costa oeste africana. Nos Estados Unidos, novas reservas foram encontradas no vale do Mississipe, Montanhas Rochosas, Alabama e Flórida. No sudeste asiático, as companhias internacionais têm estado ativas na prospecção de novas reservas, principalmente na plataforma continental da Indonésia.

No continente sul-americano novas áreas abrem-se para exploração nas cabeceiras amazônicas do Equador, Colômbia, Peru e Bolívia com resultados satisfatórios. As reservas mais importantes estão situadas no Equador, avaliadas em cerca de 4,5 bilhões de barris. Apesar das recentes desapropriações de companhias canadenses e americanas, o novo consórcio constituído pelo governo equatoriano, Texaco e Gulf vem obtendo sucesso. O Equador torna-se o mais novo participante do clube dos exportadores e candidato à admissão na OPEC. Os custos de operação na região têm sido elevados devido às más condições do terreno (alagadiço) e pelo fato de a construção do oleoduto sobre os Andes ser das mais caras do mundo: quase US$ 200 000/km. As exportações equatorianas deverão produzir no corrente ano ingresso líquido para o país da ordem de 130 milhões de dólares.

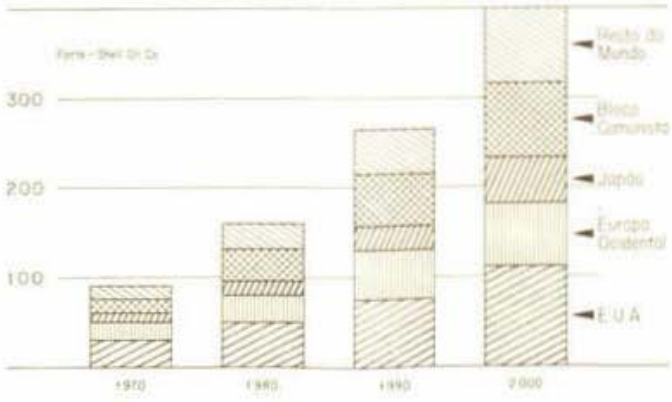
2.2 A DEMANDA EM EXPANSÃO

A crise da energia que ameaça o mundo na corrente década, provém antes da falta de adaptação às novas relações de mercado que, propriamente, da carência do produto. A isto soma-se o desaparelhamento dos maiores centros consumidores face ao crescimento em mais de 100% nos índices de consumo, desde a década de 50, acrescido da negligência dos órgãos governamentais em relação ao controle do consumo.

A demanda total de petróleo, a principal fonte de energia na atualidade, variou em torno de 50 milhões b/d em 1972. Desse total, nada menos de 73,5% foram consumidos pelos oito grandes países industrializados: EUA, URSS, Japão, Alemanha Ocidental, Reino Unido, Canadá, França e Itália — acima de 1 bilhão de barris diários cada. A parcela alocada aos EUA ultrapassa a 15 milhões de barris por dia, isto é, cerca de 1/3 do consumo mundial para uma população que representa apenas 6% do total.

Para os demais países consumidores do mundo, a crise representa apenas deterioração da situação de dependência em que se acham há muito. Secundariamente representa ainda incentivo no sentido de explorar outras fontes de energia tais como hidrelétricas, carvão mineral etc. ou jazidas petrolíferas até aqui julgadas de exploração antieconômica. Este é o caso típico da grande maioria dos países em desenvolvimento.

II - Consumo mundial de energia



Uma vez que novo equilíbrio de mercado seja atingido entre os grandes produtores e consumidores, espera-se que os demais países consumidores, quase exclusivamente dependentes de suprimentos externos,

possam adaptar suas economias ao novo mecanismo de mercado. Paralelamente a novas fontes de suprimento de petróleo em desenvolvimento, outras fontes de energia tais como termonuclear, geométrica etc. começarão a ter papel importante, a partir de 1980. As projeções do consumo mundial de energia até o ano 2 000 constam do gráfico II.

Tabela V — Petroleiros: capacidade das encomendas (milhares de t dwt)

Ano	N.º de barcos	Tonelagem total	Tonelagem média p/ unidade
1960	366	15 363	42,0
1961	352	15 737	44,7
1962	324	14 040	43,3
1963	387	19 212	49,6
1964	332	17 684	53,3
1965	403	20 591	51,1
1966	441	27 385	62,1
1967	469	41 444	88,4
1968	514	53 729	104,5
1969	570	59 328	104,1
1970	649	75 447	116,3

Fonte: *World Petroleum Report' 72/Sun oil.*

Processamento

A estrutura regional da capacidade instalada da refinação não acompanha necessariamente a estrutura de consumo verificda no gráfico II. Nesse sentido, deve-se levar em conta a ação das companhias internacionais de petróleo que mantêm operações de processamento nos países produtores, por razões óbvias, ou em outros pontos, por razões de ordem econômica. Neste último caso, deve se lembrar a situação especial das Antilhas, por sua localização intermediária entre grandes centros produtores e consumidores europeus e americanos. Como amostra, em 1970, a capacidade de refinação das Índias Ocidentais Inglesas e Trinidad era de 700 000 barris por dia; Porto Rico e Ilhas Virgens (mercado americano), 580 000 b/d; e Antilhas Holandesas, colocadas em 11.º lugar em capacidade de refinação, com 800 000 b/d (compare-se com a capacidade instalada do Brasil, de 500 000 b/d em 1970).

A tabela VI apresenta as dez maiores capacidades instaladas de processamento no mundo. Chama-se atenção para o fato de que, dos oito maiores consumidores, os EUA, Canadá, Alemanha Ocidental e Japão suplementam a capacidade interna com a importação de produtos acabados.

Tabela VI — Refinação: capacidade instalada e projetada (milhões de barris por dia)

País	1970	1974
Estados Unidos	13,36	13,64
URSS e Bloco	7,51	8,71
Japão	3,84	5,61
Itália	3,28	4,77
França	2,62	3,25
Alemanha Ocidental	2,42	3,70
Reino Unido	2,37	3,73
Canadá	1,40	1,99
Países Baixos	1,35	2,06
Venezuela	1,34	1,62

Fonte: *World Petroleum Report' 72.*

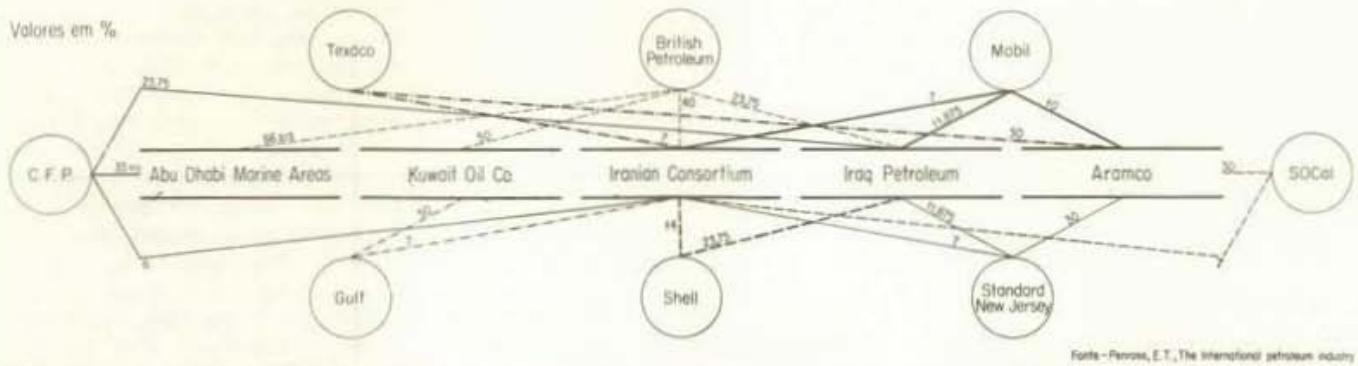
3. INTERMEDIÁRIOS: AS COMPANHIAS MULTINACIONAIS DE PETRÓLEO

As companhias de petróleo vêm exercendo papel dominante em todas as fases da industrialização do produto, a saber: pesquisa, prospecção, perfuração, produção, processamento, transporte e distribuição. O seu papel tem tido inegável valor e se no presente vem perdendo terreno em face de nacionalizações e desapropriações, é justamente porque se reconhece sua importância estratégica e potencial econômico. Verifica-se, na verdade, simples transferência do controle das companhias: do setor privado para o setor público.

Como intermediárias entre os países produtores e o mercado consumidor, elas representaram, no passado "os quatro melhores negócios do mundo", no dizer do entendido John D. Rockfeller. A situação dominante dos grandes grupos internacionais integrados tem raízes históricas em fins do século passado e começos do atual. Com a popularização do automóvel verificada a partir do começo deste século, as grandes companhias tiveram condições para se expandir principalmente nos mercados domésticos dos EUA e Europa.

A primeira guerra teve como resultado imediato a divisão, entre as grandes potências do mandato político

III - Participação das cias. internacionais no capital das cias. produtoras de petróleo do Oriente Médio - 1966



Fonte - Penrose, E.T., The International petroleum industry

sobre extensas áreas do Oriente Médio. Em 1911, a **Standard Oil Trust,** considerada infratora da lei antitruste americana, foi obrigada a desfazer-se de 33 subsidiárias. Apesar disso, a companhia-mãe, hoje **Standard Oil of New Jersey** continua a segunda maior empresa no mundo e a primeira da indústria de petróleo. Em conseqüência da injunção da Suprema Corte, as companhias americanas viram-se obrigadas a procurar outros mercados estrangeiros para produção e colocação dos produtos. As rivalidades entre os grupos americanos e estrangeiros (principalmente anglo-holandeses e franceses) levou à intromissão dos respectivos governos nessa luta e culminou com a formação do cartel do petróleo antes de 1930, cuja lei fundamental baseia-se em cooperar na produção e competir na distribuição. No Oriente Médio, como em outros centros produtores no mundo, as "grandes" companhias uniram-se visando a formar empresas locais para produção, com foro nos países onde operam. O gráfico III fornece visão da amplitude do esforço cooperativo entre os membros do cartel no Oriente Médio em 1966, justamente antes que os países árabes começassem o desmantelamento da rede.

3.1 AS MAJOR COMPANIES

Os sete principais membros do cartel do petróleo constituem as chamadas **major companies,** a saber: Standard Oil N.J., Gulf Oil, Texaco, Standard Oil Califórnia (SoCal), Mobil Oil, isto nos EUA; Royal Dutch/Shell (anglo-holandesa) e British Petroleum (inglesa). Embora de muito menores proporções, a Cie. Française de Petroles é muitas vezes incluída no grupo por seu papel na área internacional. Esse grupo retinha, em 1950, parcela correspondente a 80% da produção mundial de petróleo (excluídos EUA, Canadá, Europa e bloco comunista). Tal cifra decresceu para 76% em 1966, como se pode verificar na tabela VII.

Tabela VII — As sete *majors*: evolução da produção de óleo cru — 1950-1966*

Discriminação	1950		1960		1966		Variação % 1950-66
	000 b/d	%	000 b/d	%	000 b/d	%	
Standard Oil (NJ)	1 020	25	1 920	17	3 150	18	209
Royal Dutch/Shell	770	19	1 600	14	2 390	13	210
British Petroleum	800	20	1 500	13	2 500	14	212
Gulf Oil	300	7	1 170	10	1 780	10	493
Texaco	240	6	790	7	1 440	8	500
Standard Oil of California	180	4	560	5	1 480	8	722
Mobil Oil	140	3	570	5	950	5	578
Total: sete *majors*	3 450	85	8 110	72	13 690	76	268
Outras companhias	620	15	3 120	28	4 230	24	582
Total	4 070	100	11 230	100	17 920	100	340

* Exclui produção nos EUA, Canadá, Bloco Comunista e China.

Fonte: Penrose, E.T. *The International Petroleum Industry.*

Em virtude do caráter de integração de suas atividades na indústria, outras companhias são incluídas entre as **majors,** embora sejam de tamanho diminuto comparadas com as acima mencionadas. Dentre estas últimas destacam-se: Standard Ohio, Sun Oil, Phillips, Kerr-McGee, Murphy, Pennzoil, Union of California, Continental, Exxon (Esso), Marathon, Standard Indiana, Ashland, Amerada, Cities Service, Getty, Atlantic, Skelly e Tenneco, todas sediadas nos Estados Unidos.

Por oposição às **majors,** as chamadas companhias "independentes" se acham envolvidas em um ou mais estágios da produção, refino ou distribuição do petróleo e produtos. Dentre essas destacam-se: Superior, Continental e Clark, nos EUA; no Canadá; Imperial e Home Oil; Petrofina na Bélgica (com subsidiárias no Canadá e Estados Unidos); Sinclair e Creole na Venezuela.

3.2 A GRANDE NACIONALIZAÇÃO

O movimento de nacionalização iniciado no México em 1938 só adquiriu **momentum** com a nacionalização levada a efeito no Irã e Venezuela nos anos 50. A essa encampação simples das reservas junta-se, a partir de então, o movimento dos países produtores no sentido de maior participação no capital das companhias produtoras formadas pelos grupos internacionais. A seguir, a exigência no sentido de equalização dos preços do óleo cru aos níveis do mercado internacional. No período 1948-1961, por exemplo, os preços FOB porto de Ras Tanura, Arábia Saudita, variavam em torno de 52% em relação aos preços FOB Estados Unidos. Tais disparidades levavam à formação da OPEC, em 1960. Novas exigências sucederam-se em ritmo cada vez mais acelerado. Ao lado dos **royalties** que também sofreram acréscimos, novos impostos tenderam à fórmula 50%-50% de participação por parte dos governos nos lucros das companhias estrangeiras operando nos respectivos países. Os preços no mercado internacional mantiveram-se, no entanto, em baixa até 1967, devido às taxas crescentes da produção, acima da demanda, no período. Tal situação permitiria a um **expert** americano adiantar a opinião de que os grupos internacionais teriam assegurado o curso de suas atividades tradicionais no Oriente Médio pelo menos até 1980, esperando-se, no mercado internacional, "queda nos preços, a longo prazo". Nenhuma das previsões seria sustentável já no ano seguinte.

Em 1969, a Argélia nacionalizou 51% das firmas estrangeiras na área do petróleo, em favor do monopólio nacional: a empresa SONATRACH. Na Líbia e Iraque, a nacionalização realizou-se em clima de hostilidade com as companhias estrangeiras. Em 1972, algumas companhias que formavam a Iraq Petroleum Co. anunciaram, no **Wall Street Journal**, a intenção de confiscar carregamentos de óleo provenientes dos campos de Kirkuk e Rumaila e a British Petroleum tentou embargar carregamentos provenientes do campo de Sarir, nacionalizado pelo governo líbio. Recentemente, segundo a **Business Week**, o presidente da Líbia ameaçou de desapropriação total as companhias estrangeiras no país, como medida de protesto às "agressões do governo de Israel e atos de espionagem em países árabes". Tal ato seria apoiado e imitado por outros países árabes, pois, segundo a mesma fonte, o que a Líbia conseguir, o Irã e Arábia querem, e mais.

3.3 AS EMPRESAS ESTATAIS

Em substituição do papel intermediário dos grandes grupos multinacionais, novos tipos de relação vêm-se estabelecendo no mercado internacional de petróleo. O primeiro fato a lembrar é a explosão, em número, de companhias estatais, tanto nos países produtores como nos consumidores. Em vista disto, acordos diretos têm sido feitos entre tais empresas, dispensando intermediação de outras firmas privadas. A ação transfere-se, assim, da área dos grandes grupos em benefício dos monopólios e empresas estatais (e secundariamente, dos chamados grupos "independentes") o que se pode verificar no gráfico IV.

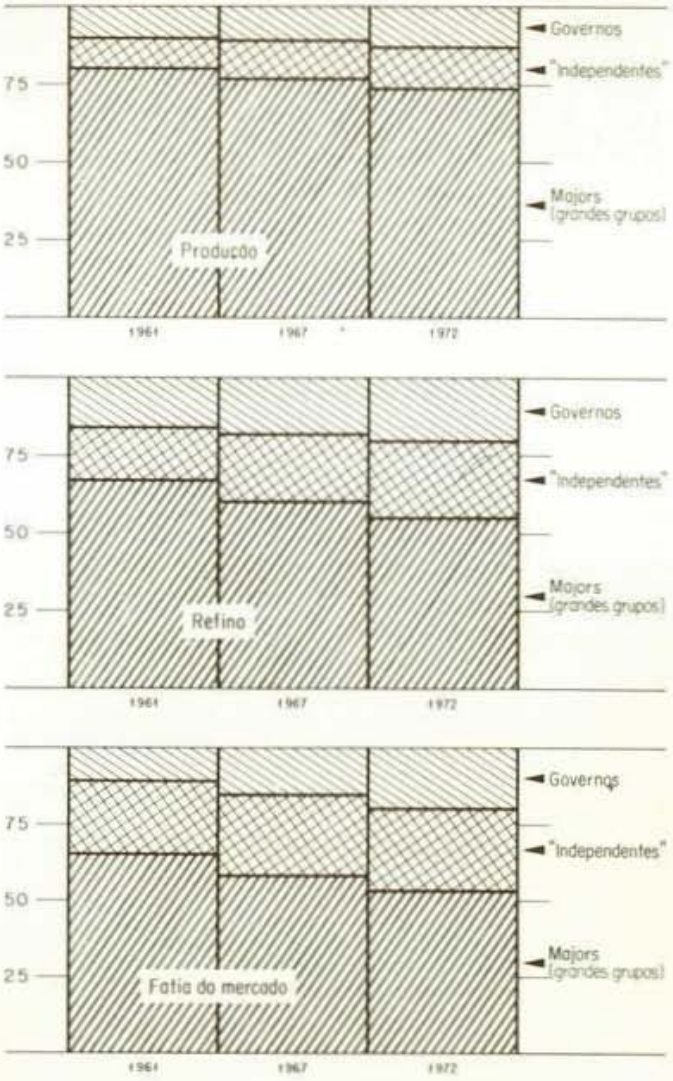
Em segundo lugar, verifica-se tendência no sentido de se estabelecer relações diretas (de trocas, muitas vezes em espécie) entre governos de países produtores e consumidores. Nessa linha de ação, a Petrobrás assinou recentemente com o governo líbio, contrato de suprimento de óleo cru, a longo prazo. Paralelamente, os países árabes uniram-se na empresa estatal internacional OAPEC (Organização of Arab Petroleum Exporting Countries), para produção e comercialização do óleo cru, incluindo uma frota de petroleiros. Países interessados no intercâmbio com OAPEC incluem França, Itália, Alemanha e Japão.

O terceiro tipo envolve acordos bilaterais entre companhias governamentais (Petrobrás-Petromin, Arábia Saudita) ou entre governos e companhias privadas. Este é o caso dos acordos firmados entre Abu Dabi e companhias japonesas. O Brasil, dentro desta linha, vem estabelecendo contratos de exploração em diversos países como Egito, Iraque, Arábia Saudita, Equador e Bolívia.

3.4 OS NÚMEROS

Os efeitos de tais ocorrências fazem-se sentir no lucro final das empresas internacionais. De acordo com a revista **World Petroleum**, o lucro líquido combinado das 48 maiores empresas da indústria atingiu, em 1971, US$ 8,1 bilhões sobre receita bruta de US$ 119 bilhões. A receita cresceu de 6,9% em relação ao ano anterior, mas os custos operacionais também cresceram. Depreciações e "baixas" em virtude de desapropriações constituem o maior item contra a receita operacional, somados os efeitos da desvalorização do dólar. O capital combinado das 48 empresas foi de US$ 80,9 bilhões.

IV - Óleo cru - evolução da participação no mercado por agentes



A presente crise exigirá das companhias operando nos EUA pesados investimentos, principalmente em produção e distribuição, mas o relaxamento do controle dos preços trará lucros compensadores.

3.5 AS COMPANHIAS E A CRISE AMERICANA

Segundo estimativas da Standard Oil Califórnia, o consumo interno de petróleo e derivados nos EUA deverá crescer de 7% para o mercado primário (produtores de outras formas de energia) e 5% para o secundário, no presente ano. Contando com crescimento médio de 30% nos preços, o volume de vendas da indústria deverá chegar a US$ 782 bilhões. O mercado americano de produtos finais acha-se dividido entre as grandes companhias (não só as sete **majors**) e os independentes, em 75% e 25%, respectivamente.

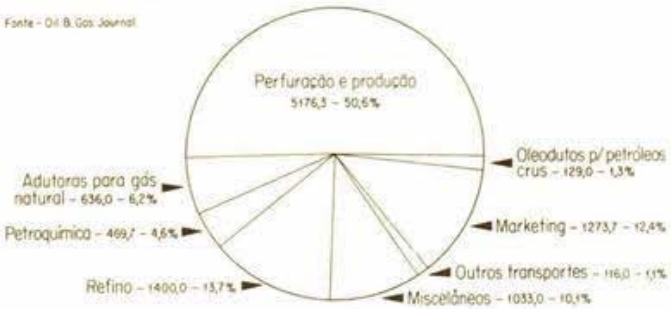
Para satisfazer a crescente demanda interna, o total de investimentos para a indústria este ano está orçado acima do nível de 1972.

Investimentos de tal monta serão facilmente financiados com aumentos no preço dos produtos. Já a partir de maio último a **Federal Prices Commission** concedeu aumento de 75% nos preços do gás na costa les-

te: de 1 para 1,75 centavos de dólar por metro cúbico. Apesar da relutância da Comissão em relaxar o controle dos preços para derivados de petróleo (principalmente gasolina), tem-se por seguro que os preços deverão subir. Considerando-se que para cada centavo sobre a média atual de preços (50 centavos por galão) as companhias têm um acréscimo de 15% no lucro por ação, pode-se prognosticar que o petróleo voltará a ser "os quatro melhores negócios do mundo", mesmo nos Estados Unidos.

V - Projeção dos investimentos de capital

Indústria americana de petróleo - 1973 - US$ milhões



Total - 10.233,7

4. A CRISE AMERICANA

A presente crise energética que ameaça o mundo, como já foi exposto, consubstancia-se no desequilíbrio conjuntural das forças de mercado. Mas, a crise americana tem fundamentos estruturais mais concretos. No dizer de um perito do governo, a situação da política energética americana acha-se em estado de caos ("big mess"). Abaixo se enumeram os três pontos que merecem análise.

4.1 O EXTREMO LIBERALISMO

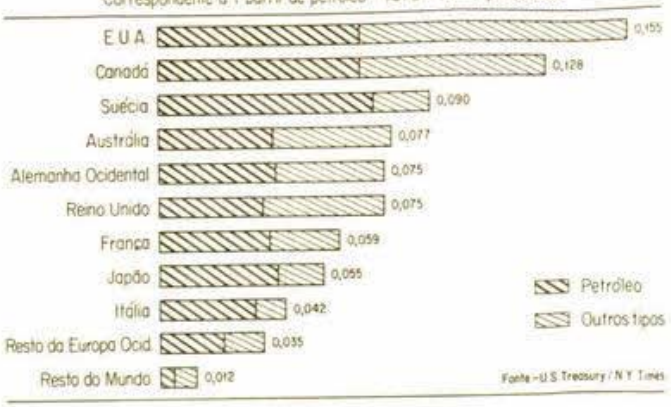
A sociedade americana desenvolveu-se sob o signo do bem-estar, a suposição de recursos inesgotáveis e o direito de consumi-los em função do desejo e posses individuais, sem considerações de ordem social.

O consumo de energia nos EUA dobrou entre 1950 e 1970, atingindo acima de 15 milhões de barris diários, ou seja, 1/3 do consumo mundial em 1971. Tais cifras colocam o país bastante distante do próximo maior consumidor **per capita** (veja gráfico VI), devendo dobrar de novo até 1980. Para satisfazer tal apetite, o país teve de importar em 1972, acima de 27% do consumo interno, com participação de quase cinco bilhões de dólares no deficit total de 6,5 bilhões de dólares no balanço de pagamentos. Dentro de tais perspectivas, o valor das importações de óleo cru e derivados estará em 1980 entre 18 e 24 bilhões de dólares, conforme fontes do Departamento de Comércio.

O preço da energia nos EUA, é dos mais baixos do mundo, graças a controles antiquados e à inexistência de sistema de impostos adequado. Tal situação torna extremamente vulnerável a economia americana, ameaça o equilíbrio ecológico do globo e as relações político-econômicas internacionais.

VI - Consumo per capita de energia

Correspondente a 1 barril de petróleo - 1970 - barris/pessoa/dia



4.2 DESINTERESSE PELO PLANEJAMENTO

Como complemento do ponto anterior, é quase inexistente uma ação do governo em relação à política de energia. A iniciativa neste setor tem sido delegada às companhias privadas. Alto funcionário do governo, antes da mensagem presidencial de 18 de abril, comentou que ela "deveria ter sido enviada há seis anos atrás".

Algumas tentativas de ação governamental no passado restringiram-se aos controles do preço do gás, a nível tão baixo que permitiu a exaustão das reservas nacionais. Outros controles referem-se ao licenciamento das companhias para projetos especiais, aos quais se deve o presente estado de subaparelhamento em perfuração, refinação e transporte no setor privado. A indústria há muito vem criticando o governo em relação à burocracia a que está sujeita no âmbito dos órgãos governamentais reguladores. Para um projeto típico, a empresa interessada terá, em muitos casos, de passar por umas 65 diferentes agências públicas nos três níveis de governo até a aprovação final. Somada à inexistência de legislação integrada referente a energia, tem-se idéia da situação.

O planejamento em relação ao uso ótimo e conservação da energia é praticamente inexistente. Este fato, entre outros, é responsável pelo crescimento assimétrico do sistema de transportes americano. O país se transformou, a partir dos anos 40, num xadrez de asfalto, ao passo que o sistema de viação férrea estiolou-se e foi à falência, como no caso da Penn Central. O transporte urbano passou a depender mais e mais do automóvel, meio antieconômico e poluidor.

4.3 CONSUMIDORES E OUTROS ATIVISTAS

Como se não fosse suficiente, a opinião pública dividiu-se entre consumidores, ecologistas, políticos e outros tipos de ativistas de um lado e defensores dos interesses privados de outro. É típico o caso do oleoduto Trans-Alaska, considerado importante para a economia, cuja implantação vem sendo retardada a mais de três anos devido à posição tomada pelos grupos ecologistas. Nesse período, o custo projetado passou de 3 para 5 bilhões de dólares. Some-se a isto os altos custos da mão-de-obra, fora de contexto com a economia em geral, decorrentes da ação das uniões sindicais.

A Mensagem Presidencial

A mensagem enviada ao Congresso pelo Presidente Nixon visa a aliviar a presente situação de emergência. O ponto alto girou em torno da eliminação das quotas de importação estabelecidas há 14 anos. Outros pontos importantes são:

a) substituição da taxa de 10½ centavos de dólar por barril de óleo cru importado, pela tarifa de 10½ centavos de dólar por **barril acima das quotas vigentes para cada importador em 1972** mais 52 centavos por barril de gasolina importado, a vigorar até dezembro de 1974. Tal tarifa passa a 21 e 65 centavos, respectivamente, a partir de 1.° de janeiro de 1975;

b) estabelecimento de novas concessões para exploração marítima, principalmente no golfo do México e licenciamento de terminais marítimos para petroleiros de larga tonelagem, em águas profundas;

c) estabelecimento de crédito fiscal equivalente a 7% das despesas com novas explorações;

d) propõe a criação do Departamento de Energia e Recursos Naturais (DENR) para coordenar a política federal de energia; e

e) aproveitamento e pesquisa de fontes alternativas de energia.

A mensagem conseguiu desagradar, de algum modo, a todos os setores da economia. As críticas mais objetivas baseiam-se nos seguintes pontos:

1. As medidas apresentadas na mensagem presidencial são de caráter paliativo, caracterizando-se pela falta de planos de ação coordenada entre governo e indústria;

2. evitou-se estabelecer política estrutural em relação ao uso e conservação dos recursos naturais. Os custos de tal política deverão continuar pesando sobre a nação e não sobre os consumidores, diretamente. Tal negligência deixa os grupos ecologistas bastantes inquietos.

3. com os racionamentos já em efeito nos grandes centros consumidores e as companhias distribuidoras tendendo a ajustar os preços à demanda crescente, os efeitos inflacionários sobre a economia bem como o balanço de pagamentos não se farão esperar. Segundo alguns técnicos, o deficit no suprimento de gasolina deverá atingir 300 000 barris diários em 1974; e

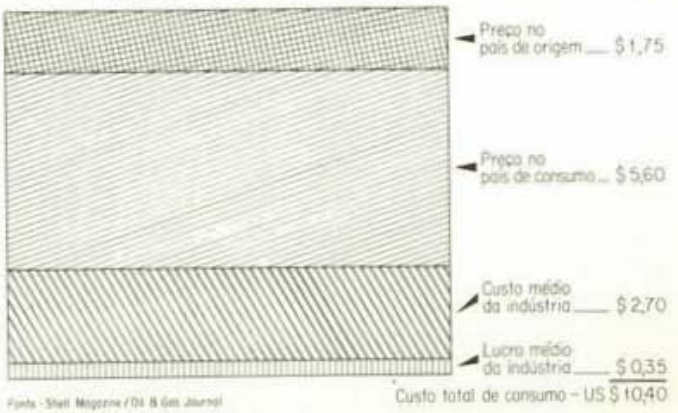
4. relegou-se a segundo plano a pesquisa sobre fontes alternativas de energia. Dias antes da mensagem, o Executivo havia vetado proposta do Congresso no sentido de se alocar verba de 20 bilhões de dólares, para os próximos 10 anos, destinada a incrementar a pesquisa de outras fontes de energia, tais como termonuclear, geotérmica, solar, aproveitamento do carvão mineral etc. Em substituição foi votada a verba de US$ 700 milhões para o exercício de 1974.

5. IMPLICAÇÕES NÃO-ECONÔMICAS DA CRISE

De modo geral, os países da OPEC têm sido responsabilizados pela crise mundial da energia e especialmente pela crise americana. Por outro lado, o montante de divisas em poder desses países tem sido responsabilizado pelas flutuações do dólar no mercado europeu, devido à especulação cambial.

Com a crescente participação na exploração e comercialização do petróleo, garantida aos países da OPEC nos acordos de Tripoli e Teerã e a cláusula de reajustamento de preços segundo índice composto de 11 moedas internacionais prevista no acordo de Genebra do ano passado, a receita bruta desses países atingiu 15 bilhões em 1972, devendo ultrapassar 60 bilhões de dólares em 1980. Considerando que dos 11 países da OPEC somente a Indonésia, Nigéria e Irã têm população acima de 12 milhões de habitantes, e a inexistência de planejamento capaz de absorver tão vultosas quantias, é de se esperar que boa parte destes recursos se dirija para investimentos no exterior ou permaneça como reservas especulativas em bancos europeus. No último caso, diz-se, o sistema monetário internacional será ameaçado.

VII - Estrutura de custos do barril de petróleo na Europa - 1971



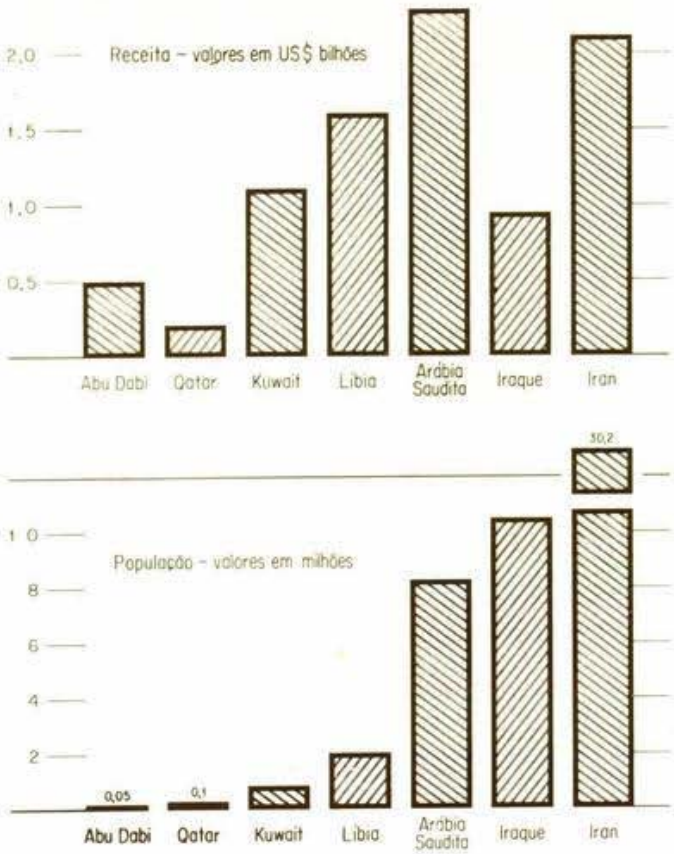
Fonte - Shell Magazine / Oil & Gas Journal

O governo americano vem-se ressentindo da independência com que países tradicionalmente amigos vem agindo, em alinhamento com os demais países da OPEC. Recentes propostas de investimentos, ainda que minoritários, por parte de países árabes, principalmente Arábia Saudita, no mercado interno americano, têm suscitado sobressaltos tanto no setor público como privado, o que demonstra preconceito inexplicável. Teme-se a dominação da OPEC em outras fases da indústria, além da produção e refinação.

A indenização de um bilhão de dólares e mais 5 bilhões parcelados até 1980 — referentes à participação da Arábia Saudita nas companhias estrangeiras em operação naquele país — representa dispêndio mínimo em relação às reservas que aí se vêm acumulando. Além de empreendimentos em cooperação com outros países estrangeiros, como Japão e Abu Dabi, os países árabes acham-se empenhados na formação de companhia para atuar principalmente no transporte, refino e distribuição no mercado internacional.

Em outubro de 1972 o representante dos EUA na OECD propôs aos 23 membros daquela organização a formação de um bloco de países importadores de petróleo (OPIC) para contrabalançar o novo cartel da OPEC. Já há algum tempo o MCE vem elaborando política comum entre os países-membros em caso de crise. Há, evidentemente, necessidade de um acordo internacional sobre a matéria, sobretudo tendo em vista os países pobres do chamado Terceiro Mundo. Há pouco tempo a Índia recorreu à ONU neste sentido. Segundo fontes do **Oil & Gas Journal**, o ministro do petróleo da Arábia Saudita, tem-se manifestado favoravelmente ao acordo internacional e mesmo disposto a auxiliar outros países desfavorecidos, desde que tal organização

VIII - Oriente Médio - receita e população - 1972



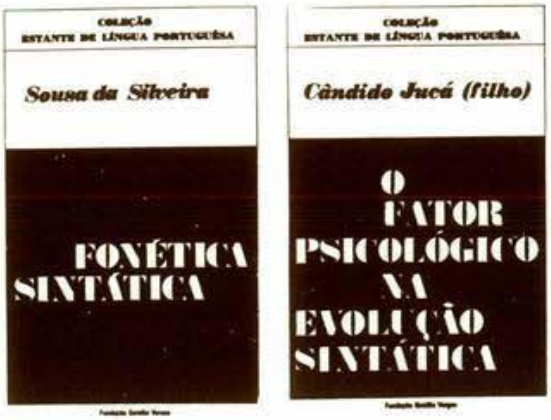
não represente confrontação à política de autodeterminação da OPEC. Caso contrário, "se é a guerra que eles querem, guerra terão", teria ele afirmado. Guerra econômica, de preços. Por outro lado, alguns países e companhias estatais da Alemanha, Japão, França (ELF-ERAP), Itália (ENI) e Brasil, vêm mantendo contatos diretos com os países produtores, de certo modo preenchendo o vazio deixado pouco a pouco pelas companhias privadas internacionais nessa área.

Nos Estados Unidos, porém, segundo o **New York Times,** a situação do Oriente Médio tem recebido ampla conotação estratégica, sobretudo em função da vulnerabilidade das longas rotas marítimas em redor da África e o perigo de colapso total do suprimento de óleo cru ao país, cada vez mais dependente das importações. O apoio dado pelos EUA à política de Israel no Oriente Médio tem concorrido para o alinhamento dos países árabes em torno da causa comum. O governo líbio ameaça desapropriação total das companhias estrangeiras e proibição de carregamentos para os Estados Unidos.

6. IMPLICAÇÕES PARA O BRASIL

Embora o Brasil, como os demais países importadores, tenha sido colhido pela presente crise, a situação é menos premente que a daqueles devido à pequena alteração na estrutura do consumo nacional. O País está, portanto, bem preparado para o aumento dos preços internacionais do petróleo, desde que se mantenha o fluxo do suprimento.

A sintaxe vista por dois mestres



Fonética Sintática *de Sousa da Silveira – Interpretações definitivas de passagens até então mal explicadas dos grandes escritores do nosso idioma. Preciosos subsídios para o esclarecimento de frases feitas.*

O Fator Psicológico na Evolução Sintática – *Candido Jucá (filho) – Trabalho que consolida vários e diversos fatos de linguagem e de psicologia social, os quais têm sido tratados profundamente, mas como alheios uns aos outros.*

Publicações da Fundação Getulio Vargas. À venda nas boas livrarias.

O consumo brasileiro de petróleo em 1971 foi da ordem de 560 milhões de barris, dos quais 168 milhões produzidos no país. A capacidade das 11 refinarias nacionais nesse ano foi de 500 mil barris diários, o que implica não só importações de cerca de 390 milhões de barris por ano (que em 1970 custou ao país acima de US$ 300 milhões), mas também que desse total cerca de 200 milhões de barris vieram em forma de produto acabado. A capacidade de refinação deverá atingir 713 mil barris diários em 1974, encurtando-se, assim, o hiato refinação-consumo no País.

As reservas brasileiras comprovadas estavam avaliadas em cerca de 1 bilhão de barris em 1971 e, no mesmo ano, nossa frota petroleira avaliada em 1 milhão de toneladas dwt. Estas cifras mostram as possibilidades e a necessidade de investimentos vultosos em três áreas: refinação, transporte (incluindo oleodutos) e fontes alternativas de energia. Este último item torna-se importante devido à grande capacidade hidrelétrica do Brasil — a quarta do mundo depois da URSS, China e Zaire (ex-Congo-Kinshasa) — e a existência de amplas reservas de xisto betuminoso, cuja exploração se torna mais econômica à medida que os preços do petróleo crescem no mercado internacional.

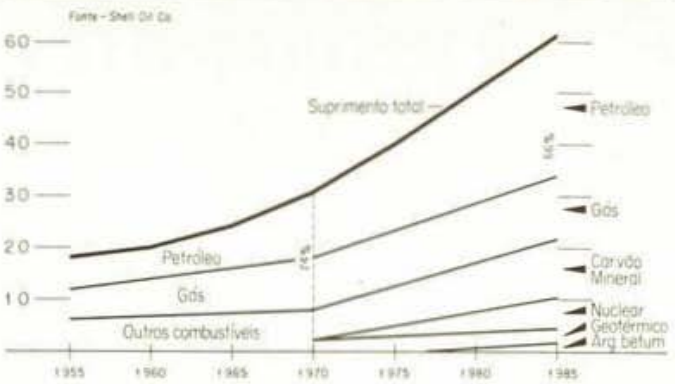
7. CONCLUSÃO: FUTURAS ALTERNATIVAS

Como se salientou neste trabalho, a crise energética mundial baseia-se fundamentalmente no desajuste do mercado consumidor face ao deslocamento dos centros de decisão em direção aos países produtores, bem como ao atraso relativo do aparelhamento de transporte e processamento agravado por contingências internacionais inevitáveis.

Existem na natureza outras fontes de energia, até o presente relegadas a segundo plano, não se contando a capacidade hidrelétrica ainda não explorada. Dessas fontes alternativas, a termonuclear ou atômica, embora apresente maior potencial em quantidade, não deverá entrar em escala comercial antes de 1990, sobretudo devido aos perigos da radioatividade e ao atraso dos processos de enriquecimento do urânio, o principal combustível. Na área da termonuclear, o Mercado Comum Europeu vem desenvolvendo equipamento e técnicas que poderão encurtar o atraso tecnológico em relação ao uso comercial de larga escala.

IX - Suprimento energético para os Estados Unidos

Em equivalentes de óleo cru — milhões b/d



Na área do aproveitamento da energia solar, pouco se tem feito, embora em teoria se saiba ser economicamente viável. A energia geotérmica — vapores condensados no solo — vem tendo desenvolvimento na Califórnia mexicana e americana, já em escala comercial. Mas, é sobretudo no restabelecimento do carvão mineral como combustível não poluidor que se espera o máximo no aproveitamento de fontes naturais convencionais de energia. O carvão vem sendo relegado a segundo plano como combustível devido a seu alto teor sulfúrico, considerado como o principal elemento poluidor. As reservas americanas e européias garantiriam o abastecimento de energia dessas áreas, no presente nível de consumo, por mais 300 anos, não fosse o descuido em se pesquisar novas técnicas de aproveitamento desse mineral.

A presente crise deverá trazer os benefícios do uso mais consciente dos recursos naturais conhecidos, bem como o avanço na técnica de aproveitamento de outras fontes até aqui fora do alcance da humanidade.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL

Está circulando o trigésimo terceiro volume do Anuário Estatístico do Brasil *correspondente a 1972. Editado pelo Instituto Brasileiro de Estatística, da Fundação IBGE, o* Anuário *divulga dados e informações sobre variados aspectos da realidade nacional — físicos, demográficos, econômicos, sociais, administrativos e políticos.*

CIMENTO MAUÁ DÁ PRÊMIO A ESTUDANTES

A Cia. Nacional de Cimento Portland, em colaboração com a Associação Brasileira de Cimento Portland e a Faculdade de Engenharia da UEG, instituiu o Prêmio Mauá, destinado a recompensar trabalhos de pesquisa tecnológica sobre cimento e concreto, efetuados por estudantes. Durante reunião realizada dia 13 de abril último, dois prêmios de, respectivamente, Cr$ 1 500,00 e Cr$ 1 300,00 foram entregues a dois grupos de estudantes.

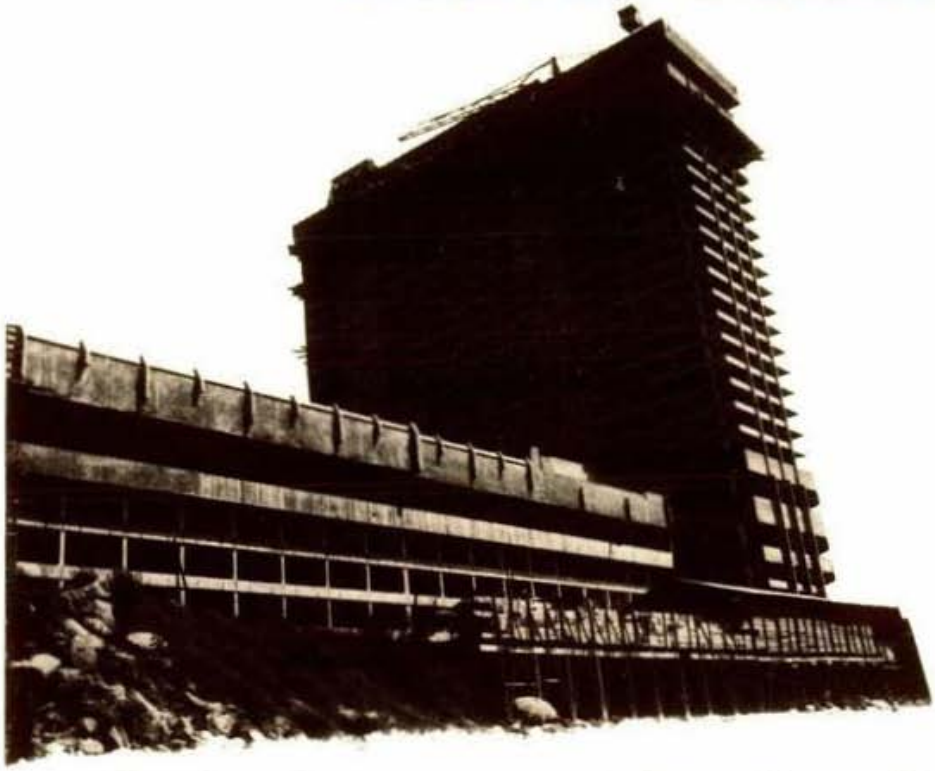
EMPRÉSTIMO PARA RODOVIA BRASILEIRA

Cinco bancos britânicos estão participando de um empréstimo de 40 milhões de dólares ao Brasil para ajudar a construir uma das rodovias de integração nacional. O empréstimo, anunciado recentemente pelo Banco Eurobraz, com sede em Londres, é por dez anos, às taxas atuais do mercado. A amortização começará após um período de quatro anos e meio. Os membros britânicos do sindicato de 36 bancos que está fazendo o empréstimo são o Barclays Bank (London and International) Ltd., William Brandt's Sons and Co. Ltd., Hambros Bank Ltd., The Middland Bank Ltd. e The Libra Bank, um consórcio multinacional, que tem como um de seus sócios o British National Westminster Bank. O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem vai aplicar os recursos no financiamento do trabalho de construção da BR-101, que irá de Santos a Salvador, passando pelas cidades do Rio, Campos e Vitória.

FEIRA INDUSTRIAL BRITÂNICA

O embaixador britânico no Brasil, lançou, terça-feira, 17 de abril, em entrevista à imprensa, a campanha de promoção da Feira Industrial Britânica que se realizará no Parque do Anhembi, em S. Paulo, de 23 de agosto a 1 de setembro 1974. A Feira representará a culminação de ativo programa de visitas comerciais entre a Grã-Bretanha e o Brasil nos próximos meses. Pontos altos dessa série de visitas serão uma missão, no fim do ano, da Confederação da Indústria Britânica e visitas de grupos das Câmaras de Comércio de Leicester, Birmingham e, em 1974, Londres. Planeja-se também um seminário a ser realizado no Brasil, no ano que vem, sobre a ampla linha de serviços oferecidos pela City de Londres

O CIMENTO MAUÁ CONTINUA O MESMO. É JUSTAMENTE POR ISSO QUE ELE CONTINUA O MELHOR.



Proprietária: Cia. Palmares - Hotéis e Turismo
Arquiteto: Henrique Mindlin Associados Ltda.

Quando se diz que um produto continua o mesmo, a crítica não é nada boa.

Com o Cimento Mauá isso não acontece.

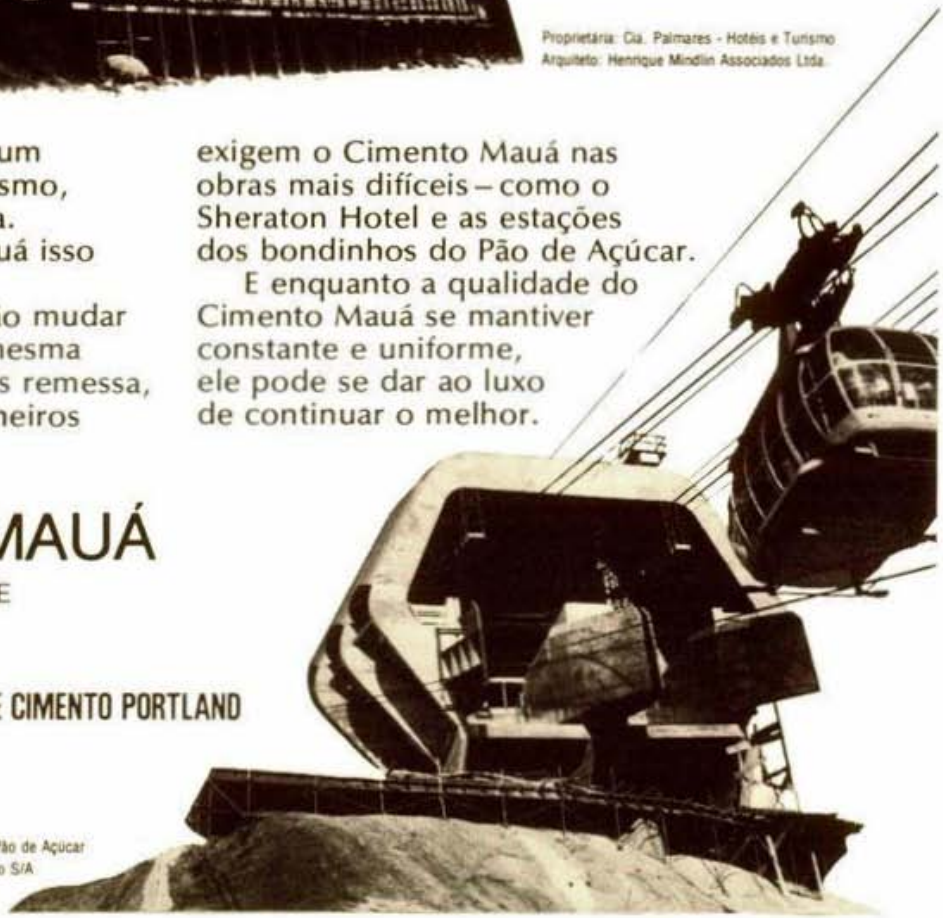
É exatamente por não mudar nunca e ter sempre a mesma eficiência, remessa após remessa, que os próprios engenheiros exigem o Cimento Mauá nas obras mais difíceis – como o Sheraton Hotel e as estações dos bondinhos do Pão de Açúcar.

E enquanto a qualidade do Cimento Mauá se mantiver constante e uniforme, ele pode se dar ao luxo de continuar o melhor.

CIMENTO MAUÁ

SEGURANÇA PARA SEMPRE

CIA. NACIONAL DE CIMENTO PORTLAND



Proprietária: Cia. Caminho Aéreo Pão de Açúcar
Construtora: Construtora Valparaíso S/A
Arquiteto: H. J. Coler

GRANT

Japão 1977-4.000 dólares per capita

Em 1977 o Produto Nacional Bruto do Japão deverá ser da ordem de 594 bilhões de dólares e a sua renda **per capita** poderá atingir 4 026 dólares, ou seja, nível próximo do atualmente observado no país mais rico do mundo — Estados Unidos. Isso é o que prevê o programa qüinqüenal 1973-77, fixado pelo Conselho Econômico Japonês que se compõe de 30 membros, entre líderes empresariais e técnicos.

As diretrizes básicas do programa podem ser sintetizadas em quatro linhas mestras: a) melhoria ambiental; b) aumento do padrão de conforto da população; c) estabilidade de preços; e d) maior cooperação internacional.

Para a consecução desses objetivos são previstos investimentos equivalentes a 292 bilhões de dólares na área de serviços públicos durante o período de cinco anos. Aquele montante somado aos US$ 39 bilhões em investimentos ligados ao bem-estar social representará cerca de 8,8% do PNB estimado para o qüinqüênio, comparativamente a uma taxa de 5,3% observada em 1972. A própria indústria privada deverá gastar nada menos que US$ 19 bilhões em projetos de controle da poluição.

Para que a meta de crescimento econômico global seja efetivada será necessário crescimento anual de 9,4%. O Conselho Econômico estima que na primeira fase do plano a taxa de crescimento se situe acima dos 9,4% e que nos últimos anos a taxa se reduza ligeiramente.

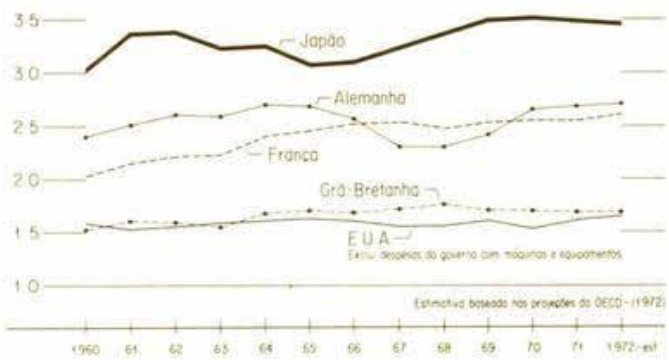
Os investimentos fixos governamentais deverão crescer a uma taxa média de 15,5% no qüinqüênio, acima portanto da taxa observada na década dos 60 (13%). As despesas com investimentos privados em habitação deverão se manter em elevado ritmo de crescimento (20%), à semelhança do ocorrido na última década (22%). As despesas em equipamentos pelo setor privado, por sua vez, crescerão a uma média anual de 11%, comparativamente à média de 17%, observada no período

Projeções para a economia japonesa para 1977

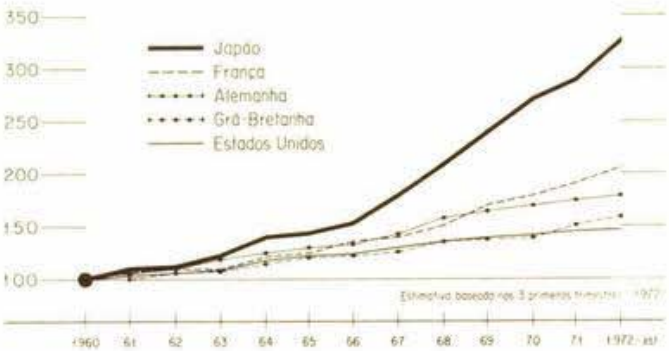
Itens	1970	Percentagem do PNB	1977 (estimativa)	Percentagem do PNB	Taxa média de crescimento	
					1973-77	1961-70
Força de trabalho	51 700 000		54 100 000		0,8%	1,3%
	(US$ bilhões)		(US$ bilhões)			
Investimento fixo do governo (real)	16				15,5	13
Transferência do governo ao setor privado (a preço de mercado)	10	5,3 (% da renda nacional)	39	8,8 (% da renda nacional)	22,0	18
Investimento privado em controle da poluição (real)	0,6		6		34,1	
PNB (real)	1 8		341		9	11
PNB (a preço de mercado)	237	100	594	100	14	16
Despesa de consumo pessoal	123	51	308	52	14	15
Despesa de capital fixo do governo	19	9	75	13	18	18
Despesa privada em equipamentos	49	20	91	15	11	17
Despesa privada em habitação	16	7	55	9	20	22
Exportações de mercadorias e serviços	29	12	68	11	14	17
Menos: importações de mercadorias e serviços	8	11	62	10	17	16
Saldo do balanço de pagamentos em conta corrente	2,4		5,9			

Nota: Dados em termos reais são baseados nos preços de mercado de 1965.
Fonte: Extraída da *Nippon on steel news*. Março de 1973.

Investimento como % do PNB



Produtividade - produção por homem-hora na indústria



1961-70. Caso essas projeções se realizem, em 1977 o capital fixo em plantas e equipamentos do setor privado representarão cerca de 42% do total do capital fixo domestico.

As exportações crescerão a taxas inferiores às das importações, ao contrário do ocorrido no decênio 1961-70, o que deverá contribuir para reduzir os superavits acumulados pelo pais em suas transações externas.

Os gastos de consumo privado deverão se expandir em ritmo ligeiramente superior ao do PNB, ao invés do observado nos anos anteriores quando o crescimento do consumo não acompanhou a expansão global da economia.

MODIFICAÇÃO ESTRUTURAL

A economia japonesa deverá apresentar modificações estruturais importantes durante o periodo, em conseqüência da evolução diferenciada das taxas de crescimento setoriais. A produção industrial terá aumentado substancialmente sua participação na formação do produto total, ocorrendo fenômeno inverso com a participação das atividades rurais. As indústrias de construção e de maquinaria, sobretudo, ampliarão consideravelmente sua importância relativa.

Dentro do próprio setor industrial deverão ocorrer mutações relevantes. Um período de progressiva sofisticaçao da atividade do setor secundário deverá iniciar-se no qüinqüênio 1973-77. As indústrias química e metalúrgica, que evoluíram em ritmo acelerado na última década, terão diminuida sua participação relativa dentro do setor industrial.

Por volta de 1977, as despesas de capital do governo deverão atingir níveis próximos às do setor privado, em vista de sua crescente participação na formação bruta de capital fixo do país. A maior parcela da poupança individual, que até o momento tem sido dirigida ao financiamento dos investimentos empresariais, deverá estar sendo canalizada preponderantemente para cobrir os investimentos públicos ao final do qüinqüênio. Também os investimentos do setor família, em habitações, resultarão em aumento de sua participação no total da formação de capital fixo.

INFLAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA RENDA

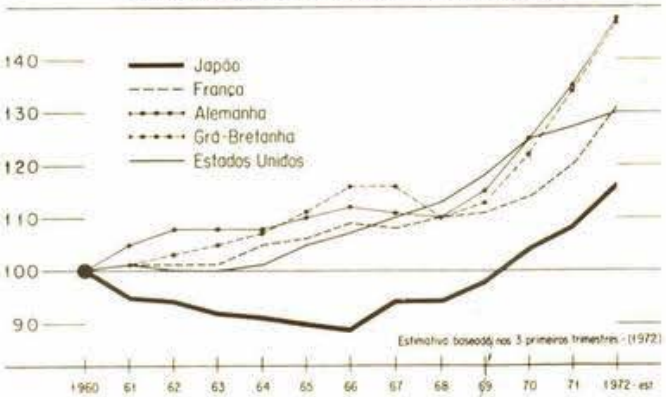
Os preços dos bens de consumo deverão crescer a uma média anual de 4,9% e os preços por atacado a uma taxa de 2,3%. A renda dos assalariados deverá expandir-se a uma média anual de 12,3% o que, na presença da projetada taxa de crescimento dos preços dos bens de consumo, deverá permitir rápida melhoria do padrão de vida do povo.

Além disso, dado o esperado crescimento anual de 3% no volume da mão-de-obra ocupada, a participação dos salários no total da renda sofrerá aumento sensível. Ao mesmo tempo, decrescerá a participação da classe empresarial na renda nacional. Com isso, prevê-se melhoria da eqüidade distributiva da renda nacional.

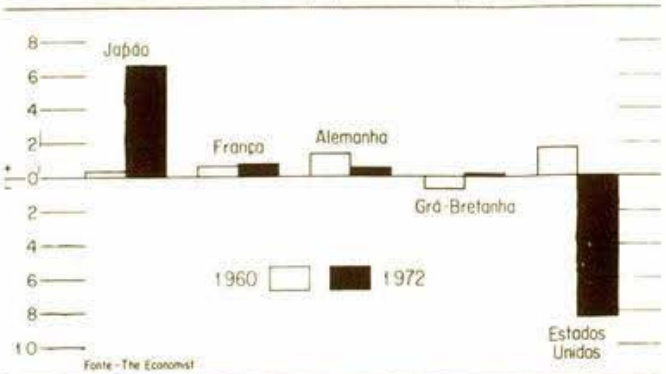
SETOR EXTERNO

Com as exportações evoluindo a uma média de 14% ao ano, seu valor deverá atingir a cifra de US$ 56 bilhões em 1977. Caso o comércio mundial mantenha nos próximos anos o mesmo ritmo de crescimento recente, em 1977 aqueles 56 bilhões de dólares corresponderão a

Preços dos produtos de exportação em US$



Saldo do balanço de pagamentos - US$ bilhões



9,3% das importações de todo o mundo, excluindo-se o bloco comunista e o próprio Japão. Vale lembrar que em 1971 a participação foi de 7,8%. As importações deverão alcançar o montante de 43 bilhões de dólares em 1977, supondo uma taxa de crescimento médio anual de 16,5% no qüinqüênio.

Caso essas projeções se realizem, o balanço de transações correntes (que engloba a balança comercial e os pagamentos e recebimentos por serviços) deverá mostrar superavit de US$ 5,9 bilhões ao final do qüinqüênio, ou seja 1% do PNB. Essa cifra reflete a transferência de bens e serviços (recursos reais) do país para o resto do mundo, o que se constitui em uma característica dos países desenvolvidos (exportadores de capitais).

POPULAÇÃO

Em 1977 a população japonesa será de 110 milhões de indivíduos, dos quais 39% com idade inferior a 25 anos. Em 1972 a percentagem de população nessa faixa etária era superior (42%). A população idosa (com 65 anos ou mais) deverá elevar sua participação situando-se, contudo, abaixo dos 10% dos Estados Unidos. Até o ano 2005 a participação da população idosa não deverá ultrapassar 14% do total, cifra essa que reflete a atual situação da Europa. A força de trabalho do Japão deverá se constituir em 54,1% milhões de indivíduos em 1977, comparativamente a 51,7 milhões em 1970.

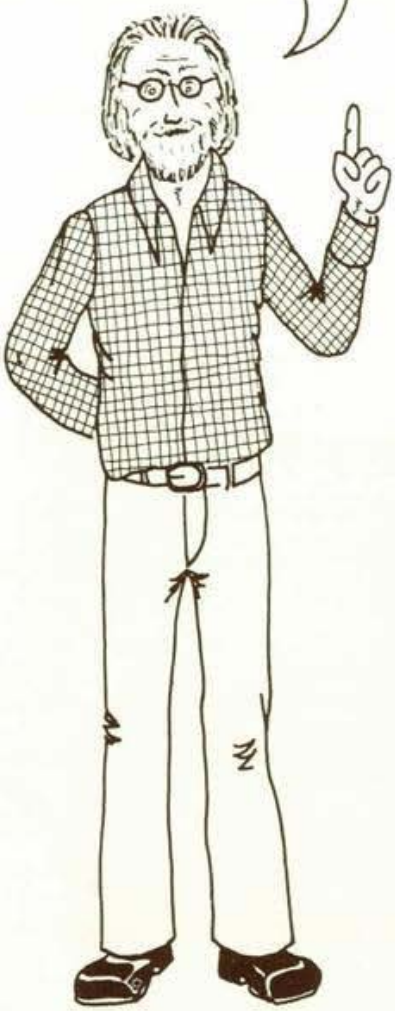
Cerca de dois terços da população deverão residir nas cidades em 1977, elevando a taxa de urbanização do país. Apesar disso, os investimentos em serviços básicos como água, saneamento, controle da poluição e transporte, deverão permitir melhoria ambiental para a população citadina.

CONCRETIZAÇÃO POSSÍVEL?

O desempenho da economia japonesa no pós-guerra, a extraordinária taxa anual de crescimento de 11% mantida na década anterior e outros dados qualitativos e quantitativos sobre o país permitem admitir, com relativa facilidade, as citadas projeções para o período 1973-77. Os gráficos I a IV ilustram com bastante propriedade os "segredos" do milagre econômico japonês. Dentre outros, os seguintes fatores ajudam a acreditar no desempenho favorável da economia japonesa nos próximos anos, ou nas próximas décadas: a) altas taxas de poupança e investimento (cerca de duas vezes maiores que dos Estados Unidos); b) superior educação e adestramento da mão-de-obra (quantidade americana e qualidade européia no curso secundário); c) capacidade tecnológica concorrente com a dos demais países industrializados; d) excelente administração da economia, pelo governo, pelo empresariado e indiretamente pelos próprios trabalhadores; e) acesso adequado, em condições vantajosas, à maior parte dos recursos e mercados do mundo; f) inexistência de pressões importantes que possam induzir a desvios de recursos para áreas de baixa produtividade.

Salvo aparecimento de dados não previsíveis presentemente, existem, pois, boas razões para se acreditar que dentro de cinco anos o PNB do Japão alcance valor correspondente a 600 bilhões de dólares (50% do atual PNB americano) e que sua renda **per capita** ultrapasse a barreira dos 4 mil dólares.

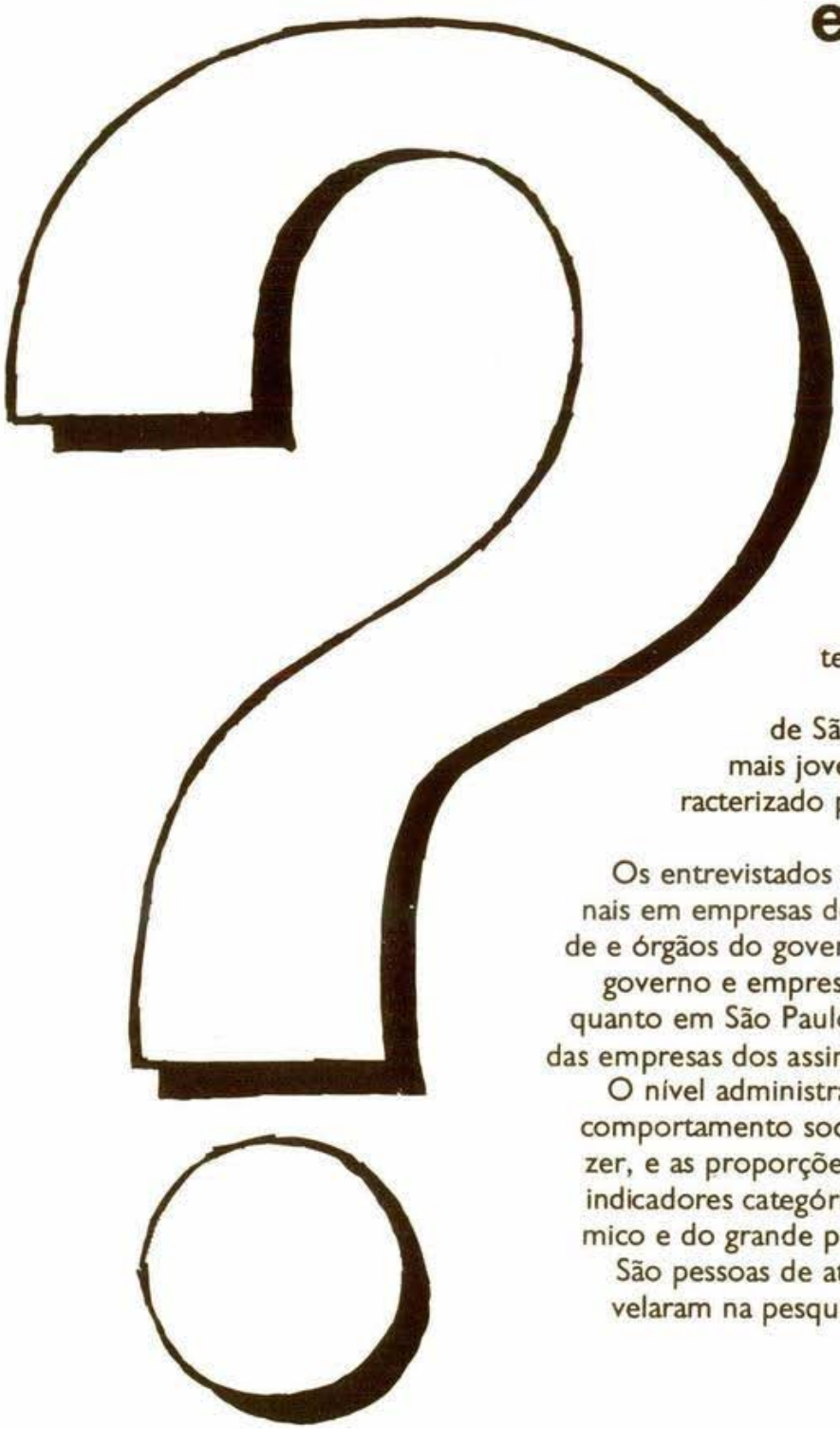
Aquilo que não está nos jornais



Pelo jornal você sabe que uma praga destruiu certa plantação, Johnson morreu de um enfarte, Jorge Amado publicou mais um livro ou foi assinada a paz no Vietnam.
Lendo *O Correio*, você ficará conhecendo a ação dos modernos inseticidas, as recentes conquistas da cardiologia, o papel sociocultural do livro, o patrimônio artístico vietnamita.
O Correio, uma janela aberta para um mundo que você não encontra no jornal.

QUEM LÊ CONJUNTURA ECONÔMICA?

Perguntamos à Marplan, e ela informou:



"Os dados revelados pelos assinantes de Conjuntura Econômica demonstram que a publicação atinge um público altamente expressivo, formado por empresários, executivos e técnicos em sua grande maioria. No conjunto, o grupo de executivos constitui 48%, os assessores e assistentes alcançam 39%, e os cargos de nível inferior e estudantes formam menor grupo, com 13% do total. O grupo de assinantes de São Paulo, mesmo sendo um pouco mais jovem que o do Rio de Janeiro, é caracterizado pela maior presença de elementos de nível executivo.

Os entrevistados exercem suas atividades profissionais em empresas dos mais variados ramos de atividade e órgãos do governo. No Rio de Janeiro, órgãos do governo e empresas de serviços abrangem 52%, enquanto em São Paulo indústria e serviços somam 69% das empresas dos assinantes de Conjuntura Econômica.

O nível administrativo e profissional, os hábitos no comportamento social e cultural, as ocupações do lazer, e as proporções de investidores e segurados são indicadores categóricos do elevado nível socioeconômico e do grande poder aquisitivo dos entrevistados. São pessoas de atividade intensa e variada, que revelaram na pesquisa características de consumo sofisticado".

A CONJUNTURA NO ESTRANGEIRO

Euromoeda-
dólares retornarão aos Estados Unidos

Recentes medidas monetárias norte-americanas visaram restringir ainda mais a expansão do crédito interno, de modo a combater a inflação. A economia americana tem apresentado índices de crescimento e índices inflacionários elevados. Assim, no 1.° trimestre de 1973, a taxa de crescimento do produto interno bruto, tomada em uma base anual, equivaleria a 14%, a preços correntes, sendo que seis pontos de percentagem representaram simplesmente acréscimo de preços. De qualquer forma, o crescimento real de 8% aparenta ser exagerado, tendo o Morgan Guaranty Trust Co. afirmado, por exemplo, que tal taxa é aproximadamente o dobro da que a economia pode suportar sem o aparecimento de pressões inflacionárias. As vendas ao consumidor, no varejo, aumentaram de 25% no primeiro trimestre, em uma base anual, o que indica perspectivas de crescimento e de inflação.

Conseqüentemente, o **Federal Reserve** tomou diversas medidas — efetivadas a partir de 16-5-73 — que visam reduzir a expansão de crédito, e que possivelmente implicarão acréscimo ainda maior nas taxas de juros. Deste modo, o recolhimento compulsório sobre recursos captados com certificados de depósitos foi elevado de 5 para 8%; a captação de recursos por bancos através da venda de letras de câmbio e notas promissórias está também, agora, sujeita ao compulsório de 8%; as restrições sobre taxas de juros de certificados de depósitos com prazo acima de 90 dias foram totalmente abolidas, seguindo tendência semelhante aos CD de prazo inferior a 90 dias (que têm suas taxas livres desde junho de 1970). Mais importante, em termos de mercado de euromoedas, foi a diminuição de 20 para 8% do recolhimento compulsório do total dos recursos obtidos por bancos norte-americanos no eurodólar. O resultado parece claro. Os dólares norte-americanos na Europa, quase todos em poder das filiais estrangeiras de bancos norte-americanos, irão retornar aos EUA, o que possivelmente irá implicar uma tendência ao crescimento dos juros internos, e, simultaneamente, uma leve redução das taxas do eurodólar, de vez que essas são sensivelmente superiores às taxas de juros prevalecentes no mercado interno norte-americano.

A situação continua pouco satisfatória para os bancos estrangeiros. Ainda recentemente o Barclays Bank, da Inglaterra, viu recusado seu pedido de compra de um banco médio norte-americano, o Long Island Trust Co. que possui nada menos que 30 agências na cidade de Nova Iorque.

Tal fato, porém, provavelmente não afetará as operações do Barclays nos Estados Unidos: ele já conta com importante filial na Califórnia e em Boston e irá adquirir bancos menores, em Nova Iorque.

OURO

Durante o mês de maio o preço do ouro ultrapassou a barreira de US$ 100 por onça-troy, fixando-se ao final do mês em US$ 110. A evolução dos preços do metal resultou de pressão sobre o dólar, pressão essa causada pelas incertezas do episódio de Watergate. Entre outras pressões que também contribuíram para a referida pressão destacam-se: a preocupação sobre o comportamento inflacionário no país, o confronto entre os países consumidores e produtores de petróleo, e a crise energética que assolou a nação americana.

A revista **The Economist** observou que a elevação do ouro em uma conjuntura diferente, como a de apenas três meses atrás, apresentaria impacto negativo: fechamento de mercados cambiais mundiais, discussões infindáveis de ministros da fazenda sobre novas taxas **fixas** de câmbio, controles cambiais e tarifários mais acentuados etc. Nada disso, entretanto, aconteceu recentemente. A flutuação das moedas implicou apenas enfraquecimento do dólar de uns 2 a 3%. De qualquer forma, se a situação é bastante cômoda para os países desenvolvidos, manifestações recentes de líderes financeiros dos países em desenvolvimento são taxativas na afirmação de que a flutuação das principais moedas internacionais é desfavorável a seus interesses.

EUROCRÉDITOS

O total de 30 eurocréditos acordados em março equivaleram a US$ 1 220,5 milhões, representando novo recorde mensal, quer em valor, quer em quantidade. Os argelinos conseguiram três créditos, quase metade das operações do mês, sendo um deles no valor de US$ 300 milhões, com 10 anos de prazo, para o Banco Argelino de Desenvolvimento.

O Brasil realizou em março seis operações totalizando US$ 108 milhões. O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, obtendo US$ 40 milhões a serem pagos em 10 anos, mereceu especial comentário da imprensa londrina.

BÔNUS

Os bônus oferecidos no mercado internacional de capitais somaram US$ 331 milhões, com boa recuperação em relação aos US$ 229 milhões do mês anterior. Não obstante, em março de 1972, os lançamentos de bônus foram de US$ 675 milhões.

Os investidores em títulos de renda fixa estão ainda relutantes em efetuarem operações em dólares, particularmente operações simples, sem cláusulas de conversibilidade em ações, ou ainda, operações com unidades monetárias de conta. A tendência a lançamento de operações em marcos alemães, que superou no mês, de forma inédita, os lançamentos realizados em dólares, está cada vez mais forte. Dos 15 lançamentos seis o foram em DM e apenas quatro em dólares. A Renault francesa realizou em março lançamento no valor de 50 milhões de libras libanesas a uma rentabilidade efetiva de 7,25% a.a. Este foi o primeiro lançamento em tal moeda e objetivou captar os investidores do Oriente Médio através de uma moeda por

Taxas do eurodólar — % a.a.

Data	À vista	1 mês	3 meses	6 meses	1 ano
1969					
Mar. 27	10 3/8	—	8 3/8		8 3/16
Jun. 26	9 7/8	11 1/4	11 3/16	11	10 7/16
Set. 25	9 1/4	10 5/8	10 7/8	11 3/8	11 1/8
Dez. 25	9 1/4	12 9/16	11 7/16	10 13/16	10 7/16
1970					
Mar. 26	8 1/6	8 5/8	8 1/2	8 1/2	8 1/2
Jun. 25	8 7/8	9 3/16	9 3/16	9 1/4	9 1/4
Set. 24	7 7/8	8 1/16	8 1/16	8 7/16	8 7/16
Dez. 31	5 7/8	6 1/4	6 1/2	6 3/3	6 7/8
1971					
Mar. 25	5 1/4	5 3/16	5 1/4	5 13/16	6 1/4
Jun. 24	4 3/4	6 9/16	6 13/16	7 1 8	7 7/16
Set. 30	5	6 7/8	7 5 8	7 5/8	7 11/10
Dez. 30	5 5/8	5 3/4	5 13/16	6	6 1/8
1972					
Jan. 27	3 3/8	4 3/8	5 1/6	5 1/2	5 3/16
Fev. 24	3 1/4	4 9/16	5	5 1/2	6
Mar. 30	3 3/4	5	5 1/2	5 15/16	6 3/8
Abr. 27	3 7/8	4 1/2	5 1/16	5 11/16	6 1/8
Mai. 25	3 3/4	4 7/16	4 13/16	5 3/8	5 15/16
Jun. 29	3 3/4	4 11/16	5 1/4	5 11/16	6 1/16
Jul. 27	5 3/4	5 5/8	5 11/16	6 1/4	6 1/4
Ago. 31	4 1/2	5 7/16	5 1/2	6 3/16	6 5/16
Set. 28	4 1/2	5 1/16	5 15/16	6 1/8	6 3/8
Out. 19	4 7/8	5 3/8	6	6 1/8	6 1/4
Out. 26	4 3/4	5	6	6 3/16	6 1/2
Nov. 30	5	5 15/16	5 15/16	6 1/8	6 1/4
Dez. 28	5	5 3/4	5 13/16	6 3/16	6 1/4
1973					
Jan. 25	6	6 5/16	6 3/8	6 5/8	6 11/16
Fev. 22	7 1/2	8 3/16	8	8	7 3/4
Mar. 29	7 5/8	8 3/8	8 9/16	8 5/8	8 1/2
Abr. 19	7	8 1/8	8 1/8	8 3/16	8 1/6
Mai. 28	7 1/4	8 11/16	8 11/16	8 11/16	8 11/16

Fonte: *Euro-Money* e *Financial Times*.

eles conhecida e respeitada. Foi vendido muito facilmente, quase em sua totalidade na própria região. O lançamento de tal papel em operação simples, sem conversibilidade alguma, abre caminho para que novas operações, "sob medida", para mercados e investidores específicos, sejam realizadas mais comumente no futuro.

O mercado secundário com bônus atingiu cifras elevadas, o que levou um observador do **Herald Tribune** a tecer comentários paralelos sobre a situação político-econômica atual dos Estados Unidos e suas implicações sobre as taxas de bônus. Daí concluir-se que, por exemplo, papéis de primeira qualidade como os bônus internacionais da **Leasco**, com taxas nominais de juros de 5%, eram quotadas a 52, o que implica uma rentabilidade de 9,6% a.a., caso o título seja mantido até sua maturidade nas mãos do investidor. Mais ainda, papéis emitidos ainda recentemente a 5,5% estão sendo vendidos com elevado deságio, de modo a manter uma rentabilidade de no mínimo 9%.

O mercado secundário de títulos está um tanto abalado pela proposta da Bolsa de Valores de Luxemburgo de criar um consórcio internacional, que permita estabelecer sistema de computação ligando os principais investidores de bônus diretamente, sem intermediação de corretores. Tal mecanismo provocaria, possivelmente, o desaparecimento de corretores e outros operadores "fazedores do mercado", o que, na conjuntura atual, geraria novas incertezas sobre o mercado de eurobônus.



SE O SEU ASSUNTO É ECONOMIA PROCURE CONHECER NOSSOS TÍTULOS

Editora da Fundação Getulio Vargas

Livrarias:

RIO DE JANEIRO

Livraria Carneiro Felipe
Praia de Botafogo, 188
C.P. 21120 Tel.: 266.1512 R. 110

Livraria Teixeira de Freitas
Av. Graça Aranha, 26 Lj.He C
Tels.: 222.4142 e 242.5378

SÃO PAULO

Livraria Faria Lima
Av. Nove de Julho, 2029
C.P. 5534 - Tel. 288.3893

BRASÍLIA

S.Q. 104 Bloco A loja 11
Tel.: 24.3008

Agenda internacional - maio de 1973

ARGENTINA: OS ÚLTIMOS DIAS DA JUNTA MILITAR

● Hermes Quijada, ex-chefe do Estado Maior das Forças Armadas, Contra-Almirante reformado, foi assassinado dia 30 de abril, pelo Exército Revolucionário do Povo, de orientação trotskysta. O motorista do Contra-Almirante revidou ao ataque, tendo sido morto um dos terroristas. O Presidente Lanusse chamou imediatamente Hector Campora, então em Madri, para discutir a onda terrorista que agitava o país.

● O Almirante Carlos Coda, comandante da Marinha, renunciou ao cargo, mas teve seu pedido rejeitado pelo Almirantado.

● O Presidente Lanusse restabeleceu a pena de morte na capital e província de Buenos Aires nos casos de seqüestro e assassinato de personalidades da segurança ou militares. No enterro de Quijada, o Presidente foi insultado por um oficial, enquanto o ex-Presidente Arturo Frondizi chegou a ser agredido a socos quando tentava cumprimentar familiares da vítima. Na madrugada do dia 2, Hector Campora deixou a Espanha com destino a Buenos Aires, depois de afirmar que o Movimento Justicialista não era responsável pela onda de terror.

● Campora chega a uma Argentina onde o estado de emergência foi estendido a cinco províncias. Forte esquema de segurança protegeu o candidato eleito até sua residência. Campora recusou-se a qualquer contato com as autoridades sem antes receber convite formal; rechaçou a possibilidade de um encontro a sós com Lanusse, exigindo a presença da Junta Militar; e negou-se a comparecer a Casa Rosada, marcando o encontro em sua própria residência. Enquanto isso, partidários do movimento que depôs Perón pediram às autoridades, que impedissem a posse do novo presidente e conclamaram os antiperonistas e se armarem para defender o país da anarquia.

● Durante duas horas, Campora conferenciou com o comandante da Aeronáutica, Brigadeiro Carlos Rey, comandante da Marinha, Almirante Carlos Colar e o General Lanusse, que não foi recebido como Presidente da República, mas apenas como comandante do Exército. Em nota divulgada após a reunião, Campora afirmou que seu Governo será exercido mediante obediência às autoridades, conforme as leis da República. Campora não aceitou também o pedido de que suspendesse sua promessa de anistiar os presos políticos, afirmando que a medida seria encaminhada ao Congresso. Sua intransigência esvaziou qualquer possibilidade de acordo com os militares. Circularam rumores de que estes estariam decididos a adiar a posse de 25 de maio para 9 de julho, a fim de eliminar o terrorismo.

● No dia 4, o Presidente Lanusse reafirmou perante militares sua intenção de entregar o poder a Hector Campora na data prevista, desmentindo os boatos.

● Anuncia-se viagem de Perón à China em junho, antes de seu estabelecimento definitivo na Argentina.

● No dia 7, sua mulher, Isabel, seguiu para Pequim a fim de fazer preparativos para a viagem do ex-dirigente argentino.

● No dia seguinte, pela décima vez, o Presidente Lanusse reafirmou sua intenção de dar posse ao novo governo na data prevista, acrescentando, porém, que re-

correria até as armas, caso sua decisão fosse contrariada. Esse pronunciamento fez parte de uma mensagem enviada a todas as unidades do Exército. Por seu lado, Hector Campora concitou a Argentina a uma trégua para preservar a unidade nacional e, secundando pronunciamento do dia 7 de Isabel Perón o peronismo realizará "enorme tarefa que repercutirá em toda América Latina", referiu-se a uma projeção continental do peronismo.

● Empresários argentinos da Confederação Geral Econômica expressaram apoio a Campora, em resposta a seu pedido de trégua. Em Pequim, Isabel mudou o teor de suas declarações feitas em Paris antes de embarcar e afirmou que Perón só viajaria à China depois de "pôr a Argentina em ordem".

● Oswaldo Dorticós, Presidente de Cuba, aceitou convite para assistir a posse de Campora. O convite foi feito pelo Movimento Nacional Justicialista.

● Terrorisas tentam invadir um posto policial nas proximidades de Buenos Aires, dia 20. Um agente morreu enquanto três outros ficaram feridos.

● A CGT (Confederação Geral do Trabalho) e a CGE (Confederação Geral Econômica) ultimaram conversações para pôr fim aos choques entre patrões e empregados.

● Campora afirmou em entrevista considerar desfavoráveis para Argentina as relações comerciais e financeiras mantidas com os Estados Unidos, embora não pretenda discriminar capitais.

● Foi seqüestrado o gerente-geral da Coca-Cola. E foram atacados a bala dois funcionários da Ford.

● No dia 22 foi assassinado Dirk Kloosterman, secretário-geral do Sindicato da Indústria Automobilística da Argentina, peronista moderado a quem acusavam de colaborar com o governo de Lanusse.

● Suspenso no dia 23 estado de sítio que se prolongava desde julho de 1969 (quando do assassinato do líder sindical, Augusto Vander).

● Dia 23, foram atacadas duas fábricas, duas estações ferroviárias, um posto policial e um cartório. Seqüestrado, ainda, Aron Beilson, diretor de uma construtora. Foram libertados os industriais Roberto Cartiglioni e Isaac Tchicourel, que se encontravam em poder de terroristas.

● Organizações terroristas argentinas na véspera da posse de Campora, prometeram apoio ao Presidente, mas não se mostraram dispostas a depor armas e afirmaram que vão cobrar as promessas feitas pelo candidato. Terroristas ocuparam a fábrica Adams em protesto contra a presença do Secretário de Estado, William Rogers.

● Dia 25, Campora toma posse, chegando ao fim o regime militar instituído desde 1966. Estiveram presentes às cerimônias 3 chefes de Estado: Juan Maria Bordaberry, do Uruguai, Salvador Allende, do Chile e Oswaldo Dorticós, de Cuba. O Secretário de Estado William Rogers foi impedido de assistir às solenidades por grupos peronistas postados à frente do palácio.

● Face à pressão de populares, que ameaçavam invadir os presídios, Campora indultou os presos políticos sem consultar o Congresso. Anunciou que este receberia suas primeiras leis: anistia geral, reconhecimento de Cuba e legalização do Partido Comunista.

● Em seu discurso de 3 horas, afirmou: "exigirei respeito e obediência do pessoal militar".

● Os militares protestam contra indulto indiscriminado, afirmando que Campora fugiu ao seu compromisso de examinar cada caso. Entre os libertos encontravam-se os responsáveis pelos assassinatos do industrial Oberdan Sallustro e do ex-presidente Pedro Eugenio Aramburu. Calculou-se em 1100 pessoas o número de beneficiados com o perdão quando se completar o processo.

● General Jorge Raul Carcagno, Vice-Almirante Carlos Alvarez e, Brigadeiro Hector Luis Fautario são os novos comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica, nomeados por Campora.

● Dia 27, o Congresso aprovou a anistia, confirmando indulto de Campora.

● Encontro entre Campora e Presidente Dorticós marcou reatamento de relações com Cuba, rompidas desde janeiro de 1962 por sugestão da OEA. Argentina tornou-se assim o 4.º membro da Organização a desobedecer suas determinações. Os outros são México, Chile e Peru.

● A Ford Motor Company iniciou doações de 1 milhão de dólares a instituições de caridade e hospitais argentinos para evitar que seus funcionários fossem seqüestrados, conforme ameaças do ERP.

● O mês termina em Buenos Aires sob o impacto de uma nota do ERP na qual a organização condena o Governo Campora por "representar interesses da burguesia e do capitalismo", o que deixa em suspenso todas as anteriores declarações de fidelidade e apoio.

WATERGATE: CERCO A NIXON

● No dia 30 de abril, renunciaram o procurador-geral Richard Kleindienst; o chefe da Casa Civil, H. R. Haldeman; o assessor para assuntos internos, John D. Ehrlichman; e o assessor presidencial, John Dean III.

● Elliot Richardson, Secretário da Defesa foi nomeado procurador-geral interino.

● Diante das câmaras de televisão, Nixon assumiu as responsabilidades pelo incidente, embora declarasse desconhecê-lo na época.

● Agentes do FBI ocuparam no dia 1.º os gabinetes dos demissionários com duas finalidades: efetuar buscas e impedir o extravio de provas e documentos referentes à espionagem no Hotel Watergate. Nesse mesmo dia, Gordon Strachan, conselheiro-geral da Agência de Informações dos Estados Unidos, demitiu-se também por estar envolvido no escândalo.

● Presidente Nixon descentralizou a chefia de seu gabinete entre vários colaboradores. As funções destes estavam antes concentradas nas mãos de Haldeman. Spiro Agnew foi designado para desempenhar as funções de vice-presidente do Conselho Interno, antes detidas por John Ehrlichman.

● General Alexander Haig, vice-chefe do Estado-Maior do Exército, assumiu o cargo de Chefe da Casa Civil, interinamente. Esta função também era desempenhada por Haldman.

● Sam Ervin, senador democrata e presidente da comissão de inquérito do Senado, afirmou que o Presidente não seria poupado caso ficasse provada sua participação no caso. Um comunicado presidencial expedido no mesmo dia, recomendou aos colaboradores de Nixon que se eximam de revelar detalhes que envolvam a pessoa do Presidente.

● Gerald Warren, subsecretário de imprensa, desmentiu qualquer ligação do Presidente Nixon no caso ou qualquer tentativa para encobri-lo, respondendo acusações do **Time** e **Newsweek.**

● Pesquisa revelou no dia 8 de maio que 55% dos americanos não mais confiavam no Presidente.

● **The New York Times** acusou Nixon de ter tentado duas vezes evitar que chegassem até à Corte detalhes sobre a tentativa de furto de fichas psiquiátricas de Daniel Ellsberg, o homem que entregou aos jornais documentos do Pentágono. Os implicados estão envolvidos também no caso Watergate.

● No dia 10, o diretor da CIA, James Schlesinger, foi nomeado Secretário de Defesa. John Connally e Fred Buzhard foram nomeados assessores especiais da Casa Branca.

● O júri federal que investiga a espionagem acusou John Mitchell, ex-Ministro da Justiça, e Maurice Stans, ex-Secretário do Comércio, de impedirem investigações sobre escândalo financeiro internacional relacionado com a campanha de Nixon.

● Foi arquivado o processo contra Daniel Ellsberg e Anthony Russo, envolvidos na divulgação de documentos secreto sobre o Vietnã. O juiz considerou a ação prejudicada em face da conduta irregular do governo que violou os direitos institucionais dos réus.

● James McCord, envolvido no caso Watergate, afirmou que a ordem para invadir a sede do Partido Democrata partiu de John Mitchell então Procurador-geral.

● Denunciou-se que John Caulfield, funcionário do Departamento do Tesouro, tentou comprar, com favores governamentais, o silêncio de McCord sobre fatos ligados a Watergate.

● Willian Ruckelshaus, diretor interino do FBI, acusou J. Edgar Hoover, ex-diretor do FBI, e Henry Kissinger de estarem envolvidos em espionagem telefônica para obter informações de funcionários e jornalistas envolvidos no caso dos documentos do Pentágono.

● Nixon enviou no dia 16 mensagem ao Congresso para reformular a lei eleitoral de modo a evitar fraudes, sabotagens, violências e violações da vida íntima dos candidatos.

● No dia seguinte, a maior cadeia de televisão já formada nos Estados Unidos passou a transmitir as audiências da Comissão do Senado que investiga o caso.

● Robert Odle Jr., ex-dirigente da Campanha de Nixon e primeira testemunha a depor, afirmou que a Casa Branca exercia controle direto sobre o comitê de reeleição.

● Já no dia 18, o próprio James McCord declarou que John Caulfield oferecera-lhe, com a aquiescência de Nixon, indulto em troca de silêncio.

● Curiosamente, as audiências televisionadas tiveram pequeno público, segundo pesquisas. Consta mesmo que o telespectador médio estaria irritado com a substituição de seus programas habituais.

● Respondendo a boatos sobre sua possível renúncia, Nixou afirmou que não abandonaria suas responsabilidades. O Presidente explicou que quando pediu ao FBI e assessores para limitarem as investigações tinha em mira apenas a segurança nacional.

● Bernard Baker, um dos sete arrombadores da sede do Partido Democrata, afirmou que o grupo procurava provas de auxílio cubano às campanhas de McGovern e Edward Kennedy.

● Revelou-se que Nixon propusera em 1970 um plano de espionagem interna a ser realizado pela CIA e FBI, não posto em prática ante objeções de Edgar Hoover e John Mitchell.

ITAIPU E AS RELAÇÕES COM A ARGENTINA

● Hector Campora afirmou no dia 30, quando ainda se encontrava em Madri, nada ter contra o projeto de Itaipu. Considerou que a represa beneficiará aos três países, ressalvando porém que beneficiará muito mais Brasil e Paraguai. Anunciou-se que empresas binacionais fornecerão o material para a usina.

● Anunciou-se, no dia 6 de maio, que voltou ao Brasil o embaixador argentino, José Maria Alvarez de Toledo, que se encontrava em seu país desde 22 de abril.

● Ao mesmo tempo circula notícia de que o Brasil enviaria representante à posse de Campora. Ambas as notícias foram interpretadas como prenunciadoras de boas relações entre os países.

● Brasil respondeu a acusações da Argentina, segundo as quais teria violado o Acordo de Nova Iorque ao não fornecer informações sobre Ilha Solteira, afirmando que no dia 18 de março o embaixador argentino foi informado sobre o enchimento da barragem que ocorreu no dia 1.° de abril.

● Paraguai rejeita tese argentina sobre necessidades de consultas multilaterais quando do aproveitamento de rios nacionais, alegando soberania do estado para utilizar seus recursos.

● Em 24 de maio, inicia-se a fase de testes dos quatro geradores instalados em Ilha Solteira.

● Dias Leite, Ministro das Minas e Energia, afirmou que a construção de Itaipu envolverá riscos por ser obra binacional, mas que a superioridade da solução encontrada encoraja a enfrentar esses riscos.

ORIENTE MÉDIO: A REVOLTA DOS PALESTINOS

● Dia 30 de abril, o governo da Líbia proibiu a entrada no país de estrangeiros não árabes.

● No dia 2 de maio, violentos choques entre palestinos e o exército libanês fizeram 62 mortos e feriram centenas de pessoas. Os palestinos haviam seqüestrado 3 oficiais do exército do Líbano, exigindo a libertação de 9 palestinos presos. À noite houve um cessar-fogo e os militares foram libertados. O primeiro-Ministro Amin Hafez conferenciou com o líder palestino Yassif

Arafat para encontrar as vias de normalização da situação.

- Palestinos provenientes da Síria reiniciaram as lutas no dia 3, obrigando a que autoridades libanesas empregassem sua aviação nos combates. Na madrugada do dia 4, chegou-se a um novo acordo de cessar-fogo.

- O governo libanês decidiu rever as normas que regulam a permanência dos palestinos no país, visando sobretudo alterar a que estabelece que os próprios palestinos devem controlar os 15 acampamentos de refugiados, até então vedados às autoridades libanesas.

- Representantes dos estados árabes foram ao Líbano discutir com o Presidente Suleiman Franjieh a melhor forma de convivência com os palestinos. Segundo eles, tais incidentes "beneficiam apenas ao inimigo comum".

- A Primeira-Ministra Golda Meir revelou que tentou sem êxito manter conversações de paz, com Anwar Sadat, através de um diplomata estrangeiro. Novos combates em Beirute entre palestinos e Exército Libanês evidenciam a falência das lideranças palestinas e a inoperância de Yassif Arafat em encontrar uma solução de paz.

- Em Jerusalém, no dia 7, desfile militar comemora os 25 anos de Israel.

- A Síria ameaçou invadir o Líbano para defender os palestinos e acusou este país de querer exterminar os feddayin. Em virtude da crise, renunciou o Primeiro-Ministro libanês Amin Hafez que assumira o cargo 13 dias antes como elemento simpático aos palestinos.

- O novo Gabinete formado é presidido pelo General Iskandar Gonen.

- Representantes de outros países árabes continuaram a desenvolver esforços visando a um acordo.

- Dia 9, aviação libanesa atacou palestinos perto da fronteira com a Síria, enquanto estes atacaram quartéis nas proximidades de Beirute. O gabinete egípcio hipotecou solidariedade aos palestinos.

- Exército Libanês convocou seus reservistas e atacou os feddayin em represália aos atentados contra instalações militares.

- Dia 11, guerrilheiros sírios que invadiram o Líbano para apoiar os palestinos retornaram às suas terras. Novo acordo de trégua devolve paz ao Líbano após 9 dias de luta.

- No dia 15, o governo da Líbia, em protesto contra o apoio do Ocidente a Israel, suspendeu fornecimento de petróleo por 24 horas, gerando grandes prejuízos. Iraque, Argélia e Kuwait fizeram o mesmo. A medida foi sugerida no início do mês pela Federação dos Sindicatos Árabes.

- No dia 16, Líbano expulsa de seu território estrangeiros sem visto de residência. A Síria, em represália proibiu a entrada no país de libaneses ou palestinos que habitam o Líbano.

- Moahmar Kadhafi, dirigente líbio, anunciou que nacionalizará a indústria do petróleo a curto prazo.

- No dia 30 foi assassinado o Xeque Moamé Ali Oman um dos 3 membros do Conselho dirigente do Iêmen do Norte. A vítima era partidária da unificação dos dois Iêmens, motivo do assasinato.

NOTÍCIAS DIVERSAS

- No dia 30 de abril, o comitê Central do Partido Comunista da URSS aprovou a nova orientação de Brejnev de aproximação com o ocidente, pondo definitivamente fim à guerra fria. Essa importante decisão foi acompanhada do crescimento do prestígio de Brejnev.

- Em discurso pronunciado no dia 1.º de maio, Brejnev prometeu aos trabalhadores melhorar as relações com os Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão.

- O 1.º de maio foi marcado na França e Espanha por lutas de rua.

- Os oglala-sioux que ocuparam Wounded Knee durante 69 dias chegaram a um acordo com autoridades americanas e abandonaram o local.

- O Peru expropriou as 105 empresas pesqueiras em atividade no país criando monopólio estatal da farinha e óleo-de-peixe.

- Durante esse mês, o Secretário de Estado, William Rogers, visitou diversos países da América Latina, inclusive Brasil, colhendo dados para uma redefinição da política norte-americana em relação ao continente.

- Foi ainda em maio, que o Presidente Emílio Garrastazu Médici visitou Portugal onde foi recebido em um ambiente de festa que mobilizou populares e autoridades.

Fonte: noticiário de Imprensa do País.

MERCADO DE DETERGENTES

O mercado de detergentes cresce às custas do mercado de sabões e a uma média de 15/17% ao ano. A atual capacidade de produção nacional de detergentes é limitada pela matéria-prima (DDB) fornecida por um único produtor já no limite de produção, e sem possibilidades de expansão no presente local de sua fábrica. É objetivo da SPUMA, recentemente instalada, uma participação direta no mercado de detergentes em pó e líquidos. Até que se instalem novos complexos de produção de derivado orgânicos sulfonáveis, o que demandaria cerca de 36 meses, está a SPUMA em situação de introdução e implantação de posição no mercado plenamente asegurada. Quando o Projeto SPUMA foi idealizado, a perspectiva de uma indústria petroquímica na Zona Franca de Manaus era limitada no que se refere ao suprimento das matérias-primas de origem nacional. A refinaria da COPAM teria dentro do futuro imediato previsível, participação restrita no suprimento, dada a característica de refinaria particular e, portanto, com limitações legais. Com a aquisição por parte da Petrobrás do controle acionário da COPAM, abriram-se perspectivas para a SPUMA. Para atendimento da demanda de combustíveis derivados de petróleo na região amazônica a COPAM está considerando o planejamento da implantação de novas unidades na sua refinaria de Manaus, as quais também oferecerão melhores possibilidades para uma diversificação da produção. A concretização de tal plano será alcançada aproximadamente em três anos quando a demanda do consumo dará condições para utilização da maior capacidade de refino. Nesse período, as condições de evolução do desenvolvimento da região confirmarão o acerto das dimensões do Projeto SPUMA, que já estará integrado para o fortalecimento do Pólo Econômico de Manaus.

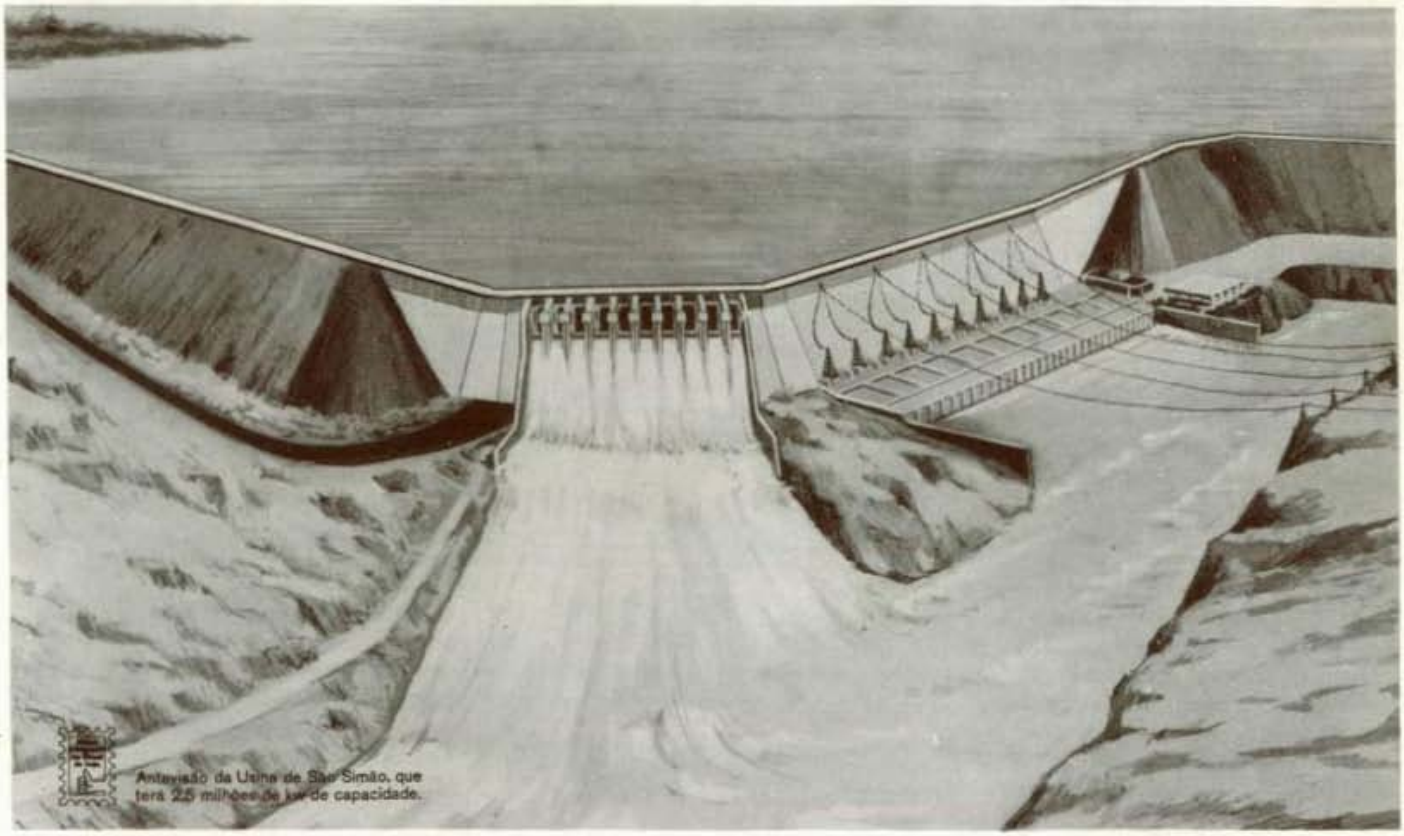
O BNDE e a FINAME iniciam com São Simão um novo caminho para a indústria brasileira

São Simão é agora um nome que traduz algo mais do que uma gigantesca usina hidrelétrica. Simboliza também uma nova abertura para o desenvolvimento da indústria nacional. É que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e a Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME - com esse projeto estabelecem um novo sistema de crédito no Brasil: foi concedida à CEMIG uma reserva de crédito de Cr$ 324.000.000,00 para aquisição de equipamentos eletromecânicos pesados para a usina de São Simão. Trata-se de um sistema que proporciona à indústria brasileira de equipamentos para usinas hidrelétricas a possibilidade de concorrer, em igualdade de condições, com as grandes empresas internacionais.

Agora, aumentam as perspectivas para acelerar o desenvolvimento do País em todos os setores, porque outros financiamentos, em diversos campos de atividade empresarial, deverão ser efetuados dentro das mesmas normas, possibilitando o crescente aperfeiçoamento da nossa indústria e colocando-a, assim, ao nível dos maiores fornecedores do mundo. Maior do que o crédito concedido à CEMIG, que se orgulha de ter sido a primeira beneficiária, é o crédito de confiança no desenvolvimento, aberto ao Brasil pelo BNDE e a FINAME. Para a construção de São Simão, a CEMIG conta também, com financiamentos da Eletrobrás e do Banco Mundial.

Cemig Centrais Elétricas de Minas Gerais, S. A.
fazendo o progresso com energia

ASA



Antevisão da Usina de São Simão, que terá 2,5 milhões de kw de capacidade.

De como o automóvel entrou em nossa história econômica

Nos fins do século XIX, o aumento real da renda interna provocado pela expansão do principal setor exportador brasileiro, fez com que os primeiros espécimes de automóveis importados da Europa e Estados Unidos levantassem poeira e curiosidade em nossas avenidas ainda provincianas. Em 1904, Luiz e Fortunato Grassi organizaram a primeira indústria automobilística em nosso país, bastante tímida, mas pioneira no emprego de rodas de borracha maciça e, depois, pneumáticos em carruagens.

José Almeida, em **A implantação da indústria automobilística no Brasil** analisa a fase de montagem de produtos estrangeiros para depois descrever o quadro que se configurou a partir de 1950 quando as autoridades federais começaram "a se preocupar com o custo da renovação da frota nacional de veículos, então completamente desgastada, e do atendimento da demanda de novos veículos fortemente reprimida durante a época de guerra."

Descreve a evolução da produção nos primeiros 15 anos depois da implantação da moderna indústria automobilística em nosso país e faz oportunas considerações sobre a importância desta indústria em nossa economia. Chega mesmo a afirmar que "um dos êxitos mais expressivos do desenvolvimento industrial brasileiro nos últimos 20 anos foi a instalação, em período relativamente curto, da indústria automobilística".

Apresenta, à guisa de conclusão, as perspectivas da indústria em nosso país, quando considera: "A indústria automobilística foi, indiscutivelmente, um fator decisivo no desenvolvimento industrial brasileiro. A sua implantação, evidentemente, não se poderia realizar sem graves problemas e profundos desequilíbrios. Como muito bem mencionou-se no Seminário sobre a implantação da indústria automobilística em países subdesenvolvidos realizado na Iugoslávia em 1970, a produção de veículos automotores em países em desenvolvimento poderá ser seriamente prejudicada por 2 500 (número dos principais componentes de peças de um carro) problemas de custo elevado, qualidade inferior e regularidade de suprimento. O grande desafio que enfrenta essa indústria no período de maturação é o de elevar os padrões de qualidade e de reduzir os custos de seus produtos."

O livro de José Almeida apresenta ainda dados estatísticos e informações adicionais que ajudam em muito a compreender suas análise já em si bastante claras. Um livro que recomendamos aos nossos leitores.



A implantação da indústria automobilística no Brasil, de José Almeida, Serviço de Publicações da Fundação Getulio Vargas, 1972, 90 p., capa de N. Medina.

A publicidade em seus devidos termos

O livro de Naief Sáfady, professor titular da Universidade Federal de Minas Gerais, doutor e Livre-docente da Universidade de São Paulo e diretor do Centro Audiovisual da UFMG, não se propõe a ensinar publicidade e propaganda a eventuais candidatos ao exercício das profissões ligadas às duas esferas de atividades. Trata-se mais de um livro de um estudioso, como já explicitam os títulos universitários acima enumerados, que em suas próprias palavras pretende "configurar a estrutura do sistema publicidade/propaganda".

O autor situa o alvorecer da propaganda naquele momento em que as sociedades primitivas ultrapassaram o estágio de economia autosuficiente para iniciar um ainda tímido comércio de escambo. Essa troca entre grupos vai ensejar algumas operações em torno do produto que já tipificam atitudes e valores inerentes à propaganda.

Seja a seguinte situação:

"na medida em que: 1.º **X**, produtor de **A**, desejasse **B**, produzido por **Y**, 2.º **Y**, produtor de **B**, aceitasse **A** como equipolente de **B**; 3.º **Y** atribuísse a **A** o mesmo coeficiente de necessidade que **X** atribuísse a **B**.

Sem a obediência a esses três planos (no sentido de **X** para **Y**) a troca não poderia realizar-se, no estágio mais primitivo do escambo. Perceba-se a complexidade do mecanismo, pois que da parte do sujeito **X** caberia tarefa de comunicação, baseada em prodígios de persuasão, a fim de que **Y** aceitasse a permuta como vantajosa.

No momento em que **X** descobriu em seu produto **A** todos os elementos e características capazes de convencer **Y** de que, pelo menos, **A** = **B** como coeficiente de necessidade, nesse momento exato surgiu a primitiva forma da propaganda."

O autor considera a evolução posterior da publicidade/propaganda intimamente ligada à própria evolução da inteligência prática do homem e considera indispensável o papel desempenhado por ambas nas modernas sociedades socialistas e capitalistas.

O prof. Sáfady explica como a propaganda depende da coexistência de 3 fatores: algo a propagar, um vetor que conduza aos objetivos da propagação e o meio através do qual a mensagem se propaga, podendo afirmar, parafraseando conhecido pensador contemporâneo, que "a propaganda é o meio". Estabelece distinção entre propagandas dinâmica e potencial, tecendo considerações sobre as distintas características de que se revestem a propagação de uma marca ou do produto em geral destituído de considerações de marca, assim como a própria propagação de idéias.

Ficam esmiuçadas as precauções tomadas na propaganda potencial com a forma do produto, elemento decisivo para sua comercialização e aceitação. Assim são analisadas as funções da embalagem, marca, fatores não apenas indispensáveis à configuração da identidade do produto, como também necessários ao estabelecimento à primeira vista das suas características, utilidade etc., a estabelecer um elo entre o que o produto oferece e o que o consumidor deseja ou necessita, em uma comunicação visual instantânea que necessariamente não precisa realizar-se ao nível do consciente.

"A propaganda potencial de um produto liga-se nitidamente aos problemas globais da produção; a propaganda dinâmica desse mesmo produto já se liga à circulação"

Alguns recursos utilizados neste caso são examinados pelo autor, tais como **catálogo, mostruário, amostra, brinde.** Esta propaganda dinâmica serve também aos estados modernos para que veiculem não apenas ideologia de governo, palavras de ordem, como também campanhas educativas da maior relevância social. Sua utilização então extrapola o âmbito da política e da segurança do país, por um lado, para servir a programas de higiene, educação, saúde etc.

Tanto a publicidade quanto a propaganda têm como objetivo a mercantilização por meio da circulação de marcas e patentes. Cabe exclusivamente à segunda a divulgação de idéias. Seu sistema é o do produto/veículo e seu suporte prioritário, a imagem fixa. Já a publicidade conta com um sistema mensagem/veículo, sendo seu suporte prioritário o da comunicação coletiva. São arrolados em função disto os tipos nucleares de veículos de comunicação coletiva e tipos de mensagem correspondentes.

"Definido o produto como estrutura de propaganda (produto/veículo), sobre essa estrutura vai declinar-se a publicidade." Naief Sáfady considera infantis e despropositadas interpretações apressadas que procuram responsabilizar a publicidade por induzir em erro e criar falsas necessidades. "Comprar é ato volitivo, resultante de esquemas racionais, encimados por critérios de opção suficientemente configurados"... "e somente ao oligofrênico é admissível a hipótese de comprar por culpa de insopitável compulsão publicitária."

São tratados ainda no livro temas como **o produto informativo publicitário como representação, "hardware" publicitário, a resistência à publicidade** e, em apêndice, **publicidade e produção — elementos para um diagnóstico de correlação.**

Na orelha de **Publicidade e propaganda,** seus editores afirmam que uma obra que verse sobre o tema "torna-se, pela sua própria natureza, de interesse coletivo hoje em dia." Evidentemente, os crescentes investimentos nessas áreas e a multiplicação das campanhas de vendas tornam recomendável ao homem moderno compreender melhor a natureza do fenômeno. Nem que seja para dele obter visão mais realista que o dissuada de uma vez por todas de vê-lo como um monstro tentacular de poderes ilimitados.

Queremos, no entanto, chamar a atenção de empresários, assessores de empresas, diretores e demais responsáveis por campanhas publicitárias ou pelo acompanhamento de trabalhos executados para suas próprias empresas por agências de publicidade, para a oportunidade de atualizarem seus conhecimentos sobre publicidade e propaganda. E este manual, porque é rigorosamente científico, e breve e direto, ajudará em muito o processo. Trata-se de livro importantíssimo em nossa magra bibliografia especializada.



Publicidade e propaganda, de Naief Sáfady, Serviço de Publicações da Fundação Getulio Vargas, 1973, 114 p., capa de Ana Maria Silva de Araújo.

O QUE HÁ PARA LER

Instituto de Planejamento Econômico e Social — IPEA

COLEÇÃO RELATÓRIOS DE PESQUISA

R. 1 — BACHA, ARAÚJO, MATA e MODENESI — Análise Governamental de Projetos de Investito no Brasil: Procedimentos e Recomendações — 1971 15,00

R. 2 — DOELLINGER, FARIA, PEREIRA e HORTA — Exportações Dinâmicas Brasileiras — 1971 15,00

R. 3 — CASTRO — Eficiência e Custo das Escolas de Nível Médio: Um Estudo-Piloto na Guanabara — 1971 10,00

R. 4 — FAJNZYLBER — Estratégia Industrial e Empresas Internacionais, Posição Relativa da América Latina e do Brasil — 1971 25,00

R. 5 — BIATO, GUIMARÃES e FIGUEIREDO — Potencial de Pesquisa Tecnológica no Brasil — 1971 15,00

R. 6 — GOODMAN e ALBUQUERQUE — A Industrialização do Nordeste — 1971 20,00

R. 7 — FAJNZYLBER — Sistema Industrial e Exportação de Manufaturados — 1971 25,00

R. 8 — TAVARES, CONSIDERA, e SILVA — Colonização Dirigida no Brasil — Suas Possibilidades na Região Amazônica — 1972 10,00

R. 9 — SUZIGAN, PEREIRA E ALMEIDA — Financiamento de Projetos Industriais no Brasil — 1972 15,00

R. 10 — CASTRO, ASSIS e OLIVEIRA — Ensino Técnico — Desempenho e Custos — 1972 12,00

R. 11 — PATRICK — Desenvolvimento Agrícola do Nordeste — 1972 12,00

R. 12 — BACHA, MATA e MODENESI — Encargos Trabalhistas e Absorção de Mão-de-Obra: Uma Interpretação do Problema e Seu Debate — 1972 10,00

R. 13 — SILVA — Avaliação do Setor Público na Economia Brasileira: Estrutura Funcional da Despesa — 1972 15,00

SÉRIE MONOGRÁFICA

M. 1 — COSTA — População Economicamente Ativa da Guanabara (Estudo Demográfico) — 1971 10,00

M. 2 — FARO — Critérios Quantitativos para Avaliação e Seleção de Projetos de Investimentos — 1971 10,00

M. 3 — DOELLINGER e FARIA — Exportação de Produtos Primários Não-Tradicionais — 1971 20,00

M. 4 — DOELLINGER e DUPAS — Exportação de Manufaturados — 1971 20,00

M. 5 — COSTA e OUTROS — Migrações Internas no Brasil — 1971 15,00

M. 6 — DOELLINGER — Restrições Não-Tarifárias e seus Efeitos Sobre as Exportações Brasileiras — 1972 15,00

M. 7 — FIGUEIREDO — A Transferência de Tecnologia no Desenvolvimento Industrial do Brasil — 1972 13,00

M. 8 — HADDAD — Planejamento Regional: Métodos e Aplicação ao Caso Brasileiro — 1972 15,00

M. 9 — PANAGIDES e OUTROS — Estudos Sobre uma Região Agrícola: Zona da Mata de Minas Gerais — 1973 —

M. 10 — VILLELA e SUZIGAN — Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira — 1889/1945 — 1973 30,00

M. 14 — DOELLINGER — Transformação da Estrutura das Exportações Brasileiras: 1964/1970 — 1973 —

M. 15 — BOISIER e OUTROS — Desenvolvimento Regional e Urbano — Diferenciais de Produtividade e Salários Industriais — 1973 —

Livraria Interciência Ltda.
Av. Pres. Vargas, 435 — Sala 504.

LIVROS EM PORTUGUÊS, ESPANHOL E FRANCÊS

AGKLEY — Teoria Macroeconômica, 2 volumes — 1969 Bro. 70,00

ADELMAN — Teorias do Desenvolvimento Econômico — 1972 Bro. 15,00

ALLEN — Análise Matemática para Economistas — 2 vols. — 1960 Bro. 50,00

ALLEN — Estatística para Economistas — 2ª ed. — 1970 Bro. 20,00
ALLEN — Economia Matemática — 1967 Enc. 121,50
ALLEN — Teoria Macroeconômica — 1971 Enc. 135,00
ASCHHE'M — Técnicas de Controle Monetário — 1969 Bro. 8,00
BILLAS — Teoria Microeconômica: Uma Análise Gráfica — 1972 Bro. 40,00
BUESCU — História Econômica do Brasil. Pesquisas e Análise — 1970 Bro. 20,00
BUESCU — Exercícios de História Econômica do Brasil — 2ª ed. — 1968 Bro. 12,00
BUESCU — 300 Anos de Inflação — 1973 Bro. 25,00
BUESCU e TAPAJÓS — História do Desenvolvimento Econômico do Brasil — 2ª ed. 1969 Bro. 9,00
BULHÕES — Dois Conceitos de Lucros — 1967 Bro. 10,00
CEMLA — Os Mercados de Capitais do Brasil — 1968 Bro. 18,00
CHAINEAU Le Demande d'Encaisses Monétaires — 1963 Bro. 46,00
CHAKRAVARTY — La Lógica de la Planificación de Inversiones — 1966 Bro. 28,80
CHAMPSAUR e MILLERON — Exercices de Microéconomie. Niveau Avancé — 1971 Bro. 112,70
CHIANG — Metodos Fundamentales de Economia Matemática — 1967 Bro. 98,40
CLARKSON — La Teoria de la Demanda de los Consumidores — 2ª ed. — 1969 Bro. 30,40
COLLETTE — Politique des Investissements et Calcul Économique — 1964 Bro. 124,20
DINWIDDY — Elementos de Matemática para Economistas — 1972 Bro. 30,00
DORFMAN, SAMUELSON e SOLOW — Programacion Lineal y Analisis Economica — 2ª ed. — 1969 Enc. 72,00
ECKSTEIN — Economia Financeira, Introdução à Política Fiscal — 2ª ed. — 1971 Bro. 15.00
FRIEDMAN — Teoria dos Preços — 1971 Bro. 38,00
GUDIN — Para um Brasil Melhor — Bro. 20,00
GUDIN — Princípios de Economia Monetária — 2 volumes — 1970 Bro. 35,00
HOLANDA — Elaboração e Avaliação de Projetos — 1970 Bro. 20,00
JOHNSTON — Métodos Econométricos — 1971 Bro. 30,00
KUZNETS — Aspectos Quantitativos do Desenvolvimento Econômico — 1970 Bro. 9,00
KUZNETS — Crecimiento Economico y Estructura Economica Colección Ciencia Economica — 1970 Enc. 76,80
LANGE — Introdução à Econometria — 2ª ed. — 1967 Bro. 25,00
LEFTWICH — O Sistema de Preços e a Alocação de Recursos — 1971 Bro. 40,00
MALINVAUD — Méthodes Statisques de L'Économetrie — 2ª ed. — 1969 Enc. 216,20
MARRAMA — Problemas e Técnicas de Programação Econômica — 2ª ed. — 1970 Bro. 28,00
NEWLYN — Teoria Monetária — 1969 Bro. 20,00
NURKSE — Comercio Internacional y Desarrollo Economico — 1968 Bro. 15,20
PATINKIN — Dinero, Interes y Precios — 1959 Enc. 58,50
PEPELASIS, MEARS e ADELMAN — Desenvolvimento Economico. 1 — Analisis General; 2 — Doce Estudios de Diferentes Economias — 1964 Enc. 49,50
SCITOVSKY — Ensaiyos Sobre Bienestar y Crescimiento — 1970 Bro. 46,80
SHAPIRO — Análise Macroeconomica, 2 volumes — 1972 Bro. 50,00
SIMONSEN — Brasil 2001 — 4ª ed. — 1969 Bro. 30,00
SIMONSEN — Brasil 2002 — 1972 Bro. 30,00
SIMONSEN — Ensaios Sobre Economia e Política Econômica — 1964 Bro. 14,00
SIMONSEN — Inflação: Gradualismo x Tratamento de Choque — 1970 Enc. 25,00
SIMONSEN — Teoria Microeconômica, volume 1 — 1971 Bro. 45,00
SIMONSEN — Teoria Microeconômica, volume 3 —
SIMONSEN — Teoria da Concorrência Perfeita — 1969 Enc. 30,00
THEIL — Agregacion Lineal de Relaciones Economicas — 1959 Enc. 45,00
THORN — Théorie Monétaire — 1971 Bro. 110,45
TINBERGEN e BOS — Modelos Matematicos del Crescimiento Economico — 1966 Enc. 40,50
TINTNER — Mathématiques et Statistiques pour les Économistes. Tome 1 — Méthodes Élémentaires — 1969 Enc. 144,90
TINTNER — Elementos de Econometria — 1965 Bro. 12,00
TRIFFIN — El Sistema Monetário Internacional — 1968 Bro. 30,40
YAMANE — Matemática para Economistas — 1970 Bro. 40,00
ZEUTHEN — Teoria y Metodo en Economia — 1960 Enc. 45,00

A. M. Garrido Editora Ltda.
Rua Senador Dantas, 76 — 13.º andar.

LIVROS INGLESES

HADLEY — Linear algebra — Wiley
HICKMAN — Probability and statistical analysis — Intext 90,00
HOEL — Introdution to mathematical statistics — Wiley 74,00
LERNER — Economics of employment — Kogakusha —
PROTTER — Modern mathematical analysis — Wiley 97,50

SÍNTESE ESTATÍSTICA

CONJUNTURA ECONÔMICA, dentro de seu novo plano editorial, inicia neste número uma nova seção:
Síntese Estatística.
Consiste numa seleção dos dados mais importantes necessários ao acompanhamento estatístico da atividade econômica do País. Esta nova matéria será periodicamente atualizada, progressivamente deverão ser inseridas novas tabelas que formarão o corpo final da seção.
A ordem do grupo inicial de tabelas é a seguinte:

1) — Produção de petróleo bruto e gás natural
2) — Produto Interno Bruto e população
3) — Produção de autoveículos
4) — Produção de cimento
5) — Meios de pagamento
6) — Sistema bancário — depósitos
7) — Comércio exterior — exportação (FOB) e importação (CIF)
8) — Tesouro Nacional; execução financeira — Receita
9) — Tesouro Nacional: resultado de caixa e financiamento
10) — Bolsa de Valores do Rio de Janeiro — alguns indicadores
11) — Bolsa de Valores de São Paulo — alguns indicadores
12) — Cotação do dólar
13) — Evolução do salário-mínimo

Com esta nova matéria CONJUNTURA ECONÔMICA procura não somente informar como também acentuar sua característica de efetivo instrumento de trabalho para os profissionais interessados na evolução da economia brasileira.

Produção de petróleo bruto e gás natural — 1947/abril-73

Período	Petróleo bruto m³	Gás natural 1 000 m³
1947	15 348	—
1948	22 793	—
1949	17 333	—
1950	53 854	—
1951	109 833	—
1952	119 310	—
1953	145 609	—
1954	157 810	—
1955	321 482	61 822
1956	645 334	83 878
1957	1 606 897	158 481
1958	3 008 718	300 468
1959	3 750 790	428 561
1960	4 708 063	534 878
1961	5 534 394	526 806
1962	5 310 773	511 301
1963	5 677 925	503 312
1964	5 296 229	531 312
1965	5 460 348	684 037
1966	6 748 889	788 569
1967	8 508 850	874 647
1968	9 509 971	983 326
1969	10 170 028	1 247 873
1970	9 685 641	1 263 605
1971	10 114 294	1 176 798
1972	9 950 120	1 241 574
1973		
Jan.	853 716	101 821
Fev.	778 186	89 398
Mar.	862 047	99 386
Abr.	837 812	93 921

Fonte: IBGE.

Produto Interno bruto e população — valor total e *per capita*

Anos de referência	Valor total				População		Valor *per capita*				Deflator implícito	
	Milhões de cruzeiros		Índice do produto real		Em 1 000 hab.[1]	Índice base 1949	Em cruzeiros		Índice do produto real		Índice base 1949	Variação anual (%)
	Preços correntes	Preços de 1949	Base 1949	Variação anual (%)			Preços correntes	Preços de 1949	Base 1949	Variação anual (%)		
1947	164,9	200,7	87,3	—	48 411,0	95,4	3,4	4,1	91,5	—	82,2	—
1948	194,6	215,6	93,8	7,4	49 570,5	97,7	3,9	4,3	95,8	4,7	90,3	9,9
1949	229,9	229,9	100,0	6,6	50 757,7	100,0	4,5	4,5	100,0	4,3	100,0	10,7
1950	272,1	244,8	106,5	6,5	51 973,4	102,4	5,2	4,7	104,0	4,0	111,2	11,2
1951	322,7	259,3	112,8	6,0	53 527,7	105,5	6,0	4,8	107,0	2,8	124,5	12,0
1952	397,3	281,9	122,6	8,7	55 128,6	108,6	7,2	5,1	112,9	5,6	140,9	13,2
1953	469,5	289,0	125,7	2,5	56 777,3	111,9	8,3	5,1	112,4	—0,5	162,5	15,3
1954	627,4	318,2	138,4	10,1	58 475,3	115,2	10,7	5,4	120,1	7,0	197,2	21,4
1955	783,4	340,0	147,9	6,9	60 224,2	118,7	13,0	5,6	124,6	3,7	230,4	16,8
1956	995,9	350,8	152,6	3,2	62 025,3	122,2	16,1	5,7	124,9	0,2	283,9	23,2
1957	1 218,0	379,1	164,9	8,1	63 080,3	125,9	19,1	5,9	131,0	4,9	321,3	13,2
1958	1 457,5	408,3	177,6	7,7	65 790,8	129,6	22,2	6,2	137,0	4,6	357,0	11,1
1959	1 989,6	431,1	187,5	5,6	67 810,3	133,6	29,3	6,4	140,4	2,4	461,4	29,2
1960	2 755,7	472,9	205,7	9,7	69 796,7	137,5	39,5	6,8	149,6	6,6	582,7	26,3
1961	4 052,1	521,6	226,9	10,3	71 810,7	141,5	56,4	7,3	160,4	7,2	776,9	33,3
1962	6 601,4	549,0	238,8	5,3	73 882,8	145,6	89,3	7,4	164,1	2,3	1 202,4	54,8
1963	11 928,6	557,5	242,5	1,5	76 014,7	149,8	156,9	7,3	161,9	—1,3	2 139,7	78,0
1964	23 055,0	573,8	249,6	2,9	78 208,1	154,1	294,8	7,3	162,0	0,0	4 018,0	87,8
1965	36 817,6	589,5	256,4	2,7	80 464,8	158,5	457,6	7,3	161,7	—0,1	6 245,6	55,4
1966	53 724,1	619,6	269,5	5,1	82 786,7	163,1	648,9	7,5	165,2	2,2	8 670,8	38,8
1967	71 486,3	649,2	282,4	4,8	85 175,5	167,8	839,3	7,6	168,3	1,8	11 011,4	27,1
1968	99 879,8	709,7	308,7	9,3	87 633,2	172,6	1 139,7	8,1	178,8	6,3	14 073,5	27,8
1969*	133 116,9	773,6	336,5	9,0	90 161,9	177,6	1 476,4	8,6	189,4	5,9	17 207,5	22,3
1970*	174 624,1	847,2	368,5	9,5	92 763,5	182,8	1 882,5	9,1	201,6	6,4	20 611,9	19,8
1971	234 005,3	942,9	410,1	11,3	95 435,1	188,1	2 452,0	9,9	218,1	8,2	24 817,6	20,4

[1] — Fonte: Fundação IBGE.

* — Estimativa preliminar.

Fonte: Centro de Contas Nacionais — IBRE — FGV.

Produção brasileira de autoveículos

Período	Automóveis para passageiros	Camionetas uso misto	Utilitários	Camionetas de carga	Caminhões e ônibus	Total
1957	—	1 656	9 164	1 217	18 505	30 542
1958	2 189	9 165	14 273	4 684	30 672	60 983
1959	11 963	18 508	18 083	7 900	39 660	96 114
1960	37 818	24 446	19 514	9 576	41 687	133 041
1961	54 978	30 153	17 621	12 339	30 493	145 584
1962	74 887	35 455	22 247	18 935	39 670	191 194
1963	86 024	36 638	13 432	14 067	24 030	174 191
1964	97 768	34 917	11 853	14 675	24 494	183 707
1965	103 415	35 252	9 496	12 065	24 959	185 187
1966	120 119	37 909	14 426	17 067	35 053	224 574
1967	132 027	38 361	8 140	15 028	31 806	225 362
1968	160 654	41 268	7 257	21 823	47 471	278 473
1969	234 928	42 395	5 176	21 937	45 083	349 519
1970	249 920	93 751	4 674	25 256	42 446	416 047
1971	342 214	95 545	5 635	29 386	43 258	516 038
1972	408 712	100 114	5 405	39 383	55 371	608 985
1973						
Jan.	27 535	6 080	578	3 668	5 103	42 964
Fev.	36 396	10 467	599	4 026	5 137	56 625
Mar.	36 693	10 428	459	4 100	5 247	56 927
Abr.	35 765	9 888	604	4 151	5 329	55 737

Fonte: ANFAVEA.

Cimento no Brasil — alguns indicadores

Período	Importação (a)	Nacional (toneladas)			Consumo aparente (a + c − d)
		Produção (b)	Despacho (c)	Exportação (d)	
1926	396 322	13 382	13 382	—	409 704
1927	441 959	54 623	54 623	—	496 582
1928	456 212	87 964	87 964	—	544 176
1929	535 276	96 208	96 208	—	631 484
1930	384 503	87 160	87 160	—	471 663
1931	114 332	167 115	167 115	—	281 447
1932	160 534	149 453	149 453	—	309 987
1933	113 870	225 580	225 580	—	339 450
1934	125 702	323 909	323 909	—	449 611
1935	114 154	366 261	366 261	—	480 415
1936	78 198	485 064	485 064	—	563 262
1937	79 280	571 452	571 452	—	650 732
1938	54 092	617 896	617 896	6	671 982
1939	41 099	697 793	697 793	15	738 877
1940	22 786	744 673	744 673	402	767 057
1941	18 308	767 506	767 506	603	785 211
1942	74 813	752 833	752 833	1 238	826 408
1943	16 061	747 409	747 409	1 006	762 484
1944	103 386	809 908	809 908	945	912 349
1945	257 747	774 378	774 378	304	1 031 821
1946	351 472	826 382	826 382	1	1 177 853
1947	347 589	913 525	913 525	—	1 261 114
1948	361 681	1 112 467	1 112 467	1	1 474 147
1949	435 531	1 281 228	1 281 228	—	1 716 759
1950	404 525	1 385 797	1 385 797	—	1 790 322
1951	656 847	1 455 775	1 455 775	—	2 112 622
1952	820 228	1 618 992	1 618 992	—	2 439 220
1953	996 772	2 030 418	2 030 418	—	3 027 190
1954	338 172	2 441 187	2 439 968	—	2 778 140
1955	242 372	2 733 505	2 705 179	—	2 947 551
1956	32 009	3 278 223	3 253 620	3 23	3 232 393
1957	11 438	3 376 096	3 372 673	5 249	3 378 862
1958	719	3 769 158	3 792 326	3 526	3 789 519
1959	40 493	3 822 059	3 816 776	4 748	3 852 521
1960	1 370	4 446 963	4 450 277	2 959	4 448 688
1961	462	4 708 911	4 704 245	2 606	4 702 101
1962	1 736	5 071 740	5 035 743	2 923	5 034 556
1963	8 252	5 188 198	5 204 426	2 622	5 210 056
1964	28 732	5 583 008	5 557 773	413	5 586 092
1965	43 528	5 623 773	5 632 583	2 656	5 673 455
1966	93 502	6 045 589	6 035 070	3 340	6 125 232
1967	124 877	6 405 001	6 381 190	14 218	6 491 849
1968	582 943	7 249 452	7 256 287	6 835	7 832 395
1969	607 207	7 823 487	7 823 314	1 180	7 822 134
1970	334 510	9 002 431	8 659 507	338	8 993 679
1971	276 499	9 802 639	9 768 281	210	10 044 471
1972					
Jan.	—	861 271	839 513	—	—
Fev.	—	794 887	803 655	—	—
Mar.	—	919 731	909 690	—	—
Abr.	—	854 657	857 186	—	—
Mai.	—	926 035	961 605	—	—
Jun.	—	921 920	940 116	—	—
Jul.	—	957 533	936 334	—	—
Ago.	—	1 032 139	1 040 716	—	—
Set.	—	1 019 210	1 011 801	—	—
Out.	—	1 036 396	1 026 379	—	—
Nov.	—	1 015 783	1 011 441	—	—
Dez.	—	1 041 869	1 006 824	—	—

Nota: Dados apenas a partir de 1926 por não se possuírem dados anteriores de produção, despacho e exportação.

Fonte: Sindicato Nacional da indústria de Cimento.

Meios de pagamento — saldos em fim de período — Cr$ milhões

Período	Papel-moeda			Depósitos à vista			
	Emitido	Em circulação	Em poder do público	Autoridades monetárias	Bancos comerciais	Total	Meios de pagamento
1958	120	115	100	37	216	253	353
1959	155	148	127	52	322	373	501
1960	206	197	169	85	438	523	692
1961	314	296	256	175	611	786	1 042
1962	509	478	394	257	1 037	1 294	1 691
1963	889	821	684	390	1 704	2 094	2 778
1964	1 484	1 388	1 156	902	3 070	3 972	5 128
1965	2 175	2 074	1 730	1 521	5 800	7 321	9 051
1966	2 840	2 741	2 343	1 947	6 192	8 139	10 482
1967	3 598	3 458	2 944	2 438	9 622	12 060	15 004
1968	5 100	4 970	4 080	3 820	13 484	17 304	21 384
1969	6 400	6 213	5 389	5 347	17 612	22 959	28 348
1970	7 900	7 638	6 719	6 772	22 428	29 200	35 919
1971	9 750	9 498	8 555	8 903	29 702	38 605	47 160
1972							
Jan.	9 350	9 083	7 987	8 640	29 024	37 664	45 651
Fev.	9 250	8 966	7 954	8 998	29 315	38 313	46 267
Mar.	9 450	9 326	8 503	9 736	29 730	39 466	47 975
Abr.	9 550	9 425	8 594	9 990	30 444	40 434	49 028
Mai.	9 750	9 465	9 377	10 190	31 813	42 033	50 410
Jun.	9 950	9 709	8 748	10 325	34 155	44 480	53 228
Jul.	10 150	9 891	8 713	10 966	33 504	44 470	53 183
Ago.	10 150	9 819	8 807	11 598	34 086	45 684	54 491
Set.	10 550	10 312	9 415	11 947	35 142	47 089	56 504
Out.	10 750	10 496	9 363	12 171	37 309	49 480	58 843
Nov.	11 150	10 857	9 710p	12 524	38 761p	51 285p	60 995p
Dez.	13 050	12 718	11 555p	12 257	38 725p	50 982p	62 537p
1973							
Jan.	12 350	11 982	10 771p	12 562	37 954p	50 516p	61 287p

p — Dados provisórios ou preliminares.

Fonte: Banco Central do Brasil.

Sistema bancário — depósitos — saldos em fim de ano ou mês — Cr$ milhões

Período	Autoridades monetárias				Bancos comerciais				Sistema bancário			
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo (1)	Outros (2)	Total	Depósitos à vista	Depósitos a prazo (1)	Outros (2)	Total	Depósitos à vista	Depósitos a prazo (1)	Outros (2)	Total
1960	85	4	6	95	438	44	3	485	523	48	9	580
1961	175	4	7	186	611	51	4	666	786	55	11	852
1962	257	4	21	282	1 037	50	7	1 094	1 294	54	28	1 376
1963	390	3	28	421	1 704	79	11	1 794	2 094	82	39	2 215
1964	902	3	46	951	3 070	136	13	3 219	3 972	139	59	4 170
1965	1 521	6	72	1 599	5 800	219	22	6 041	7 321	225	94	7 640
1966	1 947	29	62	2 038	6 192	270	582	7 044	8 139	299	644	9 082
1967	2 438	66	132	2 636	9 622	502	998	11 112	12 060	568	1 130	13 758
1968	3 820	77	251	4 148	13 484	894	1 519	15 897	17 304	971	1 770	20 045
1969	5 347	88	451	5 886	17 612	839	2 152	20 603	22 959	927	2 603	26 489
1970	6 772	124	716	7 612	22 428	1 432	2 730	26 590	29 200	1 556	3 446	34 202
1971	8 903	406	857	10 166	29 702	3 253	3 332	36 287	38 605	3 659	4 189	46 453
1972												
Jan.	8 640	413	841	9 894	29 024	3 436	3 488	35 948	37 664	3 849	4 329	45 842
Fev.	8 998	419	828	10 245	29 315	3 561	3 500	36 376	38 313	3 980	4 328	46 621
Mar.	9 736	478	739	10 953	29 730	3 688	3 495	36 913	39 466	4 166	4 234	47 866
Abr.	9 990	669	810	11 469	30 444	3 743	3 293	37 480	40 434	4 412	4 103	48 949
Mai.	10 190	762	741	11 693	31 843	4 012	3 396	39 251	42 033	4 714	4 137	50 941
Jun.	10 325	767	849	11 941	34 155	3 977	3 460	41 592	44 480	4 744	4 309	53 533
Jul.	10 966	769	767	12 502	33 554	4 713	3 611	41 28	44 470	5 482	4 378	54 330
Ago.	11 598	721	774	13 093	34 086	4 941	3 713	42 740	45 684	5 662	4 487	55 833
Set.	11 947	726	783	13 456	35 142	5 104	3 817	44 063	47 089	5 830	4 600	57 519
Out	12 171	777	780	13 728	37 309	5 955	3 900	47 164	49 480	6 732	4 680	60 892
Nov.	12 524	533	847	13 904	38 761p	5 819p	2 972p	47 552p	51 285p	6 352p	3 819p	61 456p
Dez.	12 257	536	994	13 787	38 725p	5 971p	3 123p	47 819p	50 982p	6 507p	4 117p	61 606p
1973												
Jan.	12 562	590	1 064	14 216	37 954p	6 354p	3 267p	47 575p	50 516p	6 944p	4 9331p	61 791p

(1) Inclusive os com correção monetária.

(2) Engloba os depósitos do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, do Programa de Integração Social, os depósitos para investimentos judiciais e vinculados.

p — Dados provisórios.

Fonte: Banco Central do Brasil.

Comércio exterior — exportação (FOB) e importação (CIF) — US$ milhões

Mês	Exportação (FOB)						Importação (CIF)					
	1970		1971		1972		1970		1971		1972	
	Mensal	Acumulado	Mensal	Acumulado	Mensal	Acumulado	Mensal	Acumulado	Mensal	Acumulado	Mensal	Acumulado
Janeiro	179	179	149	149	208	208	193	193	276	276	293	293
Fevereiro	160	339	145	294	253	461	150	343	259	535	333	626
Março	181	520	222	516	272	733	201	544	316	851	374	1 000
Abril	231	751	235	751	332	1 065	187	731	286	1 137	353	1 353
Maio	247	998	235	986	340	1 405	194	925	299	1 436	407	1 760
Junho	243	1 241	250	1 236	380	1 785	221	1 146	322	1 758	433	2 193
Julho	261	1 502	297	1 533	393	2 178	228	1 374	315	2 073	382	2 575
Agosto	253	1 755	299	1 832	370	2 548	245	1 619	332	2 405	455	3 030
Setembro	270	2 025	245	2 077	405	2 953	257	1 876	331	2 736	392	3 422
Outubro	214	2 239	219	2 296	334	3 287	297	2 173	339	3 075	451	3 873
Novembro	202	2 441	264	2 560	312	3 599	343	2 516	290	3 365	453	4 326
Dezembro	303	2 744	343	2 903	405	4 004	332	2 848	338	3 703	464	4 790

Fonte: CACEX.

Tesouro Nacional — execução financeira — receita — Cr$ milhões

Período	Arrecadação de impostos						Outras receitas[1]
	Produtos industrializados	Renda	Único s/ combustíveis e lubrificantes	Importação	Energia elétrica	Minerais	
1967	2 840,3	1 549,7	1 069,0	464,1	104,9	31,5	754,6
1968	5 075,4	2 173,1	1 597,2	815,8	157,2	37,5	419,2
1969	6 357,5	3 597,5	2 249,5	1 115,3	216,6	40,5	376,2
1970	8 143,1	4 628,2	2 675,7	1 371,9	434,4	62,4	1 878,1
1971	10 949,2	6 461,4	3 706,2	1 861,4	613,4	97,1	3 220,8
1972	14 626,2	9 680,2	4 513,5	2 778,8	1 119,3	217,4	4 702,5
1973							
Jan.	999,0	736,7	315,0	176,3	37,7	19,2	489,2
Fev.	1 456,7	1 484,2	383,6	271,7	105,6	23,2	887,9
Mar.	1 401,6	1 026,7	407,3	164,2	119,0	21,7	706,3

[1] Inclui receita não classificada.
Fonte: Banco Central do Brasil.

Tesouro Nacional — resultado de caixa e financiamento — Cr$ milhões

Período	Saldo total + Superavit − Deficit	Financiamento		
		Pelo público		Pelas autoridades monetárias[1]
		Dívida mobiliária	Outros recursos	
1965	−592,9	323,2	—	269,7
1966	−586,6	599,1	177,9	−190,4
1967	−1 224,7	530,2	−4,5	699,0
1968	−1 226,7	−90,9	238,7	1 078,9
1969	−755,8	1 470,5	310,9	−1 025,6
1970	−738,3	1 382,8	188,0	−832,5
1971	−672,3	3 890,7	145,4	−3 363,8
1972	−516,1	8 213,0	69,5	−7 766,4
1973				
Jan.	182,6	983,7	3,2	−1 169,5
Fev.	1 358,6	915,5	5,1	−2 279,2
Mar.	−121,8	821,3	3,3	−702,8

[1] Os valores positivos indicam aumento da dívida do Tesouro junto às Autoridades Monetárias e os negativos significam redução.
Fonte: Banco Central do Brasil.

Bolsa de valores do Rio de Janeiro

Mês	Volume transacionado*			Índice BV Ago./65 = 100	Variação do IBV*	Média SN	Variação da Média SN[1]
	À vista	A termo	Total				
1971							
Jan.	676 343	136 020	812 363	2 020,3		48 671	
Fev.	527 340	91 634	618 974	2 176,7	+ 7,74	52 029	+ 6,90
Mar.	1 064 840	169 325	1 234 165	2 411,6	+10,79	54 120	+ 4,02
Abr.	1 184 288	84 414	1 268 702	2 858,5	+18,53	64 596	+19,36
Mai.	2 157 094	176 812	2 333 906	3 694,2	+29,24	81 540	+26,23
Jun.	1 779 530	119 930	1 899 460	4 908,1	+32,86	105 451	+29,32
Jul.	1 149 178	12 134	1 161 312	4 667,8	− 4,90	97 230	− 7,80
Ago.	1 063 135	9 512	1 072 647	4 384,9	− 6,06	89 182	− 8,28
Set.	965 172	10 627	975 799	4 183,7	− 4,59	86 250	− 3,29
Out.	873 397	10 192	883 589	3 797,3	− 9,24	79 858	− 7,41
Nov.	714 601	105 534	820 135	3 375,6	−11,11	72 987	− 8,60
Dez.	959 641	100 364	1 060 005	3 536,1	+ 4,75	75 310	+ 3,18
1972							
Jan.	728 076	60 766	788 842	3 495,0	− 1,16	72 935	− 3,15
Fev.	710 577	33 987	744 564	3 395,2	− 2,86	70 196	− 3,76
Mar.	838 934	114 813	953 747	3 196,4	− 5,96	65 623	− 6,51
Abr.	648 785	85 976	734 761	2 866,9	−10,36	59 783	− 8,90
Mai.	697 763	82 430	780 193	2 810,6	− 1,96	59 409	− 0,63
Jun.	556 855	69 929	626 784	2 629,4	− 6,45	56 095	− 5,58
Jul.	439 149	42 589	481 738	2 049,5	−22,05	44 569	−20,55
Ago.	805 412	64 170	869 582	2 018,8	− 1,50	44 564	− 0,10
Set.	570 599	23 511	594 110	2 368,4	+17,32	52 295	+17,35
Out.	422 797	42 936	465 733	2 104,2	−11,16	46 610	−10,87
Nov.	314 438	33 980	348 418	1 985,6	− 5,64	43 460	− 6,76
Dez.	281 698	37 063	318 761	1 910,3	− 3,79	42 145	− 3,03
1973							
Jan.	289 620	28 997	318 617	1 835,4	− 3,92	40 120	− 4,80
Fev.	250 208	25 475	275 683	1 671,5	− 8,93	37 097	− 7,53
Mar.	349 593	29 238	378 831	1 634,0	− 2,24	36 523	− 1,55
Abr.	835 235	72 942	908 177	2 240,4	+37,11	49 210	+34,74

* Em Cr$ 1 000.

[1] Variação em relação ao mês anterior em percentagem.

Bolsa de valores de São Paulo

Mês	Volume transacionado[1]			Índice BOVESPA 2-1-68 = 100	Variação do índice BOVESPA[2]
	À vista	A termo	Total		
1971					
Jan.	457 513	1 082	458 595	991,2	
Fev.	466 729	2 430	469 159	1 094,4	+10,41
Mar.	861 498	1 543	863 041	1 179,8	+ 7,80
Abr.	842 575	7 204	849 779	1 381,0	+17,05
Mai.	1 565 881	31 931	1 597 812	1 789,8	+29,60
Jun.	1 696 017	39 528	1 735 545	2 427,4	+35,62
Jul.	985 174	1 341	986 515	2 262,8	− 6,78
Ago.	840 165	435	840 600	2 091,9	− 7,55
Set.	853 505	237	853 742	2 023,9	− 3,25
Out.	922 632	3 338	925 970	1 875,0	− 7,36
Nov.	619 268	26 731	645 999	1 692,1	− 9,75
Dez.	1 087 757	48 396	1 136 153	1 672,3	− 1,17
1972					
Jan.	961 589	33 974	995 563	1 739,9	+ 4,04
Fev.	976 507	30 224	1 006 731	1 664,7	− 4,32
Mar.	971 017	46 007	1 017 024	1 535,6	− 7,76
Abr.	720 951	55 180	776 131	1 381,3	−10,05
Mai.	902 076	33 392	935 468	1 409,5	+ 2,04
Jun.	730 349	48 776	779 125	1 357,6	− 3,68
Jul.	566 127	38 710	604 837	1 105,0	−18,61
Ago.	1 366 380	52 130	1 418 510	1 139,7	+ 3,14
Set.	771 647	24 187	795 834	1 239,2	+ 8,73
Out.	592 999	25 820	618 819	1 085,7	−12,39
Nov.	511 143	34 281	545 424	1 012,5	− 6,74
Dez.	651 498	27 365	678 863	1 015,8	+ 0,33
1973					
Jan.	471 055	15 750	486 805	998,7	− 1,68
Fev.	513 237	44 449	557 686	975,3	− 2,34
Mar.	584 574	47 025	631 599	967,1	− 0,84
Abr.	1 058 910	86 529	1 145 439	1 170,4	+21,02

[1] Em Cr$ 1 000.

[2] Variação em relação ao mês anterior em percentagem.

Cotação do dólar (em Cr$/US$) — valores mensais

Anos	Jan.		Fev.		Mar.		Abr.		Mai.		Jun.		Jul.		Ago.		Set.		Out.		Nov.		Dez.		Média	
	Importação	Livre	Importação	Livre	Importação	Livre	Importação	Livre	Importação	Livre	Importação	Livre	Importação	Livre	Importação	Livre	Importação	Livre	Importação	Livre	Importação	Livre	Importação	Livre	Importação	Livre
1944	—	0,0202	—	0,0202	—	0,0200	—	0,0200	—	0,0200	—	0,0200	—	0,0200	—	0,0200	—	0,0200	—	0,0200	—	0,0200	—	0,0200	0,0196	0,0200
1945	0,0195	0,0200	0,0195	0,0200	0,0195	0,0200	0,0195	0,0200	0,0195	0,0200	0,0195	0,0200	0,0195	0,0200	0,0195	0,0200	0,0195	0,0200	0,0195	0,0200	0,0195	0,0200	0,0195	0,0200	0,0195	0,0200
1946	0,0195	0,0200	0,0195	0,0200	0,0195	—	0,0195	—	0,0195	—	0,0195	—	0,0193	—	0,0189	—	0,0187	—	0,0187	—	0,0187	—	0,0187	—	0,0192	0,0200
1947	0,0187	—	0,0187	—	0,0187	—	0,0187	—	0,0187	—	0,0187	—	0,0187	—	0,0187	—	0,0187	0,0230	0,0187	0,0225	0,0187	0,0230	0,0187	0,0233	0,0187	0,0229
1948	0,0187	0,0232	0,0187	0,0233	0,0187	0,0250	0,0187	0,0253	0,0187	0,0265	0,0187	0,0270	0,0187	0,0275	0,0187	0,0320	0,0187	0,0310	0,0187	0,0305	0,0187	0,0280	0,0187	0,0266	0,0187	0,0272
1949	0,0187	0,0265	0,0187	0,0275	0,0187	0,0288	0,0187	0,0285	0,0187	0,0290	0,0187	0,0305	0,0187	0,0310	0,0187	0,0303	0,0187	0,0313	0,0187	0,0325	0,0187	0,0270	0,0187	0,0308	0,0187	0,0295
1950	0,0187	0,0302	0,0187	0,0330	0,0187	0,0325	0,0187	0,0327	0,0187	0,0335	0,0187	0,0334	0,0187	0,0307	0,0187	0,0317	0,0187	0,0323	0,0187	0,0332	0,0187	0,0338	0,0187	0,0320	0,0187	0,0324
1951	0,0187	0,0310	0,0187	0,0293	0,0187	0,0325	0,0187	0,0325	0,0187	0,0324	0,0187	0,0300	0,0187	0,0290	0,0187	0,0288	0,0187	0,0295	0,0187	0,0280	0,0187	0,0292	0,0187	0,0300	0,0187	0,0302
1952	0,0187	0,0313	0,0187	0,0325	0,0187	0,0340	0,0187	0,0340	0,0187	0,0343	0,0187	0,0333	0,0187	0,0335	0,0187	0,0330	0,0187	0,0348	0,0187	0,0375	0,0187	0,0370	0,0187	0,0365	0,0187	0,0343
1953	0,0187	0,0383	0,0412	0,0412	0,0480	0,0480	0,0428	0,0428	0,0470	0,0470	0,0477	0,0445	0,0433	0,0425	0,0395	0,0395	0,0386	0,0388	0,0475	0,0470	0,0527	0,0530	0,0477	0,0565	0,0429	0,0449
1954	0,0535	0,0550	0,0617	0,0605	0,0589	0,0583	0,0509	0,0535	0,0490	0,0570	0,0491	0,0595	0,0580	0,0625	0,0651	0,0630	0,0632	0,0535	0,0673	0,0665	0,0918	0,0744	0,0798	0,0765	0,0624	0,0625
1955	0,0760	0,0753	0,0873	0,0778	0,105	0,0828	0,106	0,0810	0,105	0,0813	0,103	0,0770	0,103	0,0730	0,110	0,0700	0,0972	0,0690	0,100	0,0672	0,0996	0,0668	0,0909	0,0675	0,0986	0,0741
1956	0,101	0,0725	0,119	0,0715	0,107	0,0743	0,145	0,0805	0,148	0,0840	0,137	0,0835	0,115	0,0775	0,106	0,0742	0,0999	0,0695	0,0917	0,0682	0,0881	0,0675	0,0863	0,0665	0,112	0,0741
1957	0,0840	0,0657	0,0863	0,0665	0,0849	0,0665	0,0857	0,0700	0,0844	0,0742	0,0840	0,0720	0,0885	0,0745	0,108	0,0795	0,0894	0,0830	0,0830	0,0873	0,0794	0,0915	0,0863	0,0910	0,0870	0,0768
1958	0,112	0,0980	0,131	0,0995	0,137	0,109	0,158	0,124	0,150	0,125	0,150	0,134	0,156	0,135	0,169	0,168	0,210	0,158	0,206	0,147	0,199	0,140	0,209	0,141	0,166	0,132
1959	0,245	0,147	0,280	0,142	0,292	0,141	0,239	0,139	0,194	0,133	0,183	0,150	0,182	0,155	0,177	0,155	0,216	0,167	0,222	0,186	0,212	0,198	0,209	0,203	0,221	0,160
1960	0,209	0,186	0,214	0,186	0,244	0,192	0,242	0,189	0,238	0,186	0,232	0,188	0,229	0,186	0,228	0,187	0,229	0,192	0,229	0,192	0,229	0,195	0,229	0,206	0,229	0,190
1961	0,229	0,230	—	0,221	0,271	0,277	0,284	0,283	0,270	0,265	0,261	0,262	0,263	0,261	0,270	0,298	0,294	0,297	0,298	0,345	0,314	0,358	0,317	0,390	0,279	0,291
1962	0,318	0,367	0,318	0,378	0,318	0,358	0,318	0,353	0,335	0,398	0,362	0,435	0,367	0,493	0,407	0,650	0,480	0,675	0,475	0,642	0,475	0,732	0,475	0,795	0,387	0,523
1963	0,475	0,760	0,508	0,685	0,531	0,640	0,558	0,710	0,620	0,750	0,630	0,794	0,643	0,850	0,667	1,210	0,708	1,090	0,679	1,210	0,653	1,135	0,730	1,189	0,617	0,903
1964	0,884	1,380	0,896	1,405	0,900	1,880	0,910	1,220	1,124	1,285	1,200	1,291	1,200	1,385	1,234	1,665	1,589	1,771	1,610	1,676	1,610	1,645	1,656	1,830	1,234	1,536
1965	1,850	1,840	1,851	1,885	1,846	1,883	1,840	1,870	1,840	1,865	1,840	1,860	1,840	1,860	1,840	1,865	1,845	1,865	1,845	1,865	2,061	2,215	2,213	2,220	1,893	1,920
1966	2,216	2,215	2,219	2,220	2,220	2,220	2,220	2,215	2,220	2,210	2,220	2,210	2,220	2,210	2,220	2,210	2,220	2,210	2,220	2,210	2,220	2,210	2,220	2,210	2,220	2,213
1967	2,220	2,210	2,591	2,715	2,715	2,715	2,715	2,720	2,715	2,720	2,715	2,715	2,715	2,725	2,715	3,250	2,715	3,150	2,715	3,120	2,715	3,130	2,715	3,150	2,663	2,860
1968	3,210	3,470	3,210	3,440	3,210	3,370	3,210	3,520	3,224	3,720	3,225	3,710	3,220	3,580	3,300	3,280	3,850	3,661	3,700	3,675	3,732	3,707	3,818	3,793	3,409	3,577
1969	3,830	3,805	3,925	3,900	3,966	3,941	4,000	3,975	4,013	4,006	4,050	4,025	4,091	4,066	4,107	4,082	4,150	4,125	4,205	4,180	4,254	4,229	4,316	4,291	4,076	4,052
1970	4,350	4,325	4,403	4,373	4,420	4,390	4,490	4,460	4,520	4,490	4,560	4,530	4,610	4,580	4,650	4,620	4,680	4,650	4,720	4,690	4,830	4,800	4,890	4,860	4,595	4,564
1971	4,950	4,920	4,999	4,970	5,060	5,030	5,110	5,080	5,190	5,155	5,255	5,220	5,285	5,250	5,390	5,355	5,465	5,430	5,505	5,470	5,596	5,561	5,635	5,600	5,287	5,253
1972	5,654	5,619	5,785	5,750	5,816	5,781	5,845	5,810	5,899	5,864	5,915	5,880	5,944	5,909	5,965	5,930	6,015	5,980	6,059	6,024	6,116	6,081	6,192	6,157	5,934	5,899
1973	6,215	6,180	6,116	6,081	6,030	5,995	6,046	6,010	6,100	6,060																

Nota: Dada a multiplicidade de taxas cambiais vigorantes no passado, adotaram-se duas denominadas *importação* e *livre*. A respeito delas valem as considerações a seguir:

1. *Importação* — câmbio para importações em geral (ver CONJUNTURA ECONÔMICA, p. 91-7, set. 1963, e p. 93-9 out. 1968. Os valores em questão referem-se às médias das cotações diárias, salvo anotação em contrário. As médias anuais são médias aritméticas simples das médias mensais.
Períodos: a) janeiro de 1944 a dezembro de 1944: mercado livre, com taxa fixada pelo Governo. Não são conhecidos dados mensais. A média anual é citada pela *International Financial Statistics*, do FMI; b) janeiro de 1945 a janeiro de 1953: idem, depois chamado *Mercado Oficial*. Fonte: IFS; c) fevereiro de 1953 a maio de 1953: cotação do Mercado Livre no Rio de Janeiro (outros bancos, venda, fechamento, último dia do mês). Fonte: *Boletim da SUMOC*; d) junho de 1953 a setembro de 1953: Mercado Livre no Rio de Janeiro. Fonte: *Mensário Estatístico do SEEF*; e) outubro de 1953 a agosto de 1957: média ponderada dos ágios das cinco categorias no Rio de Janeiro, acrescida da taxa oficial vigorante. Fonte: CONJUNTURA ECONÔMICA; f) setembro de 1957 a janeiro de 1961: idem, para a categoria geral apenas. O dado de dezembro de 1960 é para todas as bolsas do País. Fonte: CE; g) fevereiro de 1961: não houve leilões. A média do ano é relativa a apenas 11 meses; h) março de 1961 a julho de 1968: média das cotações diárias do *mercado livre (outros bancos)*. Às cotações entre jan./1962 e jan./1963 deve ser acrescentado o valor de um eventual boneco. O boneco já está incluído nas cotações posteriores tendo desaparecido a 19-2-64; i) 21 de agosto de 1968 a fevereiro de 1970: em 21-8-68, o Conselho Monetário Nacional estipulou nova sistemática para desvalorização do cruzeiro a que se denominou *taxa flexível de câmbio*. As cotações que aparecem no intervalo acima discriminado como *importação* referem-se à taxa de *venda* pelo Banco do Brasil no chamado *mercado livre*; e j) de março de 1970 em diante: taxa de *venda* pelo Banco Central no mercado livre.

2. *Livre* — câmbio livre para transferências financeiras particulares (ver CONJUNTURA ECONÔMICA, p. 91-7, set. 1963, e p. 93-9 out. 1968). Cotações do último dia de cada mês. Médias anuais simples dessas cotações. As médias de 1946 e 1947 são relativas apenas aos meses com cotação. Períodos: a) janeiro de 1944 a fevereiro de 1946: mercado livre especial. Fonte: IFS; b) março de 1946 a agosto de 1947 mercado negro. Taxas desconhecidas hoje; c) setembro de 1947 a janeiro de 1953: mercado negro. Fontes: IFS, sob o nome de *curb rate*; d) fevereiro de 1953 a setembro de 1961: mercado livre. Fonte: *Boletim da SUMOC*; e) outubro de 1961 a julho de 1968: mercado paralelo; f) agosto 1968 a fevereiro de 1970: taxa de *compra* pelo Banco do Brasil no mercado livre; e g) março de 1970 até hoje: taxa de *compra* pelo Banco Central no mercado livre.

Evolução do salário mínimo — capitais selecionadas

Vigência	Dispositivo legal	Guanabara		São Paulo		Belo Horizonte		Curitiba		Porto Alegre		Salvador		Recife	
		Cr$	Variação %	Cr$	Variação %	Cr$	Variação %	Cr$	Variação %	Cr$	Variação %	Cr$	Variação %	Cr$	Variação %
04-07-1940 31 meses	Decreto-lei n.º 2 162, de 01-05-1940 (publicado no D.O. de 04-05-1940)	0,24	—	0,22	—	0,17	—	0,18	—	0,20	—	0,15	—	0,15	—
01-01-1943 11 meses	Decreto-lei n.º 5 670, de 15-07-1943 (publicado no D.O. de 17-07-1943)	0,30	25,00	0,275	25,00	0,212	24,71	0,225	25,00	0,25	25,00	0,1875	25,00	0,1875	25,00
01-12-1943 97 meses	Decreto-lei n.º 5 977, de 10-11-1943 (publicado no D.O. de 22-11-1943)	0,38	26,67	0,36	30,91	0,27	27,36	0,29	28,89	0,32	28,00	0,24	28,00	0,24	28,00
01-01-1952 30 meses	Decreto n.º 30 342, de 24-12-1951 (publicado no D.O. de 26-12-1351)	1,20	215,79	1,19	230,56	0,90	233,33	0,65	124,14	0,80	150,00	0,70	191,67	0,65	170,83
04-07-1954 25 meses	Decreto n.º 35 450, de 01-05-1954 (publicado no D.O. de 04-05-1954)	2,40	100,00	2,30	93,28	2,20	144,44	1,50	130,77	1,80	125,00	1,555	122,14	1,60	146,15
01-08-1956 29 meses	Decreto 39 604-A, de 14-07-1956 (publicado no D.O. de 16-07-1956)	3,80	58,33	3,70	171,88	3,30	50,00	2,70	80,00	3,10	72,22	2,70	73,63	2,70	68,75
01-01-1959 21 meses	Decreto n.º 45 106-A de 24-12-1958 (publicado no D.O. de 27-12-1958)	6,00	57,89	5,90	59,46	5,30	60,61	4,50	66,67	5,00	61,29	4,50	66,66	4,50	66,66
18-10-1960 12 meses	Decreto n.º 49 119-A, de 15-10-1960 (publicado no D.O. de 18-10-1960)	9,60	60,00	9,44	60,00	8,48	60,00	7,20	70,00	8,00	60,00	7,20	60,00	7,20	60,00
16-10-1961 14 meses	Decreto n.º 51 336, de 13-10-1961 (publicado no D.O. de 13-10-1961)	13,44	40,00	13,216	40,00	11,872	40,00	10,08	40,00	11,20	40,00	10,08	40,00	10,08	40,00
01-01-1963 14 meses	Decreto n.º 51 613, de 03-12-1962 (publicado no D.O. de 04-12-1962)	21,00	56,25	21,00	58,90	21,00	76,89	17,80	76,59	18,30	63,39	16,50	63,69	16,50	63,69
24-02-1964 12 meses	Decreto n.º 53 578, de 21-02-1964 (publicado no D.O. de 24-02-1964)	42,00	100,00	42,00	100,00	42,00	100,00	35,60	100,00	36,60	100,00	33,00	100,00	33,00	100,00
01-03-1965 12 meses	Decreto n.º 55 803, de 26-02-1965 (publicado no D.O. de 26-02-1965)	66,00	57,14	66,00	57,14	64,32	53,14	60,00	68,54	60,00	63,93	51,60	56,36	51,60	56,36
01-03-1966 12 meses	Decreto n.º 57 900, de 02-03-1966 (publicado no D.O. de 03-03-1966)	84,00	27,27	84,00	27,27	81,00	25,93	76,50	27,50	76,50	27,50	66,00	27,91	66,00	27,91
01-03-1967 12 meses	Decreto n.º 60 231, de 16-02-1967 (publicado no D.O. de 17-02-1967)	105,00	25,00	105,00	25,00	101,25	23,51	95,63	25,01	95,63	25,01	82,50	25,00	82,50	25,00
26-03-1968 13 meses	Decreto n.º 62 461, de 25-03-1968 (publicado no D.O. de 26-03-1968)	129,60	23,43	129,60	23,43	124,80	23,26	117,60	22,97	117,60	22,97	100,80	22,18	100,80	22,18
01-05-1969 12 meses	Decreto n.º 64 442, de 01-05-1969 (publicado no D.O. de 02-05-1969)	156,00	20,37	156,00	20,37	148,80	19,23	141,60	20,41	141,60	20,41	120,00	19,05	120,00	19,05
01-05-1970 12 meses	Decreto n.º 66 523, de 30-04-1970 (publicado no D.O. de 31-04-1970)	187,20	20,00	187,20	20,00	177,60	19,35	170,40	20,34	170,40	20,34	144,00	20,00	144,00	20,00
01-05-1971 12 meses	Decreto n.º 68 576, de 01-05-1971 (publicado no D.O. de 03-05-1971)	225,60	20,51	225,60	20,51	216,00	21,62	208,80	32,54	208,80	32,54	172,80	20,00	172,80	20,00
01-05-1972	Decreto n.º 70 465, de 27-04-1972 (publicado no D.O. de 28-04-1972)	268,80	19,15	268,80	19,15	268,80	24,44	249,60	19,54	249,60	19,54	206,40	19,44	206,40	19,44
01-05-1973	Decreto n.º 72 148 de 30-04-1973 (publicado no D.O. de 30-04-1973)	312,00	16,07	312,00	16,07	312,00	16,07	288,00	15,38	288,00	15,38	240,00	16,28	240,00	16,28

O ÔVO DE COLOMBO DA ECONOMIA ESTÁ EM RBE

REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA

UMA PUBLICAÇÃO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

27.º Sondagem conjuntural-resultados da indústria de transformação

A 27.ª Sondagem Conjuntural junto à Indústria de Transformação foi realizada pelo Centro de Estudos Industriais do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas em abril de 1973. Os resultados aqui divulgados abrangem as respostas de 1 510 empresas industriais que, em 1972, venderam 94,5 bilhões de cruzeiros e empregaram mais de um milhão de pessoas. A tabela I apresenta a divisão destas empresas por regiões e indústrias.

Os informantes indicaram a evolução observada no período janeiro-março do corrente ano, avaliaram alguns aspectos importantes da situação da empresa no início de abril e estimaram o comportamento provável para o segundo trimestre.

Tabela I — Brasil — Dados básicos das empresas que responderam à sondagem de abril

Discriminação	Número de empresas informantes em abril de 1973	Vendas dos informantes em 1972 (Cr$ 1 000)	Exportação dos informantes em 1972		Pessoal ocupado pelas empresas informantes (média em 1972)
			(Cr$ 1 000)	% Vendas *	
GERAL	1 510	94 475 755	4 782 365	5,1	1 035 099
Regiões:					
São Paulo	669	49 787 11	1 345 154	2,7	524 504
Guanabara	167	4 576 226	122 049	2,7	58 957
Minas Gerais	122	5 969 881	301 256	5,0	72 738
Sul	245	7 885 655	1 161 974	14,7	111 297
Nordeste	176	3 971 439	438 418	11,0	54 614
Setores:					
Bens de consumo	493	28 715 973	1 602 539	5,6	306 636
Máquinas, veículos e acessórios	186	9 038 133	338 362	3,7	110 508
Material de construção	122	5 433 687	67 462	1,2	74 182
Outros consumos intermediários	601	39 707 410	1 710 815	4,3	413 525
Gêneros:					
Produtos de minerais-não-metálicos	88	3 267 029	32 996	1,0	54 586
Metalúrgica	186	12 228 221	485 887	4,0	166 415
Mecânica	127	4 868 048	218 370	4,5	65 151
Material elétrico e de comunicação	99	6 372 545	246 680	3,9	88 741
Material de transporte	84	16 304 333	290 565	1,8	148 659
Mobiliário	45	519 220	17 130	3,3	11 884
Celulose, papel e papelão	60	2 607 602	87 395	3,4	34 777
Borracha	19	2 288 568	10 255	0,4	17 919
Couros e peles	20	433 880	94 058	21,7	7 388
Química	131	16 734 281	1 059 383	6,3	80 705
Produtos farmacêuticos e veterinários	56	2 369 907	22 214	0,9	22 250
Perfumaria, sabões, detergentes, glicerinas e velas	30	1 584 448	11 987	0,8	11 798
Produtos de matérias plásticas	32	1 325 918	6 470	0,5	16 893
Indústria têxtil	211	5 821 788	421 913	7,2	137 642
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	94	1 705 526	153 697	9,0	42 709
(Calçados)	(46)	(528 073)	(123 620)	(23,4)	(16 228)
Produtos alimentares	175	11 905 879	1 517 610	12,7	88 340
Bebidas	34	1 628 403	45	0,0	21 667
Fumo	8	1 713 665	65 855	3,8	9 079
Empresas de produção diversificada	11	796 494	40 355	5,1	8 496

* Vide referências às Exportações nas Notas Metodológicas.

RESULTADOS GLOBAIS

Prosseguiu durante o 1.º trimestre do corrente ano a tendência de expansão da produção industrial, que vem sendo registrada nos últimos anos. Embora o ritmo desta expansão tenha, provavelmente, sido reduzido em relação ao observado no final de 1972, a evolução do período analisado pode ser considerada particularmente favorável para a época. Isto porque, no início de cada ano, diversas influências tendem normalmente a reduzir o volume da produção industrial:

— o menor número de dias úteis em fevereiro e a ocorrência do carnaval, influência que cresce de importância na medida em que a economia se aproxima da plena utilização dos fatores de produção;

— retração da demanda por bens de consumo final, após a ampliação induzida pelas vendas de Natal e Ano Novo e, sobretudo, pela disponibilidade do 13.º salário;

— retração da procura por automóveis, em virtude da expectativa concernente ao lançamento dos modelos do ano;

— período de férias coletivas em algumas empresas de grande porte.

Esta expectativa de desaceleração do ritmo de expansão dos negócios estava evidente, sobretudo, nas previsões feitas, em janeiro passado, para a evolução da produção global da indústria de transformação nos primeiros meses deste ano.

A superação das influências sazonais negativas pela tendência de expansão da economia, que obviamente ocorreu, resultou do excelente desenvolvimento da demanda. Esta, após mais um trimestre de crescimento, atingiu, em abril deste ano, níveis excepcionais, pois empresas responsáveis por mais da metade das vendas dos informantes consideravam a procura acima do normal para a época. Ainda em relação à demanda, cumpre destacar a evolução nitidamente positiva do setor externo que, em 1972, absorveu 5% da produção das empresas, em sua maioria de médio ou grande porte, que participam das Sondagens Conjunturais.

Os estoques foram mantidos em níveis adequados e parte significativa da indústria de transformação registrou, no período janeiro-março, aumento dos efetivos de mão-de-obra e ampliação da capacidade de produção instalada. Houve, também, uma generalização dos aumentos dos preços de venda dos produtos das empresas informantes.

No início de abril, a conjuntura era excelente e a indústria nacional estava operando, em média, bem próximo de sua capacidade máxima.

Os elevados níveis de utilização dos equipamentos e a expectativa de manutenção das tendências de evolução favorável estimularam um considerável aumento, entre 1971 e 1972, do valor a preços correntes dos investimentos realizados nas indústrias informantes. Da mesma forma, as estimativas para as inversões a serem realizadas em 1973 eram de valores que, mesmo se deflacionados por aumentos de custos, indicariam volumes reais ainda mais elevados.

As previsões para o 2.º trimestre são, mais uma vez, de nítida expansão das atividades do setor industrial.

RESULTADOS REGIONAIS

SÃO PAULO

No início do corrente ano, o volume da produção industrial do Estado de São Paulo continuou a crescer, estimulado pela tendência de ampliação da procura, mais uma vez observada pela maior parte das empresas informantes. A expansão da produção foi, é verdade, menos generalizada do que as observadas nos trimestres precedentes, tendo predominado a estabilidade em alguns gêneros industriais, enquanto, em outros, era indicada divisão de tendências. No primeiro caso, encontravam-se as indústrias **produtos de minerais-não-metálicos, têxtil e material de transporte;** a produção de **material elétrico e de comunicações, móveis, produtos alimentares, vestuário e artefatos de tecidos** foi aumentada em algumas empresas, mas reduzida em outras, não permitindo uma estimativa adequada de sua variação líquida. Boa parte das reduções indicadas, porém, reflete variações sazonais, quer do lado da procura — **aparelhos eletrodomésticos, móveis** e **vestuário** — quer do da oferta — **produtos alimentares.** A predominância de informações de estabilização do volume da produção de **material de transporte** tampouco indica deterioração da conjuntura, sendo explicada pelo menor número de dias trabalhados, inclusive em virtude de férias coletivas em empresas deste gênero, e pela introdução de novos modelos de automóveis. Além disso, é necessário ressaltar que, em abril, todos os gêneros industriais, inclusive os que não aumentaram sua produção nos primeiros três meses deste ano, estavam operando em São Paulo em níveis bastante elevados, mesmo após ampliações da capacidade instalada em diversas empresas.

Outros indicadores favoráveis foram a absorção de mão-de-obra adicional pela indústria paulista e a manutenção dos estoques dos produtos fabricados em níveis normais. Os preços de venda da maior parte das empresas informantes foram, também, reajustados no período.

Para o 2.º trimestre, os prognósticos eram de prosseguimento da expansão da demanda e, conseqüentemente, de ampliação ou, pelo menos, manutenção dos elevados níveis da produção.

GUANABARA

Os informantes da Guanabara indicaram tendências divididas para a comparação do volume produzido no 1.º trimestre com o do anterior. Os gêneros **minerais-não-metálicos, material elétrico e de comunicações, material de transporte, borracha, bebidas e celulose, papel e papelão** acusaram acréscimo na quantidade produzida. Já para **mecânica, química** e **produtos alimentares** predominaram as informações de decréscimo na produção, comparado o 1.º trimestre com o anterior.

Em abril, todos os gêneros, com exceção de **couros e peles,** consideravam pelo menos normal o nível da procura interna e estavam operando a elevados níveis de utilização da capacidade. Mesmo assim, a maioria dos informantes declarava estar expandindo a produção. Apenas a **indústria do mobiliário** queixava-se de escassez de capital de giro e a de **couros e peles** encontrava-se limitada pelo nível da procura, bem como **produtos de matérias plásticas** e **alimentos.** Os setores **metalúrgico** e **mecânico,** embora com bom número de empresas expandindo a produção, tinham segmentos que se ressentiam de falta de matéria-prima.

Para a indústria da Guanabara, os prognósticos para o 2.º trimestre são de expansão da produção, exceto para o grupo **bebidas,** que tem retração sazonal de procura neste período.

Tabela II — Resultados para a indústria de transformação — percentagens ponderadas das respostas

Regiões:	Procura global			Estoques			Produção				Capacidade instalada				Mão-de-obra			Preços			Avaliação em	Nível da procura global			Nível dos estoques				Utilização média da capacidade instalada
	+	=	—	+	=	—	SE	+	=	—	—	+	=	—	+	=	—	+	=	—		FO	NO	FR	EX	NO	IN	SE	%
Brasil																													
1.º trim. 1972	40	39	21	18	33	19	28*	43	41		16	29	69	2	30	56	14	51	47	2	Abr. 1972	17	69	14	7	50	13	28*	86
2.º trim. 1972	50	38	12	19	32	19	27*	41	40		14	29	70	1	32	56	12	46	51	3	Jul. 1972	23	67	10	8	52	12	27*	87
3.º trim. 1972	60	29	10**	20	27	22	26*	58	31		11	33	66	1	34	60	6	52	46	2	Out. 1972	31	62	6**	7	50	13	26*	89
4.º trim. 1972	64	25	11	19	25	27	24*	57	31		12	39	59	2	38	54	8	49	49	2	Jan. 1973	25	65	10	4	52	15	24*	89
1.º trim. 1973	49	30	21	17	28	24	27*	40	36		24	33	65	2	34	60	6	62	37	1	Abr. 1973	33	62	5	3	50	15	27*	90
2.º trim.Prev./73	55	34	11					55	35		10				36	57	7	51	48	1									
São Paulo																													
1.º trim. 1972	45	37	18	13	38	18	29*	47	38		15	32	66	2	37	51	12	58	40	2	Abr. 1972	14	75	11	8	52	7	29*	87
2.º trim. 1972	49	37	14	17	31	19	30*	45	42		13	31	68	1	35	55	10	48	49	3	Jul. 1972	23	68	9	9	50	11	30	87
3.º trim. 1972	65	26	9	19	28	18	26*	62	30		8	35	64	1	36	62	2	53	46	1	Out. 1972	31	63	6	5	51	12	26*	89
4.º trim. 1972	63	24	13	18	31	23	24*	61	27		12	42	57	1	42	54	4	48	51	1	Jan. 1973	20	71	9	4	53	14	24*	89
1.º trim. 1973	52	28	20	17	32	24	24*	42	37		21	38	61	1	41	54	5	64	35	1	Abr. 1973	28	67	5	3	51	18	24*	89
2.º trim.Prev./73	54	34	12					57	36		7				34	63	3	57	42	1									
Guanabara																													
1.º trim. 1972	33	47	20	17	39	5	26*	43	36		21	19	80	1	27	54	19	26	73	1	Abr. 1972	15	70	15	8	59	7	26	81
2.º trim. 1972	47	43	10	21	37	5	31*	44	47		9	19	74	7	23	67	10	28	71	1	Jul. 1972	15	67	18	6	53	4	31*	82
3.º trim. 1972	45	42	12**	19	28	15	25*	52	34		14	22	75	3	24	66	10	39	59	2	Out. 1972	19	62	18**	11	33	6	25*	83
4.º trim. 1972	54	37	8**	23	32	8	27*	60	35		5	26	67	7	29	51	20	29	70	1	Jan. 1973	12	65	22**	6	47	6	27*	80
1.º trim. 1973	46	26	28	25	15	20	36*	39	30		31	25	73	2	22	71	7	37	63	0	Abr. 1973	26	63	11	9	32	13	36*	84
2.º trim.Prev./73	42	45	12**					49	41		10				19	72	9	36	64	0									
Minas Gerais																													
1.º trim. 1972	31	50	19	12	21	13	53*	22	72		6	12	87	1	12	72	16	48	46	6	Abr. 1972	17	70	13	8	26	13	53	91
2.º trim. 1972	59	36	5	10	28	10	51*	34	61		5	33	66	1	21	72	7	47	51	2	Jul. 1972	34	60	6	8	26	14	51*	91
3.º trim. 1972	75	23	2	13	12	22	51*	57	34		9	10	86	4	16	83	1	49	49	2	Out. 1972	45	51	4	5	31	12	51*	92
4.º trim. 1972	77	14	9	18	14	19	48*	51	33		16	19	80	1	24	64	12	57	41	2	Jan. 1973	57	38	4**	4	40	6	48*	94
1.º trim. 1973	58	26	15**	9	22	15	52*	32	37		31	21	74	5	23	73	4	68	31	1	Abr. 1973	54	43	2**	2	37	7	52*	88
2.º trim.Prev./73	58	40	2					49	39		12				30	62	8	41	59	0									
Região Sul																													
1.º trim. 1972	39	37	24	22	31	19	26*	37	39		24	42	56	2	39	46	15	51	44	5	Abr. 1972	27	59	14	7	47	19	26*	85
2.º trim. 1972	52	36	12	23	28	16	26*	52	39		9	26	69	5	42	48	10	47	44	9	Jul. 1972	24	62	14	10	54	10	26	83
3.º trim. 1972	49	35	16	22	28	17	25*	54	35		11	26	67	7	37	50	13	45	47	8	Out. 1972	28	61	11	7	58	8	25*	85
4.º trim. 1972	55	35	10	19	31	27	20*	56	33		11	28	68	4	38	53	9	47	49	4	Jan. 1973	19	66	15	7	56	13	20*	85
1.º trim. 1973	43	33	24	17	30	28	21*	36	32		32	23	69	8	34	55	11	62	37	1	Abr. 1973	39	52	8**	4	54	17	21*	87
2.º trim.Prev./73	49	39	12					54	27		19				44	49	7	49	49	2									
Nordeste																													
1.º trim. 1972	36	48	16	29	32	16	19*	48	43		9	24	74	2	19	70	11	31	61	8	Abr. 1972	28	57	15	8	63	10	19	81
2.º trim. 1972	46	33	21	17	46	14	18*	34	49		17	14	83	3	21	55	24	41	52	7	Jul. 1972	23	65	12	5	67	7	18*	76
3.º trim. 1972	44	44	12	10	37	23	14*	56	33		11	20	79	1	31	59	10	50	44	6	Out. 1972	21	71	8	9	60	7	14*	84
4.º trim. 1972	44	32	24	21	23	28	17*	55	38		7	14	84	2	42	50	8	48	47	5	Jan. 1973	17	75	8	7	62	6	17*	83
1.º trim. 1973	34	30	35**	21	24	27	22*	29	31		40	20	73	7	23	65	12	60	34	6	Abr. 1973	26	65	8**	4	63	7	22*	83
2.º trim.Prev./73	60	28	11**					47	32		21				21	63	16	48	50	2									

* — Vide referências aos Estoques nas Notas Metodológicas.

** — Vide referências à Procura Global nas Notas Metodológicas.

MINAS GERAIS

A produção da **indústria de transformação** em Minas Gerais, neste primeiro trimestre, apresentou uma tendência não perfeitamente identificada tendo, no entanto, a procura global se expandido no período. Segundo os indicadores disponíveis, pelo menos cinco gêneros — **minerais-não-metálicos, metalúrgica, química, têxtil e vestuário e calçados** — operaram a quase plena capacidade. À época do inquérito, o nível de estoques em todos os gêneros era considerado normal, enquanto o nível de procura tendia a se elevar, exceção feita às indústrias de **material elétrico e de comunicações** e **vestuário, calçados e artefatos de tecido.**

As previsões para o segundo trimestre indicam uma perspectiva nítida de evolução positiva quanto à produção, excetuando-se apenas o gênero **bebidas.**

REGIÃO SUL

Nada pode ser afirmado a respeito da variação líquida da produção na indústria sulina, nesse 1.º trimestre, uma vez que as tendências encontravam-se divididas. Contudo, registrou-se, no período, aumento na procura, bem como nos níveis dos preços de venda e de absorção de mão-de-obra. O grau médio de utilização dos equipamentos manteve-se elevado, registrando-se um relativo aumento da capacidade instalada.

À época do inquérito, as empresas da região, de uma maneira geral, indicavam níveis de estoques normais e produção em expansão.

As previsões para o próximo trimestre eram favoráveis, indicando aumento no volume de produção, decorrente de uma expectativa de aumento na procura e variações positivas nos preços de venda e nos contingentes de mão-de-obra utilizados.

NORDESTE

A evolução da indústria nordestina, como um todo, apresentou tendências tanto de aumento como de redução das atividades no 1.º trimestre de 1973. A maior parte dos gêneros industriais indicou acréscimo da produção mas, a **indústria química** e a **têxtil,** muito importantes, observaram evolução negativa. A capacidade de produ-

Tabela III — Limitações à expansão da produção em abril de 1973 — Percentagens ponderadas das respostas

Discriminação	Produção em expansão	Expansão impedida por:					Outros fatores	Não especificada
		Insuficiência da procura	Operação a plena capacidade	Escassez de:				
				Capital de giro	Matérias primas	Mão-de-obra		
GERAL	34	12	31	2	9	1	3	8
Regiões:								
São Paulo	42	13	27	2	6	1	3	6
Guanabara	47	19	8	4	7	1	4	10
Minas Gerais	18	5	42	4	10	0	2	19
Sul	31	11	21	5	16	1	6	9
Nordeste	16	17	36	3	16	2	1	9
Setores:								
Bens de consumo	32	17	27	2	15	1	1	5
Máquinas, veículos e acessórios	38	8	40	2	6	1	0	5
Material para construção	52	11	24	1	1	1	1	9
Outros consumos intermediários	30	7	40	1	5	0	7	10
Gêneros industriais:								
Produtos de minerais-não-metálicos	39	5	46	1	0	0	2	7
Metalúrgica	33	3	38	1	8	0	0	17
Mecânica	38	5	36	1	13	2	0	5
Material elétrico e de comunicações	62	11	14	4	1	2	0	6
Material de transporte	41	10	44	1	1	0	0	3
Mobiliário	50	23	12	8	2	0	2	3
Celulose, papel e papelão	24	1	39	1	1	0	4	30
Borracha	62	6	30	0	0	0	0	2
Couros e peles	12	59	8	5	2	1	5	8
Química	24	8	38	2	10	0	13	5
Produtos farmacêuticos e veterinários	43	22	21	0	1	0	0	13
Perfumaria, sabões, detergentes, glicerinas e velas	58	12	14	6	1	0	0	9
Produtos de matérias plásticas	37	37	7	2	0	0	5	12
Indústria têxtil	23	10	51	5	2	1	2	6
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	37	14	36	5	0	3	2	3
(calçados)	(39)	(26)	(21)	(1)	(1)	(6)	(0)	(6)
Produtos alimentares	25	15	14	1	40	0	4	1
Bebidas	16	17	31	0	0	0	0	36
Fumo	17	81	0	1	1	0	0	0

Tabela IV — Procura — Percentagens ponderadas das respostas

Discriminação	Procura interna*												Procura externa**												
	Obs. 1.º trim.			Nível em abril			Prev. 2.º trim.			Obs. anual****				Obs. 1.º trim.				Nível em abril				Prev. 2.º trim.				Exp. vendas***
	+	=	−	FO	NO	FR	+	=	−	+	=	−	NE	+	=	−	NE	FO	NO	FR	NE	+	=	−	NE	%
GERAL	48	30	22	32	63	5	55	34	11	73	16	4	7	56	29	9	6	44	45	3	3	45	43	4	8	5,0
Regiões:																										
São Paulo	52	28	20	28	67	5	54	34	12	71	14	7	8	59	25	8	8	39	46	4	11	37	48	4	11	2,7
Guanabara	46	25	29	26	64	10	43	45	12	58	27	6	9	31	45	9	15	14	46	31	9	31	33	8	28	2,7
Minas Gerais	58	26	16	54	44	2	59	39	2	76	13	1	10	65	24	1	10	56	32	1	11	35	55	0	10	5,0
Sul	39	34	27	38	54	8	47	40	13	75	18	1	6	63	26	9	2	48	42	6	4	60	34	4	2	14,7
Nordeste	32	29	39	24	70	6	63	27	10	63	8	23	6	46	43	5	6	47	24	23	6	38	35	21	6	11,0
Setores:																										
Bens de Consumo	37	40	23	18	78	4	41	38	21	59	31	2	8	47	44	4	5	38	56	1	5	50	43	2	5	5,6
Máquinas, Veículos e Acessórios	55	30	15	26	70	4	65	30	5	73	12	11	4	48	35	12	5	42	37	15	6	48	40	7	5	3,7
Material para Construção	59	32	9	42	52	6	68	28	4	93	4	1	2	85	6	7	2	81	13	3	3	50	35	1	14	1,2
Outros Consumos Intermediários	56	21	23	42	55	3	62	31	7	88	8	1	3	65	24	8	3	52	42	2	4	41	49	5	5	4,3
Gêneros Industriais																										
Produtos de Minerais-Não-Metálicos	37	48	15	49	43	8	61	39	0	39	60	0	1	12	62	25	1	5	93	1	1	28	70	1	1	1,0
Metalúrgica	71	18	11	65	33	2	68	30	2	91	5	0	4	75	17	4	4	77	15	1	7	33	59	2	6	4,0
Mecânica	35	26	39	22	73	5	58	31	11	66	13	13	8	46	34	12	8	42	39	9	10	52	36	3	9	4,5
Material Elétrico e de Comunicações	47	22	31	23	73	4	60	29	11	83	9	3	5	49	31	15	5	20	66	9	5	34	36	7	23	3,9
Material de Transporte	48	50	2	21	78	1	41	37	22	89	4	3	4	76	13	5	6	53	36	7	4	58	30	6	6	1,8
Mobiliário	27	23	50	28	64	8	57	34	9	98	1	0	1	11	8	80	1	14	84	1	1	96	3	0	1	3,3
Celulose, Papel e Papelão	47	46	7	24	73	3	22	76	2	93	0	6	1	99	0	0	1	97	2	0	1	98	2	0	0	3,4
Borracha	95	3	2	64	35	1	41	34	25	5	32	62	1	67	32	0	1	0	96	3	1	29	70	0	1	0,4
Couros e Peles	17	24	59	12	47	41	62	27	11	88	11	0	1	7	18	73	2	7	87	5	1	10	24	64	2	21,7
Química	51	11	38	25	72	3	65	24	11	95	4	0	1	76	21	2	1	43	52	2	3	43	54	2	1	6,3
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	53	26	21	16	81	3	60	35	5	40	32	0	28	21	31	20	28	0	40	1	59	0	51	20	29	0,9
Perfumaria, Sabões, Detergentes, Glicerinas e Velas	70	26	4	18	80	2	21	27	52	12	0	0	88	12	0	0	88	2	10	0	88	3	9	0	88	0,8
Produtos de Matérias Plásticas	57	31	12	33	65	2	61	30	9	81	11	0	8	54	38	4	4	0	95	1	4	53	43	0	4	0,5
Indústria Têxtil	39	39	22	41	47	12	51	40	9	83	9	4	4	65	21	10	4	65	26	5	4	51	38	7	4	7,2
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	31	28	41	13	68	19	59	35	6	79	17	0	4	40	41	15	4	46	45	5	4	47	47	2	4	9,0
(Calçados)	(61)	(12)	(27)	(9)	(71)	(20)	(57)	(36)	(7)	(82)	(16)	(0)	(2)	(36)	(45)	(17)	(2)	(45)	(49)	(5)	(1)	(44)	(51)	(3)	(2)	(23,4)
Produtos Alimentares	47	34	19	31	66	3	61	32	7	52	36	3	9	43	51	1	5	39	55	1	5	48	46	1	5	12,7
Bebidas	20	69	11	1	97	2	3	47	50	100	0	0	0	100	0	0	0	100	0	0	0	100	0	0	0	0,0
Fumo	16	0	84	0	100	0	80	20	0	51	49	0	0	24	70	6	0	39	61	0	0	45	46	9	0	3,8

* — Procura Interna: Ponderada pelas vendas da empresa, no País, em 1972.

** — Procura Externa: Ponderada pelas exportações da empresa, em 1972.

*** — Vide referências às exportações, nas Notas Metodológicas.

**** — Para cada Sondagem, exportações nos últimos 12 meses, comparadas às dos 12 meses precedentes.

ção instalada e os efetivos de mão-de-obra não sofreram alterações significativas e os estoques permaneceram em níveis adequados, no período.

Em abril, a maioria das empresas considerava a situação boa e estava operando, em média, em níveis elevados de utilização da capacidade instalada.

Para o 2.º trimestre, as expectativas de expansão da procura induziram planos de aumento da produção. Apenas alguns informantes da **indústria têxtil** e de **produtos alimentares**, influenciados, principalmente, pela escassez de matérias-primas, previam redução das atividades no período.

Tabela V — Investimentos das empresas informantes

	1971		1972		1973	
	Investimentos Realizados (Cr$ 1000)	% de Informação	Investimentos Realizados (Cr$ 1 000)	% de Informação*	Investimentos Programados (Cr$ 1 000)	% de Informação*
GERAL	5 473 831	—	9 083 405	—	13 962 758	—
Regiões:						
São Paulo	2 769 520	—	5 141 545	—	8 741 902	—
Guanabara	589 924	—	412 524	—	535 426	—
Minas Gerais	403 633	—	741 895	—	582 006	—
Sul	367 407	—	677 015	—	704 160	—
Nordeste	201 478	—	363 117	—	457 583	—
Setores:						
Bens de consumo	1 053 226	—	1 607 507	—	2 900 756	—
Máquinas, veículos e acessórios	332 855	—	551 974	—	1 937 832	—
Material para construção	338 900	—	550 054	—	598 069	—
Outros consumos intermediários	3 198 955	—	5 258 514	—	7 069 843	—
Gêneros industriais:						
Produtos de minerais-não-metálicos	282 645	87	450 300	88	560 052	79
Metalúrgica	936 364	82	1 726 932	83	2 589 212	77
Mecânica	166 078	91	271 045	93	349 409	91
Material elétrico e de comunicação	159 246	76	293 165	78	1 473 991	73
Material de transporte	860 075	92	1 642 145	92	3 094 982	91
Mobiliário	19 245	88	30 308	89	49 950	86
Celulose, papel e papelão	228 351	85	573 460	88	514 884	86
Borracha	50 870	69	247 868	69	253 223	69
Couros e peles	10 199	99	19 583	99	21 269	91
Química	1 518 440	94	1 642 990	94	1 892 731	92
Produtos Farmacêuticos e veterinários	37 150	70	52 492	71	84 809	68
Perfumaria, sabões, detergentes, Glicerinas e velas	26 579	93	53 113	93	88 624	87
Produtos de matérias plásticas	68 287	73	100 843	77	125 469	72
Indústria têxtil	543 874	87	1 157 991	87	1 785 956	82
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	63 665	78	68 905	79	105 706	73
Produtos alimentares	358 685	85	520 399	90	651 705	80
Bebidas	70 097	96	146 499	95	187 954	95
Fumo	40 817	96	37 441	96	65 055	95
Empresas de produção diversificada	23 163	95	47 924	95	59 777	95

* **Percentual de Informação: Relação percentual entre as vendas em 1972, das empresas que responderam ao item e as vendas das empresas, daquele gênero, incluídas na presente Sondagem.**

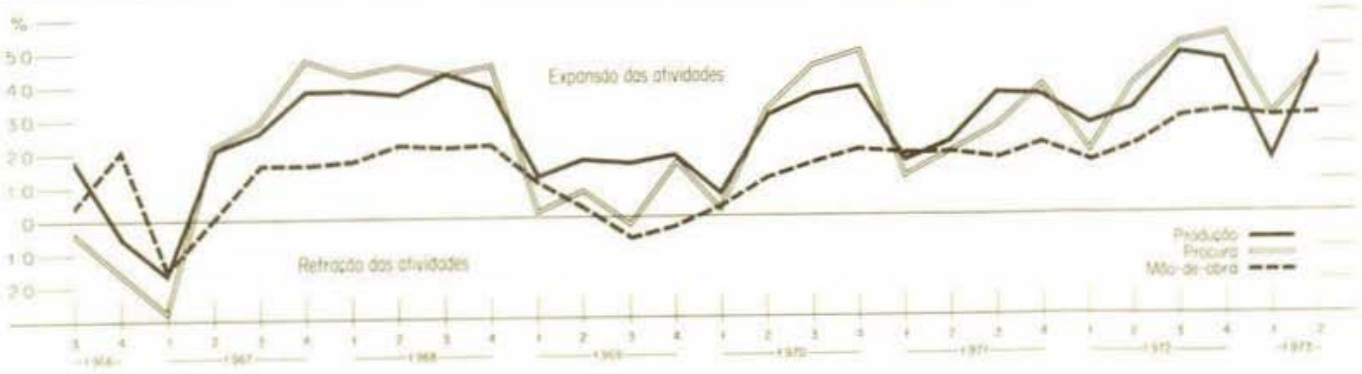
Tabela VI — Origem e aplicação dos investimentos das empresas informantes em 1972

Discriminação	Percentual de informação[1]	Pecentual dos Investimentos											
		Origem dos Recursos						Aplicação dos Recursos					
		Recursos Próprios	Subscrição de novas ações	Empréstimos no país	Recursos do exterior	Incentivos fiscais	Não especificada	Veículos	Equipamentos nacionais	Equipamentos estrangeiros	Novas fábricas (exclusive equipamentos)	Ampliação das instalações industriais	Não especificada
GERAL	—	42	5	24	19	1	9	2	31	18	20	26	3
Regiões:													
São Paulo		37	5	27	21	0	7	2	32	19	21	22	1
Guanabara		38	2	10	10	0	37	2	13	17	6	45	15
Minas Gerais		43	3	21	29	0	0	2	16	16	11	50	3
Sul		31	8	32	7	0	19	5	39	15	15	14	8
Nordeste		47	11	15	8	14	1	1	23	26	2	46	1
Setores:													
Bens de consumo		57	10	16	13	0	0	4	37	16	20	19	1
Máquinas, veículos e acessórios		55	6	15	17	4	3	3	27	20	9	26	15
Material para construção		36	7	22	30	4	1	3	23	24	16	33	1
Outros consumos intermediários		40	3	28	15	0	14	2	23	12	23	28	3
Gêneros industriais:													
Produtos de minerais-não-metálicos	88	36	7	24	23	4	1	4	26	19	16	35	0
Metalúrgica	83	52	5	15	24	1	3	1	36	23	16	23	1
Mecânica	93	54	9	21	14	1	1	5	31	26	15	16	7
Material elétrico e de comunicações	78	59	7	14	18	1	1	2	30	25	21	17	5
Material de transporte	92	45	6	6	41	1	1	2	42	16	12	21	7
Mobiliário	89	47	22	24	4	3	0	6	28	21	24	21	0
Celulose, papel e papelão	88	27	3	44	9	1	16	5	38	22	7	18	10
Borracha	69	43	0	52	0	0	0	2	26	41	25	6	0
Couros e peles	99	31	35	27	1	3	3	3	17	11	48	18	3
Química	94	26	5	17	10	1	41	2	20	8	14	52	4
Produtos farmacêuticos e veterinários	71	56	6	14	21	0	3	13	24	14	32	17	0
Perfumaria, sabões, detergentes, glicerinas e velas	98	60	1	38	0	1	0	5	42	24	6	22	0
Produtos de matérias plásticas	77	34	6	37	22	1	0	1	43	39	6	11	0
Indústria têxtil	87	32	3	54	10	1	0	3	16	21	53	7	0
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	79	54	6	22	10	4	4	2	34	28	7	24	5
Produtos alimentares	90	56	6	27	9	1	1	7	36	17	12	26	2
Bebidas	95	45	13	14	28	0	0	5	24	7	42	21	1
Fumo	96	86	0	3	11	0	0	0	64	20	1	15	0
Empresas de produção diversificada	95	56	15	28	1	0	0	3	32	35	18	12	0

[1] Percentual de informação: Relação percentual entre as vendas, em 1972, das empresas que responderam ao item e as vendas das empresas, daquele gênero, incluídas na presente sondagem.

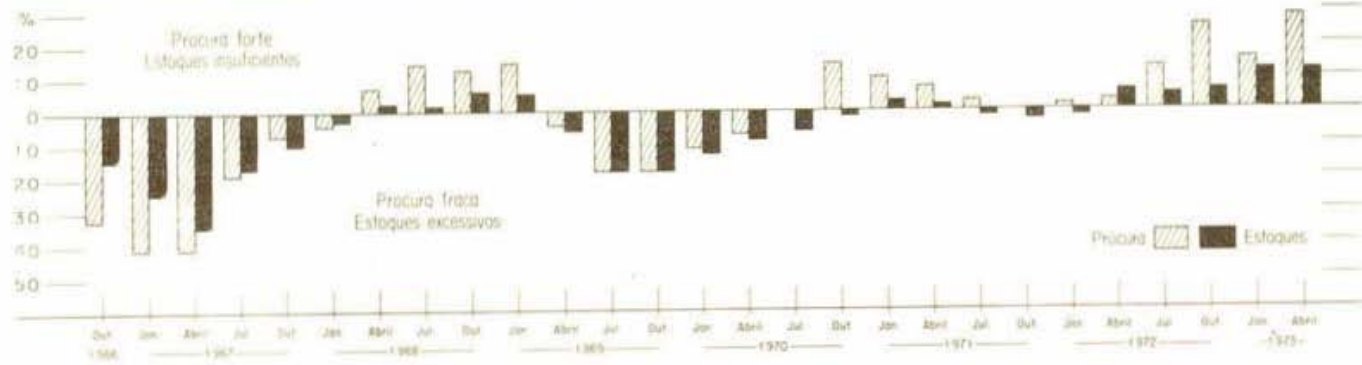
Indústria de transformação

Saldo das respostas — variações trimestrais



Níveis da procura e dos estoques

Avaliação à época de cada inquérito



RESULTADOS SEGUNDO A UTILIZAÇÃO PRINCIPAL DOS PRODUTOS

BENS DE CONSUMO FINAL

A produção de **bens de consumo final** acompanhou a redução, normal e esperada, do ritmo de expansão da procura no 1.º trimestre de 1973. As únicas indústrias que apresentaram evolução negativa foram: **fumo, eletrodomésticos** e **confecções.** Os estoques do setor foram mantidos em níveis adequados e houve até alguma absorção adicional de mão-de-obra no período. A capacidade instalada foi ampliada e, mesmo assim, em abril, a **indústria de bens de consumo final** continuava operando, em média, em níveis elevados. Portanto, os informantes julgavam boa a situação do mercado interno e também do externo, planejando expandir as atividades no 2.º trimestre.

As informações sobre os investimentos realizados neste setor, em 1972, indicam que estes foram, principalmente, aplicados em máquinas e novas fábricas. O montante programado para 1973 é indício, também, de boas perspectivas a médio prazo para a **indústria de bens de consumo final.**

BENS DE PRODUÇÃO

MÁQUINAS, VEÍCULOS E ACESSÓRIOS

Todos os indicadores utilizados pela Sondagem revelaram comportamento acentuadamente favorável, no 1.º trimestre, para o setor de **bens de capital.** A produção manteve-se em ritmo ascendente no período considerado, com uma utilização muito elevada da capacidade instalada deste setor. Apenas o grupo **tratores e máquinas de terraplenagem** apresentou decréscimo no volume de produção no trimestre analisado, decorrente de retração na procura.

A época do inquérito, a maioria dos informantes das empresas fabricantes de bens de capital indicava como sendo forte o nível da procura.

Para o 2.º trimestre, a expectativa de evolução para **bens de capital** é favorável, estimando-se expansão da produção, em função de uma procura global crescente, com reflexos positivos nos efetivos de mão-de-obra. Caberia mencionar, como fator de estímulo ao setor, a ação financiadora realizada nos últimos anos através do FINAME, tendo em vista seu papel relevante no fomento à fabricação e comercialização de bens de capital de produção nacional.

Tabela VII — Variação dos preços de venda nas empresas informantes — percentagens ponderadas das respostas

Discriminação	Variação de preços observada no 1.º trim. 1973			Variação de preços prevista para o 2.º trim. 1973			Aumentos previstos para o 2.º trim., comparados à evolução observada no 1.º trim.			
	+	=	−	+	=	−	Aumento Maior	Aumento Igual	Aumento Menor	Sem Resposta
GERAL	62	37	1	51	48	1	69	11	11	9
Regiões:										
São Paulo	64	35	1	57	42	1	64	10	14	12
Guanabara	37	63	0	36	64	0	71	21	8	0
Minas Gerais	68	31	1	41	59	0	87	3	9	1
Sul	62	37	1	49	49	2	76	15	4	5
Nordeste	60	34	6	48	50	2	70	10	4	16
Setores:										
Bens de consumo	59	40	1	58	41	1	68	8	11	13
Máquinas, veículos e acessórios	39	61	0	65	34	1	78	3	8	11
Material para construção	67	33	0	58	41	1	81	4	8	7
Outros consumos intermediários	70	29	1	52	47	1	75	11	7	7
Gêneros industriais:										
Produtos de minerais-não-metálicos	64	35	1	65	35	0	69	6	8	17
Metalúrgica	75	24	1	41	58	1	74	7	12	7
Mecânica	50	50	0	56	43	1	78	18	2	2
Material elétrico e de comunicações	70	29	1	59	41	0	49	8	24	19
Material de transporte	41	57	2	86	14	0	80	2	2	16
Mobiliário	21	79	0	47	53	0	77	21	0	2
Celulose, papel e papelão	79	21	0	70	30	0	37	30	26	7
Borracha	65	35	0	62	38	0	54	46	0	0
Couros e peles	54	46	0	12	81	7	96	0	0	4
Química	80	19	1	64	35	1	84	6	3	7
Produtos farmacêuticos e veterinários	46	54	0	48	52	0	87	1	7	5
Perfumaria, sabões, detergentes, glicerinas e velas	65	34	1	68	31	1	96	1	0	3
Produtos de matérias plásticas	57	43	0	37	63	0	77	0	0	23
Indústria têxtil	59	40	1	40	60	0	65	12	10	13
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	56	44	0	32	68	0	32	61	0	7
Produtos alimentares	56	42	2	44	54	2	54	8	32	6
Bebidas	50	50	0	8	92	0	95	5	0	0
Fumo	98	2	0	1	99	0	100	0	0	0

Tabela VIII — Percentagens ponderadas das respostas segundo a utilização principal do produto

Indústrias de	Procura global			Estoques				Produção			Capacidade instalada			Mão-de-obra			Preços			Avaliação em	Nível da procura global			Nível dos estoques				Utilização média da capacidade instalada
	+	=	−	+	=	−	SE	+	=	−	+	=	−	+	=	−	+	=	−		FO	NO	FR	EX	NO	IN	SE	%
Bens de Consumo																												
1.º trim. 1972	46	40	14	17	36	18	26*	53	35	12	39	59	2	30	58	12	62	36	2	Abr. 1972	13	79	8	4	54	13	26*	87
2.º trim. 1972	45	39	16	26	30	14	27*	43	40	17	38	60	2	38	51	11	52	43	5	Jul. 1972	12	79	9	7	50	15	27*	85
3.º trim. 1972	61	24	15	21	28	22	22*	51	30	19	37	60	3	27	67	6	57	40	3	Out. 1972	24	70	6	5	48	18	22*	86
4.º trim. 1972	77	16	7	23	22	27	23*	73	18	9	50	48	2	42	52	6	50	49	1	Jan. 1973	19	71	10	3	51	19	23*	88
1.º trim. 1973	38	40	22	20	20	33	25*	28	48	24	39	58	3	38	55	7	59	40	1	Abr. 1973	19	77	4	2	54	16	25*	87
Prev. 2.º trim. 1973	42	38	20					51	36	13				34	57	9	58	41	1									
Máquinas Veículos e Acessórios																												
1.º trim. 1972	48	37	14	6	32	14	47*	50	29	21	30	63	7	47	46	7	62	36	2	Abr. 1972	26	56	18	7	31	13	47*	84
2.º trim. 1972	62	26	12	9	18	25	46*	64	25	11	35	64	1	55	43	2	40	60	0	Jul. 1972	33	57	10	6	34	13	46*	85
3.º trim. 1972	62	29	9	9	15	26	42*	70	20	10	53	46	1	50	48	2	56	43	1	Out. 1972	34	57	9	5	30	15	42*	87
4.º trim. 1972	50	35	15	30	17	17	33*	54	32	14	46	53	1	43	53	4	45	55	0	Jan. 1973	21	62	17	6	45	14	33*	89
1.º trim. 1973	56	30	14	15	12	13	45*	52	20	28	60	37	3	47	45	8	39	61	0	Abr. 1973	27	69	4	5	37	11	45*	90
Prev. 2.º trim. 1973	64	31	5					72	27	1				60	39	1	65	34	1									
Material para Construção																												
1.º trim. 1972	56	26	18	9	33	21	35*	46	39	15	37	63	0	24	71	5	65	31	4	Abr. 1972	17	71	12	4	49	12	35	87
2.º trim. 1972	55	36	9	12	39	12	33*	45	46	9	25	74	1	25	69	6	60	38	2	Jul. 1972	28	62	10	6	48	10	33*	88
3.º trim. 1972	72	23	5	11	29	11	29*	57	37	6	33	67	0	19	79	2	47	52	1	Out. 1972	30	66	4	6	51	5	29*	90
4.º trim. 1972	56	29	15	9	32	23	28*	53	32	15	29	71	—	30	63	7	59	38	3	Jan. 1973	31	63	6	4	39	21	28*	90
1.º trim. 1973	59	32	9	8	35	20	35*	51	34	15	39	59	2	36	61	3	67	33	0	Abr. 1973	43	51	6	3	40	21	35*	91
Perv. 2.º trim. 1973	67	29	4					67	30	3				29	70	1	58	41	1									
Outros Consumos Intermediários																												
1.º trim. 1972	33	39	28	20	32	21	25*	41	41	18	23	76	1	29	56	15	43	55	2	Abr. 1972	20	65	15	8	48	16	25*	81
2.º trim. 1972	49	42	9	17	34	24	22*	42	40	18	26	73	1	29	56	15	49	49	2	Jul. 1972	25	67	8	8	60	10	22	89
3.º trim. 1972	56	36	8	21	25	21	24*	64	29	7	32	67	1	37	58	5	56	43	1	Out. 1972	32	62	6	5	55	9	24*	91
4.º trim. 1972	60	27	13	19	26	28	23*	51	37	12	41	58	1	32	57	11	51	47	2	Jan. 1973	32	63	5	4	55	14	23*	90
1.º trim. 1973	57	21	22	20	33	21	23*	47	28	25	33	66	1	32	63	5	70	29	1	Abr. 1973	43	54	3	4	51	15	23*	91
Prev. 2.º trim. 1973	61	32	7					58	32	10				33	62	5	52	47	1									

* Vide referências aos Estoques nas Notas Metodológicas.

CONSUMOS INTERMEDIÁRIOS

MATERIAL DE CONSTRUÇÃO

Este setor, refletindo o atual ritmo de expansão das obras públicas e da construção civil do País, vem registrando resultados francamente favoráveis.

Como fora previsto, verificou-se nesse 1.º trimestre expansão da procura. O setor continuou trabalhando com pouca capacidade ociosa e ampliou os efetivos de mão-de-obra e a capacidade instalada.

A época do inquérito, o nível dos estoques era considerado normal e as empresas informaram estar expandindo a produção.

As expectativas para o 2.º trimestre eram bastante otimistas, pois acompanhavam as tendências observadas no período anterior.

Os investimentos realizados pelos informantes do setor, em 1972, foram financiados em grande parte por recursos próprios e empréstimos externos. Destinaram-se principalmente à ampliação de instalações e à aquisição de máquinas e equipamentos.

OUTROS CONSUMOS INTERMEDIÁRIOS

Refletindo o desempenho favorável dos diferentes segmentos da indústria de transformação no 1.º trimestre, os chamados **produtos de consumo intermediário,** naturalmente, evoluíram positivamente. Tiveram acrescidos em comparação com o trimestre anterior, o volume de produção e os contingentes de mão-de-obra utilizados, em resposta à procura ascendente. De um modo geral esta foi considerada forte, no momento da pesquisa, e a maior parte dos informantes ou operava a plena capacidade ou expandia ainda mais a produção.

Poucos foram os grupos que se desviaram desta tendência de expansão geral: o grupo **embalagens de vidro** apresentou prognósticos de redução da produção para o 2.º trimestre; os **combustíveis e lubrificantes derivados de petróleo** apresentaram queda normal de produção no 1.º trimestre, mas previram acréscimo para o seguinte; por último, as empresas informantes do grupo de **beneficiamento de couros e peles** observaram evolução negativa da procura por seus produtos, embora o volume de produção tenha sido mantido.

Para o 2.º trimestre, o setor, como um todo, apresentava previsões bastante otimistas, quanto a demanda e produção, próprias e para o total da indústria de transformação.

RESULTADOS PARA OS GÊNEROS INDUSTRIAIS

PRODUTOS DE MINERAIS-NÃO-METÁLICOS

Tabela IX — Produtos de minerais-não-metálicos — Percentagens ponderadas das respostas

Período	Variação durante o trimestre: Procura global			Estoques				Produção			Capacidade instalada			Mão-de-obra			Avaliação à época do inquérito: Época	Nível da procura global			Nível dos estoques				Utilização média da capacidade instalada
	+	=	−	+	=	−	SE	+	=	−	+	=	−	+	=	−		FO	NO	FR	EX	NO	IN	SE	%
1.º trim. 1972	46	28	26	20	31	21	26*	36	49	15	26	74	0	35	53	12	Abril 1972	19	68	13	12	49	13	26*	91
2.º trim. 1972	53	31	16	15	40	17	23*	35	55	10	19	78	3	20	68	12	Julho 1972	30	53	17	12	54	11	23	90
3.º trim. 1972	64	30	6	19	33	16	19*	44	52	4	23	75	2	28	69	3	Outubro 1972	37	57	6	11	48	11	19*	92
4.º trim. 1972	51	36	13	20	28	28	13*	45	44	11	20	80	—	28	66	6	Janeiro 1973	25	66	9	7	48	21	13*	90
1.º trim. 1973	36	49	15	11	28	27	31*	26	57	17	29	71	0	33	64	3	Abril 1973	48	44	8	4	44	20	31*	93
Prev. 2.º trim./73	60	40	0					50	43	7				27	67	6									

* Vide referências aos Estoques nas Notas Metodológicas.

Como havia sido estimado pelos informantes da Sondagem precedente, o gênero **produtos de minerais-não-metálicos** apresentou evolução mais moderada no 1.º trimestre de 1973. Esta aparente redução no ritmo de expansão da produção deve ter resultado dos limites impostos pelo elevado grau médio de utilização dos equipamentos, uma vez que o nível da demanda pelos produtos do gênero era excelente e continuava em crescimento e que, tampouco, foi apontada outra limitação significativa em qualquer dos grupos desta indústria. Mesmo no grupo **produtos para uso doméstico,** o único que registrou redução da procura nos primeiros meses do ano, esta foi considerada de caráter sazonal pelos informantes. Desta forma, o hiato entre o crescimento da demanda e a capacidade de produção continuou pressionando os preços de venda e os estoques — como se percebe no aumento da percentagem das empresas que declararam trabalhar sem estoques — bem como estimulando absorção adicional de mão-de-obra. No 1.º trimestre foram, também, registradas novas ampliações da capacidade de produção das empresas informantes.

Assim, em abril, o clima era de satisfação com a situação do gênero e as expectativas para o 2.º trimestre previam manutenção das tendências favoráveis tanto para as empresas informantes, quanto para a indústria de transformação em geral.

Apenas o grupo **embalagens de vidro** apresentou previsões diferentes, indicando planos de redução da produção no 2.º trimestre. Note-se que este mesmo grupo informara diminuição da produção em igual período do ano passado. Mas, ao contrário do que então ocorrera, em abril de 1973 previa continuação da expansão da demanda por seus produtos, não tinha acumulação excessiva de estoques, nem indicava outras quaisquer limitações a uma expansão da produção.

INDÚSTRIA METALÚRGICA

Tabela X — Metalúrgica — percentagens ponderadas das respostas

Período	Variação durante o trimestre: Procura global			Estoques				Produção			Capacidade instalada			Mão-de-obra			Avaliação à época do inquérito: Época	Nível da procura global			Nível dos estoques				Utilização média da capacidade instalada
	+	=	−	+	+	−	SE	+	=	−	+	=	−	+	=	−		FO	NO	FR	EX	NO	IN	SE	%
1.º trim. 1972	28	49	23	13	14	17	53*	32	54	14	22	78	0	24	66	10	Abril 1972	21	60	19	3	34	9	53*	91
2.º trim. 1972	55	42	3	8	23	20	46*	56	33	11	27	73	0	35	54	11	Julho 1972	33	63	4	7	34	12	46*	89
3.º trim. 1972	71	24	5	7	15	19	53*	68	25	7	17	83	0	40	57	3	Outubro 1972	50	46	4	5	26	10	53*	92
4.º trim. 1972	66	21	13	5	18	19	54*	52	27	21	36	64	0	35	60	5	Janeiro 1973	61	34	5	1	36	6	54*	93
1.º trim. 1973	72	18	10	5	26	11	55*	45	27	28	25	74	1	25	70	5	Abril 1973	66	32	2	1	27	14	55*	91
Prev. 2.º trim./73	67	31	2					62	29	9				31	68	1									

* Vide referências aos Estoques nas Notas Metodológicas.

O gênero **metalúrgico,** que tem na **siderurgia** o seu componente mais representativo, vem apresentando desempenhos acentuadamente positivos.

No 1.º trimestre de 1973, houve algumas indicações de redução do volume da produção nos grupos **siderurgia** e, sobretudo, **produtos metalúrgicos para uso doméstico,** chegando a afetar, ligeiramente, o grau médio de utilização dos equipamentos. Entretanto, grande parte deste gênero informou aumento da produção, uma vez que a procura continuou em franca expansão.

No momento do inquérito, com exceção de **produtos metalúrgicos para construção** que indicava haver limitações à expansão por problemas de mercado, todos os demais grupos informavam estar aumentando a produção.

Para o segundo trimestre, os grupos que compõem o gênero **metalúrgico** revelaram tendências indicadoras de um ritmo crescente de expansão de suas atividades.

INDÚSTRIA MECÂNICA

Tabela XI — Mecânica — Percentagens poderadas das respostas

Período	Variação durante o trimestre: Procura global			Estoques				Produção			Capacidade instalada			Mão-de-obra			Avaliação à época do inquérito: Época	Nível da procura global			Nível dos estoques				Utilização média da capacidade instalada
	+	=	−	+	=	−	SE	+	=	−	+	=	−	+	=	−		FO	NO	FR	EX	NO	IN	SE	%
1.º trim. 1972	45	32	23	13	22	14	49*	49	27	24	32	53	15	57	37	6	Abril 1972	34	46	20	4	29	13	49*	86
2.º trim. 1972	53	23	24	14	21	15	48*	52	29	19	51	48	1	57	36	7	Julho 1972	37	47	16	4	32	15	48*	87
3.º trim. 1972	69	26	5	13	21	12	40*	66	22	12	54	46	0	56	41	3	Outubro 1972	49	44	7	5	26	18	40*	85
4.º trim. 1972	59	26	15	18	18	32	30*	57	27	16	42	57	1	45	49	6	Janeiro 1973	23	48	29	4	48	15	30*	89
1.º trim. 1973	36	26	38	17	19	16	46*	37	26	37	56	40	4	40	56	4	Abril 1973	24	71	5	3	32	17	46*	93
Prev. 2.º trim./73	57	32	11					72	25	3				55	40	5									

* Vide referências aos Estoques nas Notas Metodológicas.

Nada pode ser dito sobre a evolução da produção da indústria **mecânica,** no primeiro trimestre, visto que as tendências encontravam-se divididas. Vale dizer, entretanto, que os grupos de **máquinas de costura, refrigeradores, máquinas de lavar e secar roupa para uso doméstico, tratores e máquinas de terraplenagem** e **equipamento para agricultura e indústrias rurais** apresentaram decréscimos nos seus volumes de produção, decorrentes de uma retração na procura de seus produtos. As empresas informantes utilizaram, em média, elevado percentual da capacidade instalada, tendo registrado, ainda, no período, aumento daquela capacidade, dos efetivos de mão-de-obra utilizada e dos preços de venda dos produtos.

As expectativas para a produção, no 2.º trimestre, eram de evolução positiva, uma vez que a quase totalidade dos grupos do gênero previa aumentos na procura. A mesma tendência observava-se, também, nas previsões dos preços de venda e dos contingentes de mão-de-obra.

A respeito dos investimentos realizados pelo gênero em 1972, verificou-se que os mesmos foram financiados em boa parte por recursos próprios (54%) e que se destinaram, basicamente, à aquisição de máquinas e equipamentos nacionais e estrangeiros (31% e 26% respectivamente).

MATERIAL ELÉTRICO E DE COMUNICAÇÕES

Tabela XII — Material elétrico e de comunicações — percentagens ponderadas das respostas

Período	Variação durante o trimestre: Procura global			Estoques				Produção			Capacidade instalada			Mão-de-obra			Avaliação à época do inquérito: Época	Nível da procura global			Nível dos estoques				Utilização média da capacidade instalada
	+	=	−	+	=	−	SE	+	=	−	+	=	−	+	=	−		FO	NO	FR	EX	NO	IN	SE	%
1.º trim. 1972	48	22	30	16	44	15	24*	50	33	17	42	58	—	50	42	8	Abril 1972	14	70	16	16	47	11	24*	86
2.º trim. 1972	57	39	4	16	38	16	27*	58	36	6	43	57	—	43	55	2	Julho 1972	32	62	6	13	45	14	27*	85
3.º trim. 1972	69	22	9	20	24	20	21*	74	22	4	51	49	0	63	36	1	Outubro 1972	30	66	4	10	48	15	21*	87
4.º trim. 1972	61	23	16	25	18	35	20*	75	17	8	56	43	1	51	48	1	Janeiro 1973	17	65	18	12	37	26	20*	87
1.º trim. 1973	48	22	30	23	28	26	21*	39	26	35	52	46	2	58	37	5	Abril 1973	24	72	4	7	55	14	21*	86
Prev. 2.º trim./73	59	29	11**					68	27	5				46	53	1									

* Vide referências aos Estoques nas Notas Metodológicas.
** Vide referência à Procura Global nas Notas Metodológicas.

O gênero **material elétrico e de comunicações** apresentou, no primeiro trimestre, um saldo líquido favorável para os itens analisados pela Sondagem. Para o volume da produção, foram indicadas tendências divididas, mas o grau médio de utilização dos equipamentos manteve-se em níveis elevados. Foram registrados aumentos dos efetivos de mão-de-obra do gênero. No início de abril, o nível da procura bem como o volume de estoques eram considerados predominantemente normais. As previsões para o segundo trimestre revelaram uma franca tendência para o aumento da produção e da procura para esta indústria.

Nos grupos **eletrodomésticos** e **equipamentos para comunicações** predominaram as indicações de decréscimo da produção no primeiro trimestre. Para os **eletrodomésticos**, esta queda pode ser considerada normal, tendo em vista a característica de estacionalidade de suas vendas: houve uma natural acomodação do mercado, após as grandes vendas de fim de ano. O grupo **equipamentos para comunicações**, embora tivesse revelado nível maior de estoques e redução da produção, aumentou os efetivos de mão-de-obra no período. No início de abril, os informantes deste grupo estavam, praticamente sem exceção, aumentando o volume de produção. Para o segundo trimestre, a tendência prevista era de expansão do volume de produção e dos efetivos de mão-de-obra. As perspectivas devem continuar boas, em razão da execução do novo Plano Nacional de Telecomunicações que prevê a implantação imediata de um milhão de novos terminais telefônicos na área da Companhia Telefônica Brasileira, além de quinze mil novos terminais de TELEX em todo o país.

Em relação aos investimentos realizados na indústria de **material elétrico e de comunicações** em 1972, os informantes revelaram que estes foram financiados, em sua maior parte, pela aplicação de recursos próprios das empresas.

MATERIAL DE TRANSPORTE

Tabela XIII — Material de transporte — Percentagens poderadas das respostas

Período	Variação durante o trimestre: Procura global			Estoques				Produção			Capacidade instalada			Mão-de-obra			Avaliação à época do inquérito: Época	Nível da procura global			Nível dos estoques				Utilização média da capacidade instalada
	+	=	−	+	+	−	SE	+	=	−	+	=	−	+	=	−		FO	NO	FR	EX	NO	IN	SE	%
1.º trim. 1972	64	31	5	5	33	16	45*	76	15	9	62	38	0	43	52	5	Abril 1972	19	72	9	4	36	15	45	90
2.º trim. 1972	43	42	15	20	9	26	45	43	42	15	47	53	0	63	32	5	Julho 1972	14	84	2	1	39	15	45	90
3.º trim. 1972	61	23	16	5	16	29	46*	66	19	15	57	43	0	54	45	1	Outubro 1972	16	80	4	1	31	19	46*	94
4.º trim. 1972	74	22	4	26	10	18	44*	75	20	5	79	21	0	57	43	0	Janeiro 1973	17	79	4	3	33	18	44*	94
1.º trim. 1973	48	50	2	7	10	29	43*	36	56	8	85	15	0	79	16	5	Abril 1973	21	77	2	1	36	18	43*	93
Prev. 2.º trim./73	42	37	21					68	31	1				61	39	0									

* Vide referências aos Estoques nas Notas Metodológicas.

Após vários trimestres de generalizada expansão da produção, a indústria de **material de transporte** indicou evolução mais moderada nos primeiros meses do corrente ano, confirmando as previsões que fizera no inquérito anterior. Os grupos **indústria naval** e **carrocerias** apresentaram tendências divididas, mas foram as informações de estabilização da produção de **automóveis** que mais influíram nos resultados globais. Não foi observado, entretanto, enfraquecimento da procura que, pelo contrário, continuou crescendo tanto no mercado interno, quanto no externo. As vendas para o exterior, todavia, ainda representavam em 1972 menos de 2% das vendas totais dos informantes desta indústria.

Em abril, o gênero continuava operando, em média, quase a plena capacidade, mesmo após as ampliações das instalações registradas, no período analisado, pela maior parte das empresas. Os efetivos de mão-de-obra também foram aumentados e, entre os informantes que operam com estoques, os níveis foram julgados adequados e até, em alguns casos, insuficientes em abril. Deste modo, a redução do ritmo de crescimento do volume da produção deve ser explicada pelo menor número de dias úteis e pelas férias coletivas de algumas empresas do gênero durante o 1.º trimestre.

À época do inquérito, portanto, a situação da Indústria de **material de transporte** continuava muito boa e nem sequer as previsões de redução da procura apontadas por alguns fabricantes de automóveis — provavelmente pensando no impacto dos novos modelos sobre a divisão do mercado — chegaram a afetar os planos de expansão do volume da produção e dos efetivos de mão-de-obra no 2.º trimestre de 1973. As respostas relativas aos investimentos nesta indústria mostram que seu valor, a preços correntes, praticamente dobrou entre 1971 e 1972 e deverá ter aumento semelhante em 1973.

MOBILIÁRIO

Tabela XIV — Mobiliário — percentagens poderadas das respostas

Período	Variação durante o trimestre: Procura global			Estoques				Produção			Capacidade instalada			Mão-de-obra			Avaliação à época do inquérito: Época	Nível da procura global			Nível dos estoques				Utilização média da capacidade instalada
	+	=	−	+	=	−	SE	+	=	−	+	=	−	+	=	−		FO	NO	FR	EX	NO	IN	SE	%
1.º trim. 1972	43	41	16	14	41	19	24*	25	46	29	51	49	0	24	67	9	Abril 1972	31	57	12	5	47	24	24	83
2.º trim. 1972	48	47	5	11	46	17	26	59	37	4	31	67	2	44	52	4	Julho 1972	27	64	9	4	52	18	26	82
3.º trim. 1972	53	34	13	16	41	13	23*	62	22	16	40	60	—	59	34	7	Outubro 1972	45	42	13	2	45	26	23*	83
4.º trim. 1972	76	22	2	15	30	18	25*	69	31	0	66	32	2	65	34	1	Janeiro 1973	9	75	16	3	53	16	25*	83
1.º trim. 1973	26	23	51	33	32	11	23*	28	30	42	41	54	5	22	76	2	Abril 1973	27	65	8	0	56	19	23*	83
Prev. 2.º trim./73	58	33	9					56	37	7				51	49	0									

* Vide referências aos Estoques nas Notas Metodológicas.

Conforme havia sido previsto, a maioria das empresas informantes da indústria do **mobiliário** reduziu o ritmo de suas atividades no 1.º trimestre de 1973. Entretanto, os efetivos de mão-de-obra foram mantidos estáveis e, também, indicadas algumas ampliações da capacidade de produção instalada.

Em abril, a situação era considerada normal e grande parte das firmas desta indústria, prevendo expansão da demanda por seus produtos no 2.º trimestre, já estava aumentando o volume de produção.

CELULOSE, PAPEL E PAPELÃO

Tabela XV — Celulose, papel e papelão — percentagens ponderadas das respostas

Período	Variação durante o trimestre: Procura global			Estoques				Produção			Capacidade instalada			Mão-de-obra			Avaliação à época do inquérito: Época	Nível da procura global			Nível dos estoques				Utilização média da capacidade instalada
	+	=	−	+	=	−	SE	+	=	−	+	=	−	+	=	−		FO	NO	FR	EX	NO	IN	SE	%
1.º trim. 1972	23	46	31	20	14	4	62	30	46	24	19	81	—	28	55	16	Abril 1972	15	62	23	10	26	2	62	92
2.º trim. 1972	38	37	25	13	18	7	60*	38	53	9	18	80	2	10	77	13	Julho 1972	25	55	20	10	24	5	60*	93
3.º trim. 1972	41	39	20	19	8	9	61*	49	42	9	10	87	3	21	69	10	Outubro 1972	20	57	23	9	21	6	61*	91
4.º trim. 1972	46	40	14	5	24	9	57*	43	41	16	10	87	3	24	70	6	Janeiro 1973	20	75	5	1	33	2	57*	94
1.º trim. 1973	48	45	7	7	23	16	48*	44	48	8	12	87	1	26	70	4	Abril 1973	26	71	3	1	36	8	48*	95
Prev. 2.º trim./73	25	73	2					40	54	6				32	66	2									

* Vide referências aos Estoques nas Notas Metodológicas.

A indústria de **celulose, papel e papelão** — que já vem operando quase a plena capacidade há vários trimestres — informou aumentos de produção muito generalizados nos primeiros meses do corrente ano. É verdade que foram poucas as empresas que indicaram ampliação de sua capacidade neste período, mas os informantes realizaram, durante o ano de 1972, investimentos bem superiores aos do ano precedente e, também, ampliaram gradualmente os efetivos de mão-de-obra. Esta expansão reflete o crescimento da procura observado nos últimos períodos, tanto no mercado interno quanto no externo. Este último, embora ainda absorvendo apenas 3,4% das vendas totais dos informantes, vem apresentando, recentemente, evolução particularmente favorável. Desta forma, os estoques permaneceram em níveis adequados e os preços de venda foram, novamente, reajustados pela maior parte das empresas informantes durante o 1.º trimestre de 1973.

Assim, em abril, a situação deste gênero industrial era considerada boa, tendo sido totalmente superado o descontentamento com o nível da procura indicado por parte dos informantes na primeira metade de 1972, e a perspectiva para o 2.º trimestre do corrente ano era de novo aumento do volume da produção.

BORRACHA

Tabela XVI — Borracha — percentagens poderadas das respostas

Período	Variação durante o trimestre: Procura global			Estoques				Produção			Capacidade instalada			Mão-de obra			Avaliação à época do inquérito: Época	Nível da procura global			Nível dos estoques				Utilização média da capacidade instalada
	+	=	−	+	+	−	SE	+	=	−	+	=	−	+	=	−		FO	NO	FR	EX	NO	IN	SE	%
1.º trim. 1973	62	36	2	2	53	40	4*	88	10	2	60	40	—	35	61	4	Abril 1972	8	91	1	0	63	33	4	95
2.º trim. 1972	46	53	1	2	44	45	6*	47	52	1	43	57	—	42	47	11	Julho 1972	—	—	—	0	53	40	6*	95
3.º trim. 1972	90	9	1	53	11	3	3*	90	9	1	59	41	—	48	52	—	Outubro 1972	9	90	1	—	63	6	3*	95
4.º trim. 1972	91	4	2	33	3	59	5	66	32	2	65	35	—	53	34	8	Janeiro 1973	8	92	0	—	64	31	5	95
1.º trim. 1973	95	3	2	1	35	59	4*	97	2	1	66	34	0	87	12	1	Abril 1973	63	36	1	0	37	28	4*	95
Prev. 2.º trim./73	42	34	24					70	30	0				82	17	1									

* Vide referências aos Estoques nas Notas Metodológicas.

Todos os grupos que compõem a indústria da **borracha** revelaram, no inquérito de abril, desempenho altamente favorável durante o 1.º trimestre. Predominaram as informações de expansão do volume produzido, bem como dos contingentes de mão-de-obra utilizados, ao lado de estoques declinantes. O gênero como um todo operou, durante o trimestre ora analisado, a elevadíssimos níveis de utilização dos equipamentos e a maioria dos informantes declarava ter ampliado a capacidade instalada em relação ao trimestre anterior.

Os prognósticos para o 2.º trimestre foram geralmente positivos, no que se refere ao gênero **borracha**, da mesma forma que otimistas as perspectivas reveladas, pelos informantes do gênero, para a **indústria de transformação** em geral.

COUROS E PELES

Tabela XVII — Couros e peles — percentagens ponderadas das respostas

Período	Variação durante o trimestre: Procura global			Estoques				Produção			Capacidade instalada			Mão-de-obra			Avaliação à época do inquérito: Época	Nível da procura global			Nível dos estoques				Utilização média da capacidade instalada
	+	=	−	+	=	−	SE	+	=	−	+	=	−	+	=	−		FO	NO	FR	EX	NO	IN	SE	%
2.º t im. 1972	66	24	10	11	27	49	12*	68	25	7	27	71	2	71	29	—	Julho 1972	52	38	10	—	78	10	12	90
3.º trim. 1972	73	16	11	5	26	52	14*	56	23	21	22	78	0	73	26	1	Outubro 1972	69	19	12	1	72	10	14*	92
4.º trim. 1972	21	58	21	3	68	11	17*	24	56	20	16	76	8	17	77	6	Janeiro 1973	14	70	16	1	69	12	17*	81
1.º trim. 1973	15	23	62	57	22	6	14*	24	59	17	17	83	0	10	88	2	Abril 1973	12	55	33	10	70	4	14*	84
Prev. 2.º trim./73	52	26	22					37	58	5				38	58	4									

* Vide referências aos Estoques nas Notas Metodológicas.

As empresas informantes da indústria de **couros e peles** observaram evolução negativa da procura por seus produtos no 1.º trimestre de 1973. O volume da produção, porém, foi mantido e, em conseqüência, acumularam-se estoques no período.

Em abril, parte significativa das empresas ainda considerava fraco o nível da demanda interna. Entretanto, a indústria estava operando, em média, em níveis elevados de utilização da capacidade instalada e os empresários planejavam, pelo menos, manter os efetivos de mão-de-obra e o nível da produção no 2.º trimestre. O fato de 48% dos investimentos nesta indústria, em 1972, terem sido aplicados em novas fábricas é indício, também, de boas perspectivas a longo prazo.

QUÍMICA

Tabela XVIII — Química — percentagens ponderadas das respostas

Período	Variação durante o trimestre: Procura global +	=	−	Estoques +	=	−	SE	Produção +	=	−	Capacidade instalada +	=	−	Mão-de-obra +	=	−	Avaliação à época do inquérito: Época	Nível da procura global FO	NO	FR	Nível dos estoques EX	NO	IN	SE	Utilização média da capacidade instalada %
1.º trim. 1972	25	33	42	29	38	29	4	38	32	30	—	—	—	21	48	31	Abril 1972	22	71	7	6	54	29	4*	67
2.º trim. 1972	49	44	7	25	44	25	4*	33	36	31	18	81	1	20	71	9	Julho 1972	15	81	4	4	84	7	4*	90
3.º trim. 1972	43	48	9	30	32	25	5*	65	26	9	34	66	0	27	68	5	Outubro 1972	21	75	4	2	85	6	5*	93
4.º trim. 1972	61	24	15	27	33	33	4*	50	38	12	42	57	1	19	65	16	Janeiro 1973	27	70	3	2	70	21	4*	91
1.º trim. 1973	52	12	36	38	34	22	3*	49	14	37	35	64	1	29	61	10	Abril 1973	27	70	3	4	66	20	3*	92
Prev. 2.º trim./73	64	26	10					59	25	16				29	66	5									

* Vide referências aos Estoques nas Notas Metodológicas.

Foi bastante boa a atuação da indústria **química** no 1.º trimestre. À época do inquérito, a maioria dos informantes considerava pelo menos normais os níveis de procura, tanto interna quanto externa, tendo, inclusive, estas variáveis, bem como o volume da produção, superado os estágios alcançados no trimestre anterior. Era bastante elevado o grau de utilização da capacidade em todos os grupos que compõem o gênero **químico** e promissoras as perspectivas de demanda global e produção para o trimestre seguinte.

O grupo dos **combustíveis e lubrificantes derivados de petróleo** encontrava-se operando a plena capacidade ao início de abril, mas declarava ter sido o volume de produção do 1.º trimestre inferior ao alcançado no anterior. Esta situação é considerada normal e deve refletir o fato de que o trimestre em questão tem menor número de dias. Foram, inclusive, de expansão as previsões de produção de derivados para o segundo trimestre.

O grupo dos **óleos, gorduras e ceras não destinados à alimentação**, que se caracteriza pela participação importante do mercado externo em seus programas de produção, declarou que a demanda externa vem se expandindo e que esta tendência deveria perdurar para o próximo trimestre.

O grupo dos **adubos, fertilizantes e corretivos do solo** apresentou queda sazonal de procura e produção no primeiro trimestre mas, à época do inquérito, encontrava-se expandindo a produção e, mesmo, prevendo níveis superiores para o trimestre seguinte.

Por último, o grupo **tintas, esmaltes, solventes e semelhantes**, embora considerando a situação normal, declarou não estar expandindo a produção na época do inquérito; entretanto, aumentou no primeiro trimestre e planeja aumentar novamente no segundo.

PRODUTOS FARMACÊUTICOS E VETERINÁRIOS

Tabela XIX — Produtos farmacêuticos e veterinários — percentagens ponderadas das respostas

Período	Variação durante o trimestre: Procura global +	=	−	Estoques +	=	−	SE	Produção +	=	−	Capacidade instalada +	=	−	Mão-de-obra +	=	−	Avaliação à época do inquérito: Época	Nível da procura global FO	NO	FR	Nível dos estoques EX	NO	IN	SE	Utilização média da capacidade instalada %
1.º trim. 1972	49	31	20	24	43	27	1*	49	27	24	21	79	0	13	78	9	Abril 1972	5	91	4	—	85	5	1*	85
2.º trim. 1972	45	31	24	34	55	2	2*	56	37	7	20	74	—	24	71	5	Julho 1972	12	80	8	5	91	2	2	84
3.º trim. 1972	73	23	4	27	50	19	1*	74	25	1	21	79	—	17	83	—	Outubro 1972	11	86	3	1	79	11	1*	87
4.º trim. 1972	54	33	13	20	52	18	2*	55	36	9	31	69	—	32	64	4	Janeiro 1973	1	89	10	1	81	4	2*	85
1.º trim. 1973	53	26	21	27	37	29	3*	57	25	18	14	86	0	32	63	5	Abril 1973	16	81	3	0	79	8	3*	88
Prev. 2.º trim./73	60	35	5					61	37	2				25	75	0									

* Vide referências aos Estoques nas Notas Metodológicas.

A indústria de **produtos farmacêuticos e veterinários** indicou comportamento bastante satisfatório no primeiro trimestre. Predominaram as informações de procura e produção em expansão, tanto em comparação com o trimestre anterior, quanto em termos dos prognósticos para o 2.º trimestre.

À época do inquérito, a maioria dos informantes declarava ainda estar expandindo a produção, embora número razoável informasse já estar operando a plena capacidade.

Apenas o grupo dos **produtos veterinários**, embora considerando a situação normal, declarava ter havido decréscimo na produção, em relação ao trimestre anterior.

PERFUMARIA, SABÕES, DETERGENTES, GLICERINAS E VELAS

Tabela XX — Perfumaria, sabões, detergentes, glicerinas e velas — percentagens ponderadas das respostas

Período	Variação durante o trimestre: Procura global			Estoques				Produção			Capacidade instalada			Mão-de obra			Avaliação à época do inquérito: Época	Nível da procura global			Nível dos estoques				Utilização média da capacidade instalada
	+	=	−	+	=	−	SE	+	=	−	+	=	−	+	=	−		FO	NO	FR	EX	NO	IN	SE	%
1.º trim. 1972	68	23	9	45	43	3	4*	71	27	2	9	91	—	21	75	4	Abril 1972	15	84	1	8	83	1	4*	85
2.º trim. 1972	26	36	38	46	36	6	7*	24	37	39	7	93	—	20	79	1	Julho 1972	4	54	42	3	54	1	7	80
3.º trim. 1972	26	57	16**	51	33	2	6*	29	31	40	24	75	1	15	80	5	Outubro 1972	58	34	7**	7	70	7	6*	81
4.º trim. 1972	72	11	16**	16	54	10	4*	70	12	18	72	28	0	29	64	7	Janeiro 1973	56	34	9**	5	72	14	4*	89
1.º trim. 1973	69	26	4**	43	22	13	17*	59	30	11	17	74	9	42	54	4	Abril 1973	18	79	2**	8	59	14	17*	89
Prev. 2.º trim./73	20	27	52**					24	63	13				25	71	4									

* Vide referências aos Estoques nas Notas Metodológicas.
** Vide referências à Procura Global nas Notas Metodológicas.

O volume de produção do grupo **sabões e detergentes** expandiu-se no 1.º trimestre em relação ao anterior, apoiado na procura interna também em expansão. As empresas informantes operaram a elevados níveis de utilização da capacidade instalada e a maioria, no momento do inquérito, declarava continuar aumentando a produção. Entretanto, houve, no período, algum acúmulo de estoques e os informantes, embora considerando a situação normal, planejavam estabilizar a produção no trimestre seguinte, mesmo porque previam certa queda nos níveis de procura.

O grupo dos **produtos de perfumaria** declarou não estar expandindo a produção à época do inquérito, limitado que estava pelo tamanho do mercado. Eram divididas as perspectivas indicadas para o segundo trimestre quanto a produção e evolução da procura.

PRODUTOS DE MATERIAIS PLÁSTICOS

Tabela XXI — Produtos de matérias plásticas — Percentagens ponderadas das respostas

Período	Variação durante o trimestre: Procura global			Estoques				Produção			Capacidade instalada			Mão-de obra			Avaliação à época do inquérito: Época	Nível da procura global			Nível dos estoques				Utilização média da capacidade instalada
	+	=	−	+	=	−	SE	+	=	−	+	=	−	+	=	−		FO	NO	FR	EX	NO	IN	SE	%
1.º trim. 1972	55	42	3	9	44	8	31*	56	37	7	49	51	—	36	54	10	Abril 1972	15	83	2	1	63	5	31	83
2.º trim. 1972	51	48	1	9	60	2	20*	50	46	4	39	61	—	31	60	9	Julho 1972	22	74	4	1	77	2	20	86
3.º trim. 1972	47	41	12	13	42	7	12*	47	40	13	35	58	7	30	67	3	Outubro 1972	9	80	11	4	59	2	12*	79
4.º trim. 1972	62	37	1	5	49	12	24*	65	28	7	37	62	1	53	45	2	Janeiro 1973	14	80	6	1	57	1	24*	82
1.º trim. 1973	57	31	12	10	44	31	15	53	41	6	10	90	0	31	67	2	Abril 1973	33	65	2	0	66	18	15*	83
Prev. 2.º trim./73	61	30	9					73	27	0				26	69	5									

* Vide referências aos Estoques nas Notas Metodológicas.

A indústria de **produtos de materiais plásticos** teve atuação favorável durante o primeiro trimestre. O volume de produção, para todos os grupos, no mínimo equivaleu ao observado pela Sondagem anterior, em resposta ao mercado em expansão.

Em abril, os informantes, em sua maioria, declaravam considerar normal o nível da procura e os grupos **laminados plásticos, produtos de material plástico para embalagens** e **produtos de material plástico para construção** informavam ainda estar expandindo a produção. Esta indústria, como um todo, opera com bons níveis de utilização da capacidade instalada e, no momento do inquérito, considerava satisfatórios os níveis de estoques existentes.

São naturalmente otimistas os prognósticos revelados pelos informantes para a indústria de transformação em geral e para o gênero: volume de produção em ascenção e nível de preços, no mínimo, constante.

INDÚSTRIA TÊXTIL

Tabela XXII — Indústria têxtil — percentagens ponderadas das respostas

Período	Variação durante o trimestre: Procura global			Estoques				Produção			Capacidade instalada			Mão-de-obra			Época	Avaliação à época do inquérito: Nível da procura global			Nível dos estoques				Utilização média da capacidade instalada
	+	=	−	+	=	−	SE	+	=	−	+	=	−	+	=	−		FO	NO	FR	EX	NO	IN	SE	%
1.º trim. 1972	34	36	30	26	31	15	26*	29	57	14	20	78	2	32	49	19	Abril 1972	14	52	34	27	43	4	26	90
2.º trim. 1972	44	36	20	18	29	26	25*	32	58	10	22	74	4	27	55	18	Julho 1972	27	51	22	19	47	8	25*	88
3.º trim. 1972	53	33	14	20	24	24	27*	47	46	7	35	63	2	23	67	10	Outubro 1972	38	50	12	18	42	8	27*	93
4.º trim. 1972	54	34	12	13	19	40	24*	35	54	11	22	73	5	23	60	17	Janeiro 1973	27	54	19	15	48	9	24*	90
1.º trim. 1973	41	38	21	13	35	28	21*	29	59	12	24	75	1	23	70	7	Abril 1973	42	46	12	9	52	14	21*	93
Prev. 2.º trim./73	52	39	9					42	55	3				26	66	8									

* Vide referências aos Estoques nas Notas Metodológicas.

Algumas empresas tiveram, durante o 1.º trimestre, problemas com a procura por **tecidos artificiais e sintéticos** e **artefatos para uso doméstico** e, em abril, julgavam seu nível insuficiente. A maior parte dos informantes da indústria **têxtil**, porém, observou evolução favorável da demanda, tanto no mercado interno, que absorve a maior parte da produção nacional, quanto no externo, que vem crescendo de importância. Grande parte das empresas, que já vinha operando quase sem capacidade ociosa há vários trimestres, apenas manteve o nível de produção. Outras, porém, o aumentaram de modo que em todos os grupos, exceto **malharia**, parece ter havido variação líquida positiva no volume produzido. Não houve acumulação excessiva de estoques e os preços de venda foram elevados.

Assim, os planos de novos e mais generalizados aumentos da produção têxtil no 2.º trimestre de 1973 são bastante significativos.

As perspectivas de longo prazo também permanecem boas e, face ao elevado grau de utilização dos equipamentos e à necessidade de modernização das instalações nas indústrias mais antigas, os informantes aumentaram consideravelmente o valor de seus investimentos de 1971 para 1972 e planejavam inversões ainda maiores em 1973.

VESTUÁRIO, CALÇADOS E ARTEFATOS DE TECIDOS

Tabela XXIII — Vestuário, calçados e artefatos de tecidos — percentagens ponderadas das respostas

Período	Variação durante o trimestre: Procura global			Estoques				Produção			Capacidade instalada			Mão-de-obra			Época	Avaliação à época do inquérito: Nível da procura global			Nível dos estoques				Utilização média da capacidade instalada
	+	=	−	+	=	−	SE	+	=	−	+	=	−	+	=	−		FO	NO	FR	EX	NO	IN	SE	%
1.º trim. 1972	30	45	25	27	24	19	22*	37	44	19	45	54	1	31	38	31	Abril 1972	8	73	19	14	51	8	22*	85
2.º trim. 1972	60	26	14	31	26	15	25*	60	31	9	41	56	3	42	33	25	Julho 1972	18	60	22	32	38	5	25	85
3.º trim. 1972	76	20	4	20	19	30	22*	64	31	5	48	50	2	42	55	3	Outubro 1972	20	73	7	15	37	18	22*	89
4.º trim. 1972	70	14	16	15	28	33	20*	56	37	7	57	39	4	69	29	2	Janeiro 1973	9	70	21	7	60	10	20*	88
1.º trim. 1973	32	29	39	8	25	36	28*	28	33	39	23	73	4	52	40	8	Abril 1973	16	66	18	2	61	5	28*	90
Prev. 2.º trim./73	59	36	5					69	24	7				42	53	5									

* Vide referências aos Estoques nas Notas Metodológicas.

Acompanhando a evolução da procura, a indústria de **vestuário, calçados e artefatos de tecidos** apresentou tendências divididas da produção no 1.º trimestre de 1973.

No grupo **confecções,** parte significativa dos informantes observou redução das atividades no período. Entretanto, os efetivos de mão-de-obra permaneceram estáveis e os estoques foram mantidos em níveis normais. Em abril, a maioria das empresas considerava a situação satisfatória pois, esperando aumento dos pedidos para os meses de inverno, operava com pouca capacidade ociosa e planejava aumentar o volume da produção no 2.º trimestre.

No grupo **calçados,** somente poucas firmas indicaram redução do nível das atividades no 1.º trimestre. A maioria das empresas informantes, face à evolução da procura interna e externa, continuou a aumentar o volume de sua produção no período. Os estoques foram reduzidos, houve absorção adicional de mão-de-obra e, também, alguma ampliação da capacidade de produção instalada. Assim, à época deste inquérito, os empresários consideravam a situação da indústria bastante boa e planejavam novos aumentos da produção no 2.º trimestre.

PRODUTOS ALIMENTARES

Tabela XXIV — Produtos alimentares — percentagens ponderadas das respostas

Período	Variação durante o trimestre: Procura global			Estoques				Produção			Capacidade instalada			Mão-de obra			Avaliação à época do inquérito: Época	Nível da procura			Nível dos estoques				Utilização média da capacidade instalada
	+	=	−	+	=	−	SE	+	=	−	+	=	−	+	=	−		FO	NO	FR	EX	NO	IN	SE	%
1.º trim. 1972	38	52	10	19	43	18	16*	41	48	11	24	73	3	17	72	11	Abril 1972	15	79	6	2	64	15	16*	84
2.º trim. 1972	57	35	8	26	31	18	25*	52	28	20	19	78	3	16	67	17	Julho 1972	23	71	6	3	56	21	20	80
3.º trim. 1972	58	29	12**	23	32	25	10*	43	32	25	13	82	5	16	70	14	Outubro 1972	21	69	9**	3	58	18	10*	78
4.º trim. 1972	60	28	11**	19	39	22	11*	56	27	17	25	72	2	30	56	14	Janeiro 1973	14	79	6**	1	61	22	11*	82
1.º trim. 1973	46	36	17**	21	35	24	17*	41	34	25	15	81	4	12	76	12	Abril 1973	32	64	3**	1	60	15	17*	82
Prev. 2.º trim./73	59	34	6**					48	30	22				36	46	18									

* Vide referências aos Estoques nas Notas Metodológicas.
** Vide referências à Procura Global nas Notas Metodológicas.

Com a procura em níveis muito bons, quase todos os grupos da indústria de **produtos alimentares** observaram variação líquida positiva na evolução da produção no 1.º trimestre de 1973. Somente no grupo **moagem de trigo,** parte significativa dos informantes indicou redução e algumas empresas acumularam estoques no período.

Em abril, a maioria dos empresários, inclusive no grupo de **moagem de trigo,** julgava normal a situação do mercado e, apesar da escassez de matérias-primas, pretendia aumentar o volume da produção no 2.º trimestre. A indústria de **leite e produtos de laticínios,** porém, como é normal para o período, previa queda no nível de produção, indicando, também, planos de redução dos efetivos de mão-de-obra.

BEBIDAS

Tabela XXV — Bebidas — percentagens ponderadas das respostas

Período	Variação durante o trimestre: Procura global			Estoques				Produção			Capacidade instalada			Mão-de-obra			Avaliação à época do inquérito: Época	Nível da procura global			Nível dos estoques				Utilização média da capacidade instalada
	+	=	−	+	+	−	SE	+	=	−	+	=	−	+	=	−		FO	NO	FR	EX	NO	IN	SE	%
1.º trim. 1972	38	52	10	6	11	34	48*	39	54	7	3	94	3	—	—	—	Abril 1972	2	92	6	5	47	0	48	87
2.º trim. 1972	19	76	5	14	37	1	46*	18	78	4	3	96	1	—	94	6	Julho 1972	1	95	4	3	30	15	46*	85
3.º trim. 1972	35	23	42	11	3	40	42*	34	24	42	13	87	0	8	92	0	Outubro 1972	12	80	8	—	22	29	42*	91
4.º trim. 1972	97	3	0	15	3	40	40*	97	3	0	47	53	0	44	56	0	Janeiro 1973	81	14	5	—	42	16	40*	94
1.º trim. 1973	20	69	11	43	6	5	46	20	70	10	1	94	5	15	83	2	Abril 1973	1	97	2	7	46	1	46	89
Prev. 2.º trim./73	3	47	50					1	48	51				5	58	37									

* Vide referências aos Estoques nas Notas Metodológicas.

As atividades da indústria de **bebidas** seguiram a evolução sazonal da demanda no 1.º trimestre de 1973.

O grupo **cervejas** manteve estável o volume da produção, pois já estava operando praticamente a plena capacidade. O grupo **refrigerantes** aumentou a produção e o volume dos estoques, o que foi julgado adequado para a época. Em abril a maioria das empresas destes dois grupos considerava boa a situação do mercado, planejando diminuir a produção no segundo trimestre, face à redução sazonal da demanda.

O grupo **bebidas alcoólicas**, pelo contrário, observou evolução negativa, tendo acumulado estoques nos primeiros meses do ano, o que também era próprio para a época. Para o segundo trimestre, esta indústria que estava operando, em média, com certa margem de capacidade ociosa, tinha planos de manter estável o volume da produção.

Em relação aos investimentos realizados, em 1972, pelos informantes da indústria de **bebidas**, é de se notar que 42% destinaram-se à construção de novas fábricas.

FUMO

Tabela XXVI — Fumo — percentagens ponderadas das respostas

Período	Variação durante o trimestre: Procura global			Estoques				Produção			Capacidade instalada			Mão-de-obra			Avaliação à época do inquérito: Época	Nível da procura global			Nível dos estoques				Utilização média da capacidade instalada
	+	=	−	+	=	−	SE	+	=	−	+	=	−	+	=	−		FO	NO	FR	EX	NO	IN	SE	%
1.º trim. 1972	5	90	5	13	84	2	—*	5	90	5	89	11	0	14	81	5	Abril 1972	5	94	1	0	97	3	—	75
2.º trim. 1972	85	10	5	9	90	1	—	85	10	5	90	10	—	9	85	6	Julho 1972	2	90	8	6	93	1	—	73
3.º trim. 1972	88	11	1	0	97	2	—*	3	95	1	96	1	3	6	87	7	Outubro 1972	90	9	1	—	99	0	—*	76
4.º trim. 1972	90	5	5	97	1	1	—*	96	2	2	8	91	1	59	32	9	Janeiro 1973	2	97	1	2	95	1	—*	74
1.º trim. 1973	16	3	81	17	4	79	0	17	1	82	15	84	1	13	87	0	Abril 1973	2	98	0	0	99	1	0	77
Prev. 2.º trim. 73	79	21	0					78	21	1				3	91	6									

* Vide referências aos Estoques nas Notas Metodológicas.

Durante o primeiro trimestre de 1973, a indústria do **fumo** informou queda da procura e da produção, tendo reduzido, também, o nível de seus estoques. Esta evolução, entretanto, foi considerada normal para a época. Os preços de venda dos produtos deste gênero apresentaram alta no trimestre.

Em abril, o nível da procura continuava sendo a principal limitação à expansão da produção. Eram, contudo, boas as perspectivas para o trimestre seguinte, pois os informantes prognosticavam expansão da procura e planejavam aumentar a produção.

O volume de investimentos realizados pela indústria do **fumo** em 1972 foi financiado, em grande parte (86%), por recursos próprios e destinou-se, basicamente, à aquisição de máquinas e equipamentos nacionais (64%).

NOTAS METODOLÓGICAS

A Sondagem Conjuntural junto à Indústria de Transformação é realizada quatro vezes por ano, nos meses de janeiro, abril, julho e outubro. As empresas informam, a cada pesquisa, sobre a evolução dos negócios no **trimestre precedente**; sobre a **situação na data do inquérito**, indicando o nível da procura interna e externa, o volume dos estoques dos produtos por elas fabricados, o grau de utilização dos equipamentos e as limitações à expansão da produção; e, finalmente, sobre suas previsões para os três meses seguintes. Além disto, uma ou duas vezes por ano são acrescentadas perguntas relativas aos investimentos nas indústrias informantes.

Para efeito de ponderação das respostas, as perguntas do questionário dividem-se em dois grupos. O primeiro abrange aquelas consideradas ao **nível da empresa**, que indagam sobre a evolução dos efetivos de mão-de-obra, sobre o grau de utilização dos equipamentos, sobre as limitações à expansão de sua produção, sobre os investimentos realizados ou planejados e, ainda, sobre suas expectativas em relação ao volume **total** da produção da indústria de transformação e ao nível de preços dos produtos industriais. O segundo grupo de perguntas refere-se a **cada um** dos principais produtos, ou grupo de produtos, da empresa. Indaga sobre a evolução da produção, da procura interna e externa, dos pedidos em carteira, dos estoques dos produtos fabricados pela empresa e de seus preços de venda.

As respostas do primeiro grupo, **relativas à evolução da empresa**, são ponderadas por suas vendas totais no ano anterior, exceto no caso das perguntas referentes à evolução dos efetivos de mão-de-obra. Estas são ponderadas pela **média** do pessoal empregado na empresa no ano anterior. As respostas do segundo gru-

po, consideradas ao **nível de cada produto da empresa**, recebem ponderação igual ao valor das vendas **do produto**, realizadas pela empresa no ano anterior. No caso específico da demanda, as respostas sobre a **procura interna** são ponderadas pelas vendas no país, as relativas à **demanda externa** pelo valor das exportações. A média ponderada destes dois resultados dá a evolução da demanda global.

Deve-se ressaltar que, para cada pergunta, as percentagens mencionadas nos resultados da sondagem referem-se ao total das vendas (ou mão-de-obra empregada) dos informantes do grupo, ou gênero, que **responderam àquela pergunta** e não ao total dos informantes abrangidos por esta sondagem. Assim, quando a percentagem de abstenção é alta, as respostas a esta pergunta não são divulgadas.

Entretanto, em relação aos **estoques dos produtos fabricados pela empresa**, os informantes que não respondem são incluídos na alternativa resposta **não especificada**. Nestes casos, a soma das alternativas divulgadas na tabela é inferior a 100% — justamente pela percentagem de respostas não especificadas — e os resultados são assinalados com um asterisco.

Nos resultados relativos à demanda externa e, em conseqüência, na demanda global, aparece, também, a notação **resposta não especificada**, que divulga a percentagem das empresas que, tendo **exportado no ano anterior**, não responderam à pergunta ou indicaram não estar mais exportando. Convém ressaltar que as percentagens das exportações sobre as vendas totais, divulgadas para as regiões, os setores e os gêneros industriais, referem-se apenas às empresas que participam da Sondagem. Como estas são, de um modo geral, as maiores empresas em cada gênero industrial, responsáveis por grande parte das exportações brasileiras de manufaturados, estas percentagens tendem a superestimar a importância do mercado externo para a coloçação da produção nacional. Ainda em relação à demanda internacional, não se pode evitar que a participação das respostas das empresas que estão iniciando, ou ampliando rapidamente, suas vendas ao exterior seja subestimada, pois, como a ponderação é dada pelas exportações do ano anterior, estas respostas só são incluídas no segundo ano (consecutivo) de atuação no mercado internacional.

É importante destacar que as respostas à Sondagem são quantitativas apenas para o grau de utilização do equipamento instalado, pedidos em carteira e valor dos investimentos. Nos demais casos, as percentagens divulgadas indicam a distribuição das tendências observadas ou previstas, isto é, a percentagem ponderada das respostas de aumento, estabilidade e redução, **não havendo medida da intensidade** dessas tendências. Para o cálculo do **grau médio de utilização dos equipamentos**, considera-se que a empresa informante esteja operando no ponto médio da faixa de utilização indicada e pondera-se esta resposta pelo valor de suas vendas totais no ano anterior.

As empresas que operam em mais de um gênero industrial são classificadas, evidentemente, naquele em que sua produção tem maior valor. Quando, entretanto, em nenhum dos gêneros este valor atinge 50% do total das vendas, ela é classificada como empresa de **produção diversificada**. Uma empresa também será classificada desta forma quando seu produto principal, mesmo que represente mais de 50% do valor da produção total, não for pesquisado pela Sondagem (ex: madeira, brinquedos, discos fonográficos etc.), mas seus produtos secundários forem suficientemente importantes para justificar sua inclusão na pesquisa.

A tabulação dos resultados é feita segundo três critérios: **distribuição regional das respostas; classificação segundo a utilização principal dos produtos; classificação por gêneros industriais**. A primeira tabulação apresenta as respostas da indústria de transformação para o Brasil, os estados de São Paulo, Guanabara e Minas Gerais e para as regiões Sul e Nordeste. Em função de convênios entre o Instituto Brasileiro de Economia e o Banco do Nordeste, a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais e o Instituto de Desenvolvimento da Guanabara, estas entidades elaboram relatórios específicos sobre a evolução da indústria em suas regiões. A segunda tabulação classifica os produtos, de acordo com sua utilização principal, em bens de consumo final ou bens de produção. O setor bens de consumo final abrange os bens duráveis e não duráveis, incluindo, por exemplo, os veículos de passeio. O setor bens de produção é subdividido em bens de capital (máquinas, veículos e acessórios) e consumos intermediários. Nos últimos, destacamos os materiais de construção dos outros bens de consumo intermediário. A terceira tabulação acompanha a classificação industrial da Fundação IBGE.

Para construir os gráficos, subtraímos as tendências negativas das tendências positivas, obtendo assim o **saldo das respostas**. Desta forma, qualquer ponto acima do eixo horizontal representa predominância de tendências positivas. Quanto maior esta predominância, tanto mais o ponto se afasta do eixo. Os pontos abaixo do eixo, simetricamente, indicam tendências negativas. Assim, quando a curva apresenta inclinação negativa, mas se situa acima do eixo, a tendência representada é de redução do ritmo de crescimento e não de declínio da variável.

Notação utilizada nas tabelas

+	Aumento ou maior	FO	Forte
=	Estabilidade ou igual	NO	Normal
−	Queda ou menor	FR	Fraco
NE	Resposta não especificada	IN	Insuficiente
0	Valor inferior a 0,5%	EX	Excessivo
—	Sem informação ou informações insuficientes	SE	Trabalha normalmente sem estoques

Coeficientes de correção monetária

SALDOS DEVEDORES

Portaria n.º 31 de 28-5-73 — Fixa coeficiente de correção monetária aplicável aos saldos devedores e às prestações relativas a contratos que têm por objetivo a venda ou a construção de habitações com o pagamento a prazo, de acordo com o disposto na Lei n.º 4 864, de 29 de novembro de 1965.

Coeficiente para a correção monetária do saldo devedor e para o reajustamento das prestações relativas a contratos imobiliários firmados de acordo com a Lei n.º 4.864, de 29/11/65

Mês da última correção e reajustamento ou mês do início do contrato	Mês de referência	Mês de entrada em vigor da correção e do reajustamento	Coeficiente
Outubro de 1972	Abril de 1973	Junho de 1973	1,079

CORREÇÃO MONETÁRIA DOS DÉBITOS FISCAIS, CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS A PREVIDÊNCIA SOCIAL E VALOR NOMINAL DAS ORTN

Portaria n.º 32 de 28-5-73 — Fixa coeficiente de atualização do valor aquisitivo da moeda, para efeito da correção monetária dos débitos fiscais e contribuições devidas à previdência social, bem como do valor nominal das Obrigações do Tesouro Nacional, emitidas na forma da Lei n.º 4 357, de 16 de julho de 1964.

Débitos fiscais e contribuições devidas à previdência social

Anos	Trimestres	Coeficientes
1973	1.º	1,000
1972	4.º	1,036
	3.º	1,070
	2.º	1,099
	1.º	1,133
1971	4.º	1,188
	3.º	1,232
	2.º	1,293
	1.º	1,376
1970	4.º	1,440
	3.º	1,501
	2.º	1,592
	1.º	1,641
1969	4.º	1,697
	3.º	1,790
	2.º	1,899
	1.º	1,944
1968	4.º	2,025
	3.º	2,128
	2.º	2,237
	1.º	2,362
1967	4.º	2,541
	3.º	2,662
	2.º	2,768
	1.º	2,895
1966	4.º	3,076
	3.º	3,263
	2.º	3,508
	1.º	3,815
1965	4.º	4,307
	3.º	4,566
	2.º	4,767
	1.º	4,987
1964	4.º	5,657
	3.º	6,708
	2.º	7,580

Obrigações reajustáveis do Tesouro Nacional, emitidas na forma da Lei n.º 4 357, de 16 de julho de 1964, valendo Cr$ 10,00 (dez cruzeiros) no terceiro trimestre civil de 1964, coeficiente único de 7,580 (sete vírgula quinhentos e oitenta).

DÉBITOS TRABALHISTAS

Portaria n.º 33 de 28-5-73 — Fixa de acordo com o disposto no Decreto-lei n.º 75, de 21-11-66, e no Decreto n.º 61 032, de 17-7-67, os coeficientes de correção monetária dos débitos trabalhistas a serem liquidados no 3.º trimestre de 1973.

Coeficientes para a correção monetária dos débitos trabalhistas a serem liquidados no 3.º trimestre de 1973

Trimestre em que se verificou a época própria	Coeficientes para correção
1973 — 3.º	1,000
2.º	,036
1.º	1,070
1972 — 4.º	1,099
3.º	1,133
2.º	1,188
1.º	1,232
1971 — 4.º	1,293
3.º	1,376
2.º	1,440
1.º	1,501
1970 — 4.º	1,592
3.º	1,641
2.º	1,697
1.º	1,790
1969 — 4.º	1,899
3.º	1,944
2.º	2,025
1.º	2,128
1968 — 4.º	2,237
3.º	2,362
2.º	2,541
1.º	2,662
1967 — 4.º	2,7?8
3.º	2,895
2.º	3,076
1.º	3,263
1966 — 4.º	3,508

CAPITAL DE GIRO PRÓPRIO

Portaria n.º 34 de 28-5-73 — Fixa coeficientes de correção monetária aplicáveis ao capital de giro próprio das pessoas jurídicas cujos balanços se encerraram em maio de 1973, para os efeitos previstos no Decreto-lei n.º 401, de 30-12-68, que faculta àquelas pessoas jurídicas abater do lucro tributável a importância correspondente à manutenção do citado capital.

Coeficientes de correção monetária aplicáveis ao capital de giro próprio das pessoas jurídicas cujos balanços se encerraram nos meses compreendidos de junho de 1972 a maio de 1973, inclusive

Mês do início do exercício financeiro da pessoa jurídica	Mês do encerramento do exercício financeiro da pessoa jurídica											
	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.
1971 — Julho	1,18	1,19	1,21	1,22	1,24	1,25	1,27	1,28	1,30	1,32	1,34	1,35
Agosto	1,15	1,16	1,17	1,19	1,21	1,22	1,23	1,24	1,27	1,28	1,30	1,31
Setembro	1,13	1,14	1,16	1,18	1,19	1,20	1,22	1,23	1,25	1,26	1,28	1,30
Outubro	1,12	1,13	1,15	1,17	1,18	1,19	1,21	1,22	1,24	1,25	1,27	1,29
Novembro	1,10	1,12	1,13	1,15	1,16	1,17	1,19	1,20	1,22	1,24	1,25	1,27
Dezembro	1,09	1,10	1,12	1,13	1,15	1,16	1,17	1,18	1,21	1,22	1,24	1,25
1972 — Janeiro	1,08	1,09	1,10	1,12	1,13	1,15	1,16	1,17	1,19	1,21	1,22	1,24
Fevereiro	1,07	1,08	1,09	1,11	1 12	1,13	1,15	1,16	1,18	1,19	1,21	1,22
Março	1,05	1,06	1,07	1,09	1,10	1,11	1,13	1,14	1,16	1,17	1,19	1,20
Abril	1,03	1,04	1,05	1,07	1,08	1,09	1,10	1,11	1,13	1,15	1,16	1,18
Maio	1,01	1,02	1,04	1,05	1,06	1,08	1,09	1,10	1,12	1,13	1,15	1,16
Junho	1,00	1,01	1,03	1,04	1,06	1,07	1,08	1,09	1,11	1,12	1,14	1,15
Julho	—	1,01	1,03	1,04	1,05	1,06	1,08	1,09	1,11	1,12	1,13	1,15
Agosto	—	—	1,01	1,03	1,04	1,05	1,07	1,08	1,10	1,11	1,12	1,14
Setembro	—	—	—	1,01	1,03	1,04	1,05	1,06	1,08	1,09	1,11	1,12
Outubro	—	—	—	—	1,01	1,03	1,04	1,05	1,07	1,08	1,09	1,10
Novembro	—	—	—	—	—	1,01	1,02	1,03	1,05	1,06	1,08	1,09
Dezembro	—	—	—	—	—	—	1,01	1,02	1,04	1,05	1,07	1,08
1973 — Janeiro	—	—	—	—	—	—	—	1,01	1,03	1,04	1,05	1,07
Fevereiro	—	—	—	—	—	—	—	—	1,02	1,03	1,04	1,06
Março	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1,01	1,03	1,04
Abril	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1,01	1,03
Maio	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1,01

Nota: O mês do início da atividade da pessoa jurídica não deve ser considerado para fins da aplicação de coeficiente de correção monetária.

ALUGUÉIS DE IMÓVEIS NÃO-RESIDENCIAIS

Portaria n.º 35 de 28-5-73 — Fixa os coeficientes de correção monetária de alguéis de imóveis para fins não-residenciais, aplicáveis ao caso de retomada de acordo com o art. 3.º e seu parágrafo do Decreto-lei n.º 4, de 7 de fevereiro de 1966.

Coeficientes de correção monetária de aluguéis de imóveis para fins não residenciais, aplicáveis em caso de retomada, na hipótese prevista no art. 3.º e seu parágrafo, do Decreto-lei n.º 4, de 7/2/1966 — abril de 1973

Anos	Dez.	Nov.	Out.	Set.	Ago.	Jul.	Jun.	Mai.	Abr.	Mar.	Fev.	Jan.
1973	—	—	—	—	—	—	—	—	1,00	1,01	1,03	1,04
1972	1,06	1,07	1,08	1,09	1,10	1,12	1,14	1,15	1,15	1,16	1,18	1,20
1971	1,22	1,24	1,25	1,27	1,29	1,30	1,31	1,35	1,38	1,40	1,44	1,46
1970	1,49	1,50	1,51	1,53	1,56	1,60	1,62	1,66	1,68	1,68	1,71	1,73
1969	1,76	1,76	1,78	1,82	1,87	1,90	1,95	2,01	2,03	2,03	2,04	2,06
1968	2,10	2,10	2,14	2,19	2,24	2,27	2,30	2,35	2,37	2,40	2,45	2,52
1967	2,61	2,62	2,67	2,72	2,76	2,77	2,87	2,88	2,88	2,94	2,98	3,06
1966	3,18	3,19	3,22	3,30	3,39	3,47	3,60	3,67	3,78	3,98	4,05	—

Banco Nacional da Habitação

Balancete em 31-03-73

DÉBITO			CRÉDITO		
DISPONÍVEL			**NÃO EXIGÍVEL**		
Caixa	5.932.395,69		Capital	1.000.000.000,00	
Bancos	77.434.991,23	83.367.386,92	Reservas	683.173.005,43	
REALIZÁVEL			Fundos	334.278.005,72	
Devedores Diversos	35.324.589,22		Provisões	584.557.517,54	2.602.008.528,69
Devedores p/Parc. de Capital a Recolher	17.640.579,09		**EXIGÍVEL**		
Devedores p/Oper. de Val. Hipotecários	926.297,01		Depósitos		
Títulos e Valores Mobiliários	4.415.866.594,34		De Ent. do Sistema	210.490.939,26	
Financiamentos e Refinanciamentos	15.419.295.993,56		Do F.G.T.S.	16.380.994.275,49	
Imóveis para Venda	66.435.791,41	19.955.489.844,63	Outros Depósitos	44.465.209,71	16.635.950.424,46
IMOBILIZADO			Credores por Financiamentos Externos – BID-AID		229.774.765,39
Imóveis	113.586.250,73		Letras Imobiliárias do B.N.H.		216.034.548,67
Equipamentos e Instalações	9.577.369,23		Credores Diversos		17.973.235,43
Material Permanente	6.876.495,05	130.040.115,01	Fundo de Financiamento para Saneamento — FISANE		669,33 17.099.733.553,28
PENDENTE			**PENDENTE**		
Valores a Regularizar	9.974.132,21		Valores a Regularizar	267.667.354,43	
Existências em Almoxarifado	485.005,49		Receitas Correntes	300.527.890,45	
Despesas Correntes	237.780.988,73		Receitas de Capital	2.501.049.621,03	3.069.244.865,91
Despesas de Capital	2.610.837.759,84	2.859.167.886,27	Variações Patrimoniais Passivas		3.678.765.957,06
Variações Patrimoniais Ativas		3.421.687.672,11	TOTAL DO PASSIVO		26.449.752.904,94
TOTAL DO ATIVO		26.449.752.904,94	Contas de Compensação Passivas		10.986.475.070,44
Contas de Compensação Ativas		10.986.475.070,44			37.436.227.975,38
		37.436.227.975,38			

Rio de Janeiro, 31 de março de 1973.

Presidente: RUBENS VAZ DA COSTA — Diretor-Superintendente: CLÁUDIO LUIZ PINTO,
Diretores: JOSÉ ROBERTO A. P. RÊGO MONTEIRO, JOSÉ EDUARDO DE OLIVEIRA PENNA, ANTÔNIO JUAREZ FARIAS, ALBERTO CARLOS DE AZEVÊDO KLUMB, RODRIGO HORÁCIO GARCIA DA COSTA,

LUIZ MARTINS DA ROCHA
Contador - CRC-GB-1.421

BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO

ATUAÇÃO DO BNH NO MÊS DE MARÇO

PROGRAMAS HABITACIONAIS — 12 MIL UNIDADES HABITACIONAIS FINANCIADAS

Mais de doze mil unidades habitacionais serão construídas com recursos do SFH em decorrência dos contratos firmados no decorrer do mês de março. Representam essas unidades um investimento global da ordem de Cr$ 920 milhões, para o qual o Sistema concorrerá com financiamentos de cerca de Cr$ 677 milhões. A parcela financiada pelo Banco Nacional da Habitação é da ordem de Cr$ 387 milhões.

Essas habitações apresentam, em média, uma área de 92 m² e um valor unitário em torno de 76 mil cruzeiros. Os valores médios por metro quadrado, do empréstimo do BNH, do mútuo e do investimento global, situam-se respectivamente, em cerca de 348, 608 e 828 cruzeiros.

No quadro n.º 1, os principais resultados dos financiamentos concedidos no mês estão discriminados pelos três tipos de programa através dos quais o Banco atua no setor habitacional.

Foram ainda concedidos financiamentos da ordem de Cr$ 17 milhões, destinados à aquisição de terrenos, urbanização e complementação de projetos já em execução (v. quadro n.º 1).

QUADRO N.º 1

Programas	Valores globais (Cr$ 1 000,00)			Número de unidades financiadas	Valor unitário médio (Cr$)		
	Empréstimo do BNH	Financiamento total do SFH (Mútuo)	Investimento		Empréstimo do BNH	Financiamento total do SFH (Mútuo)	Investimento
Financiamento através de agentes	287 166	350 452	389 431	6 199	49 103	59 449	65 737
Estímulo e garantia ao SBPE	42 168	268 597	362 996	3 952	10 670	67 965	91 851
Subprograma RECON	57 476	57 476	167 678	1 938	29 657	29 657	86 521
TOTAL	386 810	676 525	920 105	12 089	31 997	55 962	76 111

Valores corrigidos — UPC = Cr$ 70,87.

Nos Programas de Financiamento Através de Agentes atuaram, no decorrer do mês de março, COOPERATIVAS, AGENTES PROMOTORES DO MERCADO DE HIPOTECAS e COHABs. O desempenho desses agentes, em cada uma das faixas de financiamento do Mercado Urbano, pode ser examinado no quadro n.º 2 através do número de unidades residenciais financiadas.

O Mercado Médio apresentou o melhor resultado de março, conseqüência de contrato firmado com o Instituto de Previdência do Estado de São Paulo. Este contrato prevê a produção e comercialização de 4 286 unidades habitacionais, com área média de 70 m².

No Mercado Econômico, foram financiadas 516 unidades residenciais com valor unitário de Cr$ 30 mil, sendo o financiamento do SFH da ordem de 88%.

O Mercado Popular apresentou financiamentos para a construção de 209 unidades residenciais, cujo custo unitário será da ordem de Cr$ 13 mil.

Os empréstimos concedidos pelo Banco, no âmbito do programa de estímulo ao SBPE, foram da ordem de Cr$ 42 milhões. O investimento global gerado, que é o valor previsto das 3 952 residências financiadas, está estimado em Cr$ 363 milhões, sendo aproximadamente Cr$ 269 milhões financiados pelo Sistema.

O SFH concedeu, ainda, através do subprograma RECON, financiamentos da ordem de Cr$ 57 milhões, destinados à construção, reforma ou ampliação de 1 938 unidades residenciais, que representam um investimento previsto superior a Cr$ 168 milhões.

Com esses resultados, o número de habitações financiadas pelo Banco, por meio de convênios e contratos, atingiu, ao final do mês de março, mais de 908 mil unidades, estando o investimento global avaliado em quase Cr$ 40 bilhões. A parcela financiada pelo SFH é da ordem de Cr$ 27 bilhões, dos quais o BNH participou com mais de Cr$ 17 bilhões.

O quadro n.º 3, mostra a distribuição desses resultados acumulados pelos três tipos de programas habitacionais.

Foram ainda concedidos financiamentos no valor de Cr$ 95 milhões, que estão sendo utilizados na aquisição e urbanização de terrenos nos quais serão futuramente financiados novos projetos.

QUADRO N.º 2

Programas \ Agentes	COHABs	Cooperativas	Agentes promotores do Mercado Hip.	Institutos	Total
Popular	209	—	—	—	209
Econômico	12	390	114	—	516
Médio	—	311	877	4 286	5 474
TOTAL	221	701	991	4 286	6 199

QUADRO N.º 3

Programas	Valores globais (Cr$ milhões)			Habitações financiadas (1000 unidades)	Valores unitários (Cr$)		
	Empréstimo do BNH	Financiamento total do SFH	Investimento global		Empréstimo do BNH	Financiamento total do SFH	Investimento global
Financiamento através de agentes	10 854	11 557	14 450	536	20 250	21 562	26 959
Estímulo e garantia ao SBPE	4 212	13 368	18 387	293	14 109	44 783	61 597
Subprograma RECON	2 034	2 034	6 717	74	27 518	27 518	90 886
TOTAL	17 100	26 959	39 554	903	18 833	29 691	43 562

Valores corrigidos — UPC = Cr$ 70,87

PROGRAMAS COMPLEMENTARES — EMPRÉSTIMOS DE CR$ 33 MILHÕES

O montante de empréstimos concedidos pelo BNH a seus agentes, em março, para aplicação nos programas complementares, girou em torno de Cr$ 33 milhões. O investimento global a ser gerado por esses recursos é de cerca de Cr$ 62 milhões, sendo quase Cr$ 61 milhões financiados pelos Sistemas Financeiros da Habitação e do Saneamento.

A maior parte desses recursos destinou-se ao programa de Saneamento Urbano, tendo o Banco concedido nessa área empréstimos da ordem de Cr$ 28 milhões que deverão gerar um investimento global da ordem de Cr$ 56 milhões.

No Subprograma REFINAG, foi celebrado contrato para a realização de obras de melhoria do sistema de abastecimento d'água da cidade de Curitiba. Este contrato, que conta com uma participação do BNH de quase Cr$ 11 milhões, permitirá logo no primeiro ano após a conclusão dos trabalhos, que 573 mil curitibanos sejam beneficiados com um eficiente sistema de abastecimento d'água.

Caruaru, Pernambuco, será beneficiada com obras visando ao controle da poluição das águas. Contrato neste sentido foi assina-

do entre o BNH (Subprograma REFINESG) e o Governo local, também no decorrer do mês de março.

Com os resultados que acabamos de ver, o total de financiamentos concedidos pelo SFS atingiu, em 31 de março, um montante da ordem de Cr$ 7,8 bilhões, dos quais Cr$ 4,4 bilhões foram emprestados pelo Banco. O investimento global previsto é de mais de Cr$ 11,7 bilhões.

Nos Subprogramas REINVEST e REGIR, do FIMACO, que se destinam a financiamentos para o ativo fixo e para capital de giro das empresas que atuam no setor de materiais de construção, o BNH concedeu no mês de março, empréstimos no valor de Cr$ 4,1 milhões que deverão gerar um total de investimentos da ordem de Cr$ 5,7 milhões.

Os recursos destinados ao FIMACO (não incluído o RECON), atingiram, no mês de março, o total de Cr$ 1,2 bilhão, estando o investimento global estimado em Cr$ 1,7 milhão. A parcela financiada pelo SFH é de, aproximadamente, Cr$ 1,3 bilhão. No quadro n.º 4, esses valores estão discriminados pelos três subprogramas que vêm sendo executados.

Por conta do FIPLAN, o Banco desembolsou, no decorrer do mês de março, Cr$ 145 mil que serão utilizados no financiamento do Plano de Desenvolvimento Integrado do município de Barbacena, Minas Gerais.

QUADRO N.º 4

SUBPROGRAMAS DO FIMACO Materiais de Construção	Valores em Cr$ milhões		
	Empréstimo do BNH	Financiamento total do SFH (Mútuo)	Investimento global
REINVEST — Ativo Fixo	964	1 068	1 441
REGIR — Capital de Giro	190	190	273
Underwriting	22	22	22
TOTAL	1 176	1 280	1 736

Valores corrigidos — UPC = Cr$ 70,87.

RESULTADOS GLOBAIS — PROGRAMAS HABITACIONAIS E COMPLEMENTARES

O total de empréstimos concedidos pelo BNH, em março, foi de Cr$ 437 milhões, que deram origem a financiamentos totais de cerca de Cr$ 755 milhões. Esses recursos deverão gerar um investimento global da ordem de Cr$ 1 bilhão. No quadro n.º 5, esses resultados estão distribuídos pelos programas em que o Banco atuou no mês.

QUADRO N.º 5

Programas	Empréstimo do BNH		Financiamento total do Sistema (Mútuo)		Investimento global	
	Cr$ 1 000,00	%	Cr$ 1 000,00	%	Cr$ 1 000,00	%
HABITACIONAIS (inclusive - RECON)*	404 031	92,6	694 597	91,9	938 177	93,7
FINANSA — Saneamento	27 944	6,4	55 888	7,4	55 888	5,6
FIMACO — Mat. de Construção (exc. RECON)	4 138	0,9	4 554	0,6	5 675	0,6
Outros programas complementares	428	0,1	428	0,1	464	0,1
TOTAL	436 541	100,0	755 467	100,0	1 000 204	100,0

Valores corrigidos — UPC = Cr$ 70,87.

* Os valores correspondentes aos programas habitacionais incluem os recursos destinados à aquisição de terrenos, urbanização e complementação de projetos em fase de execução.

Observe-se que, no mês de março, os financiamentos destinados aos programas habitacionais representaram cerca de 93% do total de empréstimos do Banco, o que se deveu, como já foi visto, a um financiamento de valor bastante elevado, concedido ao Instituto de Previdência do Estado de São Paulo.

Com esses resultados, o total de empréstimos já concedidos pelo BNH através de seus diversos programas habitacionais e complementares atingiu o montante de Cr$ 22,8 bilhões, tendo o investimento global ultrapassado Cr$ 53,2 bilhões. O SFS e o SFH já concederam, em conjunto, financiamentos de cerca de Cr$ 36,2 bilhões. A distribuição desses fatores pelos diversos programas do Banco é a apresentada no quadro n.º 6.

Considerados os resultados acumulados, setenta e cinco por cento dos recursos contratados pelo BNH estão sendo utilizados no financiamento da produção e da comercialização de habitações e cerca de 19% têm por finalidade o Saneamento Urbano. O restante destina-se ao FIMACO (exclusive RECON) e demais programas complementares.

QUADRO N.º 6

Programas	Empréstimo do BNH		Financiamento total do SFH (Mútuo)		Investimento global	
	Cr$ milhões	%	Cr$ milhões	%	Cr$ milhões	%
HABITACIONAIS (inclusive RECON)	17 194	75,3	27 056	74,9	39 653	74,5
FINANSA — Saneamento	4 381	19,2	7 761	21,4	11 706	22,0
FIMACO — Mat. de Construção (exc. RECON)	1 175	5,1	1 280	3,5	1 736	3,3
Outros programas complementares	82	0,4	82	0,2	93	0,2
TOTAL	22 832	100,0	36 179	100,0	53 188	100,0

Valores corrigidos — UPC = Cr$ 70,87.

RESULTADOS REGIONAIS — PREDOMINÂNCIA DA REGIÃO SUDESTE

O quadro n.º 7 apresenta a distribuição regional dos financiamentos concedidos em março, independentemente dos programas em que o Banco tenha atuado.

Na Região Sudeste, serão aplicados 73% dos empréstimos concedidos no mês. Considerando os mesmos resultados em relação às populações urbanas de cada Região, a situação passa a ser a apresentada no quadro n.º 8. As populações adotadas são as dos municípios que, de acordo com o último censo, apresentam populações superiores a 50 mil habitantes.

QUADRO N.º 7

Regiões	Empréstimo do BNH		Financiamento total do SFH (Mútuo)		Investimento global	
	Cr$ 1 000,00	%	Cr$ 1 000,00	%	Cr$ 1 000,00	%
NORTE	3 473	0,8	22 182	2,9	29 907	3,0
NORDESTE	22 295	5,1	39 640	5,2	40 158	4,0
SUDESTE	320 038	73,3	513 513	68,0	609 803	61,0
SUL	24 315	5,6	84 018	11,1	106 522	10,6
CENTRO-OESTE	16 087	3,7	45 781	6,1	58 680	5,9
A Discriminar	50 333	11,5	50 333	6,7	155 134	15,5
TOTAL	436 541	100,0	755 467	100,0	1 000 204	100,0

Valores corrigidos — UPC = Cr$ 70,87.

Os empréstimos **per capita** foram bons nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste. A Região Centro-Oeste apresenta resultados superiores às demais em termos de mútuos e investimentos; mas, no tocante aos empréstimos, o resultado na Sudeste é bem superior à média nacional.

Vejamos agora como se comportam os resultados acumulados, em termos absolutos, no que diz respeito à distribuição regional. É o que mostra o quadro n.º 9.

Em termos acumulados, a Região Sudeste recebeu mais recursos que o conjunto das demais Regiões. Entretanto, nos valores **per capita**, temos uma situação diferente, como se pode constatar no quadro n.º 10.

Considerando-se empréstimo do BNH, financiamento total do SFH e investimento global, a Região Centro-Oeste apresenta resultados superiores aos das demais Regiões, que, por sinal, não mostram desníveis flagrantes no atendimento.

Para que se possa analisar os resultados obtidos apenas nos programas habitacionais, o quadro n.º 11 mostra o número de habitações financiadas em cada Região, em números absolutos e em relação às respectivas populações urbanas.

QUADRO N.º 8

Regiões	População urbana 1 000 Hab.	Valores em Cr$ por 1000 Hab.		
		Empréstimo do BNH	Financiamento total do SFH (Mútuo)	Investimento global
NORTE	1 149	3 023	19 305	26 029
NORDESTE	6 490	3 435	5 646	6 188
SUDESTE	23 318	13 725	22 022	26 152
SUL	4 235	5 741	19 839	25 153
CENTRO-OESTE	1 450	11 094	31 573	40 469
BRASIL	36 642	11 914	20 618	27 297

Valores corrigidos — UPC = 70,87.

QUADRO N.º 9

Regiões	Empréstimo do BNH		Financiamento total do SFH (Mútuo)		Investimento global	
	Cr$ milhões	%	Cr$ milhões	%	Cr$ milhões	%
NORTE	600	2,6	1 020	2,8	1 290	2,4
NORDESTE	3 588	15,7	5 842	16,1	7 109	13,4
SUDESTE	12 526	54,9	21 154	58,5	31 529	59,2
SUL	2 779	12,2	4 400	12,2	5 909	11,1
CENTRO-OESTE	1 588	6,9	2 005	5,5	2 597	4,9
A Discriminar	1 751	7,7	1 758	4,9	4 754	9,0
TOTAL	22 832	100,0	36 179	100,0	53 188	100,0

Valores corrigidos — UPC = Cr$ 70,87.

QUADRO N.º 10

Regiões	População urbana (1 000 Hab.)	Valores em Cr$ por habitante		
		Empréstimo do BNH	Financiamento total do SFH (Mútuo)	Investimento global
NORTE	1 149	522	888	1 123
NORDESTE	6 490	553	900	1 095
SUDESTE	23 318	537	907	1 352
SUL	4 235	656	1 039	1 395
CENTRO-OESTE	1 450	1 095	1 383	1 791
BRASIL	36 642	623	987	1 452

Valores corrigidos — UPC = Cr$ 70,87.

QUADRO N.º 11

Regiões	População urbana (1 000 Hab.)	Número de habitações financiadas			
		No mês de fevereiro		Até 31.03.73	
		Absoluto	Por milhão de Hab.	Absoluto	Por milhão de Hab.
NORTE	1 149	325	282	28 081	24 440
NORDESTE	6 490	95	15	146 997	22 650
SUDESTE	23 318	8 205	352	501 981	21 528
SUL	4 235	923	218	110 301	26 045
CENTRO-OESTE	1 450	733	506	60 750	41 897
A Discriminar	—	1 808	—	60 145	—
BRASIL	36 642	12 089	330	908 255	24 787

QUADRO N.º 12

Regiões	Acréscimo Populacional (1 000 hab.)	Valores em Cr$ por mil habitantes		
		Empréstimo do BNH	Financiamento Total do SFH	Investimento Global
NORTE	480	1 250	2 125	2 688
NORDESTE	1 848	1 942	3 161	3 847
SUDESTE	7 600	1 648	2 783	4 149
SUL	1 329	2 091	3 311	4 446
CENTRO-OESTE	624	2 545	3 213	4 162
BRASIL	11 881	1 922	3 045	4 477

Valores corrigidos — UPC = Cr$ 70,87.

QUADRO N.º 13

Regiões	Número de habitações Financiadas pelo SFH até 31-03-73 1 000 unidades (a)	Demanda habitacional no período 1 000 unidades (b)	a/b X 100
NORTE	28	96	29,2
NORDESTE	147	370	39,7
SUDESTE	502	1 520	33,0
SUL	110	266	41,4
CENTRO-OESTE	61	125	48,8
A Discriminar	60	—	—
BRASIL	908	2 377	38,2

Os resultados obtidos no setor habitacional assemelham-se aos resultados globais já analisados. Também aqui evidencia-se a superioridade da Região Centro-Oeste na média **per capita**, tanto das habitações contratadas no período como das unidades financiadas até o mês de março.

Resta ainda examinar os resultados obtidos em função do acréscimo populacional verificado em cada uma das regiões desde o início das operações do Banco. Com essa finalidade foi elaborado o quadro n.º 12.

Relativamente ao acréscimo populacional, os resultados de empréstimos, mútuos e investimentos apresentam-se bastante equilibrados, com pequena vantagem da Região Centro-Oeste quanto aos empréstimos e da Região Sul no que diz respeito aos mútuos e investimentos.

O quadro n.º 13 permite o exame dos resultados específicos do setor habitacional, através do índice de atendimento da demanda.

O atendimento médio nacional é da ordem de 38%, variando de 29% a 49%. Esses índices indicam um atendimento razoavelmente homogêneo quanto ao aspecto de distribuição regional.

ele está sempre presente

por trás de nossos dados
números
pesquisas
índices
informações
análises

queremos para ele
uma sociedade mais racional
mais rica
mais feliz



Conjuntura Econômica e
Revista de Administração de Empresas
periódicos da Fundação Getúlio Vargas

EM JULHO VOCÊ
CONHECERÁ OS SÓCIOS
DO GRUPO
MAIS FECHADO
DO PAÍS

500
MAIORES
EMPRESAS

aqueles que freqüentam
as páginas da edição
especial de
conjuntura econômica
sobre as 500 maiores
empresas

**FREQÜENTE TAMBÉM
ESSA SOCIEDADE
ANUNCIANDO EM JULHO EM
*CONJUNTURA ECONÔMICA***